



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LAURIBERTO DE JESUS BERTONI JUNIOR

**ESCOLA INDUSTRIAL DE JAÚ: CONTEXTO POLÍTICO-
ECONÔMICO DA CRIAÇÃO E OS PRIMEIROS TEMPOS
(1939-1960)**

SÃO CARLOS
2017



LAURIBERTO DE JESUS BERTONI JUNIOR

**ESCOLA INDUSTRIAL DE JAÚ: CONTEXTO POLÍTICO-
ECONÔMICO DA CRIAÇÃO E OS PRIMEIROS TEMPOS
(1939-1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos para Defesa no Programa de Mestrado em Educação.

Área de Concentração: Educação.

Linha de Pesquisa: História, Filosofia e Sociologia da Educação.

Nível: Mestrado.

Orientador: Dr. João Virgílio Tagliavini.

SÃO CARLOS
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Lauriberto de Jesus Bertoni Junior, realizada em 20/02/2017:

Prof. Dr. João Virgílio Tagliavini
UFSCar

Prof. Dr. Paolo Nosella
UFSCar

Prof. Dr. Plínio Antonio Britto Gentil
PUC-SP

Dedico essa pesquisa à minha família, especialmente, à minha esposa, Débora Baruch Zeitoune Bertoni, e aos meus filhos, Gabriel Baruch Bertoni e Guilherme Baruch Bertoni, maiores riquezas que tenho na vida.

“[...] Amor igual ao teu

Eu nunca mais terei

Amor que eu nunca vi igual

Que eu nunca mais verei [...]” (Letra da música *Aonde você mora?*, Cidade Negra, 1998)

AGRADECIMENTOS

A realização e conclusão dessa Dissertação foram possíveis graças à colaboração de muitas pessoas. É fato que as linhas são poucas e o sentimento é grande para que todos sejam mencionados. Desta forma, manifesto meu carinho e gratidão a todas elas, e de forma particular:

A Deus, por me proporcionar o dom da vida e me permitir saúde para construir minha história, que não seria nada sem o seu auxílio nas dificuldades, não deixando que me abalasse, especialmente neste momento tão importante de conclusão deste projeto.

À minha família, que me deu e dá total apoio em minhas decisões, sem contar os grandes momentos e as alegrias na vida, em especial à minha mãe, Maria Aparecida Moura Bertoni, à minha irmã, Jôse Aparecida Bertoni, minha esposa, Débora Baruch Zeitoune Bertoni, meus filhos, Gabriel Baruch Bertoni e Guilherme Baruch Bertoni. Vocês são a razão de meu viver e o motivo por querer buscar cada vez mais.

Aos amigos, pelo convívio e a rotina da vida, presentes em todos os momentos, dos mais alegres aos mais tristes, celebrando as conquistas e amparando nas dificuldades, mostrando o verdadeiro significado da palavra companheiro.

Aos amigos da ETEC Joaquim Ferreira do Amaral de Jaú, os quais desempenham importância significativa em minha vida profissional durante todos esses anos, a quem as linhas seriam poucas.

Aproveito esse momento para agradecer ao Diretor da Unidade, Professor André Pignatti Zago, seja no apoio para cursar o Programa de Mestrado, como concedendo acesso para a coleta de dados para a pesquisa, fundamental para a sua conclusão.

Agradeço, também, ao Professor Luiz Fernando De Angelis, pelos relatos concedidos que articularam a composição desse estudo e ao Professor Pedro Paulo Grossi Zafra, auxiliando nas entrevistas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, detentores do conhecimento e compartilhadores de valores necessários para que crescamos como pessoas e profissionais.

Ao meu orientador, Professor João Virgílio Tagliavini, pela dedicação e disponibilidade que permitiram que esse trabalho pudesse ser concluído.

Ao Professor Paolo Nosella e ao Professor Plínio Antonio Britto Gentil pelas avaliações na Qualificação, me auxiliando para que o rigor do estudo pudesse se concretizar.

Meu carinho especial a Caruso Bertrami, Honório Sérgio Conti, Maria Thereza Pasqualotti, Pedro Zafra Anaya, Therezinha Grossi Zafra e Julião Perianez (*in memoriam*) pelas entrevistas cedidas, assim como pelos materiais fornecidos, pois permitiram que o resgate histórico da escola se concretizasse.

E a todos os anônimos, que dia a dia desempenham seus papéis, sujeitos e objetos do cotidiano e vida da sociedade.

O trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível (sinnlich). Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz. Mas como a natureza oferece os meios de vida, no sentido de que o trabalho não pode viver sem objetos nos quais se exerça, assim também oferece, por outro lado, os meios de vida no sentido mais estrito, isto é, o meio de subsistência física do trabalhador mesmo.

(MARX, 2008, p. 81).

RESUMO

A Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral de Jaú, desde os primeiros anos de funcionamento teve o intuito de formar o aluno para a iminente industrialização e urbanização da cidade. Considerando tal aspecto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar seu papel como formadora do aluno-trabalhador até 1960, justificando-se pela necessidade de resgatar a história dessa instituição de ensino, compreendendo-a nas suas particularidades e intencionalidades. Para tanto, o paradigma epistemológico adotado foi histórico-dialético, visando a compreender a sociedade numa perspectiva científica, na qual o homem cria uma relação com o meio em que está inserido, e é responsável por interferir nele. As fontes utilizadas foram livros, revistas e artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, jornais locais e regionais, fotografias e relatos de alunos, professores e funcionários da época. Desta forma, através da pesquisa, foi possível analisar a representatividade da Escola Industrial, buscando desvendar o que ela significou na realidade desenvolvimentista jauense, isto é, analisando o contexto político-econômico da sua criação e os primeiros tempos, se constatou que a escolha do local de implantação foi intencional, pois atendia às propostas industriais nacionais, o que resultou na grande aceitação do estabelecimento em toda a região.

Palavras Chave: Educação Profissional. Escola Industrial de Jaú. Aluno-trabalhador.

ABSTRACT

The Joaquim Ferreira do Amaral Industrial School in Jau, since the first years of operation was designed to train the student for the imminent industrialization and urbanization of the city. Considering this aspect, the present study has as general objective to analyze its role as teacher of the student-worker until 1960, justifying the need to rescue the history of this educational institution, understanding it in its particularities and intentionalities. For this, the epistemological paradigm adopted was historical-dialectic, aiming at understanding society in a scientific perspective, in which man creates a relation with the environment in which he is inserted, and is responsible for interfering in him. The sources used were books, journals and scientific articles, completion papers, local and regional newspapers, photographs and reports of students, teachers and employees of the time. Thus, through the research, it was possible to analyze the representativeness of the Industrial School, seeking to unveil what it meant in the developmentalist reality of jauense, that is, analyzing the political and economic context of its creation and the earliest times. Place of implantation was intentional, as it met the national industrial proposals, which resulted in the great acceptance of the establishment throughout the region.

Keywords: Professional Education. Industrial School of Jau. Student-worker.

LISTA DE ABREVIACOES

a.a.	ao ano
art.	artigo
arts.	artigos
CEETEPS	Centro Estadual de Educação Paula Souza
ETEC	Escola Técnica Estadual
FATEC	Faculdade de Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JK	Juscelino Kubitschek
Kg	quilograma
m ²	metros quadrados
mts.	metros
n.	número
PPGE	Programa de Ps-Graduação em Educação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Proporção da população urbana - 1940/2000.....	30
Figura 2: Principais vias de comunicação no Estado de São Paulo.....	35
Figura 3: Ocupação no Brasil segundo atividade econômica em 1940.	40
Figura 4: Proporção de pessoas nos setores econômicos brasileiros - 1940.	40
Figura 5: Atividades econômicas brasileiras - 1940/2000.	47
Figura 6: Taxa de alfabetização e analfabetismo no Brasil - 1940/2000.....	48
Figura 7: Antiga escola Frei Galvão, ano de 1932.	59
Figura 8: Professores de cultura geral e os mestres das oficinas - Escola Industrial de Natal/RN (1948).	66
Figura 9: Exposição de móveis da Escola Profissional de São Carlos, década de 1940.	67
Figura 10: Locomotiva construída pelos alunos do Curso de Ferroviários, anexo ao Instituto Industrial “Bento Quirino”, maio de 1946.	68
Figura 11: Alunos da Escola Profissional Masculina aguardando o sinal de início das aulas no pátio da escola - década de 1910.	73
Figura 12: Igreja Matriz Nossa Senhora do Patrocínio de Jaú, início do século XX.	84
Figura 13: Primeira estação ferroviária de Jaú, na década de 1940 – esquerda; rodoviária de Jaú em 2016 – direita.	85
Figura 14: Rua Lourenço Prado em 1925 (Banco Francês e Italiano à esquerda) – esquerda; cenário em 2016 – direita.	86
Figura 15: Paço municipal em 1920 – esquerda; momento atual em 2016 – direita.....	91
Figura 16: Santa Casa de Jaú em 1937 – esquerda; momento atual, em 2016 – direita.....	92
Figura 17: Grande Hotel Ovídio em 1910 – esquerda; momento atual em agosto de 2016 – direita.	92
Figura 18: Rua Lourenço Prado em 1920 – esquerda; momento atual, em agosto de 2016.	93
Figura 19: Vista geral da Rua Edgard Ferraz em 1920 – esquerda; momento atual em agosto de 2016.	94
Figura 20: Fazenda Pouso Alegre de Cima. Jaú, 1902.....	97

Figura 21: Condessa do Pinhal e família na Fazenda Maria Luiza em Jaú na década de 1920.	98
Figura 22: Proprietários da Fazenda Maria Luíza, da cidade de Jaú/SP, início do século XX.....	99
Figura 23: Acesso à Fazenda Maria Luíza em agosto de 2016.	100
Figura 24: Usina da Barra no início das atividades em 1946.	101
Figura 25: Rua Lourenço Prado na década de 1950 – esquerda; momento atual em agosto de 2016 – direita.	110
Figura 26: Rua Major Prado em 1953 – esquerda; momento atual em agosto de 2016 – direita.	110
Figura 27: Rua Lourenço Prado com a Rua Major Prado em 1950 – esquerda; momento atual em agosto de 2016 – direita.	110
Figura 28: Trecho da Praça Siqueira Campos no início da década de 1950 – esquerda; momento atual em agosto de 2016.	111
Figura 29: Comparativo de Jaú em 1950 e em 2014.	112
Figura 30: Panorama de Jaú na primeira metade do século XX – esquerda; vista parcial da cidade em 2015 – direita.	113
Figura 31: Vista aérea de Jaú em 1950 – esquerda; vista aérea da cidade em 2012.	113
Figura 32: Nacionalidade da população do Estado de São Paulo e do município de Jaú em 1940.	114
Figura 33: Principais atividades econômicas desenvolvidas no município de Jaú, segundo o Censo Nacional de 1940.....	115
Figura 34: Evolução dos estabelecimentos industriais em Jaú – 1940 e 1950.....	116
Figura 35: Cotonifício Jahu em 1942 – esquerda; Algodoeira Eventos em 2016 – direita....	116
Figura 36: Grupo Escolar Dr. Pádua Salles em 1930 – esquerda; vista atual em agosto de 2016 – direita.	118
Figura 37: Grupo Escolar Major Prado em 1940 – esquerda; vista atual em agosto de 2016 – direita.	118
Figura 38: Prédio interno da Academia Horácio Berlinck em 1937.	120
Figura 39: Joaquim Ferreira do Amaral (1851 - 1941).	122
Figura 40: Cerimônia comemorativa do centenário do nascimento de Joaquim Ferreira do Amaral - Membros da família e autoridades (1951).....	125
Figura 41: Decreto de 1939 – criação da Escola Profissional Secundária Mista de Jaú.	128

Figura 42: Edifício onde iniciaram as atividades da Escola Industrial de Jaú, 1942.	131
Figura 43: Movimento de matrículas entre 1942 e 1953.....	132
Figura 44: Seção de Fundação da Escola Industrial de Jaú em 1945.....	138
Figura 45: Fachada do “Prédio Velho” na década de 1950 (esquerda); fachada atual em 2016 (direita).	147
Figura 46: Entrada lateral esquerda do “Prédio Velho” na década de 1950 (esquerda); entrada atual, em 2016 (direita).	147
Figura 47: Entrada lateral direita do “Prédio Velho” na década de 1950 (esquerda); entrada atual, em 2016 (direita).	147
Figura 48: Vista interna do pavilhão em construção na década de 1950 (esquerda); vista atual do pavilhão em 2016 (direita).	149
Figura 49: Vista lateral do prédio em 1950 – esquerda; vista atual em 2016 – direita.	149
Figura 50: Alunos do curso de Ajustagem Mecânica.....	150
Figura 51: Aula de Corte e Costura.	151
Figura 52: Benedito Alves Ferreira.	167
Figura 53: Benedito Alves Ferreira (direita) na década de 1950.....	168
Figura 54: Equipe de direção, professores e mestres em 1951.....	172
Figura 55: Aulas práticas ministradas na década de 1950.....	176
Figura 56: Exposição de objetos produzidos na Escola Industrial na década de 1950	184
Figura 57: Desfile cívico de 07 de setembro de 1953.	186
Figura 58: Exposição comemorativa do 1º Centenário de Jaú – 27/09/1953.....	190
Figura 59: Formatura em 1953 - Diplomados do 1º Centenário de Jaú	191
Figura 60: Almoço na Escola Industrial – 18/12/1953.....	193
Figura 61: Placa de bronze instalada em 1951.	194
Figura 62: Letra da música em homenagem a Joaquim Ferreira do Amaral.....	195
Figura 63: Texto comemorativo do 1º Centenário do Patrono da Escola Industrial de Jaú.....	196
Figura 64: Homenagem ao 1º Centenário do Patrono da Escola Industrial de Jaú.	196
Figura 65: Caruso Bertrami em 1951.	199

Figura 66: Caruso Bertrami em 2016.	202
Figura 67: Ajustadores do curso noturno em 1947 – Honório Sérgio Conti na última posição à esquerda.	211
Figura 68: Honório Sérgio Conti em 2016.	218
Figura 69: Maria Thereza Pasqualotti em 1951.....	242
Figura 70: Maria Thereza Pasqualotti em 2016.....	245
Figura 71: Alunos do curso de Mecânica de Máquinas – década de 1950.....	257
Figura 72: Baile de Formatura – Ciclo Básico, 1953 - Pedro Zafra Anaya.	265
Figura 73: Professores da Escola Industrial – década de 1950.....	281
Figura 74: Pedro Zafra Anaya em diversos momentos – década de 1950.	288
Figura 75: Pedro Zafra Anaya e Therezinha Grossi Zafra (esposa) com objetos produzidos na década de 1950.....	290
Figura 76: Ferramentas e moldes da década de 1950.....	291
Figura 77: Pedro Zafra Anaya em 2016.	294
Figura 78: Professoras e alunas da Escola Industrial de Jaú na década de 1950.....	305
Figura 79: Cerimônia de Formatura de Therezinha Grossi Zafra, realizada em 1958.	316
Figura 80: Therezinha Grossi Zafra na infância e em 1960.	317
Figura 81: Therezinha Grossi Zafra e colegas de trabalho na Companhia Telefônica – década de 1960.	319
Figura 82: Therezinha Grossi Zafra em 2016.....	323
Figura 83: Homenagem a Julião Perianez, 2º semestre de 2005.	325
Figura 84: Julião Perianez em 2014.	327

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	19
INTRODUÇÃO.....	21
1 O BRASIL E O PARADIGMA DESENVOLVIMENTISTA	27
1.1 O CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL.....	27
1.2 A ECONOMIA NACIONAL: A EXPANSÃO DA INDÚSTRIA	33
1.3 A REALIDADE SOCIAL: O TRABALHADOR NO CONTEXTO.....	44
2 O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO.....	50
2.1 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX	50
2.2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX	56
2.3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DA DÉCADA DE 1940	63
3 A CIDADE DE JAÚ NOS SÉCULOS XIX E INÍCIO DO XX	75
3.1 A FUNDAÇÃO DE JAÚ.....	75
3.2 O PANORAMA JAUENSE NO FINAL DO SÉCULO XIX	80
3.2 A MODERNIZAÇÃO DE JAÚ NO INÍCIO DO SÉCULO XX	89
3.3 A ECONOMIA JAUENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XX	96
4 FUNDAÇÃO DA ESCOLA INDUSTRIAL DE JAÚ: O CENÁRIO	103
4.1 O PANORAMA NACIONAL.....	103
4.2 A CIDADE DE JAÚ.....	109
5 A ESCOLA INDUSTRIAL DE JAÚ	121
5.1 JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL: BREVE BIOGRAFIA.....	121
5.1 A FUNDAÇÃO DA ESCOLA	125
5.2 DO INÍCIO DAS ATIVIDADES AO FINAL DE 1949	130
5.3 A ESCOLA INDUSTRIAL NA DÉCADA DE 1950	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS	157

ANEXOS	166
ANEXO A – ESCOLA INDUSTRIAL – 1942-1960	166
Anexo A1 – Antônio José Almeida Queiroz – primeiro diretor – Registro de Títulos, de 26 de janeiro de 1942.....	166
Anexo A2 – Benedito Alves Ferreira – diretor a partir de setembro de 1950	167
Anexo A3 – Maquinários da oficina na década de 1950	168
Anexo A4 – Equipe de direção, professores e mestres em 1951	169
Anexo A5 – Aulas práticas ministradas na década de 1950	173
Anexo A6 – Exposição de objetos produzidos na Escola Industrial na década de 1950...	177
Anexo A7 – Desfile cívico de 07 de Setembro de 1953	185
Anexo A8 – Exposição comemorativa do 1º Centenário de Jaú – 27/09/1953	187
Anexo A9 – Formatura em 1953 - Diplomados do 1º Centenário de Jaú.....	191
Anexo A10 – Almoço na Escola Industrial – 18/12/1953	192
ANEXO B – HOMENAGENS A JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL	194
Anexo B1 – Placa de bronze instalada no “Prédio Velho”	194
Anexo B2 – Letra da música ao Centenário do Patrono	195
Anexo B3 – Jornais comemorativos do 1º Centenário do Patrono da Escola	196
ANEXO C – CARUSO BERTRAMI.....	197
Anexo C1 – Registro de Títulos, de 08 de julho de 1942.....	197
Anexo C2 – Registro de Termo de Compromisso, de 08 de julho de 1942	198
Anexo C3 – Caruso Bertrami em 1951	199
Anexo C4 – Entrevista concedida em 21 de novembro de 2016	200
Anexo C5 – Caruso Bertrami em 2016.....	202
ANEXO D – HONÓRIO SÉRGIO CONTI	203
Anexo D1 – Capa do prontuário de 1946	203
Anexo D2 – Certidão de nascimento - frente	204
Anexo D3 – Certidão de nascimento - verso	205
Anexo D4 – Requerimento de matrícula de 1946.....	206
Anexo D5 – Atestado de aptidão física e psíquica expedido em 1946.....	207
Anexo D6 – Atestado de vacinação antivariólica expedido em 1946	208

Anexo D7 – Quadro de notas e faltas – Ajustagem Mecânica, 1ª série, 1946 – frente e verso	209
Anexo D8 – Quadro de notas e faltas – Ajustagem Mecânica, 1ª série, 1947 – frente e verso	210
Anexo D9 – Alunos do curso de Ajustagem Mecânica em 1947	211
Anexo D10 – Certificado de conclusão expedido em 1947 – frente	212
Anexo D11 – Certificado de conclusão expedido em 1947 – verso.....	213
Anexo D12 – Cédula de Identidade expedida em 1964 – frente e verso.....	214
Anexo D13 – Entrevista concedida em 02 de novembro de 2016.....	215
Anexo D14 – Honório Sérgio Conti em 2016	218
ANEXO E – MARIA THEREZA PASQUALOTTI.....	219
Anexo E1 – Capa do prontuário de 1948.....	219
Anexo E2 – Certidão de nascimento.....	220
Anexo E3 – Exame de admissão emitido em 1948	221
Anexo E4 – Requerimento de matrícula de 1948	222
Anexo E5 – Cartão de notas – Ciclo Básico	223
Anexo E6 – Quadro de notas e faltas – Corte e Costura, 1ª série, 1948 – frente e verso ..	224
Anexo E7 – Quadro de notas e faltas – Corte e Costura, 2ª série, 1949 – frente e verso ..	225
Anexo E8 – Quadro de notas e faltas – Corte e Costura, 3ª série, 1950 – frente e verso ..	226
Anexo E9 – Quadro de notas e faltas – Corte e Costura, 4ª série, 1951 – frente e verso ..	227
Anexo E10 – Quadro de notas e faltas – Mestria, 1ª série, 1953 – frente e verso	228
Anexo E11 – Requerimento de solicitação de Histórico Escolar	229
Anexo E12 – Histórico Escolar	230
Anexo E13 – Ficha de avaliação física, de 1953	231
Anexo E14 – Ficha de Estágio.....	233
Anexo E15 – Recibo de entrega do Diploma de Mestre.....	234
Anexo E16 – Solicitação de fornecimento de Ficha Modelo 18	235
Anexo E17 – Requerimento de Atestado de Boa Conduta.....	236
Anexo E18 – Certidão de Tempo de Serviço	237
Anexo E19 – Maria Thereza Pasqualotti em 1951	242
Anexo E20 – Entrevista concedida em 22 de novembro de 2016	243
Anexo E21 – Maria Thereza Pasqualotti em 2016	245

ANEXO F – PEDRO ZAFRA ANAYA	246
Anexo F1 – Capa do prontuário de 1950	246
Anexo F2 – Certidão de nascimento	247
Anexo F3 – Certificado de Alistamento Militar	248
Anexo F4 – Requerimento de matrícula de 1950	249
Anexo F5 – Quadro de notas e faltas – Mecânica, 1ª série, 1950 – frente e verso	250
Anexo F6 – Quadro de notas e faltas – Mecânica, 2ª série, 1951 – frente e verso	251
Anexo F7 – Quadro de notas e faltas – Mecânica, 3ª série, 1952 – frente e verso	252
Anexo F8 – Quadro de notas e faltas – Mecânica, 4ª série, 1953 – frente e verso	253
Anexo F9 – Quadro de notas e faltas – Mestria, 1ª série, 1954 – frente e verso	254
Anexo F10 – Requerimento de Exames em Segunda Época	255
Anexo F11 – Quadro geral de notas – 1950 - 1953	256
Anexo F12 – Alunos do curso de Mecânica de Máquinas – década de 1950	257
Anexo F13 – Certificado de conclusão expedido em 1953	258
Anexo F14 – Convite de Formatura – Ciclo Básico, 1953	259
Anexo F15 – Convite de Formatura – Mestria, 1955	262
Anexo F16 – Baile de Formatura – Ciclo Básico, 1953	265
Anexo F17 – Fichas de acompanhamento de Estágio de Mestria - 1955	266
Anexo F18 – Professores da Escola Industrial – década de 1950.	281
Anexo F19 – Contagem de Tempo de Serviço - Pedro Zafra Anaya – 1950-1955	282
Anexo F20 – Pedro Zafra Anaya em diversos momentos – década de 1950	288
Anexo F21 – Recordação Escolar - Pedro Zafra Anaya – 1959	289
Anexo F22 – Objetos produzidos por alunos na Escola Industrial na década de 1950	290
Anexo F23 – Ferramentas e moldes da Escola Industrial na década de 1950	291
Anexo F24 – Entrevista concedida em 05 de novembro de 2016	292
Anexo F25 – Pedro Zafra Anaya em 2016	294
ANEXO G – THEREZINHA GROSSI ZAFRA	295
Anexo G1 – Capa do prontuário de 1955	295
Anexo G2 – Certidão de nascimento	296
Anexo G3 – Requerimento de matrícula	297
Anexo G4 – Atestado de aptidão física e psíquica expedido em 1955	298
Anexo G5 – Quadro de notas e faltas – Corte e Costura, 1ª série, 1955 – frente e verso	299
Anexo G6 – Quadro de notas e faltas – Corte e Costura, 2ª série, 1956 – frente e verso	300

Anexo G7 – Requerimento de matrícula	301
Anexo G8 – Requerimento de exame em segunda época.....	302
Anexo G9 – Requerimento de inscrição para ingresso no Curso de Mestría	303
Anexo G10 – Atestado de aptidão física e psíquica expedido em 1959.....	304
Anexo G11 – Professoras e alunas da Escola Industrial de Jaú na década de 1950.....	305
Anexo G12 – Cadernos de atividades.....	306
Anexo G13 – Avaliação realizada em 1956	313
Anexo G14 – Panos de amostras, atividade realizada em 1957	314
Anexo G15 – Cerimônia de Formatura realizada em 1958	315
Anexo G16 – Therezinha Grossi Zafra na infância e em 1960	317
Anexo G17 – Boletim do Grupo Escolar Dr. Pádua Salles, 1953	318
Anexo G18 – Therezinha Grossi Zafra na Companhia Telefônica – década de 1960.....	319
Anexo G19 – Entrevista concedida em 27 de dezembro de 2016	320
Anexo G20 – Therezinha Grossi Zafra em 2016.....	323
ANEXO H – JULIÃO PERIANEZ.....	324
Anexo H1 – Registro de Termo de Compromisso, de 10 de outubro de 1963.....	324
Anexo H2 – Homenagem a Julião Perianez, 2º semestre de 2005	325
Anexo H3 – Entrevista concedida em 12 de setembro de 2014	326
Anexo H4 – Julião Perianez em 2014.....	327
ANEXO I – QUADROS DOS DIPLOMADOS	328
Anexo I1 – Ano de 1949 – vista geral	328
Anexo I2 – Ano de 1949 – detalhe dos professores, equipe de gestão e alunos.....	329
Anexo I3 – Ano de 1951 – vista geral	331
Anexo I4 – Ano de 1951 – detalhe dos professores, equipe de gestão e alunos.....	332
Anexo I5 – Ano de 1953 – vista geral	334
Anexo I6 – Ano de 1953 – detalhe dos professores, equipe de gestão e alunos.....	335
Anexo I7 – Ano de 1958 – vista geral	338
Anexo I8 – Ano de 1958 – detalhe dos professores, equipe de gestão e alunos.....	339

APRESENTAÇÃO

A indiferença atua poderosamente na história. Atua passivamente, mas atua. É a fatalidade; e aquilo com que não se pode contar; é aquilo que confunde os programas, que destrói os planos mesmo os mais bem construídos; é a matéria bruta que se revolta contra a inteligência e a sufoca. (GRAMSCI, 2006).

Nascido em São Carlos em 1976, casado, pai de dois filhos, minha infância, adolescência e parte da vida adulta foram vividas em Bocaina, interior do Estado de São Paulo, cidade para a qual me mudei em 1983 e realizei meus estudos até o Ensino Médio na Escola Estadual “Capitão Henrique Montenegro”. Durante esse período a paixão por História já fazia parte de minha vida, fato que se concretizou como minha primeira formação acadêmica em 1998, pelas Faculdades Integradas “Dr. Raul Bauab”, de Jaú.

Além de licenciado em História, tornei-me Tecnólogo em Informática com Ênfase na Gestão da Produção Industrial, Licenciado em Pedagogia, Letras e Ciências Naturais e Matemática, assim como realizei duas Especializações, a primeira em Gestão de Instituições de Ensino e a outra MBA em Planejamento e Gestão Estratégica.

Apesar dessa formação eclética a docência sempre fez parte dos meus projetos, fato consumado em 2012, quando ingressei na Rede Pública Estadual e no Centro Paula Souza, simultaneamente, lecionando Geografia na Rede Estadual (Secretaria da Educação), e História, Filosofia e Sociologia na ETEC Joaquim Ferreira do Amaral de Jaú (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação). Em 2014 fui convidado para fazer parte da equipe de gestão da ETEC, onde permaneço atuante juntamente com a equipe.

O ingresso no PPGE da UFSCar possibilitou aprimoramento enquanto pesquisador, na medida em que a presente Dissertação pôde ser conciliada com as perspectivas pessoais e profissionais, tornando-se possível realizar o resgate histórico da ETEC em que atuo.

A possibilidade foi extremamente gratificante, uma vez que permitiu conciliar a disciplina História, com as perspectivas de resgate e preservação dessa importante

instituição, a qual vem influenciando não somente a cidade de Jaú, mas toda a região desde 1942.

Neste momento, torna-se conveniente mencionar que a realização da pesquisa proporcionou desdobramentos quanto ao resgate histórico da unidade. Em 06 e 07 de outubro de 2016 foi realizado na cidade de São Paulo o “V Encontro de Memórias e História da Educação Profissional: Espaços, Objetos e Práticas”, organizado pelo Centro Paula Souza, onde escrevi e apresentei o artigo “A importância e o significado da ETEC Joaquim Ferreira do Amaral de Jaú (SP) ao longo das últimas sete décadas”, em parceria com a professora Solange Maria Caçador.

Além disso, por recomendação da autarquia será criado um Centro de Memória na ETEC Joaquim Ferreira do Amaral, autorizado pelo Diretor da escola, Professor André Pignatti Zago. Para tanto, já foi disponibilizado um espaço para exposição dos materiais, os quais serão restaurados e catalogados por mim e a professora mencionada, sendo que o trabalho partirá dos levantados que compõem a presente Dissertação.

Diante da ocorrência é possível reforçar a necessidade de resgate da história das instituições escolares, pois, cada qual influenciou e foi influenciada pelo contexto em que foi constituída, e para tanto, sua trajetória, objetos, personagens, ícones e símbolos devem ser preservados e compartilhados com toda a comunidade.

INTRODUÇÃO

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo faber do homo sapiens. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, 1968, p. 7-8).

As instituições escolares, além de centro de disseminação da educação formal, trazem consigo a representatividade do seu contexto, de seu entorno e de suas perspectivas, e por essa razão, estudá-las, permite muito mais do que um simples levantamento histórico, mas entender a rotina em que se encontram ou se encontravam inseridas em determinado momento e conjuntura, haja vista que, como mencionado, elas representam grupos, ideologias, culturas, repertórios, classes sociais, não se limitando, como tal, apenas à materialidade de sua constituição. Pesquisá-las torna-se algo extremamente complexo e limitado quando se aborda simplesmente um ponto de vista, o qual, em grande parte, é responsável por legitimar um grupo social dominante, cuja história frequentemente é marcada por ufanismo e exaltação.

Por conta desses pressupostos é fundamental que os estudos na área sejam desenvolvidos, considerando as singularidades, particulares e sua relação com o universal, condição que permite um direcionamento assertivo da pesquisa no sentido de resgate histórico atrelado à intencionalidade da constituição dos meios, métodos e procedimentos de compartilhamento do conhecimento tido como válido e necessário ao contexto.

Os aspectos acima mencionados levam a considerar a relevância de se estudar as instituições de ensino, sobretudo aquelas com uma história marcante em seu contexto, como é o caso da Escola Industrial da cidade de Jaú, objeto de estudo, uma vez que, como apresentam Werle et al. (2007, p. 148) tal perspectiva “[...] pode ser considerada uma

abordagem que fomenta, no campo da história da educação, uma renovação metodológica e teórica ao instigar trabalhos que discutem as relações dialéticas entre o universal e o particular”.

Na mesma vertente Nosella e Buffa (2005, p. 4) consideram que “[...] os estudos de instituições escolares representam, hoje, um tema de pesquisa significativo entre os educadores, particularmente no âmbito da História da Educação”, privilegiando a cultura escolar que não se limita exclusivamente à sua materialidade, mas em diversos aspectos que a cercam, incluindo procedimentos, métodos, técnicas, cultura, representações sociais, econômicas, históricas.

Sob tal perspectiva a presente pesquisa visa a realizar um levantamento histórico da Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral, de Jaú, considerando as décadas de 1940 e 1950, período que marca sua edificação e atrelamento às necessidades da cidade que se encontrava em franco processo de urbanização e industrialização.

A delimitação 1939-1960 envolve o Decreto n. 9.988, de 7 de fevereiro de 1939, que cria a Escola Profissional Secundária Mista de Jaú, e a ano anterior à publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1961, sob a Lei n. 4.024, que define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição Federal.

Além disso, é adequado mencionar, compartilhando dos estudos de Zanlorense et al. (2012), que a partir da década de 1960 a escolarização teve uma ampliação significativa, condição que se torna irrelevante para os estudos das décadas seguintes, pois a escola já se encontrava em franco desenvolvimento e consolidada na cidade.

Visando a preparação daqueles pertencentes às classes trabalhadoras na cidade de Jaú, o projeto de constituição de uma escola responsável por formar operários para as indústrias que se desenvolviam, Joaquim Ferreira do Amaral (1851-1941), patrono da escola, iniciou seu projeto doando um terreno de aproximadamente 8 mil m² em uma área central do município no ano de 1928.

A intencionalidade do ato e da construção da escola constitui as hipóteses da pesquisa, especialmente porque a cidade, no momento em questão, encontrava-se em acelerada urbanização, constituída por uma burguesia capitalista e industrial, sobretudo após a crise da lavoura cafeeira, na medida em que, baseado no ideário desenvolvimentista nacional, Jaú estava em sintonia com os acontecimentos culturais, sociais, econômicos desencadeados no Estado de São Paulo. “O concreto é concreto por ser a análise de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade” (MARX, 2003, p. 248).

Vale destacar que o estudo não visa a desmistificar a figura de Joaquim Ferreira do Amaral nem, tampouco, desconstruir o caráter ufânico e a representatividade da escola, tanto para o município quanto para a região, mas abordar e analisar a conjuntura que permitiu sua construção e funcionamento, contemplando as particularidades que representam o universal. Além disso, a pesquisa adotará como menção o termo Escola Industrial, apesar de mudanças na nomenclatura por meio dos Decretos que serão apresentados nos capítulos que se seguem, primeiro por ser a maneira que essa ainda é conhecida na cidade e região, assim como esta denominação representa exatamente as propostas dos levantamentos de dados históricos.

Nesse cenário, o estudo tem como questões que nortearam a pesquisa: Qual a intencionalidade na fundação da Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral em Jaú? Quais as características do aluno formado nas décadas de 1940 e 1950?

Desta forma, a pertinência do estudo é inquestionável, haja vista que a Escola Industrial foi constituída em um momento característico da história brasileira e mundial, ancorada pelo fortalecimento da industrialização, da urbanização e do caráter desenvolvimentista do país, consolidados pelo sistema capitalista efetivo que passou a regular as relações de trabalho e a acumulação de capital.

Segundo a lógica do capitalismo liberal, os trabalhadores livres têm liberdade para oferecer e vender sua força de trabalho no mercado, desde que se mantenham no seu devido lugar, desde que não participem dessas misturas indesejáveis, mantendo-se dentro das normas vigentes, desde que, portanto, respeitem as regras impostas por uma sociedade de classes. Sociedade essa que, paradoxalmente, a partir de certos princípios defendidos por uma elite que ascende ao poder, propugna em seus discursos que os direitos humanos, políticos, econômicos, sociais e culturais são direitos de todos, produzindo-os, assim, como direitos universais através de suas famosas palavras de ordem: liberdade, igualdade e fraternidade. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005, p. 2).

Utilizando-se da citação acima como evidente na realidade jauense nas décadas em estudo, a pesquisa que se segue tem como justificativa analisar as particularidades que envolveram a construção e a disseminação do conhecimento técnico da Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral, na medida em que, por meio do estudo de instituições escolares, “[...] o pesquisador pode estabelecer a conexão objetiva entre as particularidades da escola e a sociedade [...]” (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 83). Aproveitando o ensejo, destaca-se que a escolha do tema e do objeto de estudo teve influência direta das pesquisas realizadas por Nosella e Buffa (2009), sobretudo a obra *Instituições escolares: por que e como pesquisar*,

visto que os autores realizam com primor tais levantamentos, resgatando as histórias das escolas e reforçando o quanto as particularidades influenciam e são influenciadas pela sociedade em que se encontram inseridas.

O estudo tem como objetivo central analisar o papel formativo do aluno-trabalhador pela Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral de Jaú/SP, nas décadas de 1940 e 1950. Quanto aos específicos, destacam: realizar um levantamento histórico do cenário nacional no período em questão; apresentar um breve histórico da educação brasileira, especialmente no que concerne o ensino profissionalizante; elaborar o levantamento histórico da cidade de Jaú/SP; analisar a conjuntura em que a Escola Industrial de Jaú foi edificada; abordar a história da escola nas décadas destacadas e sua representatividade na formação do operário mediante as necessidades do contexto.

Para desenvolver o estudo, inicialmente os recursos necessários foram fontes impressas e digitais, uma vez que a composição compreende uma revisão bibliográfica e essas serviram como citações diretas e paráfrases, possibilitando dar cunho científico à pesquisa. Quanto às fontes propriamente ditas, essas foram compostas por livros, revistas e artigos científicos, trabalhos de conclusão de cursos, jornais, sites especializados, abordados na íntegra, capítulos, trechos ou somente como fonte de consulta, utilizando-se de resenhas, resumos e fichamentos.

Para a realização do levantamento de dados as pesquisas se concentraram na internet, em sites como SciELO (<http://www.scielo.org/php/index.php>) e Google Acadêmico (<http://scholar.google.com.br>), utilizando como descritores: ensino técnico, ensino industrial, Jaú, Joaquim Ferreira do Amaral. Além disso, as pesquisas ocorreram nas bibliotecas das Faculdades Integradas de Jaú, na Universidade Federal de São Carlos, no Centro de Documentação Municipal de Jaú, assim como no Museu Municipal da cidade.

A consulta às obras de Nosella e Buffa (2009) e Buffa e Nosella (1998) foram extremamente significativas, dado que a primeira, como o próprio título sugere, traz norte de por que e como pesquisar instituições de ensino; a segunda, por sua vez, por meio da história da escola profissional de São Carlos, fornece subsídios para o levantamento de dados, pelas características comuns das instituições são carlense e jauense.

Em momento posterior, a pesquisa se concentrou na unidade de estudo, especialmente porque nesta situação foi importante o levantamento de dados históricos, documentação, fotografias, assim como a realização de conversas informais e consulta em materiais disponíveis para desvendar o cenário. A realização do levantamento bibliográfico,

da pesquisa na escola, no Centro de Documentação e no Museu Municipal ocorreu entre os meses de setembro de 2015 e julho de 2016.

Fundamental, também, foram as entrevistas realizadas com Caruso Bertrami, professor na unidade desde 1942; Honório Sérgio Conti, aluno nos anos de 1946 e 1947; Maria Thereza Pasqualotti, aluna entre os anos de 1948 e 1953; Pedro Zafra Anaya, aluno entre 1949 e 1955, e professor da escola a partir de 1955; Therezinha Grossi Zafra, aluna de 1955 a 1958; Julião Perianez (*in memoriam*), funcionário desde 1963. Esse último, apesar de ter ingressado após o período de estudo, faz parte do mesmo, pois, além de informações úteis, o pesquisador prestou uma homenagem póstuma pelos quase 54 anos de serviços na instituição.

Vale mencionar que o referencial bibliográfico eleito deveria comprovar as hipóteses levantadas, cuja convergência com os materiais disponíveis na escola era necessária. Durante a coleta de documentação e fotografias na instituição, assim como nas entrevistas, foi possível constatar que parte de sua história foi se perdendo ao longo dos anos, condição que reforça a intenção desse estudo.

Destaca-se que a pesquisa científica apresenta-se como extremamente relevante, não somente no meio acadêmico, mas para a sociedade como um todo, pois a história das instituições escolares, suas particularidades e as articulações com o contexto amplo não podem se perder ao longo dos anos. Realizar um levantamento histórico e o papel formativo da Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral de Jaú/SP nas décadas de 1940 e 1950 é oportuna, já que as pesquisas com tal objeto são limitadas, tornando-se fundamental tal resgate.

Nesta vereda a escolha da linha de pesquisa, o objeto a que se pretendeu estudar, o rigor metodológico, assim como o paradigma epistemológico se mostraram convenientes, permitindo uma pesquisa científica que atendesse às hipóteses, responsável por atingir e ser aceito pelo campo de forma sistematizada, permitindo maior possibilidade de acerto dos resultados esperados.

Particularmente o paradigma epistemológico, este veio ao encontro do objeto de estudo, auxiliando o pesquisador quanto ao que se pretendia com a pesquisa, quais resultados ele almejava, delimitando de maneira adequada a pesquisa, evitando que fosse mero mosaico de autores, sem contundência e ufanismos.

Sob este prisma, o paradigma histórico-dialético se mostrou propício, pois possibilitou debruçar e entender a sociedade por meio de uma visão científica, atendendo à proposta da pesquisa que foi desenvolvida no Programa de Mestrado em Educação da

Universidade Federal de São Carlos, pois essa tem caráter histórico, filosófico e sociológico e aborda a relação homem-sociedade e homem-natureza, cuja instituição de ensino se mostra como articuladora no processo.

[...] cada instituição historicamente construída se constitui numa unidade contraditória do universal e do singular, como, por exemplo, entre aquela que se manifesta no espaço delimitado pelo público e privado. Portanto, a categoria do particular desempenha o papel de um elo (mediação) entre o singular e o geral. Em relação ao singular (instituição), o particular pode ser um elemento do geral (uma determinada lei infraconstitucional), mas, em relação a uma generalidade ainda maior (Estado), o particular pode se transformar em uma categoria singular. (BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 2009, p. 502).

Desta forma, diante das perspectivas apresentadas, a pesquisa é articulada em cinco capítulos, além da introdução, considerações finais, referências e anexos. Especificamente no que se refere aos capítulos, o primeiro apresenta o paradigma desenvolvimentista brasileiro, abordando o cenário político nacional, a economia e a expansão da indústria, assim como a realidade social, tendo o trabalhador no contexto. O segundo capítulo apresenta um breve histórico do sistema educacional brasileiro, envolvendo o ensino profissional, desde o século XVI até as facetas das décadas de 1940 e 1950. O terceiro capítulo aborda a cidade de Jaú, realizando um breve histórico até a conjuntura característica do início do século XX. O quarto capítulo tem como perspectivas apresentar o cenário de fundação da Escola Industrial de Jaú, inicialmente apresentando o panorama nacional, para, em seguida, abordar a cidade de Jaú. O quinto dedica-se à Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral de Jaú, objeto de estudo, tendo por preocupação inicial apresentar uma breve biografia do patrono e, em seguida, realizar um levantamento sobre a fundação e a disseminação do ensino técnico e industrial nos períodos destacados. Os anexos, por sua vez, apresentam documentos, fotografias, entrevistas, permitindo que as informações apresentadas na revisão da literatura pudessem ser comprovadas documentalmente.

A estrutura apresentada permitiu criar uma relação entre o universal e o particular, pois, somente dessa maneira, seria possível responder as questões de pesquisa e atingir os objetivos propostos, sobretudo porque se percebe uma intencionalidade e uma articulação direta com o cenário nacional no momento da constituição da instituição escolar estudada.

1 O BRASIL E O PARADIGMA DESENVOLVIMENTISTA

A elevação do salário pressupõe o acúmulo de capital, e conduz a ele. Torna, portanto, o produto do trabalho cada vez mais estranho perante o trabalhador. De igual modo, a divisão do trabalho torna-o cada vez mais unilateral e dependente, assim como acarreta a concorrência não só dos homens, mas também entre máquinas. (MARX, 2008, p. 27).

1.1 O CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL

Os dezoito anos contemplados pela pesquisa, especificamente os anos de 1942 a 1960, referem-se a um período histórico brasileiro marcado pelo processo de mudanças significativas nas esferas políticas, econômicas, sociais, culturais que influenciaram a configuração do contexto contemporâneo, incluindo a cidade de Jaú/SP e mais particularmente a edificação da “Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral” na cidade, objeto do presente estudo.

Para tanto, analisar a conjuntura inicial nesse primeiro momento é apropriado, contextualizando o levantamento de dados e articulando o panorama nacional com a realidade regional.

Diante do cenário vale ressaltar que o período foi marcado pela ideologia desenvolvimentista e de industrialização, reforçado por alto grau de urbanização nas mais diversas regiões do país. Por meio de tal evidência é pertinente destacar que o processo foi marcado pelo liberalismo econômico e intervencionismo estatal.

No Brasil, o campo ideológico quanto aos modos de pensar a economia estava claramente dividido entre apenas duas forças. De um lado, o liberalismo econômico tinha sido hegemônico desde o Império e atingiu o seu zênite durante a Primeira República. No entanto, mesmo durante este último período seria difícil qualificar como liberal a política econômica cafeeira conhecida como “valorização” [...]. Além disso, é importante notar a

existência de um pensamento “desenvolvimentista” embrionário entre os militares e, o que é de enorme importância, no interior da elite política positivista do Rio Grande do Sul [...]. (PERISSINOTTO et al., 2014, p. 509-510).

Na década de 1920 diversos empresários de São Paulo passaram a compartilhar ideias econômicas convergentes e favoráveis à industrialização, com destaque às ideias do economista romeno Manoielescu, por meio do livro *Théorie du protectionnisme*, inclusive tendo a tradução para o português patrocinada pelo Centro das Indústria, em 1931. Entre os favoráveis ao processo de industrialização destacou-se o empresário Robert Simonsen, defensor da implementação de tarifas alfandegárias e de mudanças estruturais na economia brasileira. Os ideários foram se intensificando, tornando a década de 1930 favorável à indústria, conforme verificado em Perissinotto et al. (2014, p. 512), “o golpe de Estado de 3 de outubro de 1930 no Brasil foi [...] um movimento conservador [...]”, de caráter intervencionista e desenvolvimentista.

A elite política que assumiu o poder depois da queda da Primeira República tem sido qualificada de “fascista”, “corporativista”, “conservadora-modernizadora”, “populista”, “pragmática” ou “nacionalista”. Ainda que todos esses rótulos tenham sua parcela de verdade, o mais importante traço ideológico de Vargas e sua entourage era sua forte orientação positivista¹. Se as ideias de Augusto Comte não se constituíam no “fundamento teórico do desenvolvimento industrial”, [...] elas certamente operavam como um guia prático para ações políticas e administrativas. Enquanto tal, o “positivismo político” desse grupo tinha dois pilares: intervenção estatal e industrialização. (PERISSINOTTO et al., 2014, p. 512).

Por conta das perspectivas acima mencionadas é possível constatar as intenções do governo diante de tais posturas, pois administrativamente visava a construir um corpo científico e profissional formado por servidores públicos e economicamente almejava a promoção da industrialização. É fato que tal ideologia não se aplicava somente a Getúlio Vargas, mas hegemonicamente difundida entre o Partido Republicano do Rio Grande do Sul, “partilhada pela famosa geração de 1907, que o acompanhou ao poder depois de 1930 e que incluía nomes como João Neves da Fontoura, Flores da Cunha, Lindolfo Collor e Osvaldo Aranha” (PERISSINOTTO et al., 2014, p. 512).

Além do campo político, a orientação positivista estendeu-se entre os militares, resultando na aliança entre civis e militares após o fim da República Velha, tornando-se a

¹ Doutrina filosófica, sociológica e política, que valoriza o conhecimento científico, legitimando a sociedade industrial, tendo como marco a Revolução Francesa (1789-1799).

base da orientação desenvolvimentista personificada no início da década de 1930. Como resultado a elite política civil e militar passou a disseminar a ideologia desenvolvimentista nas diversas regiões brasileiras, incorporada e difundida no Estado.

[...] a partir desse momento, o aparato estatal brasileiro materializa crescentemente nas suas agências econômicas uma mentalidade desenvolvimentista previamente existente capaz de estabelecer os parâmetros que definiriam a política econômica. [...]

[...] Quando JK, expoente do desenvolvimentismo brasileiro, foi eleito em 1956, o Brasil já tinha algo próximo de um Estado desenvolvimentista [...]. (PERISSINOTTO et al., 2014, p. 513).

No contexto destacado acima, desenvolvimento se relacionava diretamente e até se tornava sinônimo de industrialização, pois essa se mostrava como a condição primária para que o país prosperasse, melhorando, como consequência, os indicadores econômicos e sociais. Para tanto, era imperativo o rompimento “com o passado agrário, do marasmo rural e das oligarquias retrógradas” (FONSECA, 2003, p. 142). Em razão disso, o desenvolvimentismo atrelado à industrialização se consolidou enquanto ideologia, norteando e justificando “o reordenamento de leis e práticas de política econômica, bem como mudanças e criação de instituições” (FONSECA, 2003, p. 143). As instituições, notadamente as escolas industriais, objetivavam a formação do trabalhador letrado e qualificado para ser incorporado pela realidade industrial que se consolidava, incluindo a Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral, de Jaú.

Depois de 1930 [...] os desenvolvimentistas iriam dominar claramente [...] a cena. [...] [eles] negavam o mercado como *locus* mais eficiente para a alocação de recursos econômicos, defendiam a industrialização, o protecionismo, o planejamento e a intervenção do Estado como maneiras de promover a industrialização pesada e a autonomia nacional. [...] Ainda que o campo desenvolvimentista estivesse dividido entre uma ala nacionalista e um grupo muito mais tolerante quanto à presença do capital estrangeiro, ambos estavam juntos sempre que fosse necessário defender a ideia de planejamento e intervenção estatal contra os ataques liberais [...]. No Brasil, o desenvolvimentismo tinha forte apelo também entre empresários [...]. (PERISSINOTTO et al., 2014, p. 510, **grifo nosso**).

Gradativamente a conjuntura brasileira foi sendo alterada, sobretudo na segunda metade da década de 1940, período esse denominado como redemocratização, marcado pelo fim do primeiro Governo Vargas e por uma política econômica que se voltou para o desenvolvimento industrial e efetivo processo de urbanização, influenciando a sociedade e a cultura do país.

A figura abaixo representa ilustrativamente o gradativo processo de êxodo rural ocorrido no Brasil, comparando a taxa de urbanização das grandes regiões brasileiras em 1940 e 2000, reforçando as mudanças apontadas anteriormente:

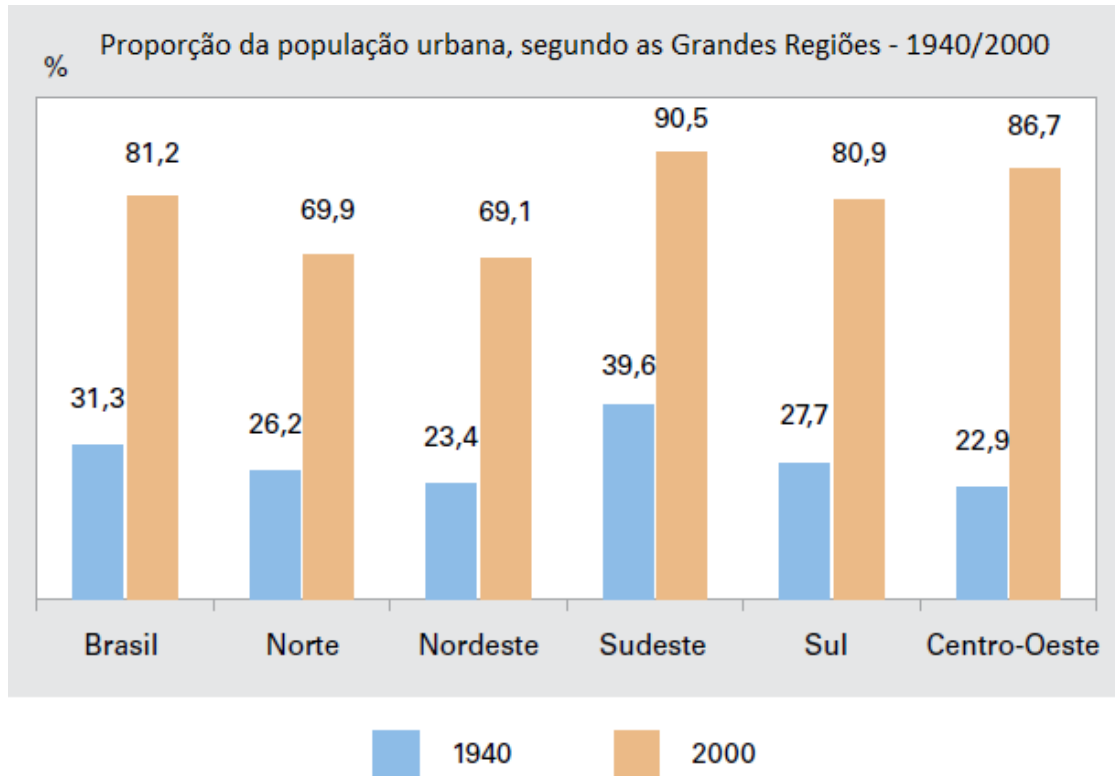


Figura 1: Proporção da população urbana - 1940/2000.

Fonte: IBGE (2016, p. 6).

Ao observar a figura acima é possível verificar o quão significativo foi o período de urbanização no país, cuja industrialização influenciou o processo. “Em meio a esse cenário político a industrialização fez surgir uma nova elite econômica não mais rural e agrária, e sim urbana. O comércio e os serviços vieram juntos com a industrialização” (MACHADO, 2008, p. 23). Nota-se, assim, uma mudança conjuntural, intensificada pela política nacional:

Em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas é deposto, tendo início o período que se convencionou chamar de “redemocratização”, mas cuja duração não chegou a ultrapassar vinte anos. Nesse espaço de tempo, sob o amparo da nova Constituição, promulgada em 1946, vários presidentes foram legalmente eleitos. O primeiro deles seria o general Eurico Gaspar Dutra, apoiado por Getúlio, que não perdera nada em popularidade. Os números publicados pelo jornal O Estado de S. Paulo de 6 de dezembro de 1945 revelavam a considerável diferença de votos entre o candidato e o Brigadeiro Eduardo Gomes, seu oponente imediato. Seria sucedido pelo próprio Getúlio Vargas, que governou de 1951 a 1954, não chegando a concluir inteiramente

o mandato em função da pressão oposicionista que o levou ao suicídio (QUEIROZ, 2004, p. 46).

Fato que merece ser apresentado são as propostas de política econômica verificadas no Governo Dutra, as quais foram se alterando por meio das sucessões no Ministério da Fazenda, sendo elas a de Gastão Vidigal (início do Governo e outubro de 1946), de Pedro Luiz Correia e Castro (outubro de 1946 e junho de 1949) e de Manuel Guilherme da Silveira Filho (junho de 1949 até o final do Governo).

As principais propostas de Gastão Vidigal estavam centradas em uma política de estabilização econômica baseada na ortodoxia liberal: orçamento equilibrado, redução dos gastos públicos e política de câmbio liberal para baratear e facilitar as importações e reduzir as pressões sobre o nível dos preços internos [...].

[...] Pedro Luiz Correia e Castro, [...] em 1947 **[retomou a]** política de controle cambial e, em 1948, o estabelecimento do regime de licença prévia para as importações. [...]

As mudanças que inicialmente ocorreram na gestão de Correia e Castro, e que depois foram aprofundadas na de Silveira Filho, deram início a um progressivo abandono da política econômica liberal-ortodoxa, e ao retorno para uma maior regulamentação das atividades econômicas pelo Estado.

A gestão de Manuel Guilherme da Silveira Filho [...] pode ser considerada um divisor de águas na política econômica do Governo Dutra, tanto em função das medidas por ele implementadas como devido ao quadro econômico externo vigente na época [...]. (BESKOW, 1999, p. 57, **grifo nosso**).

A ideologia reportada anteriormente foi responsável por criar novos paradigmas, formar novos valores, símbolos, crenças, assim como determinados padrões de comportamento, os quais foram se consolidando na década de 1940 e 1950, fase marcada pela expansão econômica nacional, estendida até o início de 1960, correspondendo ao Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e ao seu Plano de Metas (1957/60), como constatado em Beskow (1999).

A reorientação da estratégia econômica que se consolidou nessa fase deve ser analisada a partir da gestão de Eugênio Gudin no Ministério da Fazenda, durante o curto período do Governo Café Filho (entre agosto de 1954, quando se deu o suicídio de Vargas, e a posse de Juscelino Kubitschek em 1956). Um dos marcos desse redirecionamento do desenvolvimento econômico foi a edição da Instrução 113 da SUMOC, em 1955, que possibilitou às empresas estrangeiras sediadas no País a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial (BESKOW, 1999, p. 60-61).

O contexto marca a consolidação do Capitalismo em esfera internacional e a integração do Brasil no processo, condicionando e solidificando a industrialização e urbanização no país, atrelados ao capital estrangeiro e às indústrias privadas.

Este desenvolvimento econômico [...] foi fortemente influenciado pelo vigoroso investimento público por meio dos investimentos diretos do Estado ou de empresas estatais e, de maneira menos ostensiva, pelo capital internacional e privado nacional [...]. A chegada dos capitais estrangeiros foi uma das formas de financiamento desse desenvolvimento e sua entrada no Brasil foi resultado da expansão mundial pela qual passavam os capitais norte-americanos, europeus e japoneses, além de políticas internas de atração destes capitais, vigentes então na economia brasileira. (CAPUTO; MELO, 2009, p. 514).

Diante dos apontamentos constata-se que os presidentes brasileiros pós Vargas intensificaram a ideologia desenvolvimentista e industrial, abarcando e acentuando os interesses empresariais, abrindo agências estatais associadas a esses, estabelecendo uma relação proeminente com tal setor da economia. “Essa organização corporativista do Estado foi importante fonte de estabilidade para o processo de formulação de políticas econômicas com forte orientação industrializante [...]” (PERISSINOTTO et al., 2014, p. 509).

Vale mencionar que, apesar da convergência para o fortalecimento da industrialização no período, ao se compararem as estratégias econômicas do segundo Governo Vargas (1951-1954) e do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), constata-se que o primeiro período mencionado foi responsável por obter a internalização de parte do circuito de acumulação, criando e consolidando o setor de bens de produção e de bens intermediários, constituído, basicamente, por empresas estatais. Quanto ao segundo momento apresentado, houve o deslocamento para o setor de bens de consumo duráveis e de capital, constituído por empresas nacionais e estrangeiras, como verificado em Beskow (1999).

Contudo, mesmo com as particularidades evidenciadas nos governos do período em estudo (anos 1940 e 1950), verificou-se que o Brasil lançou as bases e intensificou a industrialização no país, resultado de diversas condições favoráveis, sendo elas, ampliação do mercado interno; políticas protecionistas e que favoreceram os empresários instalados no país, especialmente estrangeiros; investimentos estatais em infraestrutura de energia, transportes e produção de insumos básicos; investimentos externos na produção industrial; políticas de incentivos e de subsídios ao investimento privado no setor industrial; crescimento da oferta do setor agrícola sem necessitar de volumoso investimento e recursos financeiros, ideias estas compartilhadas por Beskow (1999).

Assim, diante do cenário, a industrialização efetivamente se consolidou no Brasil, resultando em mudanças significativas nas diversas esferas. Diante de tal realidade, após a análise da conjuntura política, torna-se oportuno analisar os aspectos econômicos propriamente ditos do período, haja vista que eles colaboraram na determinação dos preceitos de instalação da Escola Industrial da cidade de Jaú/SP, e seu papel na formação do aluno-trabalhador para ser inserido no mercado de trabalho da cidade e da região em estudo.

1.2 A ECONOMIA NACIONAL: A EXPANSÃO DA INDÚSTRIA

Dando andamento ao presente estudo, o tópico que se segue tem como pressuposto analisar o cenário econômico nacional, em especial aquele que se refere à vertiginosa expansão da indústria. Tal recorte se faz necessário, pois, por meio deste entendimento torna-se possível analisar a conjuntura em que a Escola Industrial de Jaú/SP foi constituída, reflexo das mudanças que intensificaram no âmbito nacional, regional e local, criando uma relação do particular com o universal, já que este último é uma abstração que tem como base a realidade concreta, como verificado em Oliveira (2001).

Para tanto, inicialmente se faz necessário analisar o papel do café no cenário nacional, para, em seguida, considerar sua contribuição para a expansão da industrialização. Por conta disso se utilizar dos estudos de Arlanch (1974) é relevante, permitindo verificar a conjuntura de expansão do produto, constatando que, a partir de 1850, ocorre uma mudança significativa na produção agrícola brasileira delineando a economia do país. Nesse período, os investimentos do setor açucareiro migram para a lavoura de café, uma vez que o produto, no momento em questão, tornou-se mais lucrativo.

A lavoura cafeeira, devido às novas condições encontradas, passa a se estruturarem moldes diferentes. O setor dinamizador dessa economia continuou sendo o comércio externo, mas foi sua nova maneira de ser que veio modificar as bases econômicas internas. Para isso contribuíram: conquista de novas terras, aumento de produtividade, acúmulo de capitais, intensificação dos meios de comunicação, mão de obra livre, aumento da população, principalmente com bases na imigração, intensificação do comércio interno, introdução de uma economia monetária. Baseando nessas modificações começou a solidificar a nova estrutura econômica, dando ensejo ao aparecimento de um mercado interno. (ARLANCH, 1974, p. 840).

Ao analisar o desenvolvimento do mercado interno, esse tinha uma relação de dependência com a criação e expansão de núcleos urbanos, processo que ocorreu na Província de São Paulo, principalmente, atrelando desenvolvimento do mercado interno e urbanização, ancorados pela economia cafeeira, como verificado em Arlanch (1974).

Outro ponto de destaque refere-se à grande valorização das propriedades destinadas à lavoura cafeeira, criando uma oligarquia agrícola, a qual, posteriormente, migrou para a produção industrial, com a crise do produto. Além disso, por conta da lavoura e o fim da escravidão, a vinda de imigrantes para o trabalho rural se intensificou, cuja maioria, limitada financeiramente, teve como alternativa ser colono nas propriedades ou deslocar-se para as cidades, como foi o caso de Jaú, que será abordado posteriormente.

[...] a expansão dos cafezais refletiu diretamente na elevação dos preços das terras e é natural que, sob essa circunstância, tenha sido difícil ao colono adquirir terras.

[...] o acesso à propriedade pelos imigrantes era extremamente limitado. (TRUZZI, 2007, p. 85).

A lavoura cafeeira foi responsável por diversas mudanças no panorama paulista, especialmente com o surgimento de diversos povoados, como resultado da imposição da “marcha do café” por novas terras. Entre os povoados resultantes da ocorrência, além daqueles do chamado “quadrilátero do açúcar”, destacam-se: Jaú, no ano de 1853, Ribeirão Preto, em 1856, São Carlos, em 1857, Bariri em 1858, Santa Rita do Passa Quatro, no ano de 1860, Angatuba, em 1867, São José do Rio Pardo, em 1867, dados esses coletados em Arlanch (1974).

A “marcha” ocorreu não somente pela necessidade de expansão das terras para a produção, mas, também, pela “expulsão” dos trabalhadores dos latifúndios, entre eles os imigrantes, resultando em um deslocamento para áreas que se tornaram importantes centros urbanos.

[...] a busca por solos mais férteis, que oferecessem maior produtividade, ou mesmo a procura por propriedades que concedessem maior área para o plantio de subsistência dos colonos determinaram uma intensa mobilidade da força de trabalho.

[...] outra alternativa colocada para os imigrantes era tentar a vida na cidade. (TRUZZI, 2007, p. 87)

Quanto ao desenvolvimento industrial, em Barros (2013) é possível verificar que particularmente no Estado de São Paulo, o surgimento das indústrias ocorreu de forma

desenvolvimento da economia nacional, favorecendo de maneira significativa o setor industrial, permitindo a acumulação de capital resultante da exportação do café, integração das regiões, aumento do consumo interno, acesso e disponibilidade de mão de obra livre e assalariada. De acordo com Barros (2013), a fixação das indústrias criou relação direta com os avanços das telecomunicações e dos transportes porque esses facilitaram o escoamento da produção, além de reduzir os custos para a compra de insumos e matérias primas.

Complementando as condições estruturais e humanas mencionadas acima, vale apontar que as proximidades físicas dos recursos naturais, assim como os compradores, foram fundamentais na determinação da localização das primeiras fábricas, como verificado em Barros (2013).

Como destacado,

[...] as primeiras fábricas e indústrias nascem dispersas no estado de São Paulo com o intuito de atender a demanda local. Poucas vingam a longo prazo; aquelas que se mantêm e as novas perpetuam esta característica geográfica. E assim, ainda dispersas, impulsionam o crescimento paulista de tal forma que o número de estabelecimentos e a produção superam o Distrito Federal e os demais estados brasileiros no que diz respeito à atividade industrial nos anos 1920. No decorrer da década de 1950, o crescimento se dá de forma mais concentrada, seguido por um crescimento mais ameno e disperso nas décadas de 1960 e 1970. (BARROS, 2013, p. 90).

Outro fator que marcou o desenvolvimento da indústria no Estado de São Paulo foi o intervencionismo governamental, uma vez que ele foi eficaz para sustentar o preço do café, produto dominante no período, o que resultou em mecanismos de acumulação do capital e a ampliação dos mercados. O intervencionismo mencionado se torna “[...] evidente com a assinatura do acordo que decide pela intervenção no mercado para manter o preço do café firmado em 1906 na cidade de Taubaté” (BARROS, 2013, p. 90), criando um cenário propício para a indústria, como apresentado, não como substitutiva imediata do café, mas desenvolvendo-se concomitante com esse, especialmente no início do século XX.

Além disso, a respeito da crise iniciada em 1929, o Brasil foi um dos primeiros países do Ocidente a sair dessa situação, condição impulsionada mais uma vez pela política intervencionista do governo responsável por sustentar as exportações de café, como destaca Furtado (1977), favorecendo, como consequência, muitos cafeicultores que gradativamente migraram para o ramo industrial.

Sob tal consideração é possível apresentar que as primeiras manufaturas e fábricas foram defendidas e até mesmo implantadas por diversos fazendeiros de café, as quais

apresentaram resultados positivos em São Paulo (BARROS, 2013). Nesta realidade o papel dos imigrantes, sobretudo europeus, foi considerável, pois uma parte significativa destes apresentava conhecimento sobre técnicas de produção e gerenciamento, resultantes das experiências prévias, auxiliando, por exemplo, nas áreas de construção das fábricas, além da compra e desenvolvimento daquelas já existentes. Muitos desses imigrantes, inicialmente, foram absorvidos para o trabalho na produção do café, mas deslocaram-se para as atividades fabris.

Quando se analisa o envolvimento dos produtores de café já nos primórdios da industrialização paulista, seja na utilização da mão de obra imigrante, como nos investimentos propriamente ditos, entende-se que o deslocamento econômico do café para a indústria, especialmente a partir de 1929, foi uma ocorrência “natural”, reforçando o ideário tradicionalista de famílias em diversas regiões, como é o caso jauense, com os Almeida Prado, resultado da influência econômica no período, inicialmente com o café e posteriormente com a indústria.

Ainda nesta vereda, o exponencial crescimento da indústria na década de 1930 foi ancorado pelas políticas governamentais em defesa dessa, evidenciadas como um prolongamento das ações em prol dos cafeicultores anteriores à crise instaurada em 1929, que tem como justificativas hipóteses como:

(a) [...] exigências pragmáticas impostas pela crise, por sua repercussão no balanço de pagamentos e na arrecadação de impostos; (b) [...] razões de ordem política, frente à importância do setor cafeicultor e pela própria composição do governo, chamando atenção a seus compromissos conservadores, “oligárquicos” e “agraristas”; ou (c) [...] devido a um terceiro fator, assinalado em uma passagem, na qual se menciona não propriamente a política governamental, mas a decisão individual dos capitais privados, em busca de diversificação dos investimentos, já que nas atividades voltadas ao mercado interno havia maior perspectiva de lucro, frente à crise das atividades de exportação. (FONSECA, 2003, p. 136-137).

Diante da propícia realidade se evidencia “um considerável avanço entre 1933 e 1939 e um ímpeto menor entre 1939 e 1945. Isto significa que a indústria se recuperou rapidamente dos anos de depressão iniciados em 1929”. (FAUSTO, 2001, p. 217). O contexto próspero à indústria, anteriormente atrelado à lavoura cafeeira e, na sequência, marcado pela ótica desenvolvimentista e de urbanização destacadas no tópico anterior, possibilitou mudanças estruturais que favoreceram a metalúrgica, mecânica, materiais elétricos e de comunicações e de transportes entre 1919 e 1939. De acordo com Marson (2012), a condição

brasileira de economia periférica resultou no surgimento da indústria de máquinas e equipamentos.

Neste ponto é possível apontar algumas hipóteses para as origens e evolução de uma indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo no final do século XIX. [...] possivelmente as características do setor, como a necessidade de manutenção técnica de máquinas e ferramentas próximas ao local onde estavam instaladas, oferta de empreendedores e mão de obra de técnicos especializados resultante da imigração e baixa necessidade de capital para a entrada no setor de manutenção poderiam ser características importantes. O alto crescimento da produção industrial e oferta de trabalhadores imigrantes relativamente qualificados podem ter fornecido as condições para a gênese de uma indústria de máquinas no Estado de São Paulo no final do século XIX, mesmo período de início do processo de industrialização neste Estado. (MARSON, 2012, p. 21).

Contudo, não é somente na indústria de máquinas e equipamentos que São Paulo vai se especializar, sobretudo na primeira metade do século XX. A crescente participação da indústria do Estado no total da produção nacional chega a 33% no ano de 1920 (BARROS, 2013). No referido ano as regiões paulistas contavam com 4.145 estabelecimentos industriais, cujas indústrias de alimentação e vestuário e toucador eram responsáveis por empregarem 13% da mão de obra em cada uma delas. Ainda é possível mencionar que a indústria de alimentação representava 31% dos estabelecimentos do Estado e participou com 35% do valor total da produção industrial no ano, enquanto que a de vestuário e toucador contemplava 18% dos estabelecimentos e participou com 9% do valor produtivo.

Diante dos dados anteriormente apresentados é possível reforçar que o vertiginoso desenvolvimento industrial em São Paulo resultou em considerável especialização produtiva em regiões bem definidas, condição que permite entender a conjuntura regional no contexto atual, como é o caso da cidade de Jaú no ramo calçadista, principalmente a partir da década de 1950, como verificado em Contador Júnior (2004). Além dela,

[...] a área considerada como Baixada Santista é ampliada com a inclusão do município de Cubatão que já cresce industrialmente e passa a estar entre os cinco mais industrializados do Estado. Essa ascensão é atribuída à implantação de um complexo petroquímico a partir da Refinaria Artur Bernardes. A instalação de uma refinaria estatal e os investimentos privados em outras partes da cadeia produtiva fazem com que o parque petroquímico de Cubatão ganhe relevância na produção industrial, o que segue nas décadas de 1960 e 1970.

Nos estabelecimentos das indústrias metal-mecânicas que surgem na metade da década de 1950 ocorre inédita articulação, uma complementaridade entre a grande empresa estrangeira, muitas vezes monopolística, e os pequenos e médios estabelecimentos nacionais dos ramos metalúrgicos e metal-

mecânicos que se modernizam e se expandem. Formam-se oligopólios diferenciados, articulados horizontalmente e verticalmente. Permanecem os tradicionais estabelecimentos da indústria metal-mecânica em Campinas, Piracicaba, Limeira e Jundiaí e alguns no Vale do Paraíba. As articulações industriais ganham força entre cidades próximas e mais distantes da capital. (BARROS, 2013, p. 92).

Como destacado anteriormente e compartilhado dos estudos de Fonseca (2003), o intervencionismo, a intenção e consciência estatais possibilitaram um crescimento relevante da indústria de transformação, sobretudo a partir de 1933, ancorado pela ideologia desenvolvimentista, associando indústria ao progresso econômico, condição, inclusive, constatada no discurso de 7 de setembro de 1936 proferido por Vargas (1938, p. 182): “Atingimos elevado estágio de desenvolvimento cultural, institucional e econômico. [...] Já não somos um país exclusivamente agrário, jungido à luta pelos mercados consumidores de matérias-primas e esmagado pelo peso das aquisições de produtos industriais”.

O pronunciamento de Vargas (1938) apontava para o novo período da história brasileira, marcado pelo caráter desenvolvimentista, industrial e urbano. Entre os anos de 1933 e 1939 o crescimento da indústria nacional ocorreu rapidamente, com uma taxa média de 11,2% ao ano, bem maior que o período de 1929 a 1932, com crescimento da produção industrial de apenas 1%, dados esses coletados em Marson (2012). Diante desta constatação e de acordo com Villela e Suzigan (2001), nota-se que o crescimento da produção industrial brasileira foi expressivo, com taxa média na ordem de 8,4% ao ano entre 1929 e 1939. Contudo, o crescimento não foi homogêneo dentro da indústria, constatando-se mudanças estruturais entre 1920 e 1940:

[...] as indústrias básicas (metalúrgica, mecânica, material elétrico e material de transportes), com a exceção da indústria de cimento (incluída em transformação de minerais não-metálicos), praticamente dobraram a sua participação no total do valor adicionado da indústria. Por outro lado, as indústrias tradicionais (principalmente têxtil, vestuário e calçados, produtos alimentares, bebidas, fumo e mobiliário), apesar de ainda constituírem 60% do valor adicionado da indústria, tiveram sua participação relativa diminuída, pois, em 1919, representavam 72%. (VILLELA; SUZIGAN, 2001, p. 221-222).

Apesar do grande desenvolvimento industrial no país, a população economicamente ativa em 1940, segundo o Censo Demográfico, ocupava-se, sobretudo, com atividades agrícolas, pecuária, silvicultura (32,6%), e atividades domésticas e escolares (41%):

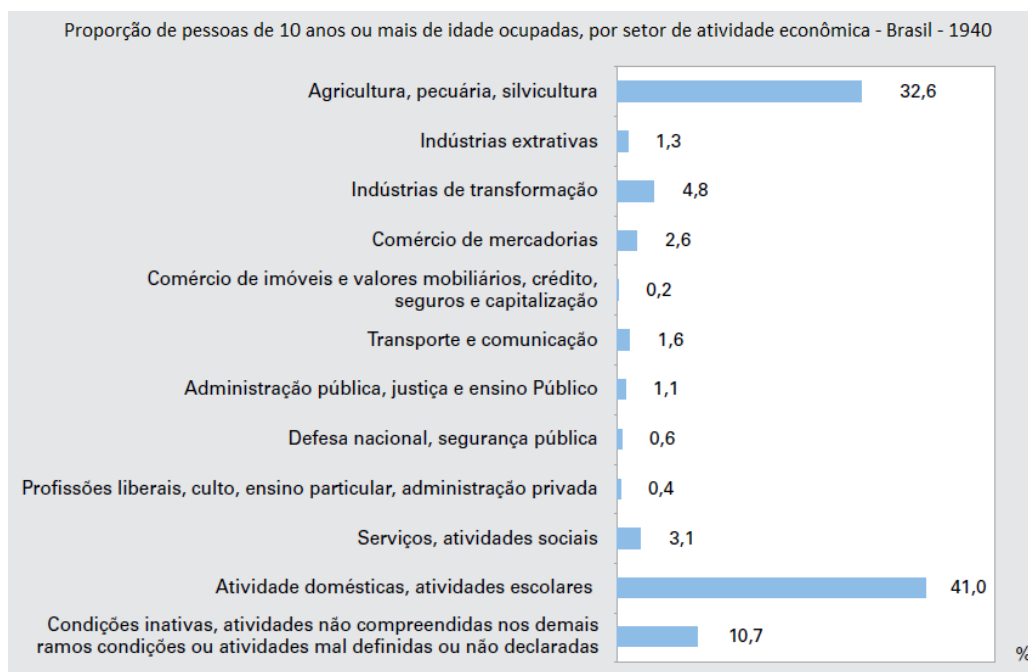


Figura 3: Ocupação no Brasil segundo atividade econômica em 1940.
Fonte: IBGE (2016, p. 58).

No período apresentado, entre as principais ocupações, constata-se que os homens representam 56,7% dos 32,6% de trabalhadores que se dedicavam à agricultura, pecuária e silvicultura, e que 73,4% daqueles nas atividades domésticas e atividades escolares eram mulheres, considerando os 41% do setor, como pode ser observado na figura abaixo:

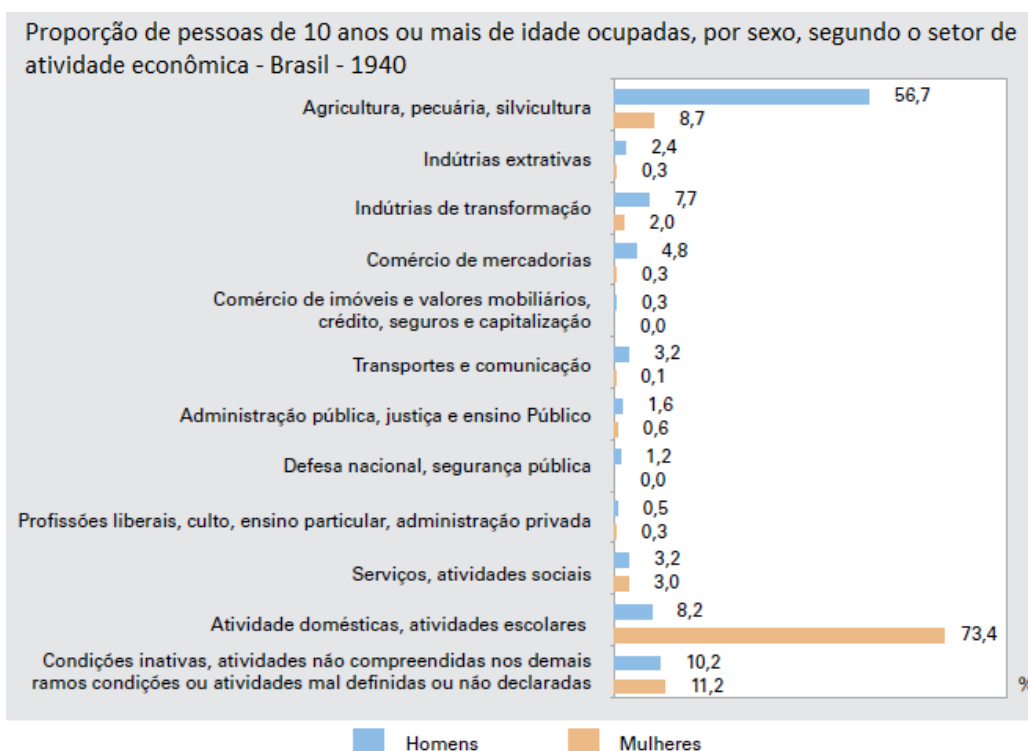


Figura 4: Proporção de pessoas nos setores econômicos brasileiros - 1940.
Fonte: IBGE (2016, p. 58).

Ao considerar os dados apresentados por meio do Censo Demográfico de 1940, chega-se à conclusão de que o crescimento industrial no país não necessariamente se relaciona à absorção da mão de obra economicamente ativa, pois este setor de atividade, frequentemente, prioriza certo grau de especialização e conhecimento técnico nos processos desenvolvidos. O que deve ser considerado, neste momento, é o impulso na economia dado pela indústria, uma vez que “tanto a recuperação econômica como a mudança do eixo principal da economia brasileira para a indústria e para o mercado interno não decorreram de intenção ou consciência governamental neste sentido”, mas uma consequência do próprio envolvimento de um número significativo de cafeicultores no setor e o intervencionismo do Estado como reflexo do próprio contexto, intensificado a partir da crise do café (FONSECA, 2003, p. 138).

A industrialização brasileira surgiu e se consolidou como um subproduto da política econômica nacional, de acordo com a qual, “[...] visando a defender o setor externo [...] o Poder Público criou condições para uma rápida ampliação do setor industrial ligado ao mercado interno” (FURTADO, 1961, p. 238), intensificando-se a partir da década de 1940.

Conduto, mesmo com o crescimento industrial, o setor agropecuário brasileiro permaneceu expressivo:

[...] os produtos agrícolas que mais cresceram no período 1945-1965 foram o café (5,5 vezes), o arroz (3,5 vezes) e a cana-de-açúcar (3,0 vezes). Entre os que tiveram um crescimento intermediário destacam-se o trigo e o milho (2,5 vezes), o feijão (2,3 vezes) e a batata (2,0 vezes). O cacau foi o produto que teve o menor crescimento (apenas 1,3 vezes). Ao contrário do que ocorrera no período anterior (1930 a 1945), nas duas décadas entre 1945 e 1965, o crescimento da produção de trigo foi superior ao das suas importações. Com relação aos produtos de origem animal, verifica-se que a produção de carne bovina cresceu 2,0 vezes, a de carne suína 1,9 vezes e a de aves teve um crescimento maior, multiplicando-se por três; por outro lado, enquanto a produção de leite comum cresceu 2,9 vezes entre 1949 e 1965, a de leite pasteurizado multiplicou-se por 4,6 vezes. (BESKOW, 1999, p. 62).

A economia do Brasil apresentou um excepcional desempenho entre as décadas de 1940 e de 1970, apresentando-se como um dos mais representativos no período Pós Guerra, o qual se soma ao elevado nível de concentração de renda.

[...] tornou-se, com outros países latino-americanos e da África Subsaariana, uma das poucas áreas do globo em que não houve uma substancial melhora na distribuição de renda nos trinta anos após o fim da Segunda Guerra Mundial. O motor das transformações econômicas no Brasil no pós-guerra foi o setor industrial, que cresceu em média 9,0% a.a. entre 1945 e 1978,

superando por ampla margem o observado nas maiores economias da América Latina. (COLISTETE, 2009, p. 386-387).

Em Barros (2013) é possível verificar que na década de 1950 o crescimento industrial foi ainda mais acelerado, na medida em que o governo federal passou a contratar comissões responsáveis por avaliarem a situação econômica, assim como sugerirem políticas de estímulo ao crescimento. Como resultado constata-se a necessidade de investimento nos ramos automobilístico, de transporte e químico, os quais se encontravam em fase de consolidação no Estado de São Paulo, contribuindo para a concentração geográfica industrial, mostrando “indícios da crença de que o crescimento da região estimularia automaticamente outras regiões do país” (BARROS, 2013, p. 92). Por conta disso ocorre a expansão da indústria de bens de consumo duráveis, condição que marca uma nova fase industrial, especialmente entre os anos de 1955 e 1961, resultando em investimentos de grandes empresas industriais de capitais estrangeiros no Estado.

Ao considerar o momento histórico analisado é possível verificar uma intensificação ainda maior do processo de industrialização, seguindo por uma expressiva urbanização nas diversas regiões do país, potencializada no Estado de São Paulo e particularmente a cidade de Jaú, incluindo uma considerável integração entre agricultura e indústria. Segundo Beskow (1999, p. 56) “o entendimento do que foi a maior parte desse longo período de expansão econômica acelerada - com um crescimento industrial de 9,7% a.a. entre 1947 e 1961, e de 11,0% a.a. entre 1956 e 1961 - passa pela caracterização de três fases bem definidas”.

[...] a primeira metade do Governo Dutra (até 1948); o segundo Governo Vargas (1951 a 1954); e o Governo Kubitschek (1956 a 1961). A segunda fase foi fortemente marcada pela intervenção do Estado na economia, seja através da criação e consolidação de um setor produtivo estatal, seja por meio de investimentos na infraestrutura, ou ainda pelo aumento do grau de regulamentação governamental das atividades econômicas.

Embora no seu início o Governo Dutra (1946-1950) tivesse tido um discurso e uma prática de política econômica baseados na ortodoxia liberal antiestatizante, antidesenvolvimentista e antiintervencionista, ele não pode ser considerado um simples intervalo entre os dois períodos governamentais de Getúlio Vargas.

Na verdade, a sua trajetória econômica esteve fortemente condicionada pelo primeiro Governo Vargas e, mais particularmente, pela fase final do Estado Novo. (BESKOW, 1999, p. 56).

Levando em consideração a citação acima é possível destacar que o caráter desenvolvimentista brasileiro estava atrelado às aspirações do governo federal, constituindo

uma premissa do poder público, criando uma íntima relação entre Estado e a iniciativa privada, evitando, para tanto, prejuízo da última, “amparando-a e favorecendo o surto de novas culturas e indústrias” (VARGAS, 1938, v. 4, p. 209). Neste contexto verificam-se mudanças significativas na estrutura nacional, tendo a industrialização e a urbanização como propulsoras da conjuntura, na medida em que o Estado Novo assume um papel simbólico e ideológico marcante, atribuindo uma intencionalidade nacionalista de substituição das importações e desenvolvimento do país (FONSECA, 2003).

[...] o melhor desempenho da industrialização brasileira está intimamente vinculado a fatores institucionais e ideológicos. Esses dois primeiros fatores, porém, dependem intimamente de um terceiro, a saber, a presença de uma elite estatal disposta a tomar medidas desenvolvimentistas, entre elas a construção de instituições para implementá-las. (PERISSINOTTO et al., 2014, p. 506-507).

Segundo tal constatação Perissinotto et al. (2014) destacam que o Brasil apresentava no momento histórico destacado um contínuo processo de construção de agências estatais responsáveis por fornecer assessoria técnica, além de formularem políticas econômicas desenvolvimentistas, condições que convergem para as necessidades do momento e proporcionam condições positivas de desenvolvimento. Vale mencionar que nem todas as instituições estavam voltadas diretamente para a formulação de políticas econômicas, mas constata-se um expressivo “número de instituições duradouras, institucionalizadas e dotadas de capacidade técnica e política para assessorar, formular e implementar políticas econômicas desenvolvimentistas” (PERISSINOTTO et al., 2014, p. 507).

Entre as instituições mencionadas acima é possível destacar o Conselho Federal de Comércio Externo, o Itamaraty, o Departamento Administrativo do Serviço Público, o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, a Superintendência da Moeda e do Crédito, a Assessoria Econômica da Presidência da República, das quais, muitas delas, tinham funcionamento equivalente aos cursos de economia surgidos no final da década de 1930. Além das instituições apresentadas foram criados inúmeros conselhos estatais significativos para a formulação de políticas econômicas, formação de técnicos e servidores que passaram a constituir a burocracia econômica estável no diversos órgãos estatais.

A realidade que foi consolidando no país e particularmente no Estado de São Paulo salienta a rápida diversificação da indústria, não se limitando somente à expansão quantitativa, mas também ganhos quanto à eficiência nos processos produtivos, resultado do

aumento na produtividade do trabalho, consolidando os preceitos do Capitalismo, como verificado em Colistete (2009).

Em 1953, avança a participação dos estabelecimentos de minerais não metálicos para 15%. Produtos alimentares e indústria têxtil chegam a 13% cada. No entanto, os têxteis já contribuem mais para o valor da produção estadual, com pouco mais de 20%. Todas essas variáveis e suas interações favorecem o desenvolvimento da indústria nacional concentrada no Estado de São Paulo. A indústria passa a superar a agricultura na contribuição para o Produto Interno Bruto do Brasil, mas a participação do país no comércio mundial pouco varia, bem como a pauta das exportações, de tal forma que o crescimento da indústria paulista parece estar voltado para atender o mercado interno [...]. (BARROS, 2013, p. 101).

Ainda de acordo com Barros (2013), as alterações conjunturais no cenário, incluindo o internacional, resultantes das mudanças nas políticas públicas nacionais possibilitaram mudanças no cenário industrial paulista, condicionando o crescimento maior da região se comparado a outros estados da Federação, principalmente na década de 1950 e início dos anos 1960, resultando na constituição de três aglomerações territoriais, onde a mais expressiva delas é na capital paulista e imediações, com a presença de indústrias de capital estrangeiro em ramos de maior intensidade tecnológica.

Por meio dos apontamentos acima é possível delinear a conjuntura nacional, cujo desenvolvimento industrial marcou a proliferação das escolas industriais no país, como ocorreu com a escola em estudo, haja vista que as condições eram propícias e suas edificações foram necessárias para consolidarem o ideário desenvolvimentista, industrial e urbano que, cada vez mais, passou a fazer parte da realidade nas diversas regiões do país, incluindo Jaú.

Desta forma, dando andamento aos estudos, é importante analisar a realidade social no país, em especial a condição do trabalhador, pois esse se tornou o principal agente atendido e assistido pelas escolas industriais, o qual deveria ser qualificado para as relações de produção que passaram a fazer parte da realidade em questão.

1.3 A REALIDADE SOCIAL: O TRABALHADOR NO CONTEXTO

Após a apresentação do cenário político e econômico nos tópicos anteriores, nesse momento se torna pertinente realizar o levantamento da conjuntura em que a industrialização se constitui no Brasil e foi responsável pela estruturação de uma nova

perspectiva de classes, de organização do trabalho, do desenvolvimento econômico e da urbanização.

Por conta disso, ao debruçar-se no final do século XIX é possível constatar que o Brasil apresentava alterações em seu panorama político, assim como nas relações produtivas, condições essas que consolidaram uma nova realidade social e política, haja vista que o trabalho passou a ser livre e assalariado e o regime se tornou republicano, como destacam Zanlorense et al. (2012). Diante da crescente expansão da lavoura cafeeira no período e o novo sistema de organização social que se fundamentou com o fim do trabalho escravo, o contexto foi marcado pela intensificação do fluxo imigratório, de maioria europeia, destinado à realização do trabalho no cultivo do café e na industrialização, que se encontrava em fase de estruturação.

Muitos dos imigrantes, que em um primeiro momento fixaram-se nas fazendas de café ou nos núcleos coloniais, passaram a buscar melhores condições de trabalho. Voltando para o país de origem, ou apenas vendendo o lote adquirido no núcleo colonial e mudando-se para a área urbana. Algumas das cidades paulistas apresentaram grande crescimento industrial nos anos finais do século XIX. Muitos investidores adquiriram lotes dos antigos colonos, para a criação de indústrias, que usaria a mão de obra dos moradores locais.

Sendo mais viável, nesse caso, a aquisição de lotes em antigos núcleos que estivessem localizados nas proximidades de estradas de ferro ou de grandes centros. Esse foi o ocorrido nos núcleos coloniais imperiais da Glória - que atualmente integra o bairro de Vila Mariana na cidade de São Paulo, e de São Caetano; e no núcleo provincial de Ribeirão Pires, estes últimos localizados nos arredores da Capital paulista. Os mencionados núcleos foram criados com a finalidade de abastecerem os moradores da cidade paulistana com seus produtos agrícolas. Outros núcleos haviam sido instalados na mesma época, com a mesma finalidade: o de Santana, que atualmente é um bairro da cidade de São Paulo, e o de São Bernardo, que hoje em dia é um município denominado como São Bernardo do Campo. (PRADO, 2015, p. 264).

Como verificado em Prado (2015), várias localidades urbanas presentes neste momento histórico foram se tornando centros urbanos expoentes, absorvendo a mão de obra imigrante, responsável por trazer mudanças significativas em seu panorama, pois grande parte desta nova população influenciou na arquitetura, na cultura, nas relações sociais, econômicas de trabalho, seguindo os moldes europeus de origem. Tal influência justifica-se pelo fato de algumas destas regiões considerarem que estes novos habitantes do centro urbano apresentavam melhor desempenho nas funções que a cidade precisava. Segundo Fausto (1991, p. 31), a realidade responsável por inserir os “imigrantes no meio urbano” deveu-se à

presença maciça desses, assim como eles apresentavam trabalho qualificado “a partir da pequena oficina e do comércio miúdo”, resultante das experiências vividas na Europa.

A realidade urbana e desenvolvimentista que foi se intensificando no contexto e abordada no tópico anterior mudou o cenário e consolidou as novas relações de trabalho articuladas ao panorama capitalista. Gradativamente o trabalhador urbano, absorvido pela indústria e pelo comércio foi alterando as relações, exigindo, inclusive, articulações do governo no tratamento com a mão de obra que se organizava, sobretudo a partir da década de 1930, diferentemente das relações agrárias que até então se evidenciaram.

Considerar o trabalhador capital humano certamente está longe do imaginário das elites agrárias. Não é por acaso que a legislação trabalhista restringe-se ao setor urbano da economia, excluindo os trabalhadores rurais. Além de mostrar os compromissos entre os setores agrários e o governo, esta exclusão ajuda a revelar seu caráter nitidamente urbano, principalmente industrial, no sentido que é uma questão posta pelo aparecimento e crescimento da economia urbano-industrial e tem sua razão de ser vinculada à perspectiva de seu desenvolvimento. (FONSECA, 2003, p. 146).

Os apontamentos apresentados acima reforçam o ideário intencional estatal, onde Fonseca (2003, p. 145, **grifo nosso**) apresenta que “[...] a política do governo com relação aos trabalhadores **[foi]** essencial para detectar-se a existência de um projeto industrializante”, condição que evidencia que a indústria não é mais considerada como “subproduto” que defendia os interesses do café, mas uma vertente responsável por gerar divisas ao país, intensificadas após a Crise de 1929, fortalecendo a necessidade de articulações de políticas relacionadas ao trabalho industrial, regulamentando as relações e reconhecendo conflitos que passaram a se revelar, mediando-os e preparando a mão de obra para as atividades produtivas, não apenas rurais, mas urbanas, representadas pelo comércio e pela indústria.

Diante da realidade posta foi se consolidando uma burocracia econômica, de caráter técnico e estável, como mencionam Perissinotto et al. (2014). Essa burocracia, criada progressivamente por meio de reformas da administração estatal, iniciadas na década de 1930, resultou na constituição e treinamento de técnicos na área de economia, os quais fizeram carreira no setor público, materializando a ideologia desenvolvimentista e urbana, produzindo agentes que não somente operavam as instituições, mas reproduziam tal ideologia no interior do aparelho estatal.

Vargas em várias ocasiões recorreu a argumentos históricos para justificar a nova legislação trabalhista, como em discurso proferido na comemoração do primeiro ano de sua posse, em outubro de 1931. Nesta ocasião, com rara clarividência expôs que o fim da escravidão não trouxera de imediato novas leis para substituir as antigas; a República Velha omitira-se quanto à regulamentação do trabalho assalariado, de maneira que era preciso organizá-lo “em bases racionais”, com novas leis, novas instituições, novos costumes e novos hábitos [...]. O alcance e o significado de discursos como estes não podem ser ignorados ao se abordar a consciência e a intencionalidade das mudanças pelos personagens da história e, somados a seus atos, são capazes de revelar suas intenções. (FONSECA, 2003, p. 147).

Como forma de ilustrar os levantamentos teóricos, a figura abaixo apresenta um comparativo da mão de obra, por gênero, absorvida pelos setores econômicos no Brasil em 1940 e 2000, condição significativa para o entendimento das especificidades criadas na constituição dos cursos industriais, que serão abordados posteriormente.

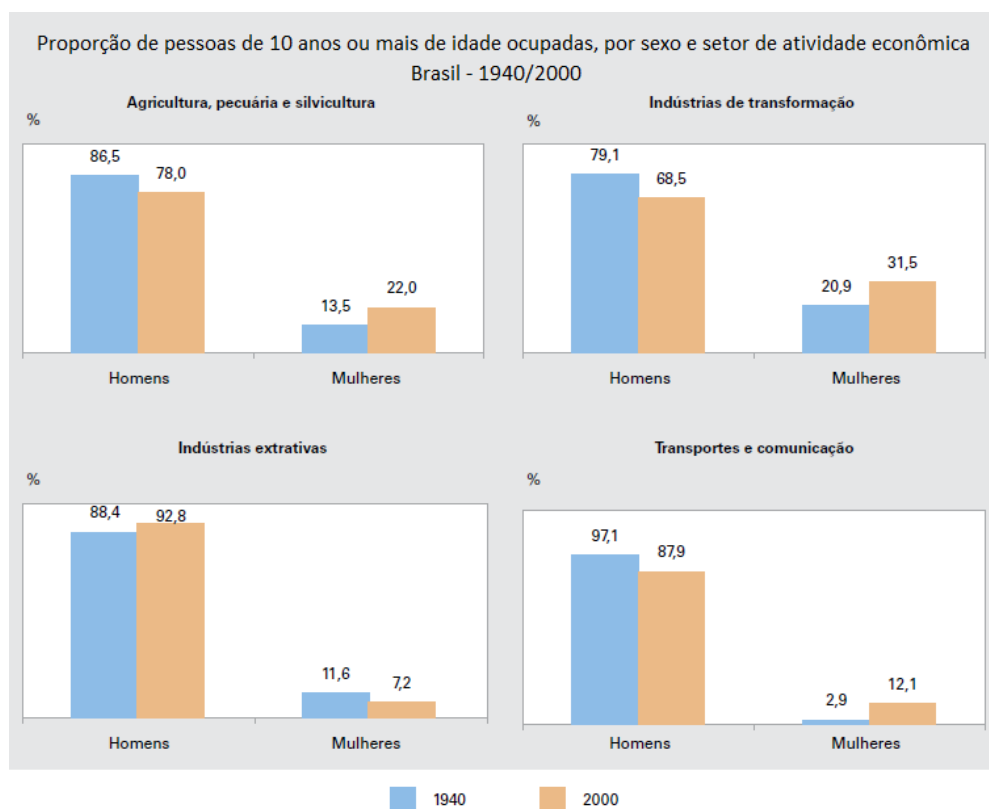


Figura 5: Atividades econômicas brasileiras - 1940/2000.
Fonte: IBGE (2016, p. 59).

Os dados apresentados possibilitam observar que os homens nas últimas décadas estiveram diretamente ligados aos setores produtivos industriais, agrícolas, de transporte e comunicação, o que permite compreender que as escolas industriais foram responsáveis por formarem, massivamente, alunos do sexo masculino em cursos para estes fins. Observa-se a instituição de novos paradigmas, responsáveis por legitimarem os preceitos

capitalistas, marcados pela industrialização, desenvolvimento econômico, urbanização e formação de classes. A realidade passa a exigir, cada vez mais, mão de obra com conhecimentos técnicos, não mais apenas utilizando-se dos imigrantes, mas preparando o trabalhador nacional para ser absorvido pelos setores que se estabeleciam nos centros urbanos.

Aproveitando-se do ensejo que se relaciona à formação acadêmica da população, e que será aprofundada no próximo capítulo, é relevante utilizar-se dos estudos de Fonseca (2003), na medida em que a autora apresenta considerações na área educacional, destacando a reforma de Francisco Campos, iniciada no ano de 1931.

Esta visava abandonar o ensino exclusivamente considerado teórico e preparador de elites, os “bacharéis”, ainda no essencial o mesmo que havia sido introduzido no país pelos jesuítas, centrado nas disciplinas ditas “humanísticas”: latim, retórica, francês, filosofia, história, geografia e literatura. Ao lado deste, dever-se-iam criar cursos técnicos e profissionalizantes, centrados em áreas voltadas diretamente à produção como Engenharia, Agronomia e Contabilidade. Tanto Vargas como Francisco Campos afirmam com todas as letras que a criação de riqueza depende da produtividade, e que esta se vincula à qualificação e às condições físicas dos trabalhadores. (FONSECA, 2003, p. 145).

A citação acima permite identificar a preocupação estatal na formação do trabalhador com especificidades técnicas, preparando-os para atender aos preceitos capitalistas, contemplados como “capital humano aplicável ao aproveitamento integral das nossas condições excepcionais de riqueza” (VARGAS, 1938, p. 246, v. 3).

A formação técnica e profissionalizante da mão de obra era fundamental em um contexto em que se legitimava o desenvolvimento, a urbanização e a rotina baseada nos exemplos europeus, mas que apresentava uma taxa de analfabetismo expressiva em 1940:

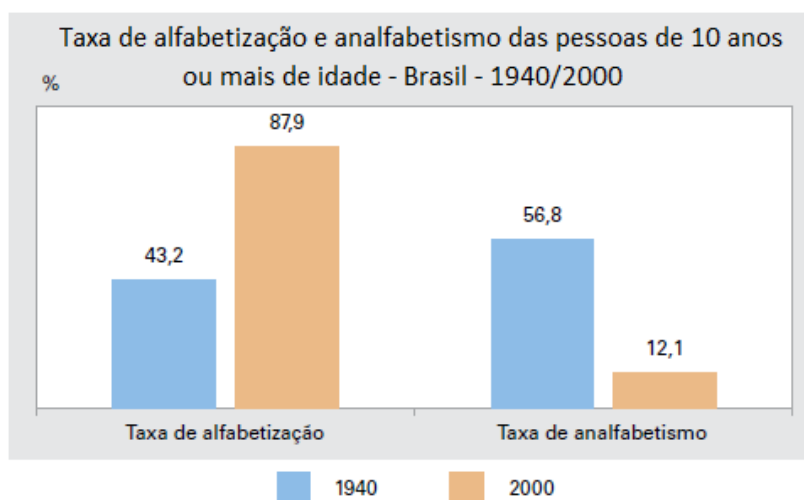


Figura 6: Taxa de alfabetização e analfabetismo no Brasil - 1940/2000.
Fonte: IBGE (2016, p. 42).

Os apontamentos anteriormente discutidos permitem constatar que as transformações econômicas identificadas no contexto, atreladas às mudanças sociais, especificamente no que se refere à constituição de uma classe média urbana, passaram a influenciar a realidade nacional. Como verificado em Machado (2008, p. 23, **grifo nosso**), “o fim da Segunda Guerra Mundial também colaborou para essa nova fase econômica, social e cultural do Brasil [...] [**apresentando**], portanto, um cenário bem diverso”. Ao analisar a industrialização consolidada no cenário nota-se que ela proporcionou o aumento populacional, assim como a diversificação social, intensificadas a partir da década de 1950.

[...] a maior parte dos empresários pioneiros, cuja atividade caracterizava-se pelo sistema de domínio pessoal e familiar [...], crescem as camadas médias urbanas e já se pode falar em um proletariado convertido em força reivindicatória e política, a ser levada em conta pelo patronato e pelos quadros políticos (QUEIROZ, 2004, p. 47).

A nova realidade foi responsável por mudar o panorama nacional nas mais diversas regiões, sobretudo no Estado de São Paulo, o que resultou em novo modo de organização, marcado pelo urbanismo, pelas relações de trabalho industriais e fortalecimento das classes, condição importante para a organização das escolas industriais, que objetivavam, para tanto, a formação do trabalhador inserido neste panorama, como será abordado no próximo capítulo.

2 O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Mas a tendência democrática, intrinsecamente, não pode significar apenas que um operário manual se torne qualificado, mas que cada “cidadão” possa tornar-se governante e que a sociedade o ponha, ainda que “abstratamente”, nas condições gerais de poder fazê-lo. (GRAMSCI, 2001, p. 50).

2.1 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX

Ao contemplar a educação industrial no Brasil e remetê-la à Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral de Jaú/SP, objeto do presente estudo, inicialmente se faz necessário o levantamento histórico da educação no país, em particular àquela que se refere ao ensino profissional, visando, para tal, ao entendimento da conjuntura e a intencionalidade do resultado do mesmo.

Levando os aspectos acima em consideração, o capítulo que se segue visa desvendar tal contexto, permitindo identificar a relação entre formação das estruturas sociais e econômicas do país, e o sistema educacional constituído. Sob tal ótica é possível apresentar que no Brasil Colonial, como verificado em Rodrigues (2012, p. 50), “a sociedade nascente era baseada na figura de um chefe incontestado: o proprietário de terras. Desse patriarca emanava um poder quase ilimitado”. Gradativamente o poder passou a ser disseminado aos demais membros da família, condição que originou mudanças na estrutura social desta nova sociedade que estava sendo constituída na Colônia, em razão de originar a camada mais alta e influente da sociedade rural. Abaixo dela, encontravam-se os artífices, mecânicos e tecelões, e logo em seguida os indígenas (posteriormente os escravos).

Nesta sociedade hierarquicamente estruturada, os indivíduos que se utilizavam das mãos em atividades como tecer, esculpir, trabalhar o ferro gozavam de certos privilégios sociais, haja vista a grande importância destes trabalhos para suprirem as necessidades da classe dominante. Por conta disso, a formação de novos profissionais, sobretudo artífices, ocorria nas próprias fazendas, em oficinas rudimentares próximas às casas-grandes, cujo

objetivo era transmitir os conhecimentos técnicos quanto às formas de manipulação das ferramentas. “Com a acumulação de riquezas por parte dos ‘senhores rurais’ e do ensino das profissões manuais aos escravos, a condição daqueles que delas sobreviviam decaiu muito. Aí estaria a raiz do ‘abastardamento’ das profissões industriais” (RODRIGUES, 2012, p. 51).

De acordo com Machado (2014), a introdução das corporações de ofício no Brasil ocorreu através dos portugueses, sendo que os mestres de ofícios eram incumbidos pelas câmaras municipais por disseminarem conhecimentos técnicos e a prática das profissões manuais aos jovens aprendizes da Colônia.

Especificamente na província de São Paulo, ainda no período abordado, o ensino profissional abrangia a aprendizagem de conhecimentos básicos a respeito dos engenhos de açúcar, cujo momento visava a atender as aspirações da sociedade rural vigente, ensinando aos escravos a arte da carpintaria, o tecer, fazer sapatos, canoas, forjar ferro, edificar construção, cujos ensinamentos, em grande parte, eram disseminados por jesuítas, em conjunto com ensinamentos cristãos. “Em suas cartas, Anchieta refere-se ao ensino de ofícios para brancos e índios, e Nóbrega cita o ofício de teareiro, ministrado no Colégio de São Vicente, em 1573. Em meados do século XVI, o irmão Mateus Nogueira foi celebrado como ‘ferreiro de Jesus Cristo’” (MACHADO, 2014, p. 26).

Os jesuítas – “iniciadores dos processos de educação no Brasil” – também difundiram o ensino de ofícios manuais. Não por uma crença no valor dessa educação, mas sim “meramente” por necessidades materiais, tais como a construção de capelas e a confecção de instrumentos, como anzóis e facas. Aliás, Suckow da Fonseca considera Mateus Nogueira [...] fundador da metalurgia paulista. Os ensinamentos dos jesuítas não se limitaram aos aspectos de transformação da matéria, mas se estenderam também à agricultura. (RODRIGUES, 2012, p. 51).

Em Minas Gerais, com a descoberta do ouro no final do século XVII, diversos engenhos encerraram suas atividades e o nascimento de vilas ocorreu progressivamente, destacando Vila Rica, Mariana, São João Del Rei. “Se, por um lado, o ouro produziu profissões ligadas à lavra do metal e à sua fundição, por outro lado, produziu o êxodo para o interior daqueles que exerciam as chamadas ‘profissões mecânicas’” (RODRIGUES, 2012, p. 52). Como resultado, foram baixadas Cartas Régias nos anos de 1703 e 1706, proibindo que “homens de ofício” fossem para as minas.

Vale mencionar que até 1808, período que marca a transferência da Corte Real Portuguesa para o Brasil, as atividades tipicamente industriais eram proibidas, cujos ofícios ligados a tais atividades estavam fadados ao fracasso. Posteriormente, já no país, D. João VI

consentiu a introdução de indústrias, criando, inclusive, o Colégio das Fábricas, em 1809, constituindo o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público visando ao atendimento da educação dos artistas e aprendizes. De acordo com Rodrigues (2012), o Colégio não era apenas uma escola de aprendizes artífices, mas o local responsável por abrigar artesãos oriundos de Portugal. “[...] em 1816 era proposta a criação de uma Escola de Belas Artes, com o propósito de articular o ensino das ciências e do desenho para os ofícios mecânicos” (VIEIRA, 2010, p. 24).

Por meio das informações acima é possível constatar que a vinda da Família Real Portuguesa contribuiu significativamente para o desenvolvimento do ensino industrial no Brasil, sendo possível mencionar, inclusive, a criação de uma Companhia de Artífices pelo Exército, fomentando a indústria de armamentos e, como consequência, ofícios ligados a ela.

Durante o Brasil Império foram extintas as corporações de ofício, condição marcada pela Constituição de 1824, de acordo com a qual os “centros de aprendizagem assistemática das profissões manuais da província tiveram seu fim, permanecendo as organizações pedagógicas mantidas por entidades beneficentes e de serviço social” (MACHADO, 2014, p. 27).

Entre estas havia as mantidas pelo Estado e outras de iniciativas particulares, [...] acolhendo órfãos ou expostos, em regime de internato. Estes menores recebiam, geralmente, noções das primeiras letras, gramática, geometria e álgebra e aprendizado para trabalho em oficinas e fábricas, no caso dos meninos, e ensino de ocupações domésticas e rudimentos de ensino comercial, no caso das meninas. (MACHADO, 2014, p. 27).

Segundo Vieira (2010), os anos de 1822 a 1888 marcam efetivamente a educação profissional do Brasil, cujo caráter, neste momento, era assistencialista, destinando-se ao amparo de órfãos e daqueles considerados “desvalidos da sorte”, como apresentado por Lopes (1994).

Ainda de acordo com Vieira (2010), o ano de 1826 referencia o surgimento de uma ação concreta no que concerne a organização da aprendizagem de ofícios, denominada Projeto de Lei sobre Instrução Pública no Império do Brasil, estruturando os diversos graus de ensino brasileiro, assim como o estabelecimento de quatro níveis, sendo as Pedagogias, de primeiro grau, os Liceus, de segundo grau, os Ginásios, de terceiro grau, e as Academias, superior. No ano de 1827 foi incluída a aprendizagem de costura e bordado para as mulheres e o desenho para os ofícios para os homens. Além disso, foi organizado o ensino público no Brasil, condição inédita até então.

No que se refere às instituições propriamente ditas, em 1854 o decreto imperial foi responsável por criar asilos especiais para menores abandonados, denominados Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos, como verificado em Lopes (1994). Ainda nesta vereda Machado (2014) menciona a criação, em 1874, do Instituto de Educandos Artífices, extinto em 1881 pela força policial da província. Tal instituto teve como objetivo proporcionar ao garoto pobre e desvalido a educação industrial, para que essa evitasse o desvio do mundo do trabalho.

O caráter assistencialista abarcado ao trabalho manual retrata o posicionamento do poder público e sua perseverança secular em destinar o ensino dos ofícios aos menos favorecidos socialmente, “pobres, desvalidos, desamparados, órfãos, miseráveis, expostos, abandonados, cegos e surdos-mudos” (MACHADO, 2014, p. 29). Por conta destas considerações nota-se que o ensino com o caráter técnico neste período teve como premissa a formação para uma indústria que vinha se desenvolvendo no país, principalmente em São Paulo, condição que se estendeu até o período em estudo propriamente dito, ou seja, as décadas de 1940 e 1950.

Por meio destas evidências ressalta-se que

[...] os últimos vinte anos do Período Imperial, na província de São Paulo, foram marcados pela reorganização das elites dirigentes ligadas à produção cafeeira, facção economicamente mais poderosa, centralizada em Campinas e estendida pela região Oeste de São Paulo. A garantia da produção e reprodução deste capital era centrada na formação de um mercado livre de força de trabalho e do operariado rural e urbano [...].

O cenário paulista foi sendo alterado em atendimento à economia cafeeira, e o escoamento do café, desde as lavouras até o porto de Santos, foi atendido por inaugurações de estradas de ferro, sendo que a São Paulo Railway, desde 1867 percorria 139 quilômetros entre Santos e Jundiaí. A população, mais heterogênea com o recebimento de imigrantes desde 1827, e concentrada, cada vez mais, nos centros urbanos, concedeu à indústria, ainda incipiente, uma mão de obra mais experiente [...]. (MACHADO, 2014, p. 29).

Diante do cenário apresentado é conveniente apresentar a necessidade de qualificação da mão de obra brasileira, uma vez que, como verificado em Machado (2014), o cenário estava propício para a intervenção estatal. Como forma de ilustrar os apontamentos é viável apresentar que no ano de 1872, o recenseamento realizado na província de São Paulo foi responsável por indicar que a indústria paulista empregava 80% da população brasileira e 20% de estrangeiros, sendo que, em 1895, houve uma inversão significativa, absorvendo 22% de brasileiros e 78% de estrangeiros. Por meio desta constatação verifica-se maior empregabilidade da mão de obra estrangeira, em grande parte europeia, por ser mais

qualificada e tradicional, condição que resultou na instalação de sociedades de amparo e propagação da instrução pública, sobretudo no setor profissional, cujo objetivo foi a reversão da situação apresentada, combatendo, como consequência, a mendicância, a vadiagem, o ócio dos brasileiros mais desfavorecidos, contando, inclusive, com a participação da iniciativa privada para a qualificação da mão de obra dos paulistas.

A Sociedade Propagadora da Instrução Popular, [...] iniciativa de particulares para o oferecimento de instrução profissional, uma vez que o governo, com olhar assistencialista, tinha o ensino de ofícios voltado somente aos menores abandonados, foi ampliada e organizada, em 1882, sob o nome de Liceu de Artes e Ofícios.

[...] a fundação do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, a partir da reativação da escola da Propagadora, foi direcionada ao ensino profissional, no sentido de suprir as necessidades do mercado industrial da época. A formação de profissionais deveria ser focada na dignidade do operário brasileiro, dando-lhe instrução, uma vez que o operário europeu tinha representatividade nacional e social. (MACHADO, 2014, p. 30).

Em um cenário em constante transformação, em que o assistencialismo às classes trabalhadoras se mostrava como evidente, a disseminação do ensino primário e profissional apresentou-se como “o mais urgente remédio contra os efeitos da crise social que ameaça o país” (MORAES; ALVES, 2003, p. 124), ou seja, segundo os levantamentos que compuseram o presente referencial teórico, o contexto brasileiro nas mais diversas partes do país e especificamente em São Paulo, necessitava de meios e desenvolvimento de estratégias responsáveis por empregar a população brasileira na indústria que gradativamente vinha se fortalecendo, na medida em que Fonseca (1986, p. 158) reforça o ideário de que o contexto exigia “menos bacharéis e mais industriais, menos ensino clássico e literário e mais ensino técnico científico”.

Contudo, apesar desta evidência, Machado (2014) reforça a característica do Brasil Império em prol da cultura aristocrática, responsável pela formação de elites, abandonando, como consequência, a educação popular. Nesta realidade, diversas ações e instituições tiveram resultados negativos em suas empreitadas, como é o caso do Liceu, o qual

[...] passou por crises financeiras, sendo mencionada a falta de apoio das “classes ricas”, em 1884. Também sofreu críticas diversas pelo fato de acolher alunos de ambos os sexos, com idades de 9 a 80 anos, por seu caráter laico, apartidário e sem preconceitos de nacionalidade, uma vez que acolhia muitos imigrantes. Seus cursos para formação de carpinteiros, marceneiros, pedreiros, serralheiros, gravadores, estucadores, abridores, alfaiates, canteiros, chapeleiros, douradores, entalhadores, fundidores, litógrafos, maquinistas, ourives, oleiros, modeladores, sapateiros e seleiros foram

reorganizados, em 1882, com matérias divididas no grupo das ciências aplicadas e das artes, e todo o sistema pedagógico foi baseado no desenho geométrico [...]. (MACHADO, 2014, p. 30).

A partir do ano de 1889, o contexto brasileiro foi palco de mudanças significativas, resultado do estabelecimento da República, com a presença do trabalho livre, o desenvolvimento urbano, comercial e industrial, alterando interesses e necessidades de grupos sociais e econômicos, resultando em medidas convergentes ao ensino popular e profissional, como verificado em Machado (2014). Por conta disso, é possível observar a expansão desse ensino em escolas primárias oficiais, ocasionando a constituição dos grupos escolares, das escolas reunidas e isoladas. Vale mencionar que as escolas isoladas foram instaladas na zona rural, distrital ou urbana, destinadas aos operários e colonos, nacionais e imigrantes; os grupos escolares, por sua vez, eram estabelecimentos eficientes e equipados, tendo como clientela populações heterogêneas urbanas.

Dando andamento ao levantamento histórico da educação brasileira, condição que possibilita entender o contexto da Escola Industrial de Jaú nas décadas de 1940 e 1950, torna-se apropriado utilizar dos estudos de Vieira (2010), os quais remetem à Constituição de 1891, responsável por determinar a regulamentação do ensino primário, secundário e superior por meio da criação de instituições nos Estados, concedendo-lhes autonomia organizacional em relação à União.

Como forma de ilustrar os estudos é apropositado mencionar o dia 11 de maio de 1892, que marca a fundação do Instituto Politécnico de São Paulo, o qual, futuramente, constituiria a base para os cursos técnicos e tecnológicos, sob a nomenclatura de CEETEPS (Centro Estadual de Educação Paula Souza), autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, atualmente responsável por administrar as FATECs e ETECs paulistas, incluindo a ETEC Joaquim Ferreira do Amaral da cidade de Jaú, objeto do presente estudo.

Assim, dando andamento à pesquisa, o próximo tópico abordará as concepções da educação brasileira no início do século XX, dando ênfase àquela que se refere ao ensino profissionalizante, visando, para tal, delinear o cenário que resultou na edificação da escola em estudo.

2.2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Analisar a conjuntura do início do século XX se torna relevante nesse momento, uma vez que permite entender como o ensino profissional no país se fortaleceu a partir da década de 1940, ancorado no desenvolvimento industrial que se consolidou no contexto. Para tanto, vale destacar que no Período Republicano, mais especificamente o período conhecido como República Velha, evidenciado entre os anos de 1889 e 1929, ocorreu um esforço público no sentido de organizar a educação profissional, cujo objetivo foi se alterando gradativamente.

Anteriormente ao período destacado a preocupação principal dos estabelecimentos de ensino era o atendimento de menores abandonados, apresentando cunho exclusivamente assistencial. Contudo, neste momento o ensino profissionalizante passou a focar no preparo de operários para o exercício profissional, uma vez que o próprio cenário nacional exigia remodelagem do processo educativo. Como apresenta Vieira (2010, p. 25), “o ensino profissional passou a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em 1906, consolidando-se assim uma política de incentivo ao desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola”.

O Estado republicano, por meio da criação de escolas de ensino profissional, almejava moralizar o contexto, fornecendo instrução e inserção ao mundo do trabalho a órfãos e pobres, criando mais uma alternativa aos trabalhadores, combatendo, como consequência, a mendicância e a vadiagem, como observado em Machado (2014). Além disso, disseminou o curso rural, destinado aos mais desfavorecidos economicamente, abarcando uma trajetória diferente daquela destinada às elites, pois para as classes dominantes o ensino seguia o seguinte percurso: primário e secundário propedêutico, o qual era complementado pelo ensino superior, condição responsável por preservar um formato de organização dualista no cenário brasileiro, ou seja, ensinos diferenciados para classes sociais diferentes.

Durante a trajetória das escolas federais destinadas às classes trabalhadoras, muitas dificuldades foram sendo instauradas, assim como o estigma de seu destino à clientela, como mencionado acima.

A evasão era intensa, uma vez que os alunos, principalmente por fatores econômicos, abandonavam os cursos para procurar trabalho nas fábricas e oficinas no fim da 3ª ou 4ª série. Mesmo com a interrupção dos estudos, os evadidos ofereciam aos patrões conhecimentos adquiridos superiores aos dos

operários antigos, que nunca haviam cursado escolas profissionais. (MACHADO, 2014, p. 33).

Além disso, muitos prédios que abrigavam as escolas eram inadequados estruturalmente, as oficinas eram mal equipadas e aparelhadas, entre as escolas havia grande variação de programas, sem deixar de mencionar a falta de preparo de um número significativo de mestres de ofício responsáveis por ministrarem os conteúdos profissionais. Em razão da delicada situação negativa constatada nas escolas profissionais houve a necessidade de se remodelar o ensino, resultando na criação do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, responsável por apresentar novas propostas, sendo regulamentado pelo Decreto n. 9.070, de 25 de outubro de 1911, ideias estas compartilhadas por Machado (2014).

A ocorrência apontou uma série de transformações e adoção de providências, como publicação de livros técnicos em português, materiais esses para serem utilizados nas escolas profissionais. O currículo também foi contemplado em tal reestruturação, passando a ser organizado em seis anos, os quais foram distribuídos entre o curso de adaptação e preparatório para os anos seguintes, apresentando duração de três anos, e o curso técnico profissional, de três anos, sendo destinado aos alunos que havia completado a etapa inicial.

Nos dois primeiros anos do curso preparatório, além da alfabetização, os alunos trabalhavam com couros e tecidos; no terceiro ano dedicavam-se aos trabalhos manuais com madeira, chapas de metais e massa plástica. Nos três últimos anos, ou seja, no curso técnico profissional, os alunos exercitavam-se com latoaria, serralheria, forja, fundição, mecânica, madeira, artes gráficas e artes decorativas. (MACHADO, 2014, p. 34).

Além das providências acima mencionadas é possível citar outras duas: oferta de merenda escolar e industrialização das escolas profissionais, sendo que a primeira ocorrência foi resultante da Portaria de 26 de setembro de 1922, apresentada como um atrativo para o aumento da demanda. Quanto à industrialização, essa teve sua introdução atrelada ao regime de associações cooperativas e mutualidade, oficializando o funcionamento das oficinas além das horas regulamentares, permitindo a utilização do ambiente por aprendizes àqueles que não tinham ligação com as escolas (MACHADO, 2014).

Um exemplo de educação no início do século XX foi o Liceu de Artes e Ofícios, como anteriormente mencionado, tendo por proposta educativa criar

[...] “oficinas-escolas”, em oposição às “escolas-oficinas”, o que significava priorizar a transmissão do conhecimento durante a prática profissional, de maneira a instruir fazendo. O aluno-aprendiz, ao observar o trabalho dos mestres e realizar sua parte, iria se tornar um especialista ou um “operário efetivo ou artífice”. Ao lado da aprendizagem das oficinas, os alunos desenvolviam, no período noturno, o curso preliminar, até atingir o curso de aperfeiçoamento, em um “programa especial de belas artes”. O “trabalhador completo” constituía o operário educado artisticamente, portador de “bom gosto”, criativo, enfim, capaz de “criar estilo”. (MACHADO, 2014, p. 40).

Como forma de ilustrar o contexto, Machado (2014) reforça o papel representado pelos Liceus no que concerne a formação do aluno-trabalhador, artista, letrado, dos quais as obras e os artefatos produzidos, desde o final do século XIX, tinham bastante aceitação entre os fazendeiros que enriqueceram no período, realizando pedidos suntuosos e luxuosos, representando de forma simbólica a riqueza e poder que os mesmos tinham no contexto, na medida em que muitos projetos, inicialmente, eram realizados, em sua maioria, por estrangeiros ou imigrantes europeus, familiarizados com tradições ornamentais de seus países de origem.

Dando prosseguimento ao estudo é significativo apresentar que além dos Liceus acima destacados existiam as escolas de Primeiras Letras, as quais surgiram da necessidade de transmissão de conteúdos básicos, ou seja, os fundamentos da leitura, escrita e do cálculo. Como ressalta Prado (2015), as escolas de ensino elementar eram, por consequência, de Primeiras Letras, fundamentadas na alfabetização dos indivíduos, constituídas legalmente pelo governo em diversas modalidades, sendo elas masculinas, femininas, mistas, isoladas, reunidas e grupos escolares.

As modalidades acima mencionadas eram públicas e responsáveis pelo atendimento de crianças entre cinco e doze anos, em idade escolar. Quanto às modalidades propriamente ditas, as masculinas, femininas e mistas atendiam crianças do sexo masculino, feminino ou ambos, respectivamente, em escolas específicas. As escolas isoladas podiam atender aos segmentos masculinos, femininos ou mistos, apresentando uma única sala de aula responsável por agregar alunos de idades e níveis de aprendizagens diferentes. As escolas reunidas eram responsáveis por unir algumas escolas isoladas em um mesmo espaço físico, tendo, algumas vezes, a presença de um diretor. Os grupos escolares, por sua vez, apresentavam um professor por sala, um diretor e um servente, sendo que as salas de aulas tinham por organização abrigar alunos por idade, sexo e ano escolar, sendo localizados em edifício único. De acordo com Prado (2015, p. 260), “esses tipos de escolas formavam os alunos no curso primário, que tinha a duração de três anos, como as escolas isoladas e

algumas reunidas, ou de quatro anos como os grupos escolares”. As escolas isoladas disseminaram-se nas diversas partes do Brasil, com características rudimentares e na maioria das vezes em áreas rurais. A figura a seguir ilustra uma escola isolada de Jaú, construída no Distrito de Potunduva.



Figura 7: Antiga escola Frei Galvão, ano de 1932.
Fonte: Acervo do Museu Municipal de Jaú (2016).

Vale destacar, compartilhando de Prado (2015), que uma grande quantidade de escolas elementares constituídas nos núcleos coloniais funcionava em dependências improvisadas, como as casas dos moradores ou mesmo nas igrejas, sendo transferidas para uma sede própria somente quando os próprios colonos realizassem a edificação de um prédio adequado. No Estado de São Paulo estas escolas existiram entre os anos finais do século XIX e iniciais do XX, mantidas pelo governo paulista e que apresentavam uma série de deficiências em seu funcionamento.

Como mencionado e ilustrado na figura acima as escolas de Primeiras Letras tiveram a criação nas mais diversas partes do Brasil, assim como em todo o Estado de São Paulo, inclusive em núcleos coloniais paulistas, instituídas pelo governo estadual, sem, contudo, em grande parte, serem supridas com materiais, móveis ou a edificação de um edifício, como destaca Prado (2015).

O governo nomeava os professores, que acabavam por improvisar o local para ministrarem suas aulas. Muitas vezes os próprios colonos proviam as escolas com materiais e cediam o espaço físico para sua instalação.

Em alguns casos, as escolas, tinham edifício, materiais e professores vinculados às sociedades de ajuda mútua, que cobravam mensalidades dos alunos e recebiam subsídios do governo italiano para sua manutenção. As escolas localizadas nas áreas urbanas contavam, na maioria das vezes, com o subsídio do governo italiano, em espécie e em materiais para as aulas. Essas mensalidades eram de valor baixo e não eram cobradas das famílias dos alunos que comprovassem a impossibilidade do pagamento. (PRADO, 2015, p. 260).

As escolas elementares estabelecidas nas diversas partes do Estado, em grande parte, tiveram suas instalações resultantes da iniciativa dos próprios colonos, os quais compreendiam a relevância da escolarização como facilitadora das relações comerciais que eram estabelecidas no contexto, entre os imigrantes e brasileiros, como constatado nos estudos de Prado (2015). Como resultado disso, nos casos em que o governo brasileiro não realizava a edificação de escolas nas regiões que necessitavam delas, ou não proporcionava condições básicas para o seu funcionamento houve a iniciativa de suprir tal necessidade por meio de escolas elementares privadas, as quais eram subsidiadas por governos estrangeiros, principalmente italiano, responsáveis pela criação de escolas desta modalidade nas diversas partes do Brasil, incluindo São Paulo.

Rotineiramente, após a organização do espaço urbano, com a construção das casas e de uma praça central, os colonos solicitavam ao governo a construção de uma igreja, um cemitério e uma escola. Mas, nem sempre eram atendidos em seus requerimentos. Sendo assim, organizavam-se com as doações de terrenos e materiais para as construções. Conseguiram “as suas custas”, os edifícios das escolas, da igreja e o cemitério. (PRADO, 2015, p. 262).

Ainda de acordo com Prado (2015), no início do século XX existiam escolas municipais em cinquenta e oito cidades paulistas, das quais catorze tinham mais de duzentos alunos matriculados. De acordo com o “Anuario do Ensino do Estado de São Paulo”, datado de 1910, os municípios destacados “eram: Amparo, Batatais, Brotas, Campinas, Espírito Santo do Pinhal, Franca, Jaú, Limeira, Mogi-Mirim, Piracicaba, Rio Claro, Santos, São Carlos e São João da Boa Vista” (PRADO, 2015, p. 263).

Prosseguindo ao levantamento histórico da Educação brasileira nas primeiras décadas do século XX, vale mencionar que, segundo Vieira (2010), durante a década de 1910 diversas escolas-oficina foram instaladas objetivando a formação profissional de ferroviários, na medida em que essas escolas foram significativas na história da educação profissional

brasileira, tornando-se a célula embrionária da organização do ensino profissional técnico que se fortaleceu no país nas décadas seguintes.

Nesta vertente, na década de 1920 a Câmara dos Deputados foi responsável pela promoção de diversos debates quanto à expansão do ensino profissional no país, tendo por proposta estendê-lo a população em geral, e não somente àqueles mais pobres, como acontecia até o momento.

Como resultado dos debates mencionados acima, foi criada uma comissão especial denominada “Serviço de Remodelagem do Ensino Profissional Técnico”, tendo a conclusão do trabalho na década de 1930, “à época da criação dos Ministérios da Educação e Saúde Pública e do Trabalho, Indústria e Comércio” (VIEIRA, 2010, p. 26).

Como apontado por Fonseca (2003) as modificações ocorridas no contexto institucional ressaltaram a intencionalidade governamental quanto ao oferecimento do ensino profissionalizante, atrelado às transformações urbanísticas e desenvolvimentistas evidenciadas, vinculadas diretamente ao projeto de industrialização do país e rompendo significativamente com o mundo agrário de décadas anteriores, condição responsável pela quebra de paradigmas e emergência de novos valores, crenças, símbolos, assim como padrões comportamentais, ilustrado pelo Ministério criado e mencionado acima, o que Getúlio Vargas o denominava simbolicamente como “Ministério da Revolução” (VARGAS, 1938, v. 3, p. 24).

Em Rodrigues (2012, p. 60) é possível constatar as mudanças evidenciadas no país, sendo que, “com a Revolução de 30, o Brasil começou a deixar de ser um país ‘essencialmente agrícola’ e lançava as bases para se construir como nação industrial”. Diante do cenário que se revelava constata-se a necessidade de modificações nas diversas estruturas e setores da sociedade, amparados e ancorados pelo desenvolvimento da industrialização no país e significativamente em São Paulo, criando uma relação direta entre escola e o mundo do trabalho, intensificando os discursos e as ações notadamente capitalistas, condição oportuna, pois o poder político paulista era representado pelas oligarquias economicamente influentes e empreendedoras, que constituíam o setor intelectualizado da elite do Estado. Como resultado,

[...] sucessivos governos paulistas investiram em um sistema de ensino com ênfase na instrução primária e popular [...].

Além do desafio de educar a população, o governo republicano também convivia com muitos problemas sanitários, como o saneamento da febre amarela e acomodação de mendigos, órfãos, tuberculosos e outros em asilos. Diante desta realidade, o trabalho passou a ser visto como mecanismo de afirmação social, liberdade e igualdade, e a escola passou a ser considerada

um recurso estratégico na conformação da sociedade de classes [...]. (MACHADO, 2014, p. 32).

Por conta desta conjuntura o ensino profissional se intensificou, passando a ser contemplado pelos liberais paulistas “como uma resposta à formação do cidadão operário, mais civilizado, inserido no trabalho livre e na força industrial, de conformidade com os moldes do modelo europeu” (MACHADO, 2014, p. 32).

Necessário apresentar que em um panorama geral as opções de processo educativo anteriores ao ano de 1932 eram o curso primário rural e profissional, anteriormente mencionados. No que concerne ao curso primário esse apresentava a opção de ser complementado pelo ginásio, pelo curso normal que era antecedido de dois anos de adaptação, ou pelo curso técnico comercial que era antecedido de três anos de curso propedêutico. O curso rural, por sua vez, era sucedido pelo curso básico agrícola, que apresentava dois anos de duração, e o curso profissional era sucedido pelo curso complementar, também com dois anos. Quanto ao curso superior, seu acesso decorria de exames, não somente por concluintes da 5ª série do curso ginásio, mas também da 6ª série, obtendo o curso de bacharel em Ciências e Letras. A mediação entre o ginásio e o ensino superior ocorria através de estudos livres e exames, dados estes contemplados por Machado (2014).

No que se refere à proposta curricular concernente ao curso secundário, Machado (2014) destaca ser basicamente propedêutica, contemplando Matemática, Língua e Literatura Portuguesa e Latina, Línguas Estrangeiras Modernas, História, História Natural e Cosmografia, Filosofia, Sociologia, Geografia, Química, Física, Desenho e Instrução Moral e Cívica, atendendo aos preceitos do Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931. As modalidades normal, técnico comercial e agrícola, por sua vez, convergiam às demandas do processo produtivo da indústria de transformação, não dando acesso ao curso superior.

Em 1931 houve a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), assim como

[...] foi efetivada uma reforma educacional que levou o nome do Ministro Francisco Campos e que prevaleceu até o ano de 1942, ano em que começou a ser aprovado o conjunto das chamadas “Leis Orgânicas do Ensino”, popularmente conhecidas como “Reforma Capanema” [...]. Foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, buscando diagnosticar e sugerir rumos às políticas públicas em matéria de educação e, nesse mesmo ano, realizou-se a “V Conferência Nacional de Educação”, cujos resultados refletiram na Assembleia Nacional Constituinte de 1933.

A Constituição de 1934 inaugurou objetivamente uma nova política nacional de Educação, ao estabelecer como competências da União as de “traçar diretrizes da educação nacional” e de “fixar o Plano Nacional de Educação” [...]. (VIEIRA, 2010, p. 26).

No ano de 1934 a Inspeção do Ensino Profissional Técnico passa a ser designada como Superintendência do Ensino Profissional, como verificado em Rodrigues (2012). Três anos após o Ministério da Educação e Saúde Pública é reformado, transformando a Superintendência do Ensino Profissional em Divisão do Ensino Industrial.

O final da década de 1930 marca a adequação das instituições e sistemas de formação profissional, tanto nos aspectos organizacionais quanto curriculares, passando a responder de maneira satisfatória às demandas “de composição qualitativa e quantitativa da força de trabalho em função do modelo de inserção do país no atual estágio das relações sociais capitalistas internacionais e das transformações técnicas e de gestão dos processos produtivos” (LIMA FILHO, 2002, p. 270).

Neste cenário, como aponta Machado (2014), as escolas profissionais federais passam a marcar uma fase nova na aprendizagem de ofícios no país, ancoradas pelo sistema de produção que foi consolidando como resultado da industrialização evidente no contexto, fato que permaneceu até o ano de 1942, momento em que as escolas se transformaram em escolas industriais, através da Lei Orgânica do Ensino Industrial, como será abordado no tópico a seguir.

2.3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DA DÉCADA DE 1940

Diante do cenário de desenvolvimento industrial evidente nas mais diversas partes do Brasil e mais iminente no Estado de São Paulo, a estrutura educacional, no que concerne ao ensino profissional, sofre uma série de adaptações, tornando-se cada vez mais uma necessidade evidente de preparação de mão de obra especializada para o setor que se desenvolvia. “A Educação Profissional no Brasil veio se desenvolvendo juntamente com a expansão industrial que, em função disso, demandou uma crescente formação de mão de obra qualificada, principalmente para os setores produtivos” (VIEIRA, 2010, p. 23), intensificando, inclusive, as relações capitalistas.

Por meio de tal condição é pertinente destacar que os operários formados no período passaram a desenvolver certo grau de especialização na execução de tarefas, mas, que por outro lado, eram limitadas, condição que permite afirmar que “o homem degrada-se à medida que o operário se aperfeiçoa. O operário torna-se assim mais fraco e mais dependente daquele que o emprega” (SALLE, 2010, p. 105).

Nesta vertente Machado (2014) destaca que a expansão industrial necessitava de trabalhadores com conhecimentos mais especializados, letrados, com condições de realização de serviços utilizando técnicas que atendessem às exigências do mercado de trabalho, uma vez que “os fatores econômicos também exerciam pressão no sentido de ser melhorada a mão de obra dos estabelecimentos fabris” (FONSECA, 1986, p. 173). Por conta disso, o contexto necessitava de providências pelo governo federal, o qual respondeu com a articulação de estabelecimentos de ensino profissional ligados aos setores industriais que se articulavam na rotina.

Surge no setor industrial nos primeiros tempos da República a necessidade de preparação para o trabalho nas indústrias e no comércio. Torna-se indispensável a formação da mão de obra devido o crescimento do setor econômico brasileiro. Espaço o qual a educação também se mostrava inteirada das questões emergentes e delas se fazia direcionar para a busca de soluções que suprissem a demanda da mão de obra na esfera social imposta pela economia crescente [...]. (ZANLORENSE et al., 2012, p. 765).

Como mencionado anteriormente e verificado nos estudos de Zanlorense et al. (2012), o final da década de 1930 e início da década de 1940 criaram possibilidades concretas para que a indústria se intensificasse no Brasil, na medida em que seu amplo desenvolvimento emergiu de influências internacionais no setor. Sob tal realidade, a economia nacional deixou de ser exclusivamente agrícola, o que resultou, inclusive, mudanças no aspecto social, atreladas às imigrações e urbanização.

Como resultado das aspirações ressaltadas, diversas Leis foram instituídas, no sentido de regulamentar o ensino industrial, tanto na esfera federal quanto estadual. Quanto às Leis propriamente ditas, essas foram denominadas Leis Orgânicas da Educação Nacional, baixadas através de Decreto: no ano de 1942 foram decretadas as Leis Orgânicas do Ensino Secundário e Normal e do Ensino Industrial; no ano de 1943, a Lei Orgânica do Ensino Comercial; em 1946 as Leis Orgânicas do Ensino Primário e do Ensino Agrícola, como verificado em Vieira (2010).

De acordo com Santos (2003), as Leis Orgânicas da Educação Nacional mencionadas acima tinham objetivos específicos, ou seja, os ensinos secundário, normal e superior destinavam-se às elites que conduziam o país, já o ensino profissional pretendia formar de maneira adequada os filhos dos operários, assim como os considerados desvalidos da sorte e os menos afortunados, os quais necessitavam ingressar de maneira precoce no mercado de trabalho.

As Leis decretadas na década de 1940 foram responsáveis por propiciarem a criação de diversas entidades especializadas, entre elas o SENAI, por meio dos Decretos 4.048 e 4.481/42, e o SENAC, pelos Decretos 8.621 e 8.622/46, além de transformarem as “antigas escolas de aprendizes artífices em escolas técnicas” (SANTOS, 2003, p. 217), destacando a Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral, de Jaú, objeto do presente estudo.

O Governo Vargas, ainda em 1942, por um Decreto-Lei, estabeleceu o conceito de menor aprendiz para os efeitos da legislação profissional, e por outro Decreto-Lei dispôs sobre a “Organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial”. Com estas providências, a educação profissional se consolidou no Brasil, muito embora ainda continuasse a ser tratada como uma educação de segunda categoria. (VIEIRA, 2010, p. 27).

Vale destacar que as escolas federais de educação profissional criadas visavam a difundir os conhecimentos científicos e tecnológicos, assim como serviram como mecanismo de “eugenia da pobreza e da marginalidade” (FLORO; DAL RI, 2015, p. 303). Gradativamente, resultado das mudanças na estrutura da sociedade nacional em seus aspectos mais amplos proporcionou diversos ajustes na missão, finalidades e objetivos das mesmas, passando a criar sintonia com as necessidades do mundo produtivo, apesar de continuarem atreladas às classes média e média baixa.

Em relação ao ensino estadual paulista, Machado (2014) destaca que o mesmo atrelou-se ao cenário nacional, demarcando a terceira fase dos cinquenta anos do ensino profissional, cujo início foi a vigência da Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 1942, terminando em 1961, através da Lei n. 6.052, reorganizando o ensino industrial no estado, resultado da autonomia outorgada pela Lei Federal n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, período este que delinea a cronologia do presente estudo.

Retomando aos levantamentos históricos da educação industrial abarcados pela Lei Orgânica de 1942, é necessário destacar que ela

[...] passou a exigir para a seleção de professores para as escolas de ensino profissional, a formação em cursos apropriados, ou seja, em áreas que pretendiam atuar ou em áreas afins, o que significava ser detentor de uma formação específica. Com a exigência da realização de processo seletivo (exame ou concurso), tentava imprimir uma nova configuração ao quadro de professores. Contudo, prevendo possíveis dificuldades na realização desse processo, a lei flexibilizava e garantia uma forma de acesso simplificada, sem a exigência da certificação dos conhecimentos por meio de exames teórico-práticos. Esse preceito legal possibilitou aos diretores dessas escolas o poder de influir, em determinadas ocasiões, na constituição do quadro docente. (SILVA, 2013, p. 1-2).

Por meio da citação acima é possível ressaltar a formação de um perfil profissional específico o qual, assim como do alunado, tinha como preceito atender às necessidades do mercado de trabalho, apresentando especificidades técnicas necessárias para a indústria emergente, formando trabalhadores para a região em que as escolas estavam inseridas.

A figura abaixo ilustra a constituição do corpo docente de cultura geral e os mestres das oficinas da Escola Industrial de Natal/RN, no ano de 1948.



Figura 8: Professores de cultura geral e os mestres das oficinas - Escola Industrial de Natal/RN (1948).
Fonte: Silva (2013, p. 6).

A condição acima destacada não poderia ser diferente, haja vista que, como apresenta Rodrigues (2012), a Lei Orgânica do Ensino Industrial passou a estabelecer as bases organizacionais e de regime do ensino industrial, destinado à formação e preparação profissionais

dos trabalhadores da indústria, do comércio, dos transportes, das comunicações e da pesca, necessitando, como tal, profissionais que atendiam à demanda, nas mais diversas partes do país.

[...] vê-se nas oportunidades de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais. Um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na Universidade que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais que um filho de operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores às de um jovem de classe média. É digno de nota o fato de que as instituições de ensino mais elevadas tenham também o recrutamento mais aristocrático [...]. (BOURDIEU, 2007, p. 41).

Complementando os dados apontados, a figura abaixo apresenta exposição de móveis para sala de jantar criados pelos alunos de Marcenaria, de Tornearia e de Entalhação da Escola Profissional de São Carlos, na medida em que, como apontam Buffa e Nosella (1998, p. 129), a escola permaneceu “na esfera técnica, formando trabalhadores, enquanto os cursos de engenharia da USP formam os dirigentes”.



Figura 9: Exposição de móveis da Escola Profissional de São Carlos, década de 1940.

Fonte: Buffa e Nosella (1998, p. 128).

A intenção de formação do trabalhador fez com que o ensino industrial se desvinculasse do grau primário, equivalendo, em certa parte, ao nível médio, permitindo, contudo, o ingresso ao nível superior em carreiras correlatas, pois o objetivo era a formação para o mundo do trabalho, como verificado em Rodrigues (2012).

Horizontalmente, a disposição dos ramos secundário e técnico-profissional evidenciou o caráter dualista, uma vez que o ramo secundário, destinado às elites condutoras, tinha acesso a qualquer curso superior. O ramo industrial subdividiu-se em industrial, comercial e agrícola, além do normal, que mantinha interface com o secundário.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial teve seu anteprojeto elaborado por uma comissão de educadores a partir de iniciativa do Ministério da Educação e Saúde, levando em conta a Constituição de 1937 que, inspirada em experiências alemãs, definiu o papel do Estado, das empresas e dos sindicatos na formação profissional, atribuindo às empresas industriais o dever de formar seus aprendizes em escolas, de forma sistemática [...]. (MACHADO, 2014, p. 62).

Diante da realidade apresentada ressalta-se que na década de 1940, nas mais diversas partes do Brasil, incluindo o interior paulista, as escolas industriais objetivavam formar o aluno-trabalhador, instruindo, sobretudo, filhos das classes trabalhadoras, capacitando-os para comporem o mercado de trabalho, marcado por significativo desenvolvimento da industrialização e da urbanização. Segundo Marx (2003, p. 255-256), “[...] em todas as formas de sociedade é uma produção determinada e as relações por ela produzidas que estabelecem a todas as outras produções e às relações a que elas dão origem a sua categoria e a sua importância”, citação essa que permite compreender a referida década.

A figura abaixo é um bom exemplo da relação entre escola e meio de produção, pois, a primeira atrelava-se a grande expansão ferroviária no contexto, necessitando de profissionais qualificados para serem absorvidos pelas forças produtivas:



Figura 10: Locomotiva construída pelos alunos do Curso de Ferroviários, anexo ao Instituto Industrial “Bento Quirino”, maio de 1946.

Fonte: Moraes e Alves (2002, p. 107).

Dando andamento aos levantamentos históricos é importante destacar que somente na década de 1950, “durante o Período Democrático (1946 a 1963), permitiu-se a equivalência entre os estudos acadêmicos e profissionalizantes” (VIEIRA, 2010, p. 27), haja vista que a Lei Federal n. 1.076/50 foi responsável por conceder que os alunos que concluíssem os cursos profissionais poderiam dar continuidade aos estudos acadêmicos, integrando os níveis superiores. Para tanto, seria necessário que eles prestassem exames daquelas disciplinas não cursadas, assim como provassem apresentar nível de conhecimento indispensável à realização dos referidos estudos.

Ao analisar a Lei Federal n. 1.821/53 é possível verificar sua disposição quanto às regras para a aplicação do regime de equivalência mencionado acima nos diversos cursos de grau médio. Contudo, essa Lei somente foi regulamentada no final de 1953 através do Decreto n. 34.330/53, cujos efeitos se efetivaram a partir de 1954.

O modelo proposto para a formação do trabalhador especificamente era “[...] de curta duração, baixo custo, centrado no ensino aplicado, dissociado da pesquisa e da extensão, flexível e em conformidade com as demandas imediatas dos setores produtivos” (LIMA FILHO, 2002, p. 286). Destaca-se que diante do iminente desenvolvimento industrial no contexto, apresentado no capítulo anterior, reforça-se a necessidade de um trabalhador cada vez mais especializado, técnico e capaz de compor a mão de obra deste setor, reflexo da intencionalidade que reforça a tendência urbanizadora, ancorada pela ideologia de quebra do paradigma de um país essencialmente agrícola.

Na realidade explanada, principalmente a década de 1950, configura-se, inclusive, a conveniência de mudanças e articulações no ensino ministrado no país no que concerne o ensino profissional, ancorado por políticas de desenvolvimento econômico que estavam sendo praticadas durante o governo Kubitschek (1956-1961), abrindo a discussão quanto ao modelo escolar responsável por se ajustar às necessidades da sociedade, mas que não se desvinculava do modelo de desenvolvimento industrial, responsável por privilegiar a técnica, almejando o alcance da melhor eficácia organizacional do processo de trabalho. Nesta vereda tornou-se indispensável uma modalidade de ensino industrial, um pouco mais flexível, autônoma, sintonizando os currículos escolares com o perfil que se pretendia formar, atendendo, por consequência as exigências do sistema produtivo, condição que culminou na Nova Reforma do Ensino Industrial, por meio da Lei n. 3.552/59, ideias essas compartilhadas por Silva (2013). A publicação da referida Lei passou a assegurar à administração da escola a possibilidade de organização do quadro do pessoal docente e administrativo, que até este momento centrava-se no Ministério da Educação, através da Diretoria de Ensino Industrial.

O período mencionado atrelado à Lei Orgânica do Ensino Industrial possibilitou que o curso industrial passasse

[...] a ser ministrado em dois ciclos, com o primeiro ciclo dividido em quatro ordens de ensino: o industrial básico (com duração de quatro anos), o de mestría (depois do anterior, com duração de dois anos), o artesanal e a aprendizagem (ambos com duração variável). O segundo ciclo foi constituído de duas ordens de ensino: o técnico (com duração de três ou quatro anos) e o pedagógico (com duração de um ano), com a finalidade de formar pessoal docente e administrativo para o ensino técnico [...]. Além dos cursos correspondentes aos dois ciclos, a Lei Orgânica também estabeleceu os cursos conhecidos por extraordinários e os avulsos. Os extraordinários constavam de três modalidades: de continuação, destinados a dar às pessoas sem profissão uma qualificação profissional; os de especialização, voltados ao ensino de uma especialidade a trabalhadores que haviam feito curso industrial ou técnico; e os de aperfeiçoamento, visando à melhoria dos conhecimentos de trabalhadores com algum curso prévio. Os cursos avulsos, ou de divulgação, tinham a finalidade de oferecer conhecimentos de atualidades técnicas [...]. (MACHADO, 2014, p. 63).

A citação acima ilustra a condição de formação do aluno-trabalhador, imprescindível para a composição da mão de obra economicamente ativa, mas que dificilmente teria acesso ao ensino superior, assim como não pertencia à elite dirigente, condição evidenciada nas mais diversas regiões do país. Além disso, nota-se que as escolas passaram a formar, também, o professor técnico, criando um ciclo, ou seja, o aluno-trabalhador e o professor formador desse aluno.

Sob este prisma e reforçando a autonomia quanto à formação do corpo docente e administrativo, Silva (2013) destaca a sistemática para tal, sendo que, mediante a aprovação dos cargos pelo Conselho de Representantes, assegurava-se a abertura das inscrições para o seu preenchimento, cuja previsão do Decreto n.º 47.038/1959, por meio do artigo 107, constata-se a necessidade de se verificarem títulos, conhecimentos e capacidade, de acordo com o caso, assim como a investigação social.

Continuavam mantidas as exigências presentes na legislação anterior como, por exemplo, a necessidade de os candidatos comprovarem que possuíam a formação adequada ao cargo preterido, o que exigia a realização dos concursos. Respeitando as especificidades próprias de cada área, essa legislação mantinha a avaliação dos candidatos por meio de atividades teóricas e práticas, assegurando a utilização de títulos acadêmicos para certificar o nível de conhecimentos.

A Lei também definiu as modalidades de prestação de serviços, viabilizando contratações, em caráter de dedicação exclusiva, dedicação parcial e por hora-aula e por tarefa, nesse caso, implicava a remuneração pelo trabalho efetivamente realizado. (SILVA, 2013, p. 7).

Segundo Silva (2013), a escola tinha garantida a possibilidade de admitir docentes por meio de contratos por tempo determinado, de, no máximo, um ano, sem direito à renovação, mediante, somente, apresentação de títulos, condição esta restrita aos casos onde, com a abertura das inscrições para preenchimento de vaga, não houve candidato interessado, assim como substituições eventuais ou transitórias.

Por meio das informações apresentadas confirma-se a tese de que “[...] acompanhando os anseios capitalistas o Brasil toma iniciativas de organização do ensino e passa a criar as escolas técnicas e assim responder as necessidades de formar o trabalhador para as indústrias nascentes” (ZANLORENSE, et al., 2012, p. 769). Confirma-se, por meio da citação, a ideia de que o desenvolvimento econômico da nação viabilizou a constituição das escolas de caráter técnico, industrial e profissional, as quais correspondiam aos interesses de continuidade da economia capitalista, formando novos trabalhadores, instruídos mediante o anseio dos ideais republicanos. O propício contexto de progresso econômico passou a direcionar o empenho de variadas formas de ensino, investindo no ensino profissional para os diferentes setores da economia, condição que será abordada particularmente na cidade de Jaú/SP, por meio da Escola Industrial constituída na cidade em 1942 e tema do presente estudo.

O caráter ideológico capitalista, desenvolvimentista, industrial e urbano é reforçado pela realidade evidente a partir da década de 1950 e apresentado por Floro e Dal Ri (2015), cuja concepção do ensino técnico e profissional mostra-se como manifestação que visa separar o trabalho manual do intelectual, o que restringe os processos educacionais ao modelo de conhecimento específico na realização de uma tarefa prática (*savoir-faire*), representando a antítese do artesão. Por conta disso, o ensino técnico e profissional passou a fragmentar e mutilar o artesão quanto ao ofício, onde “o princípio da divisão do trabalho recebe uma aplicação mais completa, a arte progride, e o artesão retrocede” (TOCQUEVILLE, 1979, p. 292).

No cerne da educação profissional evidencia-se a necessidade de criar e desenvolver aptidões para o trabalho em uma sociedade cada vez mais urbana e industrial, através “[...] da permanente atualização técnico-produtiva da força de trabalho escolarizada. Neste aspecto, formação profissional identifica-se com ensino técnico-profissionalizante ou, conforme o discurso oficial, educação profissional.” (SOUZA, 2002, p. 54).

Confirmando a tendência de formação do aluno-trabalhador, Floro e Dal Ri (2015) destacam que ela esteve historicamente evidenciada nas escolas profissionalizantes, ofertando serviços aos setores produtivos, criando cursos e elaborando currículos que se

estruturaram mediante as necessidades de educação do trabalhador e do filho do trabalhador, para que estes formassem a força de trabalho adequada ao capital. Visto desta forma, a escola com tal caráter evidencia-se com uma agência de operários, oferecendo treinamentos técnicos para o aprendizado de um ofício específico, convergente ao ideário capitalista, pois, “[...] mesmo quando oferece ao trabalhador certos treinamentos e aperfeiçoamentos o patrão está buscando os mesmos fins: seu lucro” (JESUS, 2005, p. 49).

Em um contexto cada vez mais dinâmico, era necessária a oferta de meios educacionais para que as classes trabalhadoras recebessem formação para incorporarem o mercado de trabalho:

[...] o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência, que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável ensino técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação. (FONSECA, 1986, p. 163).

A citação acima permite compreender a tendência republicana fortemente marcada pelo Capitalismo constituído na conjuntura, onde, como constatado em Floro e Dal Ri (2015) o Estado oferece o treinamento coadjuvante à classe patronal, sem que, contudo, receba lucro diretamente, uma vez que “[...] uma de suas funções [...] é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz, a partir de dentro e por meio de seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados” (MÉSZÁROS, 2007, p. 207).

Em razão disso,

[...] o papel da educação profissional oferecida pelo Estado é o de estruturar o sistema educacional para fazer com que o trabalhador internalize, legitime e se conforme com a posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, ao passo em que se constrói a noção de Estado bem-feitor, devido à preocupação com a situação de fragilidade econômica da classe trabalhadora. Por sua vez, a classe trabalhadora, em geral pobre, é vista como desvalida, desafortunada e presa fácil da vadiagem, motivo pelo qual o Estado justifica a necessidade de ocupá-la com o trabalho; fato que faz com que a escola profissionalizante se torne um instrumento de eugenia social, pelo qual se extirpará da sociedade o mal do crime e do vício. (FLORO; DAL RI, 2015, p. 306).

A sociedade de classes cada vez mais evidente faz com que aqueles que se tornam sujeitos da aprendizagem deixem de serem vistos como indivíduos aptos a comporem

o mundo da criminalidade e da vadiagem, como verificado em Floro e Dal Ri (2015). Apesar disso, a visão assistencialista das escolas de formação profissional se consolida, ensinando um ofício aos trabalhadores pobres, condição que permite o surgimento de termos que se relacionam ao empreendedorismo e desenvolvimento de competências laborais, responsáveis por favorecerem a superação da pobreza gerada pela marginalização social.

As escolas de formação do aluno-trabalhador, mesmo na década de 1950, fazem perdurar o ideário de sua contribuição para criação do hábito do trabalho, o que transforma o aluno em operário, mais especificamente como servo da fábrica, pois “[...] uma das características da organização do trabalho capitalista é submeter a força de trabalho, tanto quanto possível, a uma orientação externa, e a um controle externo integral” (OFFE, 1984, p. 18), cuja relação possibilita que o aluno, analisado como um trabalhador em potencial, seja contemplado somente como um instrumento de acumulação para o empresário, tornando-se fonte de geração de lucro.

Para ilustrar as informações anteriores é pertinente a utilização da figura abaixo, a qual reforça, de maneira visual, o papel das escolas de caráter profissionalizante desde o início do século XX, ou seja, os alunos, desde muito jovens, são condicionados a serem disciplinados, obedientes, servis:



Figura 11: Alunos da Escola Profissional Masculina aguardando o sinal de início das aulas no pátio da escola - década de 1910.

Fonte: Moraes e Alves (2002, p. 51).

A configuração da realidade destacada anteriormente cria uma imposição ao sujeito que se apresenta desprovido dos meios de produção, condição que o leva à proletarização ativa, haja vista que o trabalhador considerado ideal pelo ideal é aquele cuja dedicação não é mais saber tudo, ou ser completo, mas a perfeição repousa na dedicação a tarefas limitadas, partilhadas de forma solidária com outros trabalhadores, como verificado em Durkheim (1999).

É evidente que o fornecimento de Educação àqueles das classes trabalhadoras é extremamente relevante, mas, por traz desta intencionalidade de acesso repousa a condição subliminar de atendimento às necessidades capitalistas.

A proposta educacional dos organismos internacionais considera que educação, desenvolvimento e mobilidade social formam uma “feliz aliança”, capaz de retirar os países de baixa e média renda da condição de atraso, atribuída às deficiências e baixa equidade de seus sistemas educacionais. Efetivamente, o argumento tem um papel nitidamente ideológico cuja finalidade é a ocultação tanto das fontes de subdesenvolvimento, desemprego e pobreza dos países periféricos, quanto dos interesses dos países centrais, no atual estágio das relações sociais capitalistas em âmbito internacional. (LIMA FILHO, 2002, p. 276).

A citação acima reforça a ideia de intencionalidade da classe dominante quanto ao ensino profissional, sobretudo porque as políticas públicas assimiladas e implementadas em países periféricos como o Brasil inserem-se no sistema de relações capitalistas em esfera mundial, construído por elites dominantes nacionais, articuladas ao capital internacional, cujas orientações educacionais constituem mecanismos de adequação do contexto, como verificado nos estudos de Lima Filho (2002).

Em razão disso, analisar a edificação e constituição da Escola Industrial de Jaú/SP somente por meio do ufanismo e do olhar laudatório é desconsiderar todo o contexto apresentado neste tópico. Para tanto, com o objetivo de desvendar o cenário, o próximo capítulo visa realizar o levantamento histórico de Jaú, cidade do Centro Oeste paulista, com intenção de identificar suas particularidades, para, em seguida, criar uma relação com o universal, como anteriormente destacado, fundamental para confirmar as hipóteses levantadas.

3 A CIDADE DE JAÚ NOS SÉCULOS XIX E INÍCIO DO XX

[...] tal como o acúmulo de capital aumenta a quantidade da indústria e, portanto, de trabalhadores, essa mesma quantidade da indústria traz, através dessa acumulação (Accumulation), uma grande quantidade de obras malfeitas (Machwerk) que se torna sobreprodução (Überproduktion) e acaba: ou por colocar fora [da esfera] do trabalho uma grande parte de trabalhadores, ou por reduzir o seu salário ao mais miserável mínimo. (MARX, 2008, p. 27).

3.1 A FUNDAÇÃO DE JAÚ

Neste momento se torna adequado realizar um breve histórico da cidade de Jaú, pois isso permite criar e entender o cenário em que a escola em estudo foi construída, permitindo compreender a intencionalidade do fato.

Desta forma, destaca-se que a cidade de Jaú, localizada na região Centro Oeste do Estado de São Paulo, tem sua fundação datada de 1853, sendo oportuno mencionar que no século XVIII a região que abriga o município serviu como entreposto para navegadores do Rio Tietê, os quais se abasteciam para enfrentarem as longas jornadas em direção ao Mato Grosso e Goiás, como verificado nos estudos de Valente e Queda (2011).

A fundação do núcleo, que deu origem a Jaú, em 1853 em pleno sertão paulista, coincidiu com a época em que o café começava a tomar corpo na economia paulista. Mas a sua fundação não está ligada à conquista de novas terras para o café, porque este ainda não havia alcançado esta região. Os primeiros habitantes começaram a se fixar na década de 1840, com o objetivo de se apossarem de novas terras e se dedicaram de início à criação. A fundação do núcleo se deu devido à necessidade de um centro abastecedor para esses primeiros povoadores. (ARLANCH, 1974, p. 841).

Em consulta à obra de Teixeira (1900) constata-se que a área mencionada acima, desde a época das monções, no século XVIII, era habitada por aqueles que a utilizavam como pequeno entreposto comercial, às margens do Tietê, região conhecida como Potunduva e que daria o nome a uma das mais importantes vilas da cidade. A região, além de fornecer alimentos, também era utilizada como pousada aos bandeirantes; os poucos habitantes tinham como principal atividade o cultivo de gêneros alimentícios.

De acordo com Peres (2010), a decadência das monções resultou no abandono do povoado de Potunduva, anterior ao ano de 1816. Por volta de 1830,

[...] um sertanejo fugitivo da lei, chamado Antonio Dutra, embrenhou-se pelo sertão e tomou posse das terras banhadas pelo ribeirão do Jaú. Estas terras, ricas em solos férteis (a terra roxa) foram posteriormente adquiridas por fazendeiros originários de Minas Gerais e de outras partes da província de São Paulo, nas décadas de 1830 e 1840. Este fluxo migratório de paulistas e mineiros pode ser compreendido como parte do processo de expansão da atividade agrícola, mas que havia servido também para garantir um refúgio seguro para os revolucionários de 1842, após a derrota deste movimento liberal. Neste período, os habitantes das férteis terras jauenses utilizavam-se da capela de Brotas para cumprimento de suas obrigações religiosas, e da vila de Rio Claro como entreposto de comércio, para aquisição dos gêneros indispensáveis à sua sobrevivência. (PERES, 2010, p. 29).

Antonio Dutra, primeiro morador da região do Jahu se apossa de grande gleba de terras, como mencionado, a qual se iniciava na barra do Ribeirão João da Velha com Rio Jahu, subindo pelo ribeirão até as suas cabeceiras, atingindo em seguida o espigão, tomando o rumo norte, abrangendo as cabeceiras dos ribeirões Mandaguari, Pouso Alegre e Onça; tomando à esquerda, seguia pelo espigão divisor das águas do Onça e do Prata, até encontrar o Rio Jahu e subindo pelo veio d'água do Rio Jahu, até a barra do Ribeirão João da Velha; “a sua morada ficava nas cabeceiras do ribeirão da Onça” (JAÚ, 2016, p. 3).

Contudo, o fim de Antonio Dutra foi trágico, pois, durante a madrugada ao cair de bêbado, após dar uma festa de despedida em Araraquara, comemorando sua mudança com a família para Jahu, foi assassinado a golpes de machado por sua mulher e amigos. “Seus filhos venderam a posse em duas glebas: a do Pouso Alegre, a Francisco Gomes Botão e a do João da Velha, a Joaquim de Oliveira Matosinho” (JAÚ, 2016, p. 3).

[...] prosseguindo a viagem de volta a Jahu, o Capitão José Ribeiro de Camargo, conta ao Tenente Lourenço de Almeida Prado sobre a fundação do Jahu.

Que eles, moradores da região de Jahu, na época pertencentes à Freguesia de Nossa Senhora de Brotas, dela distavam de 9 a 10 léguas, dependendo do

morador, havia necessidade de dirigir-se a freguesia com certa frequência, pois havia os batizados, casamentos e os registros de terra, ou seja os registros paroquiais. (JAÚ, 2016, p. 2).

No ano de 1837 tem início a chegada de outros povoadores, e em 1842, diante do fim da Revolução Liberalista, o fluxo aumenta, sobretudo por aqueles perseguidos políticos favoráveis à Revolução. No final de 1845, a região do Jahu, freguesia de Nossa Senhora das Brotas, encontrava-se bem povoada, contando, sobretudo por agricultores.

A história da cidade é complementada com informações contidas no site institucional da Prefeitura Municipal (JAÚ, 2016), o qual é responsável por apresentar a condição que levou à escolha do nome do município. Nota-se, lá, que um grupo de bandeirantes que navegavam pelo Rio Tietê parou para pescar na foz de um ribeirão, fisingando um grande peixe conhecido como Jaú². “O local, desde então, ficou conhecido como Barra do Ribeirão do Jaú” (JAÚ, 2016, p. 1).

Gradativamente a necessidade daqueles que habitavam a região mencionada resultou na constituição do povoado, sendo que em 15 de agosto de 1853, formou-se uma comissão que decidiu erguer o povoado em uma área de 40 alqueires, doados em partes iguais por Francisco Gomes Botão e tenente Manoel Joaquim Lopes (JAÚ, 2016). A ocorrência visava atender as

[...] necessidades comerciais e fosse adequado aos atos da vida civil e religiosa, contornando a necessidade dos deslocamentos até Brotas ou Rio Claro. Assim, ergueu-se um cruzeiro e posteriormente uma capela dedicada a Nossa Senhora do Patrocínio, na margem esquerda do Ribeirão do Jaú. (PERES, 2010, p. 29).

Como verificado em Jaú (2016), as terras encontravam-se na margem esquerda do Rio Jaú e a do Córrego da Figueira. “Neste centro urbano rudimentar foram distribuídas poucas casas, em duas ruas paralelas e duas transversais àquele principal curso d’água da localidade” (PERES, 2010, p. 29).

A região do Jahu ficou compreendida entre as barrancas Rio Tietê, atualmente onde se localiza o município de Barra Bonita, até o espigão divisor das águas dos Ribeirões Marambaia e Sapé, atualmente Bariri, e das barrancas do Rio Jacaré Pepira até as barrancas do Rio Tietê, em frente a Pederneiras, passando a constituir a região central (JAÚ, 2016).

² A “história de pescador” se encontra registrada como oficial no município e difundida entre seus habitantes.

Ainda de acordo com o site institucional da Prefeitura Municipal (JAÚ, 2016, p. 4), “em 8 de abril de 1857, a Lei n. 25 incorporou os Bairros de Tietê, Curralinho e Jacaré. A Lei n. 11 de 24 de março de 1859 elevou a capela do Jaú no município de Brotas, à freguesia, a qual, por sua vez, foi elevada à vila pela Lei n. 60, de 23 de abril de 1866” e, finalmente à cidade, por meio da Lei n. 6, de 6 de fevereiro de 1889.

A evolução político-administrativa do povoado foi relativamente rápida: capela curada em 1856; distrito de paz em 1858; vila em 1866; termo judiciário em 1868; comarca em 1877; e cidade em 1889, alguns meses antes da instalação do regime republicano no Brasil. E nos primeiros anos desse novo regime político no país, o município de Jaú teria parte de seu território desmembrado, originando os municípios de Bariri (1890) e de Bocaina (1891). (PERES, 2010, p. 29).

Dando prosseguimento aos estudos é pertinente descrever a situação histórica cotidiana do povoado que surgia, sem a visão laudatória, mas concreta, do dia a dia, constituída de homens comuns. Nesta realidade destaca-se que

[...] até a década de 1870, Jaú não passava de um “acanhado povoado”, com cerca de quatro mil habitantes e as casas, geralmente de um ou dois cômodos – construídas de madeira ou taipa e cobertos com folhas de palmeira, sapé ou capim – distribuídas [em] quatro ruas, duas transversais e duas colaterais à beira do rio. [...] Jaú na época do Império apresentava um aspecto físico marcado pela rusticidade e pela pobreza, com as moradias caracteristicamente provisórias das frentes pioneiras. O “acanhado povoado” tornara-se um polo de atração de pessoas originárias das áreas de economia decadente no país, como a Bahia, o sul de Minas Gerais e o vale do Paraíba; mas não apresentava as mínimas condições para absorver esta massa de migrantes. (PERES, 2010, p. 30-31, **grifo nosso**).

Os habitantes da localidade, em sua grande maioria, permaneciam em situação de miséria, encontrando-se propensos à prática de contravenções ou provocando atritos e violência. Neste cenário era rotineiro encontrar “[...] prostitutas, bêbados, autores de pequenos furtos e pessoas sem profissão definida que, à espera de qualquer serviço avulso, vagavam pela vila criando constantes tensões, muitas vezes geradoras de atos criminosos” (OLIVEIRA, 1997, p. 46). A passagem apresentada tem a intenção de destacar a história da vida cotidiana, sem, contudo, desconstruir a “odisseia” dos desbravadores responsáveis pela fundação da cidade, condição evidente não somente em Jaú, mas nas diversas regiões do país e nas mais variadas instituições, inclusive aquela em estudo.

Ufanismos à parte, o que ficou evidente durante o levantamento histórico da região é o quadro de prosperidade que se intensificou, em especial no final do século XIX e

início do XX, como constatado em Peres (2010). Em Jaú, o desenvolvimento da agricultura comercial do café foi promissor, resultado da fertilidade dos solos, conhecidos como “terra roxa”. Tal condição de riqueza resultou da substituição das lavouras tradicionais pelo cultivo do produto, aproveitando o momento de expansão econômica do produto, sobretudo nos mercados europeu e norte-americano, provocando inúmeras transformações na estrutura da sociedade jauense. “As novas necessidades, em especial de mão de obra para a lavoura, e as demandas do crescimento urbano situaram Jaú no patamar de importante polo de atração de imigrantes, não só estrangeiros, mas também nacionais” (OLIVEIRA, 2008, p. 152), condição que resultou no tradicionalismo de famílias como os Almeida Prado, influentes no município até a contemporaneidade.

Nesta vereda destaca-se que

[...] as primeiras famílias de descendência portuguesa que vieram de Minas Gerais, com a mineração já apresentando sinais de decadência, em meados do século XIX, foram as do Tenente Manoel Joaquim Lopes, Francisco Gomes Botão, Pereira de Carvalho e os Campanhã; de Itu e Porto Feliz vieram os Almeida Prado, que chegaram ao Brasil, em 1532, com a expedição de Martim Afonso de Souza, para lavrar as terras nas capitânicas da Bahia, São Paulo e Minas Gerais. Esses dois grupos cresceram economicamente na região, rivalizaram e se alternaram no poder durante toda a história política de Jaú.

[...] a origem dessa disputa data do Império, quando, em torno do Partido Liberal destacava-se a família Pereira de Amaral, vinda de Minas Gerais, e, comandando o Partido Conservador, os Almeida Prado, vindos de Itu. Depois, os poderes giraram em torno do Partido Republicano e do Partido Republicano Jauense. (MACHADO, 2008, p. 15).

Ainda de acordo com Machado (2008, p. 15), “[...] com a República, a bipolaridade permaneceu. No início do século XX, surgiram os ‘carvalhistas’, dos Amaral Carvalho, e os ‘vicentistas’, sob o comando de Vicente de Almeida Prado, forte líder político na ocasião [...]”. Como destacado acima, a conjuntura resultou em forte conservadorismo e tradicionalismo da cidade, o qual é regido até o contexto atual, uma vez que essas famílias permearam o cenário político e econômico da cidade e da região desde o final do século XIX.

Fato que merece destaque no período é o papel da imprensa na cidade, pois essa, no início do século XX, foi fundamental na divulgação dos diversos aspectos desenvolvimentistas presentes no período, como será apresentado no próximo tópico. Neste momento vale destacar que,

A imprensa em Jaú, nos anos finais do Império e na primeira década republicana [...] conheceu intensa atividade, com a publicação de inúmeros

periódicos, quase todos de efêmera duração. [...] Em 1888 surgiram [...] O Despertador, de José d'Ávila e O Jahuense, editado na tipografia pertencente a Belarmino Ferraz. Em 1889 ressurgiu O Despertador, de José d'Ávila e João Teixeira, que durou até o ano seguinte. Em 1890 e 1891 foi publicado o jornal Cidade de Jahú, sob responsabilidade da Empresa Tipográfica e Jornalística de Jahú.

Em 1893 surgiram: a Gazeta do Jahú, sob responsabilidade da mesma empresa e direção de Valentim Butler Browne e João Batista Viegas; e a Cidade do Jahú, editada em Campinas sob os auspícios de João F. Teixeira e João Costa, e que durou até o ano seguinte. Em 1895 veio à luz o Commercio do Jahu, editado por Sebastião Teixeira, e o Correio do Jahu, de propriedade de Joaquim Augusto Viegas, impresso em oficina tipográfica própria. Em 1897 surgiu O Jahu (que durou até o ano seguinte), editado por Paulino de Oliveira Maciel, em oficina tipográfica própria, depois adquirida por José d'Ávila. Destes, apenas o Correio do Jahu ainda era editado em 1900 [...].

[...] em 1902 surgiram O Município, de Orlando Martins e O Povo, de Vitor Curvelo d'Ávila Santos e Américo Fraga; no ano seguinte, apareceu o Diário do Jahu, sob os auspícios de João Teixeira; em julho de 1908 foi relançado o Commercio do Jahu – sem vínculo com o jornal de Sebastião Teixeira a não ser a adoção do mesmo título – sob responsabilidade dos irmãos Álvaro e Gumercindo da Silva Floret; e em 1910 surgiram O Imparcial e o Jornal do Jahu. Destes jornais, apenas o Commercio do Jahu sobreviveu, sendo editado até os dias de hoje. (PERES, 2010, p. 44-45).

Desta forma, complementando as informações acima, o próximo tópico visa a apresentar o panorama da cidade de Jaú no final do século XIX, condição que permite compreender seu desenvolvimento e as características que resultaram na realidade em estudo.

3.2 O PANORAMA JAUENSE NO FINAL DO SÉCULO XIX

Visando a atender aos preceitos do presente o tópico, os estudos de Arlanch (1974, p. 841) convergem às propostas, constando que “[...] a ocupação da região precedeu à fundação do núcleo e esse não teve, a princípio, função de centro irradiado e de ocupação, mas [...] o de centro de convergência para intercâmbio comercial”. Por conta destas características, os habitantes da região dedicaram-se, inicialmente, à criação de suínos.

Mesmo depois com o desenvolvimento da lavoura, essa criação continuou a existir, mas cada vez mais em menor escala, passando posteriormente a ser um produto de subsistência. Ao lado da criação, companhia das geadas que assolavam anualmente a região, e as dificuldades começou a desenvolver a lavoura canavieira, mas em consequência de transporte, foi muito lento o seu desenvolvimento. Ela continuou a persistir mesmo com a chegada do café,

limitando-se unicamente ao fabrico de aguardente, porque a do açúcar não era compensador devido ao trabalho que exigia, e o café mais lucrativo, absorvia a maior parte da mão de obra. Em 1877, o município ainda produziu açúcar, sendo que a sua produção foi de 186.723 Kg. [...] A indústria açucareira abasteceu toda população até o final de 1870, quando o café dominou o município. Outro produto da lavoura jauense que também foi exportado até o final da década de 1870 foi o fumo. Em 1877 sua produção foi de 52.006 Kg. (ARLANCH, 1974, p. 841-842).

Em consulta ao site institucional da Prefeitura Municipal da cidade (JAÚ, 2016), foi possível constatar que os moradores que foram se fixando no atual município, em grande parte, eram agricultores, responsáveis por cultivarem mandioca, milho, algodão e a cana de açúcar, assim como criações de bovino, ovino e suíno. Quanto ao consumo da produção, o milho e a mandioca tinham como destino à alimentação humana, dos animais de criação e aos cargueiros; o algodão tinha como destino confeccionar roupas, tanto dos agricultores como dos escravos; a lã das ovelhas destinava-se à fabricação de agasalhos; a cana de açúcar era utilizada para a fabricação de açúcar, destinado ao consumo local e venda do excedente.

Em relação ao café, produto que se tornaria o propulsor da economia do final do século XIX e início do XX na região, Valente e Queda (2011) mencionam que a primeira plantação ocorreu no município no ano de 1846, no Bairro do Banharão. Como observado em Machado (2008), a qualidade do solo da região constitui como um excepcional atrativo para a chegada dos pioneiros, resultando na formação de fazendas e na plantação de café. O produto foi ocupando novas áreas, expandindo-se significativamente na década de 1870, atrelado à chegada da ferrovia com as construções dos terminais de Campinas e de Rio Claro. “A linha de ferro chegou [...] em 1887 concomitantemente ao aumento do fluxo de imigrantes europeus que vinham trabalhar nas fazendas de café após a abolição da escravidão” (VALENTE; QUEDA, 2011, p. 1286). Necessário mencionar que a soma de tais acontecimentos foram responsáveis pelo acelerado crescimento econômico de Jaú, além do acesso a novos estilos de vida e arquitetura da cidade.

O café foi a mola propulsora do desenvolvimento econômico do município e, conseqüentemente, da urbanização do núcleo populacional, que foi chegando à região paulatinamente. [...]

Para termos uma ideia desse avanço do café, vejamos alguns dados referentes à sua lavoura em 1877: o número de lavradores que cultivavam o café no município jauense era de 950, sendo o total de pés de café plantados de 1.177.800, com uma produção de 821.427 Kg. [...]

Apesar do café tomar corpo na região, a partir da década de 1870, o núcleo urbano só começou a ter um grande desenvolvimento com a chegada da estrada de ferro, em 1887, mas muitos passos foram dados na evolução urbana no decorrer desse período. (ARLANCH, 1974, p. 842).

Como mencionado, a introdução do café na região jauense ocorreu no ano de 1846 e se tornou o principal produto agrícola no município por volta de 1860. Apesar da importância do produto agrícola, Peres (2010) destaca diversos outros que faziam parte do cenário, como o arroz, cultivado em pequenas lavouras, por intermédio da policultura, frequentemente em pequenos sítios e chácaras no entorno do núcleo urbano. Além dessa cultura se plantavam legumes, verduras, cereais, responsáveis pelo abastecimento da população local. O cultivo de frutas, por sua vez, iniciou-se em 1900, aproximadamente.

Por meio dos apontamentos acima vale mencionar a representatividade da lavoura canavieira no final do século XIX, na medida em que,

[...] embora o café tenha entrado numa fase de grande expansão na década de 1890, projetando Jaú entre os grandes centros produtores do Estado de São Paulo, a lavoura de cana de açúcar não foi totalmente abandonada. Ocupando as regiões mais baixas do município, continuou a ter um lugar privilegiado ainda no início do século XX. (OLIVEIRA, 1999, p. 18).

No que concerne ao desenvolvimento da cidade de Jaú, nota-se que a preocupação com as melhorias públicas já podia ser observada no final do século XIX, apesar de ainda modesta. De acordo com Machado (2008, p. 14), “o desenvolvimento de Jaú, desde a chegada dos pioneiros à sesmaria de Banharão em 1846, onde Vicente da Costa Machado plantou os primeiros 5.000 pés de café, foi calcada na produção desses grãos, que trouxe consigo a ferrovia e o imigrante”.

Na obra de Teixeira (1900) é possível constatar que a localidade possuía poucos estabelecimentos industriais no período. Apesar disso, a riqueza da cidade já vinha se evidenciando, originária, notadamente da lavoura cafeeira, assim como se tornando expoente núcleo de comércio regional, reforçando sua prosperidade econômica.

Os melhoramentos públicos que vão aparecer até o final da década de 1880, são pequenos e foram surgindo lentamente à medida que crescia a lavoura cafeeira no município, propiciando sua riqueza. Um dos reflexos desse crescimento econômico foi a instalação da “Coletoria de Rendas Gerais” pela Lei n. 1272, de 27 de dezembro de 1887.

Já na década de 1880 foram acelerados os melhoramentos urbanos. Em 1883, o serviço de condução do correio, que até então era feito de 10 em 10 dias, passou a ser de 3 em 3 dias, e quando a estrada de ferro alcançou Brotas, cada dois dias e finalmente o Serviço do Correio passou a ser diário com a chegada da estrada de ferro em Dois Córregos. (ARLANCH, 1974, p. 843).

Os investimentos em lazer, entretenimento e divertimento público também se evidenciaram no período. A edificação do primeiro teatro na vila, segundo Arlanch (1974), ocorreu no ano de 1884, sob o nome de “Recreio Jauense”, funcionando por pouco tempo, uma vez que seu prédio tornou-se hospedaria para abrigar os imigrantes que chegavam à região.

A criação da primeira loja na vila de Jaú ocorreu no ano de 1875, pelo maçom Marquês de Pombal, extinta em 1882. Outra loja maçônica foi a União e Caridade Jauense, criada em 26 de setembro de 1898 e ainda em atividade, como verificado em Peres (2010).

Entretanto, apesar dos investimentos, materialmente a vila era modesta, haja vista que na década de 1880 as edificações se limitavam a aproximadamente 400 prédios, em sua maioria com um ou dois pavimentos. No ano de 1886, por sua vez, as casas, quase em sua totalidade, eram edificadas em ripas de palmeiras e cobertura de telhas vindas da cidade vizinha, Bariri; a primeira construção de tijolos ocorreu em 1881, no Largo da Matriz.

Os levantamentos de dados realizados por Machado (2008) permitem apresentar que nos trinta primeiros anos o povoado apresentou uma série de dificuldades, já que a área era isolada em razão da ineficiência de transporte no período, condição que a limitou a alguns casebres, de meia água, com cobertura de folhas de palmeiras, sapé ou capim, os quais eram edificados em taipa ou madeira. Além disso, a falta de alimentos não era rara, e aqueles disponíveis apresentavam preços considerados exorbitantes. “Em 1870, Jaú contava com quatro mil habitantes; dois anos depois, passou para 7.512 moradores” (MACHADO, 2008, p. 14).

Em consulta ao site institucional da Prefeitura Municipal (JAÚ, 2016), na década de 1850 se cogitou a construção de uma capela, local que atualmente abriga a Matriz Nossa Senhora do Patrocínio, projetada pelo Engenheiro João Lorenzo Madein, da qual a pedra fundamental foi lançada em 24 de novembro de 1895.

Os habitantes já eram em número razoável, o que comportaria a criação de um patrimônio (Curato), onde se construiria uma Igreja, cemitério e alguns lotes urbanos para residência e comércio. Isto foi no segundo semestre de 1851. A ideia da criação do Patrimônio foi bem aceita por todos, criou-se uma comissão para este fim, composta dos seguintes cidadãos: Tenente Manoel Joaquim Lopes, Francisco Gomes Botão, Bento Manoel de Moraes Navarro, Lúcio de Arruda Leme e ele, Capitão José Ribeiro de Camargo (os fundadores); as reuniões realizavam-se na casa de Lúcio de Arruda Leme, onde eram tratados os seguintes assuntos: 1º) localização do Patrimônio; 2º) denominação do mesmo; 3º) doação de área escolhida ao Bispado; 4º) escolha da Padroeira ou Padroeiro; 5º) derrubada da mata e arruamento. (JAÚ, 2016, p. 2).

A Igreja Matriz da cidade, destacada anteriormente, apresenta estilo gótico, realçada por colunas dóricas e louvores bizantinos, sendo inaugurada em 09 de julho de 1901. A figura abaixo apresenta a construção da torre principal da Igreja Matriz Nossa Senhora do Patrocínio, a qual, apesar de inaugurada em 1901, teve suas obras estendidas até 1905.



Figura 12: Igreja Matriz Nossa Senhora do Patrocínio de Jaú, início do século XX.
Fonte: Acervo do Museu Municipal de Jaú (2016).

O desenvolvimento de Jaú se intensificou e foi redimensionado no final da década de 1880, sobretudo com a chegada da ferrovia, no ano de 1887. De acordo com Machado (2008), em 29 de junho de 1880 ocorreu a abertura de licitação para a construção de um ramal ferroviário partindo de Rio Claro até Jaú, passando por Brotas e Dois Córregos. Sob tal ótica destaca-se que no ano de 1882 tem início a construção do referido ramal pela Estrada de Ferro Rio Claro, a qual, no ano de 1892, foi comprada pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro (MARIANO, 2001).

Em 19 de fevereiro de 1887 ocorre a chegada da primeira locomotiva a vapor movida a carvão mineral na Estação de Jaú. A figura abaixo apresenta a primeira estação ferroviária da cidade, demolida em 1973 para a construção da atual estação rodoviária.



Figura 13: Primeira estação ferroviária de Jaú, na década de 1940 – esquerda; rodoviária de Jaú em 2016 – direita.

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Jaú (2016) – esquerda; acervo do autor (2016) – direita.

A chegada da ferrovia a Jaú foi impulsionada pelo café, pois o elevado aumento da produção, além da “dificuldade do transporte dos grãos para o porto de Santos, feito por navegação através do Rio Tietê ou em lombo de burros, numa viagem que demorava 50 dias, [fizeram com que] os fazendeiros [passassem] a investir na construção da ferrovia” (MACHADO, 2008, p. 14-15, **grifo nosso**). Como resultado, a região foi integrada a outros importantes centros em desenvolvimento.

O referencial acima apresentado, complementado pelos estudos de Peres (2010), permite reforçar a tese de que a lavoura cafeeira contribuiu significativamente para o desenvolvimento econômico de Jaú no final do século XIX.

[...] a produção de café aumentou significativamente e seus preços tiveram uma grande alta no mercado; simultaneamente, intensificou-se o fluxo de imigrantes estrangeiros para a cidade, em particular de italianos, portugueses e espanhóis. Os frutos deste desenvolvimento foram colhidos na última década do século XIX, com a expansão urbana da cidade: construção de novas casas no centro; estabelecimento dos serviços de telefonia, luz elétrica, água e esgotos; construção de prédios públicos, hospitais, matadouro e mercado; criação de um novo cemitério; calçamento das vias públicas e ajardinamento das praças da cidade. Mas cabe aqui a ressalva de que esta década de desenvolvimento foi em parte prejudicada pela epidemia de febre amarela que afetou Jaú nos anos de 1892, 1896 e 1897. (PERES, 2010, p. 30).

É fato que o desenvolvimento da cidade não ocorreu simplesmente pelo café, mas esse foi o propulsor da ocorrência, dada que sua produção atrelou e desencadeou os outros dois fatores:

A três fatores diversos deve o Jaú o seu desenvolvimento, hoje extraordinário, assombroso, colossal. Deve-o à estrada de ferro, que

aproximou-o [...] dos centros populosos onde pôde haurir os indispensáveis elementos de progresso e civilização; deve-o à abundante produção e à alta do preço do café, que aumentaram-lhe a fortuna, base da prosperidade; deve-o, finalmente, à imigração estrangeira, que aumentou-lhe [...] a população e contribuiu para a expansão de suas riquezas naturais. (TEIXEIRA, 1900, p. 119).

Como verificado em Arlanch (1974), as riquezas acumuladas na cidade proporcionaram o gradativo desenvolvimento da urbanização, exigindo, inclusive o estabelecimento de agências bancárias, já que “o município nessas alturas ressentia a falta de um estabelecimento de crédito para atender a expansão do comércio, e da lavoura, principalmente” (ARLANCH, 1974, p 846). Para suprir tal carência no final de 1889 foi instalada a primeira agência do Banco de São Paulo, extinta em 1892. Contudo, no mesmo ano se encontrava em funcionamento o Banco Melhoramentos do Jahu, organizado em 1890 pela reunião de capital de cidadãos, em sua maioria agricultores e comerciantes.

Esse fato de jauenses com capital local organizarem um banco, demonstra bem a expansão econômica do município. Para atender investimentos cada vez maiores que se aplicavam na lavoura cafeeira nesse período, era de extrema importância o crédito bancário. E os jauenses puderam com suas próprias finanças atender essa nova necessidade que a expansão cafeeira impunha.

Também a instalação do banco na cidade deixa clara a importância desta de centro comercial e urbano regional. (ARLANCH, 1974, p 846).

A citação delinea a representatividade da cidade de Jaú no contexto, assim como possibilita compreender sua característica urbanística do final do século XIX e início do XX, marcada por casarões e expressivo comércio, sendo que grande parte das construções ainda continua presente no centro da cidade.



Figura 14: Rua Lourenço Prado em 1925 (Banco Francês e Italiano à esquerda) – esquerda; cenário em 2016 – direita.

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Jaú (2016) – esquerda; acervo do autor (2016) – direita.

Por meio da figura anterior, construída através da montagem do autor, é possível observar um trecho da Rua Lourenço Prado em 1925, onde se verifica no canto esquerdo o detalhe da porta do Banco Francês e Italiano, local onde atualmente funciona um comércio de variedades e utensílios domésticos.

Em concordância com Peres (2010) e Teixeira (1900), Jaú teve seu crescimento atrelado e amparado por três grandes bases, que foram a riqueza acumulada pela lavoura de café, o transporte ferroviário que se encontrava em expansão, assim como o fluxo migratório que se intensificou na região. Entretanto, o progresso foi gradual, pois, como constatado em Arlanch (1974), a cidade, na época, ainda era carente de alguns benefícios de uma cidade urbanizada, como rede de água, esgoto, luz elétrica, melhoramentos esses que foram sendo introduzidos no decorrer da década de 1890.

Além disso, a ocorrência não foi espontânea, como pode se levar a crer, sendo embasado por comportamentos das autoridades públicas locais, entre eles da família Almeida Prado, marcando um conservadorismo e tradicionalismo desta até o contexto atual.

Quanto às ações das autoridades públicas é possível identificar que

O livro de *Resoluções e Leis da Câmara*, que tem como data de abertura 20 de julho de 1897, nos dá uma ideia do esforço da administração local para dotar a cidade de todos os melhoramentos urbanos. Assim podemos ver já na data de abertura, a Lei n. 5 que autorizava a construção do Mercado Municipal, inaugurado em 1889. A Lei n. 56, de 15 de março de 1899, ampliou o perímetro urbano em consequência do crescimento da cidade. Em 1898 ficou pronta a rede de água que já havia sido votada pela Câmara por lei anterior à data de abertura do Livro de Leis a que nos referimos. Pela Lei n. 68, de 16 de setembro de 1899, ficaram aprovadas as bases do contrato para a iluminação pública através da “Empresa de Força e Luz de Jahu”, e pela n. 63, de 31 de julho de 1899, ficou autorizada a construção da rede de esgoto. (ARLANCH, 1974, p. 846).

No que concerne os principais representantes sociais da cidade é possível mencionar, levando em consideração os estudos de Machado (2008), que os habitantes eram de descendência portuguesa, italiana, espanhola, sírio-libanesa e japonesa. Além dessas, os negros de origem africana também compuseram o quadro social da região; os indígenas do tronco tupi, da tribo dos Kaingangue, deixaram a região, dirigindo-se ao oeste do Estado.

Seguindo a tendência do Estado, a maior parte dos imigrantes vindos para Jaú era italiana. Começaram a chegar em 1870, [...]. Mas, é a partir de 1886 [...] que veio a grande maioria, pois a essa época o governo brasileiro, junto com os proprietários rurais, incentivava a imigração, subsidiando as viagens dos estrangeiros.

[...] vieram para Jaú para trabalhar nas lavouras de café. Mas, muitos deixaram os cafezais e se estabeleceram na cidade. Embora suas terras fossem caras, os italianos encontraram oportunidades de adquiri-las. Trata-se das terras da região da atual Rua Rui Barbosa, conhecida como Rua da Polenta, por exalar o cheiro dessa iguaria italiana [...]. Procurando manter sua tradição e cultura através da culinária, festas e religiosidade, os italianos formaram comunidades, reunindo-se em sociedades, como a *Stella D'Itália*, *Dante Alighieri*, *Príncipe di Napoli*, *Roma Inatingibile* e *Beneficência e Instrução*; faziam a reza do terço e frequentavam quermesses na igreja São Sebastião; preparavam a polenta e o bacalhau da *nonna*. (MACHADO, 2008, p. 30).

Ainda de acordo com Machado (2008), os homens italianos, em Jaú, dedicaram-se ao comércio, tornaram-se proprietários de pequenas indústrias, ferreiros, construtores, marceneiros, seleiros. A mulher, por sua vez, era educada para ser dona de casa e mãe. Particularmente o comércio foi o grande destaque, possuindo, em 1902, 218 dos 267 prédios comerciais, 66% do transporte de aluguel e 50% dos telefones comerciais, condição que permitiu o estreitamento de laços com a elite proprietária de terras, fregueses de suas casas comerciais, resultando, como consequência, uniões matrimoniais entre famílias italianas bem sucedidas e as famílias tradicionais de fazendeiros da cidade.

Quanto aos espanhóis, estes representavam o terceiro maior grupo de imigrantes para o Brasil, após os italianos e portugueses. A família Pereira de Toledo, em Jaú, adquiriu grandes propriedades na região, estabelecendo e deixando inúmeros descendentes. Os espanhóis apresentavam uma característica peculiar, que era a endogamia, mantida através de laços matrimoniais, como destaca Machado (2008). Apresentavam a segunda maior taxa de natalidade, menor taxa de mortalidade, menor índice de envolvimento com a criminalidade e maior índice de analfabetismo, quando comparados a outros grupos de imigrantes.

Ao contrário dos espanhóis, os imigrantes árabes, principalmente sírios e libaneses, estabeleceram-se, sobretudo na região urbana, e se dedicaram, inicialmente, ao comércio e, em seguida, às profissões liberais, como Medicina, Direito e Engenharia. Além disso, Machado (2008) apresenta que eles foram responsáveis por investirem, nas diversas regiões que se fixaram, em instituições humanitárias e de benemerência, além de associações recreativas, obras espirituais e educacionais.

Quanto aos japoneses, em Jaú se tornaram comerciantes e pequenos industriais, condição resultante da necessidade de fugirem da obrigação do trabalho obrigatório de um ano nas lavouras de café, determinado pelo governo brasileiro, sendo que encontraram dificuldades com tal trabalho, pois além de não conhecerem o produto, também não conheciam o idioma.

Em relação às famílias que compuseram o cenário da cidade, estavam presentes

[...] os Gomes Botão, os Navarros, os Oliveira Matosinhos, os Ribeiro de Camargo, os Lopes, os Ferreira Campanhã, os Pereira de Carvalho, os Ferreira do Amaral, os Gonçalves de Oliveira, os Pereira de Toledo, os Almeida Prado, os Almeida Bueno, os Ribeiro de Barros, os Ferraz do Amaral, e todos os outros troncos genealógicos das grandes famílias antigas, da primeira fase do povoamento jauense, aqui arranchados com a diferença de breves anos uns de outros, trouxeram todos, no seu arsenal de sertanistas, as mesmas armas morais, as mesmas ambições nobres, as mesmas virtudes heroicas, a mesma vitalidade orgânica, que enobrecem o caráter superior e a capacidade realizadora de seus antepassados. (FERREIRA, 1953, p. 14).

A citação acima traz um caráter ufânico àquelas famílias que estiveram presentes na construção e desenvolvimento da cidade, incluindo a de Joaquim Ferreira do Amaral, patrono da Escola Industrial, tema do estudo. Apesar deste não fazer parte do cenário político do contexto, era uma figura muito constante no momento histórico:

Recusou sempre cargos públicos, julgando-se modestamente sem aptidões para exercer-los, mas apoiou sistematicamente todas as iniciativas de interesse público, com sua imediata contribuição a todos os melhoramentos de vantagem geral, como a instalação de colégios, a construção da Matriz, a organização de bancos e a manutenção de institutos de caridade. Refere-nos o atual prefeito municipal Sr. Osorio de Barros Neves, um dos dirigentes da Conferência de S. Vicente de Paulo, que a ele recorreu, amiudadamente, em prementes ocasiões de socorro dos pobres, sempre atendido com avultados donativos, mas com expressa condição de absoluto segredo de suas dádivas, sob pena de, no caso de quebra do sigilo, nunca mais as fazer. (FERREIRA, 1953, p. 31).

Nota-se que o cenário jauense gradativamente foi convergindo para as características que ainda se perpetuam, sobretudo no que se refere ao caráter agrícola, conservador e elitista que permite compreender como a cidade foi sendo constituída, cuja realidade passou a se evidenciar logo no início do século XX, como será abordado a seguir.

3.2 A MODERNIZAÇÃO DE JAÚ NO INÍCIO DO SÉCULO XX

O cenário jauense do final do século XIX e início do XX é marcado por intensa prosperidade urbana, cujo progresso da lavoura cafeeira proporcionou delinear as diversas características evidentes na cidade.

Do final do século XIX para o início do século XX a cidade de Jaú passou por uma fase de intenso desenvolvimento urbano. A cultura cafeeira, que se expandiu na região desde 1880, começava a mostrar os bons resultados na década seguinte. Com uma perspectiva de desenvolvimento econômico para o município, a aristocracia rural, que passou a atuar politicamente de forma mais autônoma após a Proclamação da República procurou implantar um projeto de reformas da cidade visando modernizá-la. (PAIVA, 2001, p. 5).

O discurso da classe dominante foi extremamente fundamental para legitimar o progresso da cidade, preconizando que o futuro promissor constituía o sustentáculo que legitimava a política de intervenção da elite local no espaço urbano, procurando, por meio da criação de um imaginário progressista envolver a população local no apoio à ideologia de modernização (PAIVA, 2001).

Diante disso, o discurso constitui como o legitimador de interesses sociais, afirmando o papel ativo deles, na medida em que “produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, a legitimar um projeto reformador, ou justificar para os próprios indivíduos as suas condutas” (CHARTIER, 1990, p. 17).

A obra de Teixeira (1900) permite verificar a exaltação do ideário modernizador presente na rotina jauense, na medida em que o autor exalta o futuro e critica o passado, apresentando como atrasado. Além disso, maldiz as construções do final do século XIX edificadas em barro e madeira, assim como a falta de higiene no meio urbano, exaltando, na contramão, os novos serviços disponibilizados, entre eles a rede de água e esgoto, iluminação elétrica, colocando-os como imprescindíveis para o desenvolvimento local. Outro fator marcante para a ideologia desenvolvimentista, segundo Paiva (2001), refere-se ao discurso higienista disseminado pela burguesia europeia, responsável por implementarem reformas urbanísticas, as quais foram confirmadas ao tratar das epidemias de febre amarela responsáveis por assolarem Jaú em 1892, 1896, 1897 e 1898.

De acordo com Paiva (2001, p. 15), “[...] as autoridades locais trataram de combater as epidemias cuidando do saneamento da cidade, através da implantação da rede de água e esgoto, e da construção do Hospital do Isolamento”, atentas às regras da higiene e da arte, como menciona Teixeira (1900). As ações da administração pública permitem identificar seu caráter intervencionista no espaço urbano em prol do desenvolvimento.

A estética da cidade foi se alterando, sendo que Teixeira (1900) é responsável por exaltar o estilo moderno das construções, ressaltando a beleza das casas, a eficiência dos novos edifícios, notadamente os públicos, enfatizando prédios como a Igreja Matriz, o

Mercado Municipal, a Câmara Municipal, o Matadouro, o Hospital de Isolamento. Em Paiva (2001) constata-se que a cidade, diante das características apresentadas, passou a se adequar às características da arquitetura moderna.

Ao consultar Peres (2010) nota-se que as elites agrárias jauenses, produtoras de café, estavam diretamente ligadas às transformações intensificadas na cidade. Elas foram responsáveis por proporem “políticas de intervenção no espaço urbano visando a alterar sua paisagem” (OLIVEIRA, 2008, p. 153). As recomendações apresentadas resultaram na instalação de diversos serviços urbanos e na construção de edifícios privados e públicos, destacando, o Grupo Escolar “Pádua Salles”, inaugurado em 17 de junho de 1903, tornando-se a primeira escola pública da cidade.

O Grupo Escolar, retratado na figura abaixo, foi edificado próximo à Igreja Matriz e à Câmara Municipal e foi projetado pelo escritor e engenheiro Euclides da Cunha, apresentando estilo clássico. O local de sua construção, já na época, era considerado uma área nobre, situado no centro da cidade, cujo objetivo era “fazer desse espaço o cartão de visitas da cidade, devendo, pois, estar de acordo com os modelos da modernidade, sendo a cidade de São Paulo o principal parâmetro” (PAIVA, 2001, p. 24).



Figura 15: Paço municipal em 1920 – esquerda; momento atual em 2016 – direita.

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Jaú (2016) – esquerda; acervo do autor (2016) – direita.

Outra obra significativa no momento histórico foi a Santa Casa, inaugurada em 27 de maio de 1906, retratada na figura abaixo em 1937 e na atualidade, configurando-se, também, como um importante marco de desenvolvimento:



Figura 16: Santa Casa de Jaú em 1937 – esquerda; momento atual, em 2016 – direita.

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Jaú (2016) – esquerda; acervo do autor (2016) – direita.

Ao consultar Paiva (2001) é possível constatar que no final da década de 1910 o centro da cidade encontra-se consideravelmente modificado, atendendo aos padrões modernos ditados no momento histórico em questão. Em razão de tais alterações os jornais da época publicavam artigos e crônicas de visitantes, visando criar uma relação e comparação entre Jaú e a capital, São Paulo. Os textos ressaltavam a beleza da arquitetura, das lojas, assim como o movimento das ruas.

Ao observar a figura abaixo que retrata o Grande Hotel Ovídio, de propriedade de Ovídio Galvão, na esquina das Ruas Major Prado e Amaral Gurgel é possível constatar a suntuosidade da construção, atendendo às propostas do momento; atualmente o local abriga o Hotel Jahu.



Figura 17: Grande Hotel Ovídio em 1910 – esquerda; momento atual em agosto de 2016 – direita.

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Jaú (2016) – esquerda; acervo do autor (2016) – direita.

A fase de desenvolvimento foi evidente já na primeira década do século XX, cujas melhorias urbanas e o progresso material resultaram no aumento populacional, sendo que, em 1912, chegou a aproximadamente 85 mil habitantes. “Era modelo de socialização das

capitais, onde já existia uma burguesia que começava a frequentar teatros, ir aos passeios públicos, cafés, adaptando-se às novidades das cidades em processo de reformas [...]” (PAIVA, 2001, p. 56).

A modernidade trazia um novo dinamismo à vida social, econômica e cultural que passou a atuar na sensibilidade das pessoas, principalmente na assimilação de uma percepção de que tudo mudava muito rapidamente. [...] era preciso que homens e mulheres modernos aspirassem às mudanças e não ficassem presos às relações fixas do passado e ao nostálgico, passando assim a lutar por um futuro de desenvolvimento para suas vidas e em suas relações com os outros seres humanos. [...] (PAIVA, 2001, p. 20).

A nova realidade urbana instaurada em Jaú na década de 1920 pode ser observada na figura abaixo, a qual apresenta uma montagem da Rua Lourenço Prado no período, e outra no momento atual. A rua representada encontra-se no centro da cidade, cuja importância se mantém atualmente.

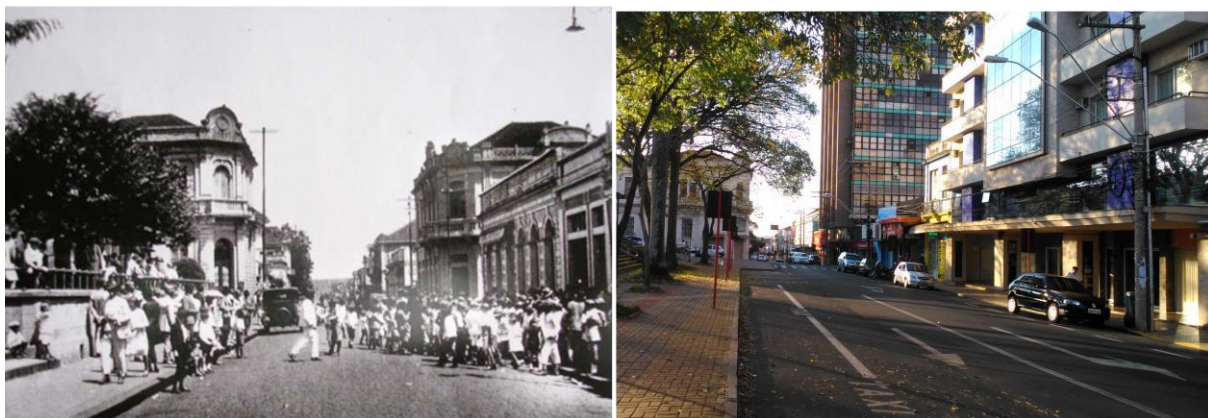


Figura 18: Rua Lourenço Prado em 1920 – esquerda; momento atual, em agosto de 2016.

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Jaú (2016) – esquerda; acervo do autor (2016) – direita.

A figura apresentada anteriormente possibilita dimensionar e representar de maneira visual o que vinha ocorrendo no momento, atrelada à acumulação de riquezas resultantes da produção cafeeira:

A pujança econômica era sentida por todos os segmentos sociais. Melhoramentos urbanos, edificação de casarões, jardins públicos e o desenvolvimento sociocultural foram patrocinados pelo café.

Registra-se que essa prosperidade também se refletiu no crescimento populacional. O número de habitantes do município passou de 6.381 em 1876 (incluindo-se os moradores de Itapuí e Bariri, à época pertencentes a Jaú) para cerca de 36 mil em 1900. (ALMEIDA PRADO; ALMEIDA PRADO, 2012, p. 21).

As transformações vivenciadas tiveram influências do exterior, haja vista que a modernidade atrelou-se ao Capitalismo, cujo centro foi a Europa, remodelando cidades, criando símbolos do progresso responsáveis por influenciar diversos países do mundo, inclusive o Brasil, ideias estas compartilhadas por Paiva (2001). Sob tal prisma, as reformas urbanísticas, como as ocorridas em Paris, tornaram-se exemplos de inserção no mundo do progresso.

Em Jaú o processo iniciou-se no final do século XIX, onde

[...] os segmentos sociais dominantes [...], ao almejarem o progresso local [...], foram construindo, com o apoio da imprensa, um discurso modernizador, objetivando respaldar as mudanças em curso. Os jornais tiveram um papel fundamental na divulgação do ideário de progresso e na construção da imagem de uma cidade moderna. (PAIVA, 2001, P. 11).

Ainda em Paiva (2001) constata-se a preocupação em ressaltar a nova estética, a qual apresenta qualificada nos discursos da época, principalmente pelos adjetivos elegante e belo quando se referiam aos prédios públicos. Em Teixeira (1900), diversas passagens também apresentam tais adjetivos, como ao descrever o Mercado Municipal como “sólido e belo edifício” (p. 113), o Matadouro Municipal como “um edifício modesto, mas de forma mais ou menos elegante” (p. 120), a Câmara Municipal como “novo e elegante edifício” (p. 132).

A modernização e urbanização instauradas na cidade passaram a se tornar evidentes em diversas partes, como se nota na figura abaixo, por meio da fotografia realizada em 1920, na esquina das Ruas General Galvão e Edgard Ferraz, a qual retrata o momento vivido por Jaú, sendo pertinente destacar que a região continua sendo extremamente importante:

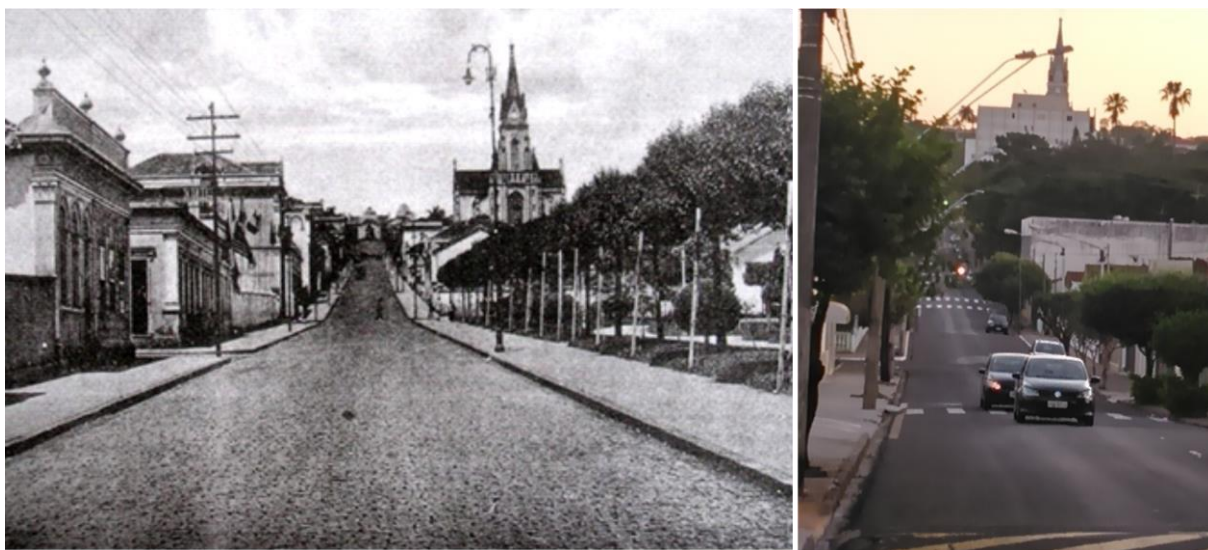


Figura 19: Vista geral da Rua Edgard Ferraz em 1920 – esquerda; momento atual em agosto de 2016.
Fonte: Acervo do Museu Municipal de Jaú (2016) – esquerda; acervo do autor (2016) – direita.

Os agentes modernizadores jauenses, segundo Paiva (2001), encontravam-se em variados segmentos sociais, como fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais e a imprensa, os quais aspiravam constituição de uma cidade mais modernizada. Para tanto, a concretização do projeto pautou-se no discurso regado pelo ideário do progresso, instaurado na realidade nacional, legitimando a interferência no espaço urbano, assim como a disseminação de novas relações sociais e valores culturais.

Dentre esses segmentos dominantes, a aristocracia agrária, tendo o controle político, era um dos mais interessados na implementação das reformas que julgavam necessárias para modernizar a cidade. Os discursos favoráveis a essa modernização podem ser detectados nos jornais através dos seus editoriais, das crônicas e embutidos nas notícias. Também as publicações feitas no período, como o [...] “Almanack de Jahu para o ano de 1902” [...] tiveram como principal objetivo demonstrar os melhoramentos urbanos, e a emergência de uma nova cultura que procurava colocar a cidade de Jaú no contexto de modernização que ocorria no período. (PAIVA, 2001, p. 11-12).

Como identificado na citação acima e confirmado em Paiva (2001), os jornais e publicações na época, utilizando-se do discurso modernizador, atrelando as transformações locais com o discurso disseminado pela elite, considerando que os meios de comunicação, em grande parte, ligavam-se a mesma. Destaca-se, desta forma, a intenção de apresentar e expressar a modernização e o progresso que iam sendo personificados em Jaú no início do século XX, os quais resultaram, sobremaneira, em melhoramentos urbanos, higienização, implantação de um padrão arquitetônico novo e inovador, embelezamento da cidade e absorção do padrão cultural europeu.

Em 1902, o discurso modernizador que aparece no jornal “Correio do Jahu” visava a chamar a atenção da população e do poder público para a necessidade de se realizarem muitos melhoramentos na cidade, o que demonstra que a modernização era um processo em fase inicial.

Uma vez que os colaboradores da imprensa vislumbravam um cenário mais moderno para Jaú, eles passaram a utilizar o jornal para divulgar os investimentos que consideravam importantes para deixá-lo mais bonito e adiantado. (PAIVA, 2001, p. 23).

Especificamente no que se refere à implantação do padrão arquitetônico adotado, Paiva (2001) ressalta a concretização do trabalho e a influência de técnicos e artesãos imigrantes, sobretudo italianos, que passaram a fazer parte do cenário jauense no período. Tal ocorrência se evidenciou, pois esses dominavam o conhecimento para implementarem os modelos europeus de construções, em convergência com o que ocorria na capital paulista.

A preocupação da aristocracia agrária e dos grandes comerciantes bem sucedidos era ostentar a riqueza através das suas moradias, pois em muitas casas existia um excesso de decoração e uma mistura de estilos, objetivando destacar ainda mais o edifício, e assim o poder econômico do seu proprietário.

Como em São Paulo e no Rio de Janeiro, o ecletismo foi um estilo marcante na arquitetura local, estando presentes nessas construções a influência dos estilos francês, inglês, italiano, austríaco e suíço. (PAIVA, 2001, p. 33).

Vale mencionar que o município, no contexto atual, tem a preocupação de preservação dos casarões do início do século XX, na medida em que, como destacam Valente e Queda (2011), Jaú apresenta 492 edificações, entre casarões, armazéns urbanos e prédios comerciais protegidos por Lei Municipal de Preservação do Patrimônio Arquitetônico e Cultural (Lei Complementar n. 277, de 10 de outubro de 2006). Contudo, apesar da agricultura ter sido a base da prosperidade local, o poder público municipal não apresenta inventário e nem, tampouco, mecanismos de conservação de imóveis rurais.

Dando andamento aos levantamentos históricos, particularmente no início do século XX, fundamentais para entender o campo de estudo, a seguir torna-se significativo apresentar a economia jauense no período, pois, possibilita-se compreender os rumos tomados pela cidade.

3.3 A ECONOMIA JAUENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XX

O início do século XX, particularmente 1905, foi responsável por consolidar a fase cafeeira exportadora, instaurando sua fase de decadência em 1930. Entretanto, apesar da grande importância econômica para a cidade de Jaú, Mariano (2001, p. 130) ressalta que “o modo de produção ainda não é tipicamente capitalista, pois [...] o sistema de colonato representa uma fase de transitoriedade do escravismo para o modo de produção capitalista”, cuja relação de trabalho, com bases familiares, não apresenta uma correspondência ao assalariamento de fato. Nesta realidade, o colono apresenta uma representação diferente do escravo, pois há separação dos meios produtivos da força de trabalho, sendo que o escravo negro empregado nas lavouras brasileiras constituía, em si, investimento enquanto máquina e o fazendeiro, por sua vez, tinha a preocupação de mantê-lo em bom estado. O colono, por outro lado, não cria tal compromisso ao fazendeiro, recebendo autorização para a produção de alimentos para seu sustento e de sua família, quando assim ocorria, especificamente através da

plantação de produtos de subsistência entre as ruas dos cafezais e criando animais em seu quintal, como galinhas e porcos.

A figura abaixo complementa as informações acima, representada pela Fazenda Pouso Alegre de Cima, em Jaú, em 1902, de propriedade de Ana Victoria de Barros. A fazenda, produtora de café, abrigava maquinários para o beneficiamento do produto.



Figura 20: Fazenda Pouso Alegre de Cima. Jaú, 1902.

Fonte: Mariano (2001, p. 134).

Em Mariano (2001), nota-se a representatividade da lavoura cafeeira para a cidade de Jaú, desde o final do século XIX às primeiras décadas do século XX. Vale reforçar a ideia de que

[...] á tres factores diversos deve o Jahu o seu desenvolvimento, hoje extraordinário, assombroso, colossal. Deve-o à estrada de ferro, que aproximou-o dos centros populosos onde pode haurir os elementos indispensáveis de progresso e civilização; deve -o à abundante produção e a alta do preço de café, que aumentaram-lhe a fortuna, base da prosperidade; deve-o finalmente, à imigração estrangeira, que augmentou-lhe a população e o contribuiu para a expansão de suas riquezas naturais. (TEIXEIRA, 1900, p. 119).

Como destaque, a citação apresentada foi grafada conforme a obra original, do início do século XX, o que faz observar que o progresso da cidade já se encontrava em franca ocorrência no período. Em Valente e Queda (2011, p. 1287) observa-se que “a vila acanhada cujas edificações eram feitas de taipa e de arquitetura tradicional foi substituída por

construções de alvenaria de tijolo e decoradas com elementos arquitetônicos ecléticos”. Simultaneamente a modernização e inovação ocorreram nas propriedades rurais do município, as quais passaram por uma adequação para o cultivo do café, tendo suas infraestruturas construídas em estilo eclético.

[...] levantamento [realizando em novembro de 1929] mostrava [...] que 97 fazendas contavam com máquina de beneficiar café, 9 tinham serrarias, 140 possuíam terreiros ladrilhados, 95 tinham iluminação elétrica e 83 dispunham de telefones. Das 756 propriedades [existentes], 614 tinham menos de 50 mil pés de café, restando apenas 142 com capacidade econômica para permitir melhoramentos dispendiosos. (ALMEIDA PRADO; ALMEIDA PRADO, 2012, p. 21, grifo nosso).

Visando reforçar o quão significativa foi a lavoura cafeeira para Jaú é pertinente apresentar a estatística realizada pela tesouraria da Câmara local, em novembro de 1929, baseada nas declarações dos contribuintes do imposto sobre os pés de café, recolhido em setembro do mesmo ano. Por meio do relatório se observa que havia no município 756 propriedades rurais nas quais o café era cultivado, totalizando 27.778.079 pés. “Desse total de imóveis rurais, 359 pertenciam a brasileiros, 305 a italianos, 32 a espanhóis, 30 a portugueses, 11 a sírios, 4 a alemães e 11 eram de sucessões indivisas. Os números revelam que 59 agricultores possuíam mais de uma propriedade” (ALMEIDA PRADO; ALMEIDA PRADO, 2012, p. 21).

Como forma de ilustrar a próspera realidade, a figura a seguir representa a década de 1920, momento áureo da produção de café na cidade em que as grandes propriedades pertenciam aos políticos locais e regionais, como é o caso do Conde do Pinhal.



Figura 21: Condessa do Pinhal e família na Fazenda Maria Luiza em Jaú na década de 1920.
Fonte: Mariano (2001, p. 136).

De acordo com Mariano (2001), a fazenda acima representada é de propriedade de Carlos Augusto de Arruda Botelho, o Conde do Pinhal, próspero produtor de café e personalidade política no Estado de São Paulo.

A figura abaixo representa o Conde e a Condessa do Pinhal no início do século XX em sua propriedade, cuja casa-sede foi construída entre os anos de 1890 e 1893.



Figura 22: Proprietários da Fazenda Maria Luíza, da cidade de Jaú/SP, início do século XX.
Fonte: Acervo do Museu Municipal de Jaú (2016).

Atualmente, com o loteamento de parte da Fazenda se originaram os bairros jauenses Jardim Maria Luísa I, II, III, e IV, restando somente a casa-sede em uma área de 181 mil m². Como apresenta Arlanch (1974, p. 839), “é sabido que o processo de urbanização sofrido na Província, depois Estado de São Paulo, ocorreu paralelamente à expansão cafeeira a partir da segunda metade do século XIX”, sendo que Jaú é um cenário representativo do período, além de se apresentar como zona pioneira e boca de sertão, a qual sofreu diretamente as influências das transformações constituintes na época.

A seguir, observa-se a entrada da Fazenda Maria Luíza em agosto de 2016. O acesso à propriedade não foi autorizado, sendo que a imagem foi utilizada como forma de ilustrar que a mesma, atualmente, faz parte do cenário urbano da cidade, pois diversos bairros fazem parte de seu entorno, destacando o quanto o urbano e o rural se integraram à realidade jauense nas últimas décadas:

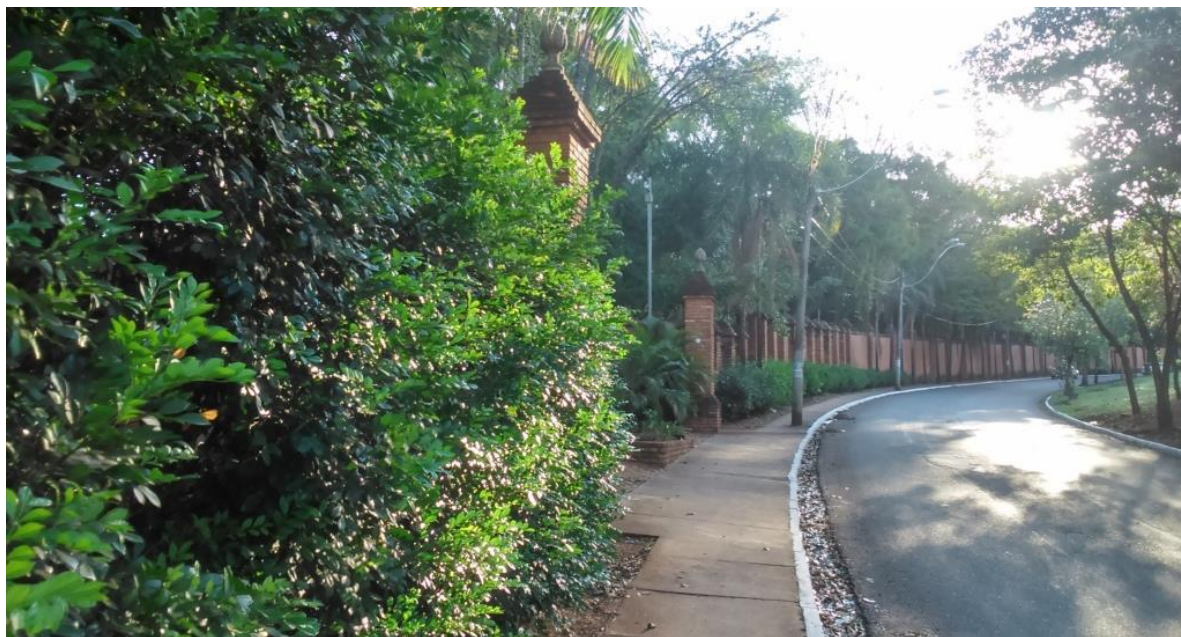


Figura 23: Acesso à Fazenda Maria Luíza em agosto de 2016.

Fonte: Acervo do autor (2016).

Gradativamente o cenário jauense foi se alterando, passando de iminente produtor cafeeiro para potencialmente industrial, urbano e desenvolvido. Com a crise de 1929 houve abalo na economia da região, reflexo do que ocorreu em todo o mundo.

O café tornou-se produto viável economicamente não só em Jaú, como também em muitos outros municípios do Estado de São Paulo. A produção do café no ano de 1930 foi muito grande, não se tinha para onde escoar. As sacas ficavam guardadas em armazéns sem compradores; o preço caiu significativamente. É a crise cafeeira, cujas consequências sentiu também Jaú. João Negreiros de Almeida Prado, proprietário da Fazenda São Domingos, sentiu bem a referida crise, e foi obrigado a lotear a sua propriedade que havia sido construída durante o Império. E desta mesma maneira, ocorreu com muitos outros fazendeiros. (MARIANO, 2001, p. 142).

A conjuntura da crise cafeeira trouxe como resultado o reaparecimento da monocultura de cana de açúcar na região jauense, responsável por alterar o panorama regional, inclusive no que concernem as relações de trabalho. “Não são mais escravos, não são mais colonos, agora são os boias frias que trabalham na roça e moram na cidade” (MARIANO, 2001, p. 143).

Este período é marcado não só pela grande monocultura da cana de açúcar, mas também pelas relações de trabalho que se tornam tipicamente capitalistas, ou seja, prevalece o trabalho assalariado. O alimento passa a ser adquirido pela compra já que o trabalhador não mais mora nas fazendas, ou

quando ali reside, não há espaço para plantio de subsistência, nem mesmo a tradição de tal cultura. (MARIANO, 2001, p. 143).

A expansão da lavoura canavieira ocupou, neste período, a região Centro Oeste paulista, incluindo Jaú, cuja plantação foi apropriando-se de terras que anteriormente eram ocupadas pelo café no interior do Estado. Segundo Perides (1980), o término da fase cafeeira exportadora não ocorreu apenas como resultado da crise do produto, mas, também, pelas alterações sofridas na acumulação do capital, passando de mercantil para industrial, sob os princípios efetivos do Capitalismo, como anteriormente mencionado, condição que resultou em alterações significativas no contexto, nos mais diversos aspectos, resultando, inclusive, na fundação da Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral.

[...] os interesses da produção capitalista passaram a influenciar intensamente a organização da vida social, afetando diretamente a forma de utilização do tempo e do espaço. O tempo passou a ser medido de forma racional pelo relógio mecânico, no intuito de atender aos interesses da economia de mercado em expansão, e por sua vez esse tempo abstrato esvazia o espaço que também estava vinculado ao tempo racional da produção. Assim, a lógica da produtividade e a ideologia do progresso impõem a criação de um tempo-espaço que não serve à maioria das pessoas, mas por outro lado atende aos anseios da classe dominante, que precisa produzir e acumular. (PAIVA, 2001, p. 133).

As usinas de açúcar ampliaram-se e os usineiros aderiram ao arrendamento de sítios e fazendas da região para ampliação da produção, destacando, neste cenário, a Usina da Barra, com sede no município de Barra Bonita, com os inícios das atividades datando de 1946 (MARIANO, 2001). A figura abaixo representa a Usina da Barra em 1946:

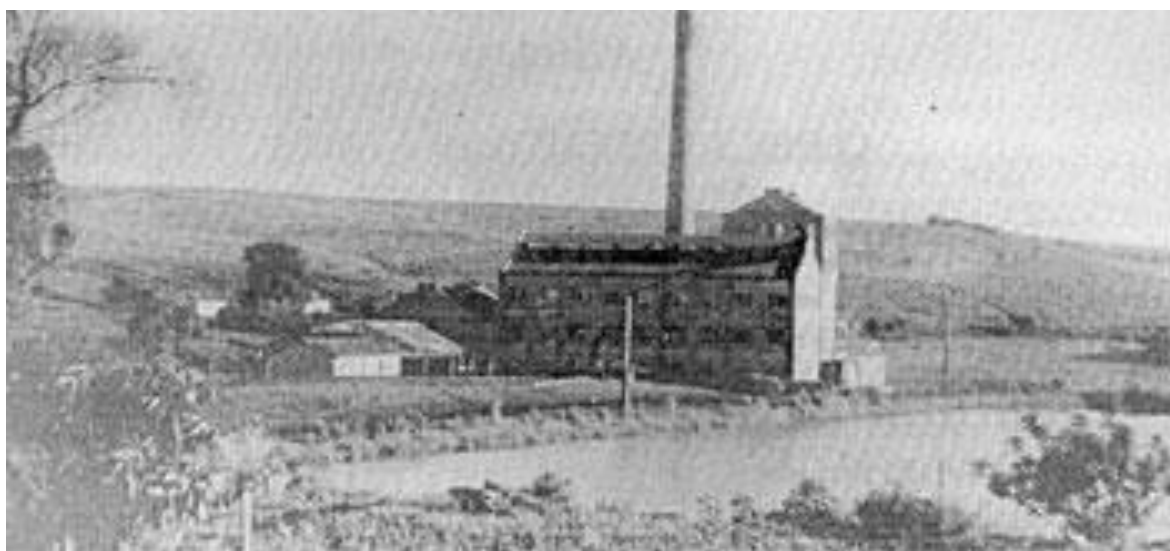


Figura 24: Usina da Barra no início das atividades em 1946.

Fonte: Barra Bonita Tur (2016, p. 3).

Neste momento é pertinente mencionar que as alterações constatadas na década de 1930 e que se solidificaram na década de 1940, atreladas à expansão da lavoura canavieira e fortalecimento da indústria açucareira, foram fundamentais para a consolidação das características atualmente observadas na região de Jaú, inclusive justificando o fortalecimento da “Escola Industrial” da cidade, objeto do presente estudo, e o tradicionalismo do curso Técnico de Mecânica, formando trabalhadores para ocuparem os cargos que eram constituídos.

Concomitantemente às transformações econômicas impostas pela economia industrial ocorreram a intensificação da urbanização e mudanças científico-tecnológicas. Essas transformações afetaram o modo de vida das pessoas que tinham àquele momento a percepção de que antigos valores estavam sendo significativamente modificados o que gerava de um lado insegurança e de outro uma curiosidade diante de tantos fatos novos [...]. (PAIVA, 2001, p. 133-134).

Além disso, constata-se que a relação de trabalho assalariado que se edificou “mudou completamente o modo de vida não só do colono como também dos pequenos proprietários, sitiantes camponeses” (MARIANO, 2001, p. 198), passando a ser regulamentada pela Consolidação das Leis Trabalhistas, no ano de 1943. Contudo, apenas na década de 1960 o Estatuto do Trabalhador Rural efetivou os direitos aos trabalhadores rurais.

Neste momento Jaú já se encontrava potencialmente urbana, com efetivo desenvolvimento do comércio e da indústria, permitindo que a cidade passasse a fazer parte das mudanças destacadas no momento, inclusive seguindo as tendências observadas na capital paulista.

A nova conjuntura que foi se instaurando na região e particularmente no município permitiu que a idealização desenvolvimentista, urbana e industrial realmente se constituísse, criando uma realidade adequada para o desenvolvimento da escola em estudo. Nesta vertente, vale mencionar que o próximo capítulo tem como propostas apresentar tal realidade, inicialmente apresentando o cenário nacional, para, em seguida, discorrer acerca das características locais, sobretudo nas décadas de 1940 e 1950, fundamentais para o entendimento das hipóteses apresentadas.

4 FUNDAÇÃO DA ESCOLA INDUSTRIAL DE JAÚ: O CENÁRIO

[...] o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; [no animal,] o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre[mente] com o seu produto. O animal forma apenas segundo a medida e a carência da species à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer species, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza.
(MARX, 2008, p. 85).

4.1 O PANORAMA NACIONAL

Os levantamentos de dados apresentados nos capítulos anteriores permitiriam traçar um panorama brasileiro e jauense nas décadas anteriores à fundação da Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral, condição que leva a tese da intencionalidade de sua constituição, porque o momento se mostrava cada vez mais propício para tal feito, cujo ideário desenvolvimentista, industrial e urbano passava a fazer parte da realidade, assim como a escolha da cidade também foi uma consequência do alinhamento de Jaú com a capital paulista.

Levando tais aspectos em consideração o presente capítulo dará andamento ao levantamento do contexto, considerando as décadas de 1940 e 1950, foco do estudo, responsável por criar um parâmetro entre o nacional e o regional, que justifica as veredas que desembocaram na fundação da escola e seu trabalho desenvolvido no momento em questão.

Desta forma, compartilhando dos estudos de Bomtempo (2011) é possível constatar que, ao abordar a atividade industrial nota-se que ela se pauta na formação e alteração do contexto em que se desenvolve, nos mais diversos aspectos, entre eles econômico, social, espacial, configurando o estabelecimento de redes entre os agentes

envolvidos direta e indiretamente com o processo, o que coloca o território em uma condição atuante que não se restringe especificamente às atividades econômicas desenvolvidas. Nesta direção é possível compreender o que representou o desenvolvimento da indústria no país e a edificação da Escola Industrial em Jaú/SP, julgando que a ocorrência não foi mera condição do acaso, mas se atrelou a uma nova conjuntura que gradativamente foi se instaurando nas mais diversas regiões do país, entre elas o Centro Oeste paulista.

Tal consciência da condição em que a cidade de Jaú se encontrava, converge ao que se estruturava no Brasil, podendo ser constatada na citação a seguir:

Jaú compreendeu que tinha que se preparar no esforço de completar o seu ciclo econômico, interpretando o futuro na certeza de que logo adviria o período industrial com todo o seu imenso cortejo de progresso. Como acontecera com a agricultura, na qual nenhum outro rincão excederia o seu trabalho ali realizado, a fase industrial também teria de repercutir nas terras jauenses, colocadas privilegiadamente no ponto mais central da carta geográfica da terra bandeirante. (FERNANDES, 1955, p. 3).

Diante disso, ressalta-se que industrialização e progresso constituíram a máxima do período, resultando na alteração das relações desencadeadas no momento histórico em questão. “[...] no decorrer da década de 1920 há mudanças qualitativas e quantitativas na atividade industrial paulista. Em números, o crescimento industrial supera o resto do país” (BARROS, 2013, p. 98), o que explica as características evidentes no Estado, quando comparadas às demais áreas brasileiras.

Ainda em Barros (2013) nota-se que os avanços qualitativos mencionados acima se relacionam ao núcleo produtor de bens de capital e de insumos mais complexos, além da diversificação da produção de bens de consumo, perceptíveis na indústria têxtil, que se expandiu no contexto. Quanto às antigas e pequenas indústrias mecânicas, metalúrgicas e de fundições, expandiram-se, dando início à fabricação de motores, aparelhos elétricos, laminados de metal, fios e fibras de *rayon*, destinados às indústrias têxteis e açucareiras. Esse ciclo produtivo foi significativo no Estado de São Paulo, legitimando os cursos que foram criados posteriormente na escola em estudo, pois era a mão de obra necessária e especializada que seria absorvida pelo segmento.

[...] várias das fábricas de tecido de algodão instaladas em São Paulo entre fins da década de 1860 e meados da de 1880 foram fundadas por cafeicultores, ou tiveram a participação desses. [...] os fazendeiros de café de São Paulo fizeram investimentos diretos na indústria de transformação, especialmente na têxtil. Tendo-se engajado em todos os ramos do negócio do

café (comércio de exportação e importação, transporte ferroviário, bancos e etc.), os fazendeiros de São Paulo apropriaram-se da maior parte dos lucros do negócio do café e, dessa maneira, puderam diversificar sua carteira, realizando investimentos em imóveis, empresas de serviços públicos e outras atividades tipicamente urbanas, incluindo as indústrias de transformação. Dessa diferença fundamental veio o papel mais dinâmico exercido pelo café no desenvolvimento industrial de São Paulo [...]. (SUZIGAN, 2000, p. 146).

A partir de 1930 o Brasil passou a integrar as atividades econômicas e o mercado de trabalho, dado que “[...] até então, a unidade política não encontrava qualquer articulação interna na organização de seu sistema econômico” (DEDECCA, 2005, p. 98), condição que consolidou as premissas capitalistas no país como resultado da Crise de 1929, comprometendo o comércio internacional e colocando à prova as relações desencadeadas pela lavoura cafeeira.

Sob tal perspectiva se notam alterações significativas no mercado de trabalho, o qual passou a absorver um número considerável no setor industrial e nos serviços que se desenvolveram nas cidades. Contudo, a “capacidade de geração de emprego das atividades industriais e dos novos setores de serviços urbanos públicos e privados, que emergiram com o processo de integração nacional” (DEDECCA, 2005, p. 99), passaram a exigir mão de obra especializada, qualificada, que em um primeiro momento foi sendo suprida pelo trabalho imigrante, marginalizando, muitas vezes, a população que até então se dedicava ao trabalho agrícola.

Reforçando o caráter assistencialista estatal, evidenciado no fortalecimento do ensino profissional, diversas outras medidas intensificaram o amparo à classe trabalhadora.

Entre 1940 e 1942, foi estabelecida uma ampla regulação do mercado e das relações de trabalho. Foram instituídos o salário mínimo e toda uma legislação de regulação das relações de trabalho (Consolidação das Leis do Trabalho, CLT) para o mercado de trabalho não agrícola, tendo essa última promovido uma organização sindical consentida pelo Estado.

Considerado o mercado de trabalho da época, caracterizado por 75% da ocupação vinculada às atividades agrícolas, pode-se afirmar que a legislação instituída representava um quase nirvana para os trabalhadores brasileiros, ao prometer um amplo conjunto de direitos a uma população completamente desprovida de qualquer proteção social. Isso é refletido, inclusive, quando se compara o valor do primeiro salário mínimo com aqueles dos salários médios industriais prevalecentes em 1940. (DEDECCA, 2005, p. 100).

No cenário apresentado repousa a intencionalidade estatal de assistência e amparo ao trabalhador, atendendo às necessidades de uma elite que se fortalecia, pois a mendicância, a vadiagem e o ócio destoavam do desenvolvimento das cidades que seguiam os

modelos europeus. Como mencionado nos capítulos anteriores e reforçado acima, o momento encontrava-se propício para a urbanização e as alterações das relações de trabalho, condição que permitiu a exigência de um trabalhador mais qualificado, alfabetizado, conhecedor das especificidades para o trabalho na indústria que se fortalecia.

O país foi estruturando o seu mercado de trabalho livre, permitindo que fossem preservadas as atividades e os espaços ocupacionais resultantes do período colonial, resultado da “migração” de muitos cafeicultores para as indústrias, o que deu um caráter republicano ao novo panorama, como constatado em Dedecca (2005).

Reforçado pelos apontamentos de Coimbra e Nascimento (2005) nota-se que no Brasil, desde o início do século XX, diversos dispositivos sociais foram responsáveis por produzirem subjetividades porque o trabalho e a família organizada passaram a ser ideário da sociedade burguesa que se constituía, determinando padrões de aceitação, reconhecimento, assim como legitimação social.

Por conta disso, a exigência do fluxo produtivo nos moldes capitalistas de produção reforçou a intencionalidade estatal do operário qualificado, o qual não mais se utilizar apenas do trabalhador imigrante europeu, mas também do brasileiro, porque, em um cenário de desenvolvimento e urbanização, o combate à mendicância e à pobreza tinha como ideologia a ocupação por meio do trabalho e a educação técnica como suporte para tal.

Desta forma é pertinente criar uma relação favorável entre o desenvolvimento econômico industrial evidente e o cenário educacional, na medida em que Machado (2008, p. 17) ressalta que “o desdobramento desses ideais educacionais encontra-se nas Leis Orgânicas de 1942, elaboradas por Gustavo Capanema”, cujos preceitos foram capazes de dar norte aos assuntos de educação no país, sobretudo no que concerne o ensino profissionalizante, até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961.

Em Machado (2008) constata-se que a habilidade política de Getúlio Vargas na realização de alianças e no modo de condensar ideias progressistas criaram condições para que fossem administrados conflitos sociais de maneira a atender as necessidades das elites que convergiram para a assistência das massas, em especial a operária que se tornava cada vez mais disseminada na realidade. Como resultado, o ensino profissionalizante sob a ótica industrial fortaleceu-se através de políticas públicas nacionais que promoveram “tranquilidade coletiva e amparo da família” (GOMES, 2003, p. 448), permitindo formação qualificada daqueles pertencentes às classes menos providas de bens materiais, mas que viam nessas escolas a possibilidade de rompimento do ciclo de pobreza, mendicância, ou afastamento da herança agrícola de seus ascendentes.

O cuidado com o trabalhador enquanto preocupação do Estado resultou na construção de “um povo integral, adaptado à realidade social de seu país e preparado para servi-lo” (GOMES, 2003, p. 449). As Leis promulgadas em 1942, em certa parte, herdaram diversas diretrizes de Francisco Campos (Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931), sobretudo naquilo que se referia ao sistema nacional centralizado, oferecido por uma burocracia estatal que definia a frequência nas escolas secundárias como obrigatória, com o curso ginásial de quatro anos e o colegial de três, assim como pela elaboração e distribuição dos livros didáticos, controlados pelo Instituto Nacional do Livro.

Segundo Machado (2008), a educação formal, oferecida para as diversas classes sociais, passou a apresentar certeza de um futuro melhor para os desprovidos economicamente, sobretudo nas décadas de 1940 e 1950, cuja tendência era legitimada por questões econômicas, sociais e políticas, reforçando a cultura vigente, construída por meio de padrões internacionais, anteriormente europeus que cedem “[...] lugar aos valores americanos, transmitidos pela publicidade, cinema e pelos livros em língua inglesa que começam a superar em número as publicações de origem francesa” (ORTIZ, 2001, p. 71).

As alterações culturais disseminadas nesta realidade foram fundamentais para legitimarem os princípios urbanos, industriais, de desenvolvimento, de valorização da burguesia e de seus hábitos, tendo a Educação como um dos meios e o eixo disseminado para proporcionar às classes a busca de melhores condições, ou seja, a persuasão das classes trabalhadoras para o mundo do trabalho ganhou força neste momento.

A cultura também acena para um contexto diferente, se comparada com o período histórico que precede 1946. As inovações tecnológicas que propiciaram o advento do rádio e da televisão proporcionaram diferentes manifestações culturais, que passaram a conviver com antigas como o teatro e a música, além das inúmeras outras como a pintura, escultura, literatura, entre outras. Há um grau muito variável de apropriação pelos diversos agentes sociais dessas diferentes manifestações da cultura.

Essa diferença é intrínseca à própria sociedade que se transforma e, assim, são estabelecidos diversos conceitos de cultura, [...] tais como cultura de massa, erudita e popular. (MACHADO, 2008, p. 24).

Sob tais perspectivas as escolas compartilharam em seu interior o ideário da classe burguesa industrial em extrema ascensão, seja nas elitistas como nas industriais, visto que elas são a síntese de múltiplas determinações e interações, partilhando padrões, influenciadas por aspectos políticos, econômicos, culturais, religiosos, de educação formal e informal, condições realizadas de maneira dialética, permitindo a construção de sua identidade (SANFELICE, 2007).

Em Zanlorense et al. (2012) verifica-se que nas escolas são refletidos os acontecimentos gerais de uma época e de um contexto. Deste modo entende-se que sua rotina não se desvincula da realidade social e econômica em que se encontra instituída, reforçando e refletindo uma realidade maior, construída e constituída segundo os parâmetros determinados.

Vale reforçar que, ao analisar a educação brasileira em larga escala, evidencia-se que ela se configura como um processo recente, pois, apenas no período republicano se constataram contornos mais democráticos de acesso, mesmo que esse permanecesse com características distintas à elite dominante e à classe trabalhadora, como observado em Machado (2008). Fato é que o acesso disponibilizado foi intencional, pois, como já destacado, a industrialização passou a exigir operários mais técnicos, redimensionando as atribuições escolares. “Para tanto, Lourenço Filho, em 1935, referia-se a um grande projeto político de reforma dos costumes” (MACHADO, 2008, p. 16), cuja proposta foi a educação integral, responsável por subordinar o ensino às técnicas pedagógicas, baseado no modelo das fábricas. A educação que objetivava preparar o aluno para o mundo do trabalho disseminou o espírito patriótico e de valorização da família, de acordo com o qual era necessário amar a nação e seu líder, de forma calada por princípios morais e nos bons costumes, visando à formação de uma população pacífica e ordeira.

[...] é importante marcar a distinção profunda que então se fazia entre o ensino secundário e outras formas de ensino [...]. O ensino secundário deveria ter um conteúdo essencialmente humanístico, estaria sujeito a procedimentos bastante rígidos de controle de qualidade, e era o único que dava acesso à universidade. Aos alunos que não conseguissem passar pelos exames de admissão para o ensino secundário, restaria a possibilidade de ingressar no ensino industrial, agrícola ou comercial, que deveria prepará-los para a ávida do trabalho. Na realidade, só o ensino comercial, dentre estes, adquiriu maior extensão. Era um ensino obviamente de segunda classe, sobre o qual o ministério colocava poucas exigências, nem sequer previa uma qualificação universitária e sistema de concursos públicos para seus professores, como deveria ocorrer com o ensino secundário. A Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 manteria este entendimento restritivo do que era o ensino secundário, e proibia o uso das denominações “ginásio” e “colégio” aos demais estabelecimentos de nível médio. (SCHWARTZMAN et al., 2000, p. 206).

Segundo Vieira (2010), comparando a educação tradicional com a profissional, constata-se que o segundo modelo se volta às necessidades produtivas, a qual apresenta características específicas e que visam atender a conjuntura do país no momento histórico e em que é oferecida.

A realidade posta permite compreender que a industrialização, no momento estudado, necessitava de trabalhadores qualificados, especializados e que atendessem às tecnologias que passaram a ser disseminadas no contexto, cujo padrão de desenvolvimento das cidades vinha ao encontro dos preceitos burgueses, de caráter capitalista, na medida em que uma cidade com tais padrões deveria contar com menos analfabetos, com padrões higienistas aceitáveis, sem mendicância, vadiagem e ócio.

E foi nessa égide que a Escola Industrial de Jaú/SP foi edificada, e tinha como objetivo central preparar o aluno-trabalhador para o mundo do trabalho, como será abordado no próximo capítulo. Para tanto, fortalecendo a ideia de que no particular brilha o universal, o tópico a seguir apresentará o panorama jauense em que a instituição foi construída, pois a cidade encontrava-se em acelerado processo de desenvolvimento e urbanização, como evidenciado em diversas partes do país, entre elas o Estado de São Paulo.

4.2 A CIDADE DE JAÚ

Após analisar o cenário nacional em que a Escola Industrial foi edificada, nesse momento é oportuno explanar acerca da realidade jauense nas décadas de 1940 e 1950, pois a conjuntura em questão foi significativa para que a instituição em estudo cumprisse a função a que tinha sido construída, ou seja, formar o aluno-trabalhador para torna-se mão de obra especializada em um contexto em que indústria e urbanização eram sinônimos de progresso.

Por conta disso é pertinente apresentar que na década de 1940 Jaú se encontrava em convergência com o que ocorria com a capital paulista, na medida em que, utilizando-se de Paiva (2001) verifica-se que as transformações urbanas na cidade eram profundas, salientando que grande parte delas se referia a sua área central, condição marcada, inclusive, pela reorganização do espaço, o qual foi dividido em área urbana e suburbana, sendo que a primeira era a região central e a outra, os bairros.

Observando as montagens fotográficas abaixo é possível verificar diversos momentos da área central da cidade, na década de 1950 e 2016, sendo possível constatar, na metade do século XX, calçamento, veículos automotores, fluxo de pessoas transitando pelas ruas, assim como a presença dos casarões:



Figura 25: Rua Lourenço Prado na década de 1950 – esquerda; momento atual em agosto de 2016 – direita.

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Jaú (2016) – esquerda; acervo do autor (2016) – direita.



Figura 26: Rua Major Prado em 1953 – esquerda; momento atual em agosto de 2016 – direita.

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Jaú (2016) – esquerda; acervo do autor (2016) – direita.



Figura 27: Rua Lourenço Prado com a Rua Major Prado em 1950 – esquerda; momento atual em agosto de 2016 – direita.

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Jaú (2016) – esquerda; acervo do autor (2016) – direita.

Vale ressaltar, aproveitando-se das informações e das figuras acima, assim como dos estudos de Paiva (2001), que a modernidade e a urbanização salientadas, na verdade eram desfrutadas por poucos, sobretudo, famílias influentes, fazendeiros, industriais, comerciantes, os quais exibiam o poder econômico por meio de casarões construídos na área, veículos, inclusive utilizando como região de encontro. “[...] a área central já havia sido transformada em um espaço moderno e higienizado, era o cartão de visitas da cidade para o orgulho principalmente da elite jauense” (PAIVA, 2001, p. 55), condição que permite entender a característica aristocrática e conservadora ainda presente em Jaú.

A montagem abaixo destaca um trecho da Praça Siqueira Campos, defronte à Igreja Matriz Nossa Senhora do Patrocínio, área central de Jaú, onde diversos casarões foram construídos.



Figura 28: Trecho da Praça Siqueira Campos no início da década de 1950 – esquerda; momento atual em agosto de 2016.

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Jaú (2016) – esquerda; acervo do autor (2016) – direita.

Neste cenário de exaltação econômica e conservadorismo oligárquico, aos desfavorecidos economicamente ou sem influência na cidade, restava tornar a região limpa, trabalhando na manutenção da área, ou usufruindo de poucos espaços da região, estimulados em estudar em cursos profissionalizantes para servirem como mão de obra na indústria.

Em entrevista concedida em 02 de novembro de 2016 (Anexo D13), Honório Sérgio Conti resalta as diferenças entre as classes sociais no período:

Na época eu morava perto da [Rua] Amaral Gurgel, considerado Centro, perto da própria escola. Dava para perceber a diferença entre Centro e bairros. Eu não fazia nada nos bairros, era tudo no Centro. Tinha a separação entre as pessoas; tinha o Jardim de Cima e o Jardim de Baixo. No Jardim de Cima, os pobres ficavam dando volta na parte de dentro por um lado e as moças pelo outro lado, os pretos ficavam andando por fora e os ricos

ficavam em frente ao Turin Hotel³; havia separações mesmo. Todo final de semana ficavam virando, vendo se encontravam uma namorada, isso aconteceu até os meus 18 anos.

A propaganda de modernização e higienização da cidade foi disseminada pelas famílias influentes, nos discursos na Câmara municipal, na circulação dos jornais locais, condição que permaneceu ao longo da segunda década do século XX. “Era a subjetividade ancorada na absorção de um ideário de Jaú moderno que prevalecia nesses artigos” (PAIVA, 2001, p. 55).

Objetivando reforçar as aspirações de desenvolvimento de Jaú, condição que proporcionou o projeto e a construção da Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral na cidade, percebe-se um comparativo de 1950 e 2014 da frota de veículos em circulação, além da quantidade de profissionais liberais existentes na metade do século XX:

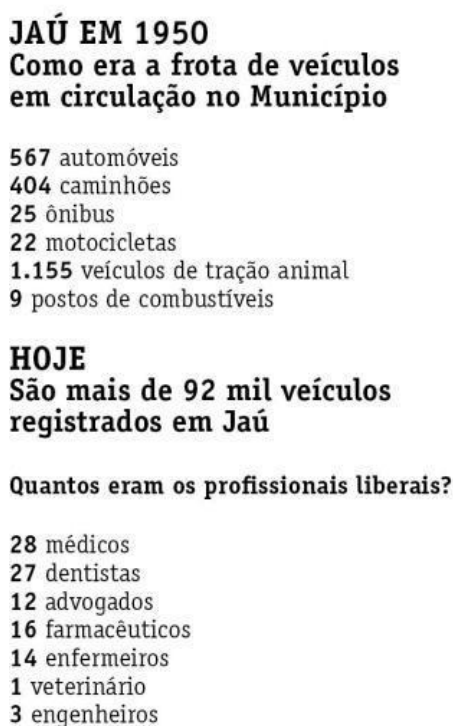


Figura 29: Comparativo de Jaú em 1950 e em 2014.

Fonte: Jornal Comércio do Jahu (2014, p. 1).

A preocupação propagandista da condição jauense já se mostrava presente desde o início do século XX. Visando ilustrar as informações é pertinente transcrever um trecho do Jornal “O Comércio do Jahu”, de 1915, n. 753, p. 1, coletado em Paiva (2001, p. 54): “A maior parte da área urbana, calçada a paralelepípedos facetados com todo o esmero,

³ Rua Lourenço Prado, defronte à Praça da Matriz, conhecida como Jardim de Cima (Figura 25).

impressiona magnificamente o visitante”. Além disso, em arquivos fotográficos nota-se a exaltação da região, com a Igreja Matriz ao fundo, seja no passado, como no momento atual, como observado nas duas montagens a seguir:



Figura 30: Panorama de Jaú na primeira metade do século XX – esquerda; vista parcial da cidade em 2015 – direita.

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Jaú (2016) – esquerda e direita.



Figura 31: Vista aérea de Jaú em 1950 – esquerda; vista aérea da cidade em 2012.

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Jaú (2016) – esquerda e direita.

Especificamente no que se refere à população absoluta de Jaú em 1940, de acordo com SEADE (2016) havia 44.178 habitantes, dos quais 4.305 apresentavam outra nacionalidade que não a brasileira, como pode ser verificado na figura a seguir, a qual apresenta o Censo Nacional no período, tanto no Estado de São Paulo, como no município de Jaú.

Nacionalidades	Estado de São Paulo	Jaú
Alemã	33.397	58
Espanhola	121.162	1.700
Italiana	213.091	2.258
Japonesa	128.957	27
Portuguesa	155.251	262
Total	651.858	4.305

Figura 32: Nacionalidade da população do Estado de São Paulo e do município de Jaú em 1940.
Fonte: Machado (2008, p. 34).

Apesar do porte considerável da cidade em relação ao número de habitantes, vale reforçar que o período destacado nesse tópico foi marcado pela consolidação de um grupo econômico e político, o qual usufruía das benfeitorias apresentadas e ainda influencia na rotina, encontrando-se presentes aspectos aristocratas, conservadores e tradicionalistas, como verificado pela família Almeida Prado. Especificamente no cenário político, as rivalidades políticas em Jaú se evidenciam desde o início do século XX, como pode ser observado na citação abaixo:

O Grêmio Recreativo Jahuense, atual Diretoria Regional de Ensino [...], era o reduto dos carvalhistas em Jaú nas décadas de 20 e 30, na esquina das Ruas Tenente Lopes e Visconde do Rio Branco. O prédio foi construído para fazer oposição ao Jahu Clube, onde se reuniam os vicentistas. Na época, Vicente Prado, do Partido Republicano Jahuense, e Antonio Pereira do Amaral Carvalho, do Partido Republicano do Jahu, disputavam o comando da política local. (COMÉRCIO DO JAHU, 2006, p. 1).

Neste cenário, a metade do século XX marcou o surgimento de dois grupos extremamente influentes, sendo eles o UDN (União Democrática Nacional), em poder dos Almeida Prado, e o PSP (Partido Social Progressista), composto pelas antigas lideranças. Além desses havia o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), representado por Carlos Augusto Zen, mas com influência limitada (MACHADO, 2008).

Por meio das informações acima, destaca-se que as obras modernizadoras da cidade foram feitas por e para os grupos destacados. Em Paiva (2001, p. 64) reforça-se a tese de que “[...] a modernização era na realidade apenas um projeto que os segmentos dominantes desejam concretizar”. Contudo, os demais grupos não usufruíram diretamente de tais benfeitorias, inclusive no cenário rural.

Parte da população jauense manteve seus hábitos inerentes ao cotidiano de uma cidade pequena e de economia predominantemente agrícola. [...] enquanto o discurso modernizador enaltecia as características do Jaú moderno, ainda era possível encontrar na cidade muitas atividades de cunho rural como a criação de animais e o plantio de hortas no fundo dos quintais realizados pela grande maioria dos habitantes.

O discurso modernizador não produziu tanto efeito a ponto de conseguir mudar completamente o comportamento de grande parte dos jauenses rumo às novas práticas e costumes vinculados à sociedade burguesa. (PAIVA, 2001, p. 64-65).

No que concerne às atividades econômicas desenvolvidas no município de Jaú na década de 1940, constata-se que 33,83% da população se dedicava à agricultura, pecuária, silvicultura, como pode ser observado na figura a seguir, condição que permite entender a necessidade de disseminação do ensino industrial na cidade, legitimada pela necessidade de formação do operário, desvinculando-o da tradição agrícola, que contraria a nova rotina vivida na cidade pela burguesia dominante (MACHADO, 2008).

Atividade principal	Participação da população de Jaú (%)
Agricultura, pecuária, silvicultura	33,83
Indústrias extrativas	0,12
Indústrias de transformação	4,15
Comércio de mercadorias	3,04
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	0,40
Transportes e comunicações	2,32
Administração pública, justiça, ensino público	1,21
Defesa nacional, segurança pública	0,1
Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada	0,55
Serviços, atividades sociais	3,78
Atividades domésticas, atividades escolares	42,15
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas	8,35

Figura 33: Principais atividades econômicas desenvolvidas no município de Jaú, segundo o Censo Nacional de 1940.

Fonte: Machado (2008, p. 27).

De acordo com o Censo apresentado acima por Machado (2008), notam-se as principais atividades econômicas, e não as categorizações por setores como primário, secundário, terciário, detalhando as atividades em um conjunto de doze itens, cuja população em atividade era de 31.340 pessoas.

Especificamente no que se refere aos estabelecimentos industriais da cidade é possível constatar, mediante as informações constantes abaixo, que Jaú, em 1940 possuía uma participação de 0,8% no Estado de São Paulo, porcentagem que subiu para 1,2% em 1950, apresentando crescimento de 48,6%. Tal porcentagem, segundo Barros (2013), foi elaborada entre municípios que apresentavam mais de 100 estabelecimentos no período, o que reforça a representatividade da cidade no contexto, legitimando a edificação da Escola Industrial e reforçando a sua importância na década de 1950, pois seus cursos atendiam às potenciais necessidades do momento histórico em estudo.

Município	Participação da quantidade de estabelecimentos industriais no total de estabelecimentos industriais do Estado de São Paulo (%)		Taxa de crescimento da quantidade de estabelecimentos industriais no total do Estado de São Paulo (%)
	Anos		
	1940	1950	1950/1940
Jaú	0,8	1,2	48,6

Figura 34: Evolução dos estabelecimentos industriais em Jaú – 1940 e 1950.

Fonte: Barros (2013, p. 100) – adaptado pelo autor (2016).

A figura acima permite verificar que a cidade de Jaú se encontrava em franco processo industrial, tendo destaque, inclusive, no cenário estadual, o que faz entender que o município e a região tinham alunos em potencial para cursarem a Escola Industrial que estava sendo instalada, assim como o mercado poderia absorvê-los como mão de obra operária.

Como forma de ilustrar os dados, a figura a seguir apresenta o Cotonifício Jahu, de Jorge de Campos Jurussi, em 1942, importante manufatura de algodão na época, a qual, desativada atualmente, tem seu espaço utilizado para a realização de eventos sociais na cidade, em especial por escolas tradicionais e famílias de poder aquisitivo elevado. Por meio da montagem constata-se a preservação das características arquitetônicas da construção, sendo que, para manter alusão ao seu passado, o local recebeu o nome de “Algodoeira Eventos”.



Figura 35: Cotonifício Jahu em 1942 – esquerda; Algodoeira Eventos em 2016 – direita.

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Jaú (2016) – esquerda; acervo do autor (2016) – direita.

Ainda no setor industrial, é pertinente apresentar um breve histórico do setor calçadista, permitindo que a cidade seja conhecida como “Capital do Calçado Feminino”. De acordo com Contador Júnior (2004), Jaú já contava, no início do século XX, com alguns fabricantes de calçados, cuja origem marca um processo totalmente manual, com calçados rústicos, produzidos em pequenas escalas para atenderem uma demanda específica, sob medida. A produção foi iniciada por imigrantes italianos, fabricando sandálias e sapatos (FUINI, 2013); a produção industrial propriamente dita teve início na década de 1950.

O produto produzido até essa época era o calçado masculino, especificamente sapatos com sola de borracha; calçado mais fácil de confeccionar e cuja modelagem não muda constantemente. Nesse período, a produção era destinada principalmente a viajantes e consumidores da região, o que justificava o estilo campestre que caracterizava a modelagem desenvolvida para ser usada no dia a dia dos trabalhadores [...]. Também nesse período, a tecnologia de produção de calçado feminino em série foi trazida para o município. As primeiras fábricas de calçado feminino, oriundas da atividade calçadista da década de 1950 ficaram, durante dez anos, fazendo o mesmo modelo de sapato. [...] a troca de funcionários era constante, fazendo com que estes levassem o seu conhecimento para outras fábricas. (CONTADOR JÚNIOR, 2004, p. 120).

A proliferação do setor calçadista se ligou à especialização da mão de obra disponível, assim como sinalizou para a possibilidade de vários operários deixarem de ser trabalhadores e se tornarem proprietários. Como destaca Contador Júnior (2004, p. 120-121), “a estrutura industrial foi criada e produzir calçados passou a ser a meta também para os filhos e sobrinhos dos pioneiros, que hoje produzem o calçado através de uma estrutura empresarial familiar”.

Na década de 1950, o declínio da produção agrícola local possibilitou que a atividade industrial calçadista se configurasse como opção viável para a retomada do crescimento econômico, cujo conhecimento familiar transmitido no setor constitui elemento significativo do saber-fazer local, o que consolidou em uma indústria especializada (FUINI, 2013). A partir do final desta década a produção local se inclinou para o calçado feminino, recebendo estabelecimentos componentes da cadeia produtiva do setor.

Em Almeida Prado (2012, p. 40) nota-se que “o espaço territorial do município [...] sofreu alterações provocadas pelas empresas e pessoas envolvidas no processo de fabricação do calçado, o que deu origem a um clima de ‘convivência industrial’, no polo monoindustrial [...]”. Diante da conjuntura reforça-se a ideia de um cenário extremamente

propício ao desenvolvimento da Escola Industrial na cidade, uma vez que, gradativamente foram sendo necessários operários, também, para o segmento.

Dando andamento aos levantamentos históricos do período em estudo, neste momento se faz necessário apresentar o grau de instrução da população local. Segundo Machado (2008, p. 36) em “[...] 1940 [...] o total de pessoas de 10 anos ou mais que possuíam curso completo ou diploma de estudos com grau elementar [...] era de 2.663”. Entre aqueles que recebiam instrução entre 7 e 14 anos de idade, período de escolarização, constata-se um total de 4.628, representando uma demanda de 6% no período, ou seja, extremamente baixo.

No que se refere à instrução pública, em Peres (2010) é possível verificar a relevância do Grupo Escolar Dr. Pádua Salles, primeiro de Jaú, inaugurado em 1903, apresentando uma construção monumental, como verificado na figura abaixo, cujo engenheiro arquiteto responsável foi Euclides da Cunha.



Figura 36: Grupo Escolar Dr. Pádua Salles em 1930 – esquerda; vista atual em agosto de 2016 – direita.

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Jaú (2016) – esquerda; acervo do autor (2016) – direita.

Outra instituição de grande importância na época foi o Grupo Escolar Major Prado, inaugurado em 1914 e retratado abaixo, projetado pelo arquiteto italiano João Bianchi.

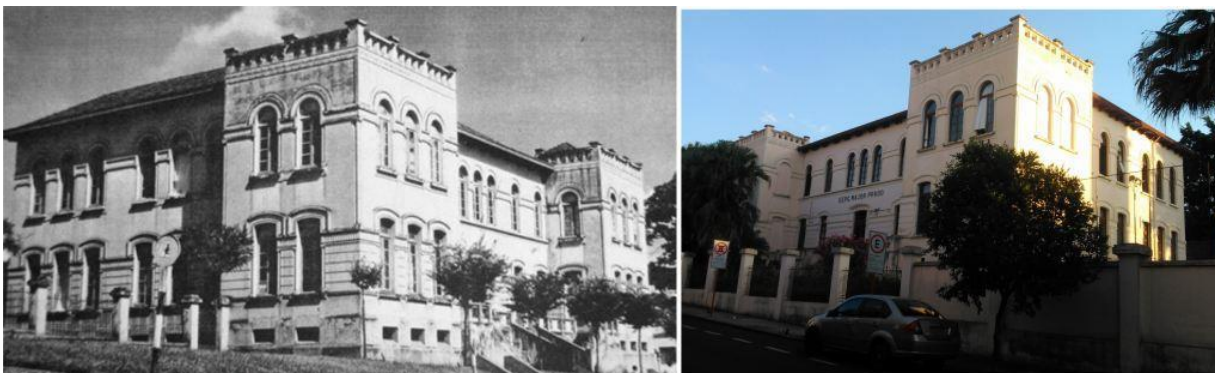


Figura 37: Grupo Escolar Major Prado em 1940 – esquerda; vista atual em agosto de 2016 – direita.

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Jaú (2016) – esquerda; acervo do autor (2016) – direita.

A instrução pública no período em estudo não se destinava a todos os habitantes, fato constatado pela taxa de instrução apresentada anteriormente, em que apenas 6% dos habitantes entre 7 e 14 anos de idade frequentavam as escolas.

A estatística apresentada pode ser justificada por diversos fatores, em especial porque, além do caráter elitista quanto ao oferecimento de instrução, grande parte da população se dedicava ao trabalho agrícola, fato que reforça o desinteresse e a dificuldade das famílias trabalhadoras recorrerem ao ensino formal no período.

Contudo, frente à realidade desenvolvimentista, industrial e urbana as perspectivas foram se alterando gradativamente, tanto no cenário nacional, quanto jauense, convergente às premissas da Escola Industrial da cidade que se encontrava em início de funcionamento.

Segundo Peres (2010, p. 64), “[...] para a maioria da população brasileira, que via até então a instrução escolar como inútil e desnecessária, o desenvolvimento econômico e a urbanização abriram novas perspectivas”; a indústria e comércio que se consolidavam nas cidades, incluindo Jaú, reforçaram a ideia de que a educação era fundamental, havendo “[...] recursos para ampliar a oferta de escolas e perspectivas no mercado de trabalho para quem fosse instruído, formal ou informalmente” (PERES, 2010, p. 64). Em razão disso observou-se a ampliação na demanda social de Educação, confluindo às intenções e proposições da elite burguesa, que reforçava a necessidade de instrução como um dever moral e responsabilidade social por parte do Governo.

Quanto ao ensino particular Peres (2010) destaca a existência de diversas escolas e aulas que atendiam os segmentos médios e das classes dominantes da sociedade, pois eram os que apresentavam condições de pagarem pela instrução recebida.

O Ateneu Jauense, inaugurado em 1901, e o Instituto Thomaz Galhardo, criado em 1904, ofereciam cursos primários e secundários, a pagamento. A seção feminina do Ateneu transformou-se no Colégio São José na mesma época, oferecendo ensino primário e secundário, em regime de internato e externato. O Colégio Paula Couto, internato e externato para moças, havia surgido na primeira década do século XX. Certamente estas aulas e escolas promoviam uma intensa disputa pelo alunado disponível em Jaú na época, sobretudo aqueles pertencentes às camadas sociais que tinham condições de pagar pela instrução recebida. (PERES, 2010, p. 68).

Escola tradicional na cidade é o Colégio Academia, destacada abaixo, fundada em 4 de fevereiro de 1922, pelos Professores José Nicolau Piráquine e Gentil Ferreira, sob o nome de Academia de Comércio Horácio Berlinck, tinha por objetivo na década de 1920

oferecer ensino comercial e de contabilidade, formando contabilistas principalmente para trabalharem nos escritórios de café existentes em Jaú e região. Atualmente oferece cursos de Ensino Fundamental e Ensino Médio, atendendo alunos das classes médias da cidade e região.

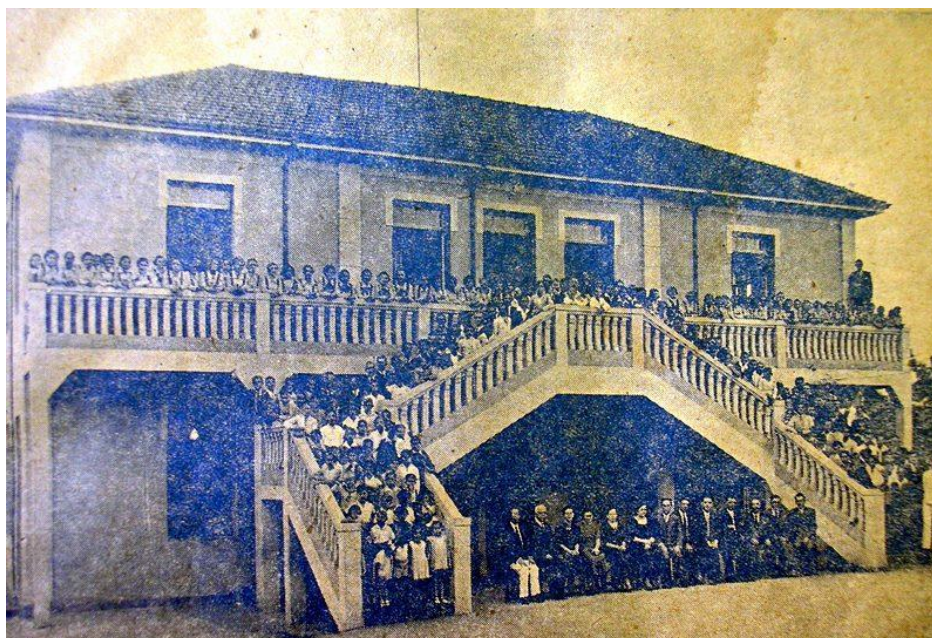


Figura 38: Prédio interno da Academia Horácio Berlinck em 1937.

Fonte: Acervo do Museu Municipal de Jaú (2016).

Desta forma, com base nas informações apresentadas, tanto no Brasil quanto em Jaú é possível visualizar o cenário em que a Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral foi criada e se desenvolveu, delineando a intencionalidade de formação daquele que deveria trabalhar principalmente na indústria, constituindo a saída para uma cidade cada vez mais moderna e urbana, reforçando o ideário de combate ao ócio e à pobreza, cuja instrução escolar, especializando o trabalhador, personificou-se na instituição em estudo, como será apresentado no próximo capítulo.

5 A ESCOLA INDUSTRIAL DE JAÚ

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político. (GRAMSCI, 1968, p. 3).

5.1 JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL: BREVE BIOGRAFIA

Visando realizar o estudo da Escola Industrial, de sua constituição até o final da década de 1950, neste momento se faz necessário apresentar uma breve biografia de seu fundador e patrono, Joaquim Ferreira do Amaral. Como verificado em Ferreira (1953, p. 67), nascido em 8 de junho de 1851, chega ao povoado que se tornaria a cidade de Jaú em dezembro do mesmo ano, ao seis meses de idade, juntamente com seus pais Nuno Ferreira do Amaral e Ana Ferreira Campanhã. Crescendo na fazenda de seu pai, quando adolescente dedica-se aos trabalhos na propriedade, cuidando da lavoura e da boiada. Por conta de sua descendência, fez parte da nobreza rural da época, transformando-se próspero fazendeiro, conhecedor da rotina rural, dos trabalhos no cultivo da terra, dos processos tradicionais utilizados na cultura da cana de açúcar e do café.

Não destoou Joaquim Ferreira do Amaral do padrão varonil de seu sogro e seu vizinho. Alto, forte, saudável, de porte vertical, músculos rijos, fisionomia romana, denotava a vontade poderosa e a energia moral, que se estampam no bronze de seu medalhão. Nunca se desgastou em abusos de qualquer natureza. Era o critério, a proporção, o equilíbrio personificados, impondo naturalmente o respeito pela sua presença, onde quer que estivesse, com a influência de sua autoridade inata, o aprumo de sua pessoa, a modéstia de suas maneiras, o vigor de sua personalidade, rica de personalidades interiores, amável e serena, patricia e inconfundível. Pouco falava. Era caladão e metido consigo. Não desperdiçava tempo em conversações inúteis. Mas nas suas expansões muito íntimas, tinha uma

sedução invulgar em suas palestras, em suas recordações, em seus juízos sobre os homens. Nunca difamou ninguém. Quando divergia de seus semelhantes, ponderava comedidamente [...]. (FERREIRA, 1953, p. 29-30).

A citação acima apresentada é capaz de dimensionar a exaltação dele no contexto, o qual se encontrava presente nos mais diversos momentos da história da cidade, notadamente por pertencer à classe dominante, aristocrata e rural. Ainda de acordo com Ferreira (1953, p. 30) constata-se que “[...] em seus negócios nunca dispensou previamente um advogado, pois preferia pagá-los, *a priori*, para evitar demandas, do que fazê-lo, *a posteriori*, para propô-las e sustentá-las, observando a sabedoria da máxima de que melhor é prevenir que remediar”, condição que reforça o perfil do fundador da escola.

Abaixo é possível observar a figura que representa Joaquim Ferreira do Amaral, a qual se encontra disseminada em diversos meios, inclusive no acervo da ETEC Jaú, embora as fotos de seu patrono sejam escassas.



Figura 39: Joaquim Ferreira do Amaral (1851 - 1941).
Fonte: Ferreira (1953, p. 3).

Em consulta a Ferreira (1953) é possível constatar, novamente, a exaltação a Joaquim Ferreira do Amaral:

Muitas vezes admirei comovido o seu trabalho silencioso na sua fazenda do “Barreiro”. Era uma sombra que deslizava muda e ágil por toda parte: no terreiro, na máquina, nas coqueiras, nos depósitos, nas tulhas, nos cafezais. Presente em tudo, com tudo e por tudo, no domínio dos maquinários, dos acessórios dos correiares, das canalizações, da casa grande, da colônia, da horta, e do pomar, com a variedade de seus arvoredos.

[...] Incansável trabalhador, madrugava diariamente. Outrora, em seus primórdios, nas madrugadas frias das geadas, aproveitava o luar de leite, na quebra dos milharais maduros, regelando as mãos na colheita das espigas.

Mais tarde, na varanda da fazenda de café, envolvido no seu capote, muito cedo fiscalizava o início da azáfama cotidiana: a partida dos colonos e trabalhadores para a roça, a saída dos carroceiros, a ordenha do leite, a lida do terreiro e da máquina, fosse o verão, fosse o inverno, fosse a época das chuvas. (FERREIRA, 1953, p. 32-33).

Conforme Ferreira (1953), Joaquim Ferreira do Amaral foi um dos primeiros a adquirir uma máquina de benefício de café, recebendo o produto “de seus vizinhos só a troco da palha, a que ninguém ainda dava valor, e com ela se antecipava a todos na adubação do solo, mantendo a uniformidade da produção de seus cafezais” (FERREIRA, 1953, p. 35). O produtor se destacava na região, reforçando o que anteriormente foi apresentado no que se refere a sua participação na aristocracia rural local, produtora de café.

Além disso, Joaquim acompanhou as mudanças vividas pela cidade, sobretudo no que concerne à urbanização, à industrialização e à necessidade de formação de mão de obra técnica para o ofício.

[...] viu Jaú evoluir até a formação de seu urbanismo, dotado dos melhoramentos essenciais a uma cidade adiantada. E como a Jaú tudo devia, quis testemunhar-lhe o seu reconhecimento, com uma doação que concorresse para o preenchimento do que lhe pareceu uma necessidade indispensável; a instalação de um estabelecimento técnico adequado, em que, pela aprendizagem de artes e ofícios, reclamados pela vida local, os filhos de seus moradores aqui mesmo se adestrassem em suas profissões, evitando o seu êxodo para os grandes centros. (FERREIRA, 1953, p. 41).

A citação permite identificar o caráter de formação do aluno-trabalhador que se intencionava com a escola profissionalizante, em especial com o termo “adestrassem em suas profissões”, adequando-se às premissas capitalistas de constituição do operário.

Contudo, não pôde ver a concretização de seu projeto, pois faleceu em 1941, um ano antes do início das atividades da Escola Industrial que recebeu o seu nome. Em pronunciamento de Hilário Freire nas comemorações do centenário natalício de seu fundador,

em 08 de junho de 1951, na Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral, verifica-se no discurso um caráter de exaltação da cidade e criação dos ídolos locais:

Ao morrer [...] era mais velho que esta cidade. Viveu, pouco menos que um século, o primeiro século de Jaú. Por via disso, o centenário de sua existência, de tal sorte se entrelaça com a centúria jauense, que um e outra são quase a mesma coisa, na evolução de seus destinos, a princípio modestos, mais tarde ilustres. Joaquim Ferreira do Amaral não é um homem, nesse panorama. É um símbolo. Representa a geração varonil dos plantadores desta cidade. Esta homenagem, assim, não se lhe rende só a ele. Rendemo-la a todas as progênes desses pioneiros intrépidos que domaram a civilizaram a terra virgem, onde se expandiram os florões deste município e as louçanias desta cidade fortunosa e florescente. (FERREIRA, 1953, p. 12).

As festividades comemorativas em prol do centenário de nascimento do patrono da escola foram significativas na cidade, onde, como verificado em Ferreira (1953, p. 11), foram marcadas por intenso “patriotismo civil e clarividência educativa, pela Diretoria da Escola Industrial [...], propiciam-nos oportunidade para que mestres e alunos desta instituição benfazeja, rememorem uns e a conheçam outros, a vida admirável de seu fundador”. No Anexo B consta algumas homenagens em comemoração ao centenário de nascimento do patrono da instituição, permitindo verificar a exaltação de sua figura (B2 e B3). Neste momento vale reforçar que em momento algum o presente estudo visa desmistificar ou questionar a representatividade de Joaquim Ferreira do Amaral para a cidade e para a escola, mas, sim, analisar e compreender a rotina da instituição, particularmente no que concerne a formação do aluno para integrar o mercado de trabalho da cidade e da região no contexto, convergente ao momento histórico vivido por essas.

Retomando os apontamentos que se referem às festividades acima comentadas, Ferreira (1953, p. 115) destaca as diversas autoridades presentes nas dependências da escola, entre elas o Padre Francisco Serra, Vigário da Paróquia em nome de D. Rui Serra, Bispo de São Carlos, momento em que, após a cerimônia religiosa, acompanhou a instalação na entrada principal do estabelecimento, conhecido atualmente como “Prédio Velho”, uma placa de bronze (Anexo B1), conduzida pelo professor Paulo Innocenti, da cadeira de Português.

Visando ilustrar as informações apresentadas é pertinente utilizar-se, a seguir, a figura que ilustra o momento comemorativo, ocorrido em 1951 e que contou com diversas autoridades locais e regionais, assim como membros da família, que não foram identificados, na obra consultada:



Figura 40: Cerimônia comemorativa do centenário do nascimento de Joaquim Ferreira do Amaral - Membros da família e autoridades (1951).

Fonte: Ferreira (1953, p. 9).

Assim, com base nas informações acima apresentadas que possibilitaram conhecer brevemente a biografia do patrono da Escola Industrial de Jaú/SP, o estudo almeja, em seu andamento, descrever as facetas que permitiram a consolidação da instituição de ensino tema da pesquisa, abordando, no tópico seguinte, as articulações que permitiram sua fundação.

5.1 A FUNDAÇÃO DA ESCOLA

As análises dos aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais brasileiros, regionais e jauenses apresentados anteriormente permitiram desvendar parte do cenário que possibilitou o planejamento e a edificação da Escola Industrial na cidade, especialmente porque conhecer a conjuntura ampla permite desvendar os aspectos particulares a que se pretende estudar.

Conhecer a origem social dos membros de um determinado grupo ou dos quadros de uma instituição é importante por várias razões. Primeiro, porque as informações podem revelar mudanças efetivas no interior de uma dada organização, num determinado período ou ao longo de diferentes períodos

históricos. Além disso, a composição social por origem, supostamente, pode mudar com as mudanças na estrutura produtiva do país, o que afeta a qualidade de seus membros. (TAGLIAVINI, 2006, p. 47).

Particularmente na realidade em estudo é possível perceber a intencionalidade em se preparar o trabalhador-operário para o atendimento da indústria e do comércio cada vez mais evidentes na rotina do município em acelerado processo de urbanização.

Em entrevista concedida em 05 de novembro de 2016, Pedro Zafra Anaya (Anexo F24), destaca a diferença da oferta de Educação na cidade de Jaú no período:

O pessoal que frequentava o Instituto⁴ parecia que tinha outra cabeça, não era cabeça de profissionalização, trabalhar mesmo; o pessoal que vinha na Industrial era mais para aprender trabalhar. No Instituto era pensando na Faculdade, um curso mais elite, tanto é que tinha uma certa rivalidade quando tinha festividade, jogos, entre Instituto e Escola Industrial, época de desfile, 7 de Setembro [Anexo A7], Aniversário da Cidade, então tinha essa rivalidade. O Colégio Academia⁵ [Figura 38] era mais a parte de Contabilidade e não tinha rivalidade [com a Escola Industrial].

A intenção de uma instituição com tal finalidade se confirma através da citação a seguir, personificada na figura de Joaquim Ferreira do Amaral, o qual

[...] constatou um dia uma falha na vida educativa e social de Jaú. Num golpe de vista profundou a extensão e a realidade do mal e a necessidade de corrigi-lo. Rapazes pobres, provindos de famílias pobres e humildes, moças modestas, despercebidas de instrução e de amparo, perambulavam sem rota, à busca de salário e trabalho, lutando pela subsistência, sem encontrar ambiente próprio, que acolhesse, preparasse e desenvolvesse tanta capacidade abandonada. E acudiu ao seu espírito a obtenção de grande e heroico remédio que viesse a resolver tão magno problema. (FERREIRA, 1953, p. 84).

A passagem apresenta o caráter “heroico” e a exaltação do ídolo, personificado pelo patrono da escola, responsável, como destacado, “a resolver tão magno problema”, ou seja, articula-se, na citação, a ideia de necessidade de formação do aluno-trabalhador, atrelada ao combate ao ócio e à pobreza.

Em artigos publicados pelo jornal local Comércio do Jahu, na seção “Um Pouco de Tudo”, organizados por Ferreira (1953), também verifica a necessidade de “solução” ao problema social constatado no início do século XX na cidade.

⁴ Escola Estadual Caetano Lourenco de Camargo.

⁵ Colégio Academia Horácio Berlinck.

Do Sr. Rev. Luiz Rodrigues Alves

Tantos meninos e meninas de classe modesta na cidade terminam anualmente o primeiro ciclo do ensino escolar, sem recursos para a continuação dos seus estudos nas escolas superiores, de taxas proibitivas!

Essa gente nova demais para as tarefas pesadas, reservadas aos adultos, fica muitas vezes, a vegetar durante alguns anos, acabando desastrosamente, na ociosidade e no vício.

E se pudéssemos criar uma escola que viesse ao encontro dessa adolescência, salvaríamos muitos lares da miséria! (FERREIRA, 1953, p. 90).

Em diversos materiais oficiais sobre a história da escola, entre eles o site institucional, é possível constatar o adjetivo “visionário”, atribuído a Joaquim Ferreira do Amaral. Contudo, não se pretende retirá-lo, mas apontar que a intenção de fundação da escola por um aristocrata rural foi uma tendência observada em diversas partes do país como apresentado nos tópicos anteriores, inclusive destinando à indústria a mão de obra urbana que necessitava de ocupação. Sob tal evidência, o patrono da escola também seguiu a propensão capitalista.

Se se aproveitam na indústria — pensava ele, os próprios resíduos e detritos por que perder-se na sociedade, e desperdiçar os valores humanos, que é sempre o mais caro e melhor de todos os materiais? E deliberou empreender e levar a cabo a campanha que o seu coração gizara. E delineou em sua mente a criação e fundação da Escola Profissional que é hoje a maior heráldica da nobreza da cidade. E iniciou os trabalhos preparatórios, e comunicou à imprensa, e pôs em foco e em debate a questão, e movimentou a opinião, e procurou os governantes, e doou imediatamente ao Estado o esplêndido local onde se levanta o edifício, doação essa que constituía um ato de liberalidade e um grande presente ao montante de seus bens de fortuna. (FERREIRA, 1953, p. 84-85).

Visando concretizar os projetos, o passo inicial foi a doação de um terreno ao poder público, ocorrida através de escritura pública em 27 de setembro de 1928, lavrada nas notas do 8º Tabelião da Capital. Como apresentado por Ferreira (1953) compareceram como outorgante doador Joaquim Ferreira do Amaral e como outorgada donatária a Fazenda do Estado, representada pelo subprocurador Dr. Raul Vicente de Azevedo. A área doada compreende um quarteirão situado entre as Ruas Paissandu, Humaitá, Bento Manoel e Floriano Peixoto, cuja área foi 8.627 m², com o valor estipulado de duzentos contos de réis, os quais, atualizando os valores, compreende, aproximadamente, R\$ 7.000.000,00 (FEE, 2016). O quarteirão ainda faz parte de em um dos principais pontos da cidade, em que, na época, encontrava junto às quadras dos prédios e dependências da Santa Casa e da Cadeia Pública, sendo que a primeira ainda se encontra em funcionamento no mesmo local, como apresentado

na Figura 15, no Capítulo 3. Apesar de ter sido oficializado somente em 27 de setembro de 1928, o terreno já havia sido entregue anteriormente ao Governo, por intermédio do Secretário do Interior, Dr. Fabio Barretto, responsável por denominar a escola como “Joaquim Ferreira do Amaral”, em solenidade de lançamento da pedra fundamental, no dia 22 do mesmo mês e ano.

De acordo com Ferreira (1953) foi organizado no período o orçamento para a construção do edifício e suas dependências, estimado em 400 contos de réis, cujo Congresso do Estado votou, em 1930, uma verba de 150 contos de réis para sua execução, ou seja, aproximadamente R\$ 5.250.000,00 (FEE, 2016). Contudo, a Revolução de 1930 foi responsável por suspender e interromper o ritmo administrativo do Estado e, como consequência, a construção da escola.

No ano de 1939, por meio do Decreto n. 9.988, de 7 de fevereiro (SÃO PAULO, 1939) foi criada a Escola Profissional Secundária Mista “Joaquim Ferreira do Amaral, como pode ser observado no Diário Oficial da época, apresentado a seguir:

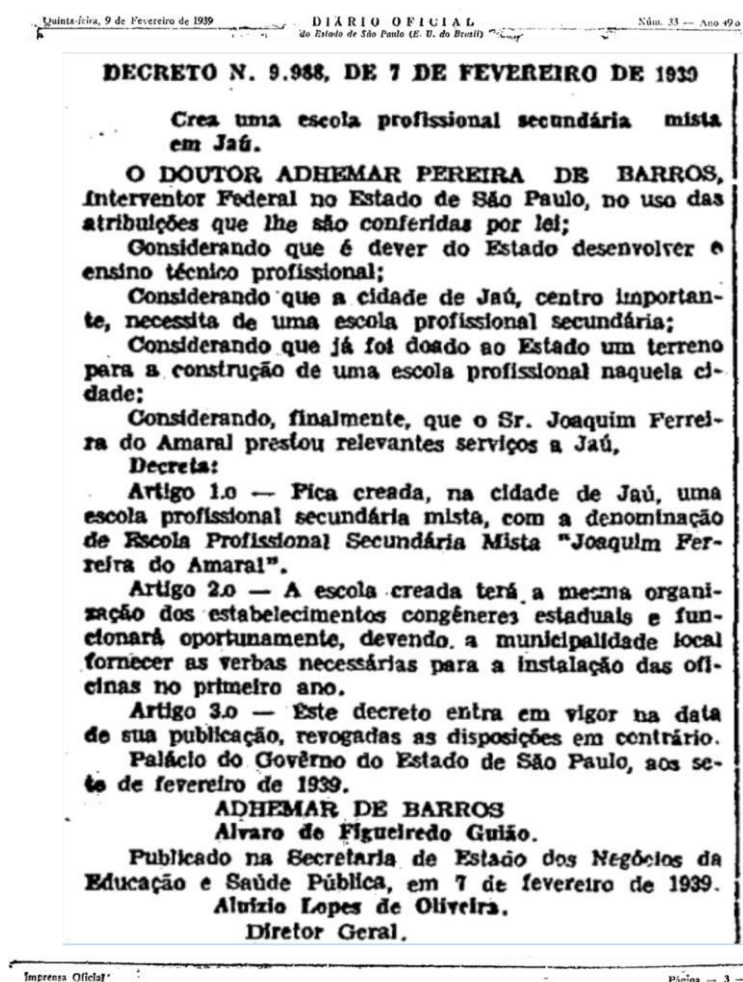


Figura 41: Decreto de 1939 – criação da Escola Profissional Secundária Mista de Jaú.
Fonte: Acervo da ETEC Jaú (2016).

O Decreto apresentado dispõe sobre a criação da Escola Profissional Secundária Mista, sendo que o então Interventor Federal no Estado de São Paulo, Doutor Adhemar Pereira De Barros, foi responsável por tal ato:

Considerando que é dever do Estado desenvolver a ensino técnico profissional.

Considerando que a cidade de Jaú, centro importante, necessita de uma escola profissional secundária.

Considerando que já foi doado ao Estado um terreno para a construção de uma escola profissional naquela cidade.

Considerando, finalmente, que o Sr. Joaquim Ferreira do Amaral prestou relevantes serviços a Jaú.

Decreta:

Artigo 1.º - Fica creada, na cidade de Jaú, uma escola profissional secundária mista, com a denominação de Escola Profissional Secundária Mista “Joaquim Ferreira do Amaral”.

Artigo 2.º - A escola creada terá a mesma organização dos estabelecimentos congêneres estaduais e funcionará oportunamente, devendo a municipalidade local fornecer as verbas necessárias para a instalação das oficinas no primeiro ano. (SÃO PAULO, 1939, arts. 1º e 2º).

Quanto ao projeto de construção da escola propriamente dito, Ferreira (1953) destaca que foi reorganizado, sob a direção do Secretário da Viação e Obras Públicas, Dr. Guilherme Winter, em colaboração com a Superintendência do Ensino Profissional do Estado, a cargo do professor e especialista Horácio Silveira.

Em 22 de outubro do mesmo ano de 1939, em sua oficial a Jaú, aquele Interventor, inaugurou as obras de construção da Escola com a presença de todos os Secretários de Estado, Drs. Alvaro Figueiredo Guião, Guilherme Winter, Salles Junior, Moura Rezende, e Major Levy Sobrinho, e bem assim de S. Excelência o Bispo da Diocese, D. Gastão Liberal Pinto, professor Horácio Silveira, Superintendente do Ensino Profissional, do Juiz de Direito Dr. Alfredo Lima Camargo, do prefeito municipal Dr. Antonio Neves de Almeida Prado, do vigário da Paróquia Padre Francisco Serra, de grande concurso da população e do doador Joaquim Ferreira do Amaral, a esse tempo o mais antigo morador de Jaú. Da solene cerimônia lavram-se quatro atas, uma para o Interventor Federal, outra para a Prefeitura de Jaú, outra para o Departamento do Arquivo do Estado e o respectivo original, devidamente assinado, para ser encerrada na urna da inauguração das obras, conjuntamente com o “Diário Oficial”, que publicou o Decreto 9.988 de 9-2 do mesmo ano, jornais, documentos e mais objetos de cerimônia. (FERREIRA, 1953, p. 43-44).

Entretanto, como observado em Ferreira (1953) novamente o projeto esbarrou em problemas, pois o início das obras foi marcado por “orçamentos [...] elaborados desconexamente,

sofriam nos seus reajustamentos finais e anuais, cortes imprevistos. Havia choques, conflitos, incertezas, ou mutilações de verbas [...]” (FERREIRA, 1953, p. 44).

Por conta da realidade descrita, o início das atividades pedagógicas e técnicas ocorreu somente em 1942, em espaço cedido na Rua Marechal Bitencourt, no centro da cidade, sendo que a utilização do prédio próprio da escola se deu no segundo semestre do mesmo ano, condições que serão abordadas nos tópicos que se seguem.

5.2 DO INÍCIO DAS ATIVIDADES AO FINAL DE 1949

Dando andamento aos levantamentos de dados o tópico que se segue visa apresentar o panorama da Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral de Jaú. Sob tal perspectiva compartilha-se de Vieira (2010) a informação de que o doador e patrono da escola presenciou suas obras em construção, contudo, não viu seu funcionando, pois faleceu um ano antes, em 1941. Desta forma o ano de 1942 marca o início das atividades, através da 1.^a Série Vocacional, disponibilizando os cursos de Fundição, Mecânica de Máquinas, Marcenaria e Corte e Costura.

Na citação abaixo é possível constatar a exaltação à instituição, a qual é apresentada como uma importante conquista para todos que dela se utilizariam:

O ano letivo de 1942 foi acrescido em Jaú de mais um setor de ensino e a Escola Profissional Secundária abriu suas portas para abrigar pouco mais de 50 jovens de ambos os sexos, que aqui vinham, em busca de instrução técnica, que os habilitassem a vender na vida prática. Um ano de esforço, dedicação, abnegação mesmo de todos os funcionários, desde o diretor até o mais humilde servidor. (FERREIRA, 1953, p. 101).

Vale mencionar que, por conta dos atrasos nas obras, as aulas no primeiro semestre de 1942 foram iniciadas em outro local da cidade, sendo que, somente no segundo semestre letivo as atividades passaram a acontecer em prédio próprio. Caruso Bertrami, em entrevista concedida em 21 de novembro de 2016 (Anexo C4), afirma que: “Quando eu vim para Jaú, em 42, [...] o prédio já estava pronto, ainda faltavam várias partes e não tinha máquina nenhuma, de forma que eu entrei no comecinho mesmo, eu e alguns colegas”.

Fato curioso é que são raras as obras que mencionam o início das atividades da escola em prédio cedido, sendo que, nem o site institucional da Unidade o fato é apresentado.

[...] em virtude do não término das obras, a escola iniciou suas atividades onde hoje localiza-se o prédio da pensão São José, na Rua Marechal Bittencourt, apenas no primeiro semestre. No segundo semestre passa então a funcionar no atual “Prédio Velho” desta escola: 160 alunos matriculados na 1ª série então chamada Vocacional. (CERINI; ROSCANI, 1992, p. 11).

Como forma de registro histórico, a figura abaixo apresenta o edifício à Rua Marechal Bitencourt, local em que as atividades da Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral foram iniciadas.



Figura 42: Edifício onde iniciaram as atividades da Escola Industrial de Jaú, 1942.
Fonte: Fernandes (1955, p. 8).

O início de funcionamento da escola foi marcado por significativo número de matriculados, sendo que, como verificado em Fernandes (1955, p. 5), já no “[...] primeiro ano [...], 160 alunos matricularam-se na primeira série [...]”. Nesta série o aluno realizava um estágio em todas as seções da escola, condição que permitia que ele realizasse a escolha dentre as quais mais se adaptasse, iniciando-se no ensino técnico-industrial. Entre as opções disponíveis, destacam-se no setor masculino Mecânica de Máquinas, Marcenaria, Fundição e Ferraria, e no setor feminino Corte e Costura. “A gente, quando estudava tinha Fundição, Mecânica, Marcenaria, então os alunos passam por todas essas áreas e no próximo ano que ele ia escolher qual área que se interessava mais”. (ANAYA, 2016, Anexo F24).

Visando ilustrar o movimento de matrículas nos primeiros anos de funcionamento da escola, a figura abaixo apresenta um descritivo do mesmo:

Anos	Básico	Noturno	Total
1942 . . .	160	—	160
1943 . . .	173	102	275
1944 . . .	139	77	216
1945 . . .	158	152	283
1946 . . .	142	83	225
1947 . . .	124	97	221
1948 . . .	183	180	363
1950 . . .	166	58	224
1951 . . .	225	126	351
1952 . . .	240	115	355
1953 . . .	277	177	454

Figura 43: Movimento de matrículas entre 1942 e 1953.

Fonte: Fernandes (1955, p. 7).

O quadro acima permite constatar que a procura pelos cursos oferecidos pela instituição foi expressiva, condição que reforça a tese de que o objetivo de formação do aluno-trabalhador era bem aceito pelo contexto, haja vista que a procura por operários qualificados era uma necessidade não somente de Jaú, mas em um contexto mais amplo, diante do potencial desenvolvimento industrial no período em estudo. Como destacam Cerini e Roscani (1992, p. 30), “[...] um dado bastante interessante [...] foi a busca de grandes empresas como a GE e Philips de nossos alunos e os serviços prestados pela escola para outras firmas como a Masiero Industrial S/A, onde as peças eram aqui produzidas”.

Segundo Julião Perianez, em entrevista concedida em 12 de setembro de 2014 (Anexo H3), “na época os alunos que eram muito procurados eram da Mecânica, tinha fila para pegar aluno quando se formava, empresas de São Paulo, Ford, General Motors vinham já em dezembro buscar os alunos”.

A questão da empregabilidade também pode ser observada na fala de Conti (2016, Anexo D13): “Muita gente que estudava lá arrumava emprego. Por exemplo: muitos arrumavam emprego fora, como Campinas, Jundiaí, eles vinham [as empresas] e pegavam alunos da Industrial. Fábricas de carros de São Paulo vinham sempre”.

Quanto à condição de formação para o trabalho industrial, o fato é percebido na divulgação das características do jornal local da época, onde fica clara a intencionalidade de profissionalização e especialização dispendidos pelos cursos oferecidos pela instituição em estudo:

O Sr. Presidente da República traçou, com o Decreto n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, as finalidades do ensino industrial, no que diz respeito à preparação profissional do trabalhador, que são as seguintes:

- a) formar profissionais aptos ao exercício de ofícios e técnicas nas atividades industriais;
- b) dar a trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação que lhes aumente a eficiência e a produtividade;
- c) aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados;
- d) divulgar conhecimentos de atualidade técnica. (COMÉRCIO DO JAÚ, 1942b, p. 5).

A característica de formação do operário também era clara para a população da cidade, na medida em que as famílias de classe média e, obviamente, da elite, viam a Escola Industrial como aquela destinada aos menos abastados. “Aqui sempre foi para trabalhador, no Instituto era para os mais ricos. Aqui era uma escola que vinha mais pobre” (PERIANEZ, 2014, Anexo H3). Segundo Maria Thereza Pasqualotti, em entrevista concedida em 22 de novembro de 2016 (Anexo E21): “Apesar de toda importância se percebia uma diferença entre os alunos da Industrial e de outras escolas. O meu professor de Matemática dava aula aqui e no Instituto; lá ele era bem remunerado. A Industrial era uma escola mais para trabalhador [...]”.

Tal fato ainda pode ser evidenciado na entrevista da ex-aluna Juracy Monteiro Ciccone do Instituto de Educação, atual Escola Estadual Caetano Lourenço de Camargo, concedida à Dissertação de Mestrado em Educação de Machado (2008):

[...] havia [...] uma grande divisão, porque, na escola técnica industrial estudava a classe média, média baixa, porque formavam técnicos profissionais. Então, as famílias que eram classe média, média mais alta, procurava o ginásio do Estado e não a escola industrial, que hoje a frequência deve ter melhorado bastante, mas naquela época, não. Tanto, que eu tenho uma irmã que queria tanto estudar na escola industrial, e meu pai não deixava (risos)... daí ela estudou em Bauru no Ginásio Guedes de Azevedo. Porque aqui era assim..., a clientela lá era mais média, média-média, média pra baixo. Mas, era uma boa escola, mudou, depois mudou... porque naquele tempo, eles pensavam mais, sei lá, as famílias pensavam... em uma formatura liberal, eles queriam depois... que veio o curso colegial, o científico, então, eles já se preparavam para cursar uma faculdade e uma

escola melhor, e lá eles formavam para o trabalho: mecânica, eletricista, marcenaria. Então, havia uma grande divisão entre ginásio do Estado e a escola industrial, que se chamava Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral. (MACHADO, 2008, p. 29-30).

A divisão de classes no período era evidente, a qual se estendia à formação nas instituições de ensino, hipótese levantada para a construção do presente estudo, que converge para o caráter de formação do aluno-trabalhador da Escola Industrial da cidade. Segundo Therezinha Grossi Zafra, em entrevista concedida em 27 de dezembro de 2016 (Anexo G19): “O pessoal de lá [**Instituto**] era uma classe com um nível monetário, um pouco mais, mas eu não me arrependo nem um pouco de estudar aqui [**Industrial**], eu não me sentia diminuída. Tiveram pessoas de famílias mais abastadas que estudaram aqui e não foram diminuídas”.

Além disso, a preocupação em oferecer o ensino profissional àqueles que necessitavam de especialização para as funções da indústria era clara, assim como o oferecimento de curso para as mulheres, como Corte e Costura, possibilitando a formação do operário e da mulher nos afazeres domésticos, evitando o ócio e a vadiagem.

Aqui na Industrial foi importante porque eu aprendi muita coisa e depois ajudei minha irmã, dois anos mais nova; depois que eu comecei trabalhar ela começou estudar, ela é formada no Instituto de Educação, formada professora, mas ela lecionou um certo tempo, depois ela casou com um rico, mas ela não tinha a parte prática de nada, de costura, eu que fazia tudo para mim e para ela. Depois, deu certo que eu trabalhava, então eu ajudava ela para poder comprar os livros, essas coisas [...]. (ZAFRA, 2016, Anexo G19).

Em Anaya (2016, Anexo F24) o fato também se confirma:

Meu irmão⁶ estudava na escola e acho que uma coisa puxa outra, inclusive ele foi assistente de diretor e a gente seguiu mais ou menos a mesma linha. Eu fui fazendo o curso e fui gostando porque aprendia de tudo; os meus filhos, depois que cresceram, foram para lá também, eles sabem fazer de tudo. A gente aprendia de tudo, tanto que muita coisa que a gente faz em casa aprendeu naquela época; não é como hoje, não aprende muita coisa, é mais teórico.

Para ingresso na escola havia o exame de admissão (Anexo E3): “naquele tempo tinha curso de admissão, mas deu certo que aqui [**Escola Industrial**] passei primeiro e eu fiquei aqui, eu vim porque quis, não fui obrigada” (ZAFRA, 2016, Anexo G19). A seguir é

⁶ Manoel Zafra Anaya.

possível observar convite para o curso preparatório para os candidatos ao exame de admissão, divulgado pelo jornal local em 1942:

[...] amanhã, às 9 horas, no prédio da Rua Marechal Bitencourt, 478, [...] terá início um curso de preparatórios para os candidatos a exame de admissão àquela Escola Profissional.

[...] As inscrições para os exames de admissão [...] continuam abertas até o dia 27 deste mês [...].

Os candidatos aos exames de admissão deverão ter a idade de 12 a 16 anos não sendo necessário conclusão de curso primário.

[...] Os exames de admissão serão procedidos de acordo mais ou menos com o programa do 4º ano dos grupos escolares. Esses exames constarão de Aritmética, Português, História e Geografia. (COMÉRCIO DO JAÚ, 1942a, p. 3).

Dando andamento aos levantamentos históricos, torna-se oportuno apresentar os primeiros funcionários e mestres da escola, destacando no Anexo A1 o registro de títulos do primeiro diretor da unidade. Segundo Fernandes (1955, p. 6), “aquele tempo, o corpo de administradores e docentes do estabelecimento contava os seguintes funcionários”: Diretor - José Antonio Almeida Queiroz; Contador - Demerval Gomes; Escriturária - Nélia de Paula Leite; Porteiro - Angelo Maria Sancinetti; Serventes - Rubens de Campos Mello, José da Cruz Bueno, Maria Júlia Campanhã e Olga Rosa Fernandes; Professora de Português - Maria Augusta Silveira; Professora de Matemática - Maria Aparecida do Amaral Carvalho; Professores de Desenho - Adelina Luccase Evangelista e Arnaldo Máia; Professor de Plástica - Caetano Fracorolli; Professoras de Educação Doméstica - Dalva Mariea Pogliani e Elza de Oliveira; Professor de Educação Física - Benedito Alves Ferreira; Mestre de Mecânica - Caruso Bertrami; Mestre de Ferraria - Mário da Silva Dage; Mestres de Marcenaria - Catuô Fujita e Assef Jorge; Mestre de Rendas e Bordados - Eunice Silva; Mestre de Confecção de Roupas - Nair de Oliveira Camargo; Mestre de Partes Domésticas - Quiomar Lessa; Mestre de Fundição - Antonio Ferreira de Menezes.

Em Bertrami (2016, Anexo C4) constata-se que,

Dos professores eu me lembro do Mário Lage, o Professor Waldomiro⁷ também trabalhou como ajudante de professor, havia o Menezes⁸, havia na Marcenaria o Professor Eraldo, das Professoras havia a Dona Nair⁹, Dona Sofia, havia mais professores, e dos diretores havia o Professor Queiroz¹⁰,

⁷ Antonio Waldomiro de Oliveira.

⁸ Antonio Ferreira de Menezes.

⁹ Nair de Oliveira Camargo.

¹⁰ Antônio José Almeida Queiroz (Anexo A1).

que veio de um Grupo Escolar de perto, depois havia o Professor Vilela¹¹, depois veio o Professor Benedito Alves Ferreira¹², ele foi diretor quarenta anos, o Benedito foi também diretor em Jaboticabal, ele fez um ano lá em Jaboticabal, depois veio para cá [**Escola Industrial**]. Era um pessoalzinho bom, colegas bons.

Em relação ao professor Benedito (Anexo A2), esse ocupou o cargo de diretor na escola por mais tempo: “[...] conheci o Benedito em festa, sempre estava em festas, ele foi diretor 40 anos, ele pegou a direção em 50 e ficou até 80, ele dava aula de Educação Física, era professor, depois pegou a direção e foi até aposentar” (PERIANEZ, 2014, Anexo H3).

Assim como os alunos, um número considerável de professores da escola era oriunda da classe trabalhadora e tinha formação técnica, a exemplo de Antonio Waldomiro de Oliveira, vindo de Lins, de família pobre, fez curso de Mecânica e Fundição na Escola Industrial em sua cidade de origem, formando-se no ano de 1942, com 17 anos de idade. Em 1943 foi convidado pelo professor Antonio Menezes para ministrar aulas de Fundição de Ferro e Bronze na Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral, cuja nomeação ocorreu em maio daquele ano, ao completar 18 anos, ideias estas compartilhadas por Oliveira (2013).

Quanto a Bertrami (2016, Anexo C4), uns dos primeiros professores da escola, o ingresso ocorreu por meio de concurso público:

Fui professor na Escola Industrial quase 35 anos, comecei em 42, no prédio novo. Muitas turmas foram formadas na escola. [**Para dar aula na escola**] eu fiz concurso em São Paulo; fiz um curso de quatro anos em São Paulo e depois trabalhei alguns meses nos Elevadores Atlas. [**Como professor**] apenas quase 35 anos só nessa escola aí, Escola Industrial, uma vida inteira. [...] [**Conheci a escola através do**] Superintendente [**da Educação Profissional, ele**] estava hospedado no Hotel Ovídio¹³, o Professor Rosano Beletti, eu viajei com ele e ele me trouxe aqui [**Jaú**] apresentar para o Diretor e foi aí o comecinho da minha carreira na escola; eu tinha 21 anos¹⁴.

O caráter formativo e técnico da escola sempre esteve presente. “Naquela época que a gente estudava o curso era mais intensivo, estudava em um período só aula teórica e no outro período era só aula prática, então os alunos tinham muita aula de prática [**Anexo A5**]” (ANAYA, 2016, Anexo F24).

Desde o início do educandário, procurou a direção amparar os jovens operários que desejassem aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos,

¹¹ Otacilio Vilela.

¹² Anexo A2.

¹³ Grande Hotel Ovídio, local que atualmente abriga o Hotel Jahu (Figura 17).

¹⁴ Nascido em 1921.

permitindo-lhes o ingresso em cursos especializados com funcionamento noturno. Desde o ano da criação destes cursos, em 1943, viu-se a escola povoada de jovens que, todas as noites vão modelar seus conhecimentos e enriquecer o seu patrimônio de conhecimentos na escola-oficina. Mais de três centenas deles já levaram seus certificados de habilitação, pelos cursos de Ajustador-mecânico, Torneiro-mecânico, Desenho Arquitetônico, Rádio, Alfaiataria, Corte e Costura, Rendas e Bordados, Desenho Artístico, etc. (FERNANDES, 1955, p. 8).

Os apontamentos permitem verificar o caráter capitalista industrial evidenciado no discurso, especialmente através dos termos “jovens operários”, “modelar seus conhecimentos” e “escola-oficina”, ou seja, o papel da escola era preparar os alunos para o modo de produção industrial vigente.

Segundo Ferreira (1953, p. 45), em 13 de janeiro de 1943 ocorreu no Brasil a federalização do ensino profissional por meio do Decreto Federal n. 11.305, condição que consolida de maneira definitiva os destinos do estabelecimento, direcionando-o para a formação de profissionais necessários para o mercado de trabalho.

Em 19 de setembro de 1945, por meio do Decreto-Lei n. 15.040 (SÃO PAULO, 1945b), houve a reorganização do ensino profissional, assim como a transferência de cargos. Este Decreto-Lei foi responsável por revogar as disposições dos artigos 346 a 361, 369 a 403, 411 a 422, 424, 432 a 469, 471 a 487, 489 a 510, 531 a 565, do Decreto n. 5.884, de 21 de abril de 1933; dos artigos 1º a 21, 31 a 33, 35, 37 a 39, 48 e 49, 52 e 53, 56, 58 e 60, do Decreto n. 6.942, de 5 de fevereiro de 1935; dos artigos 1º e 2º, 5º a 16, 18 a 22, 33, 36, 38, da Lei n. 2.915, de 19 de janeiro de 1937, dos artigos 1º e 2º, 6.0 8.0 a 16, 19 e 20, 23 a 26, 33 a 36, 43, 44 e 46, do Decreto-Lei n. 11.812, de 15 de janeiro de 1941, dos artigos 3º a 34, 40, 72 a 74 e parágrafos 1º e 2º, e artigo 86 do Decreto-Lei n. 13.125, de 15 de dezembro de 1942.

Através dele, as escolas profissionais do Estado, subordinadas à Superintendência do Ensino Profissional, da Secretaria da Educação e Saúde Pública no que concerne a organização e regime se adaptaram aos preceitos da Lei Orgânica do Ensino Industrial, consubstanciados no Decreto-Lei Federal n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942.

Em seu artigo 2º constata-se que o ensino industrial passou a ser ministrado em dois ciclos, sendo que o primeiro deles contemplava o ensino industrial básico, o ensino de mestria, o ensino artesanal e aprendizagem. O segundo ciclo, por sua vez, o ensino técnico e o pedagógico.

Outra determinação do referido Decreto-Lei (SÃO PAULO, 1945b) foi a alteração da denominação, como observado no artigo 3º, onde a Escola Profissional

Secundária Mista Dr. Joaquim Ferreira do Amaral passou a ser denominada Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral.

Quanto ao artigo 4º, a escola manteve os seguintes cursos ordinários: no ensino industrial básico, os cursos de Mecânica de Máquinas, Fundição, Marcenaria e Corte e Costura, este com frequência exclusivamente feminina.

Visando ilustrar as informações é pertinente apresentar a figura abaixo, a qual apresenta a Seção de Fundição com a primeira, segunda, terceira e quarta séries, acompanhadas pelo Professor Pachoal Piráquine Neto e o ajudante Aristides Coló.

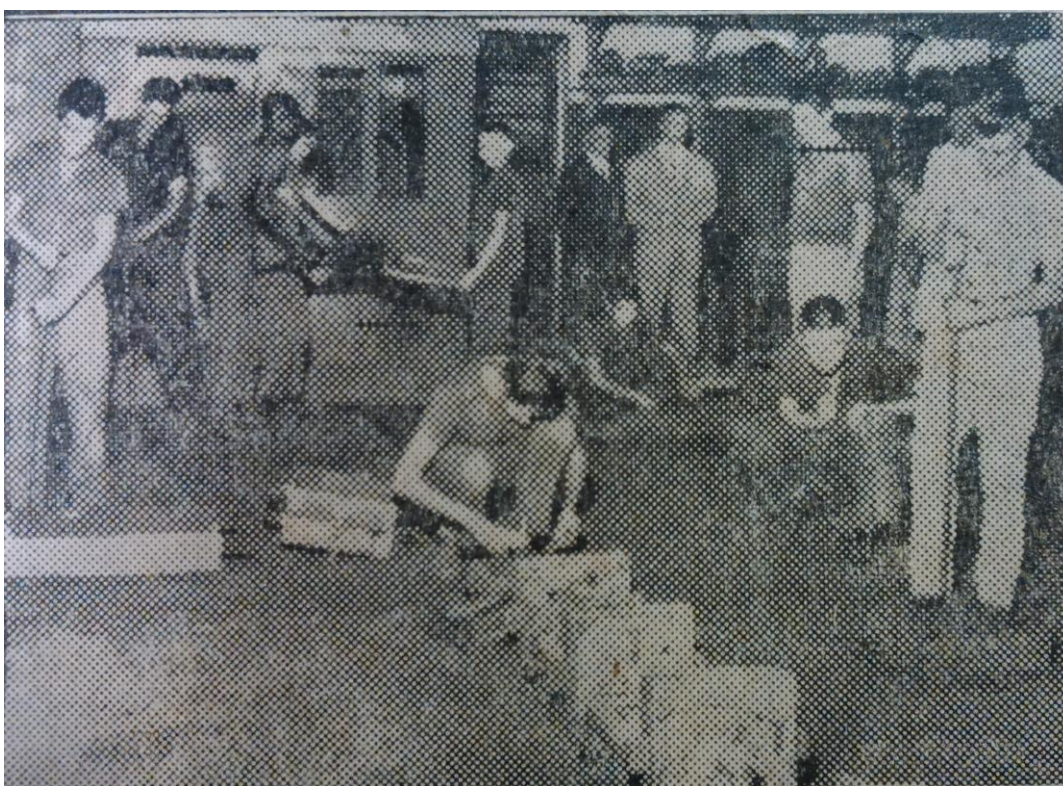


Figura 44: Seção de Fundição da Escola Industrial de Jaú em 1945.

Fonte: Fernandes (1955, p. 9).

Dando andamento às determinações do Decreto-Lei n. 15.040/45 (SÃO PAULO, 1945b), o artigo 6º determina que poderiam ser mantidos os cursos extraordinários de continuação de aperfeiçoamento e de especialização, além dos cursos avulsos ou de divulgação, organizados mediante às necessidades locais, por proposta da Superintendência do Ensino Profissional e a juízo do Governo, condição que permite destacar que a autonomia concedida às escolas industriais permitia que as mesmas ministrassem cursos que atendiam a realidade em que se encontravam inseridas, motivo pela qual foram instituídas.

O artigo 7º transformou em cursos extraordinários de continuação referidos no artigo anterior as antigas escolas noturnas de aprendizado e aperfeiçoamento, funcionando anexas aos estabelecimentos de ensino industrial, afetando a rotina da Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral.

No que concerne às disciplinas e às práticas educativas, o artigo 9º (SÃO PAULO, 1945b), os cursos de ensino industrial básico, de mestria e do ensino técnico foram constituídos por duas ordens de disciplinas, sendo elas disciplinas de cultura geral e de cultura técnica. O artigo 10, por sua vez, contempla os cursos de ensino pedagógico, responsáveis por ministrarem as disciplinas de cultura pedagógica.

Quanto ao artigo 11, esse menciona que os alunos contemplados pelos artigos 9º e 10 deveriam praticar educação física, obrigatoriamente até a idade de vinte e um anos, ministrada mediante as condições de idade, sexo e trabalho de cada aluno. Além disso, a educação musical era obrigatória até a idade de dezoito anos, oferecida através de aulas e exercícios de canto orfeônico. O artigo ainda destaca o oferecimento de educação pré militar aos alunos do sexo masculino, até a idade própria da instrução militar; às mulheres era oferecida educação doméstica, abrangendo o ensino de administração do lar.

Especificamente a educação musical, essa foi significativa na rotina da Escola Industrial de Jaú, sendo que “[...] quem dirigia a fanfarra era o Sancinetti¹⁵, uma boa fanfarra, eles conseguiram um monte de instrumentos” (BERTRAMI, 2016, Anexo C4).

Outro Decreto pertinente que ilustra os investimentos em escolas industriais refere-se ao n. 15.084, de 8 de outubro de 1945 (SÃO PAULO, 1945a), responsável por dispor a execução do Decreto-Lei n. 15.074, de 25 de setembro de 1945, reajustando as dotações orçamentárias vigentes no período.

Por meio do referido Decreto é possível verificar o destino para diversos gastos: com Pessoal Fixo - Substituições o valor apresentado era de Cr\$ 15.000,00; com Pessoal Variável - Mensalista o valor era de Cr\$ 6.000,00 e de Magistério configura-se o valor de Cr\$ 8.000,00. Quanto à verba destinada aos Materiais e Serviços, a Redução destaca verba prevista de Cr\$ 50.000,00 destinada a móveis, utensílios e máquinas de expediente; a verba para máquinas e aparelhos em geral no valor de Cr\$ 50.000,00. Em relação às Despesas Diversas, constatam-se despesas com água, gás e energia elétrica no valor de Cr\$ 3.000,00, e Contribuição e Institutos de Previdência no valor de Cr\$ 3.000,00 (SÃO PAULO, 1945a).

¹⁵ Romeu Sancinetti.

Atualizando os valores para a moeda corrente brasileira, o valor total, aproximado, é de R\$ 299.681,60 (FEE, 2016).

Vale mencionar que o referido Decreto apresenta Errata da Tabela Explicativa (SÃO PAULO, 1945a), sendo que, na Escola Profissional Secundária Mista “Joaquim Ferreira do Amaral”, de Jaú, onde se lê 107 – Mensalistas, o correto é 101. Além disso, na soma da coluna de Redução, leiam-se Cr\$ 62.413,00. O valor atualizado corresponderia, aproximadamente, a R\$ 138.548,35 (FEE, 2016).

O ano de 1945 também foi significativo para a Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral, por marcar a formatura da primeira turma da instituição:

Decorridos quatro anos da inauguração das atividades da Escola, frutificavam pela primeira vez, no esplendor de uma formatura, na nobre realização de Joaquim Ferreira do Amaral, os empenhos dos que, nos governos ou fora deles, ajudaram a transformá-la num fato concreto e os esforços dedicados de dirigentes e mestres. Eram ao todo 36 moços e moças, que recebiam, com o ambicionado diploma, o atestado de efetiva capacidade profissional para os ofícios livremente eleitos pela vocação de cada um. E eles assim se distribuíam: 6 em Fundição, 4 em Mecânica de Máquinas, 4 em Marcenaria e 22 em Corte e Costura.

Bem merecem eles que um trabalho como este nosso, com o caráter de documentário histórico da Capital da Terra Roxa, lhes guarde os nomes dignos, atividade por atividade. Formam-se nessa primeira turma:

Em Fundição - Alexandre Antonio Fantin, Alfredo Pires Aguirra, Danilo Castan, Gilberto Leite de Oliveira Barros, José Othon Otero e Paschoal Piráquine.

Em Mecânica de Máquinas - Dorival Gomes, Euclides Bertoncelo, Euclides Maragnon e Roberto Carrara.

Em Marcenaria - Armando Inocêncio Guidon, Joaquim Oliboni, José de Tíllio e Milton José Oliboni.

Em Corte e Costura - Adelaide Rossi, Alzira Pereira de Macedo, Célia Maria Montebeler, Edith Ortuzar, Hilda Guiomar Campesi, Irene Ursulina Cescato, Trima Monteiro, Juliete Rizzi Pucca, Luzia Aparecida Sancinetti, Maria Aparecido de Carvalho, Maria Aparecida Eleutéria, Maria Helena Pinto de Souza, Maria Madalena Veroneza, Maria Odila Bertoldi, Odete Sarkis, Olinda Cardoso, Terezinha Pavan, Terezinha Ramos, Vení Lourenzon, Zélia de Souza Camargo, Wanda Fonseca e Vaní Ferraz de Aguirra. (FERNANDES, 1955, p. 7-8).

Na citação acima é possível identificar um caráter paternalista e de exaltação daqueles que transpuseram uma etapa considerada fundamental na busca de uma formação que atendia aos preceitos da época e que os direcionava como mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

Bertrami (2016, Anexo C4) relembra:

E veio a primeira turma, [...] uma turma pequena, havia uns oito ou dez alunos, eles faziam o curso profissional, de quatro anos, depois de uns oito ou dez anos é que implantaram o curso de Mestria na escola.

Eu formei muitos alunos [...], um conjunto de mais ou menos 1200 alunos, durante todo o tempo que estive na escola, inclusive o Pedrinho Zafra¹⁶ e o irmão dele, Manoel Zafra¹⁷, o Manoel, se não me engano, hoje é diretor de escola.

No Anexo I são apresentados alguns quadros de diplomados do período estudado, os quais se encontram no pavilhão interno do “Prédio Velho”, produzidos por alunos do curso de Marcenaria até a década de 1970. Grande parte dos quadros se encontra danificada, necessitando restauro.

Em 7 de janeiro de 1946, por o Decreto n. 15.519 (SÃO PAULO, 1946a) dispôs a respeito da lotação de cargos, sendo que, por meio do mesmo, a Escola Industrial “Joaquim Ferreira do Amaral” passou a apresentar o seguinte quadro permanente do ensino: 1 Diretor padrão L, 1 Vice-Diretor, padrão J. No ensino industrial básico: 1 Orientador Educacional padrão I, 14 Professores padrão I, dos quais: 1 de Canto Orfeônico, 1 de Ciências Físicas e Naturais, 3 de Desenho, 2 de Educação Doméstica, 2 de Educação Física, 1 de Geografia do Brasil e História do Brasil, 2 de Matemática, 2 de Português, 9 Mestres padrão I, sendo eles: 1 de Curso de Fundição, 3 do Curso de Marcenaria, 2 do Curso de Mecânica de Máquinas, 3 do Curso de Corte e Costura, 7 Contramestres padrão H, dos quais: 2 do Curso de Fundição, 1 do Curso de Marcenaria, 2 do Curso de Mecânica de Máquinas, 2 do Curso de Corte e Costura.

O referido período marca o ingresso de Conti (2016, Anexo D13) na unidade em estudo:

Eu entrei estudar na Escola Industrial em 1946 e fiquei até 1947 no Curso de Ajustagem.

Naquela época era mais difícil o acesso à Educação, pois não existiam muitas escolas. O meu Primário fiz na Escola Major Prado [Figura 37].

Na Escola Industrial eu entrei com 13 anos e fui estudar lá porque meu pai queria. Antigamente a gente não escolhia, o pai mandava: “você vai estudar lá”, e a gente obedecia, e no fim a gente acabou gostando.

Existiam outras opções na época, como a Academia Horácio Berlinck; eu preferia ir na Academia, mas ele escolheu assim e foi até melhor, porque lá ia se formar para Contador e tinha que pagar; acabei gostando muito da Escola Industrial.

¹⁶ Pedro Zafra Anaya (Anexo F).

¹⁷ Manoel Zafra Anaya.

O Decreto-Lei n. 16.199, de 16 de outubro de 1946 (SÃO PAULO, 1946b), por sua vez, foi responsável por reestruturar a carreira de Artífice, restabelecendo e reclassificando na classe J da carreira de Artífice 1 (um) cargo de Lustrador, padrão C, lotado na Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral, de Jaú, contemplado pelo artigo 3º da referida Lei.

Novamente no que se refere aos orçamentos do ensino industrial, o Decreto n. 17.637, de 25 de outubro de 1947 (SÃO PAULO, 1947), é responsável por dispor acerca da execução da Lei n. 2, de 16 de outubro de 1947, cujo artigo 1º contempla a redução, suplementação e criação de dotações no orçamento do período. De acordo com o mesmo, o orçamento destinado à Escola Industrial, constando que na coluna Suplementação, alusiva ao Pessoal Fixo - Prestações de serviços extraordinários apresenta o valor de Cr\$ 20.000,00; quanto ao Pessoal Variável, na coluna Suplementação, verifica-se o valor de Cr\$ 3.000,00, para Diaristas. Em relação ao Material de Consumo, na coluna Redução destaca o valor de Cr\$ 3.000,00 para material elétrico e Cr\$ 20.000,00 para bens industriais; na coluna Suplementação, para Despesas Diversas o valor de Cr\$ 200,00 (SÃO PAULO, 1947). Atualizando os valores para a moeda vigente no país, totaliza-se, aproximadamente, R\$ 81.113,81 (FEE, 2016).

Vale mencionar que o Decreto citado anteriormente foi retificado, pois no item onde se lê 267 nos Bens Industriais, o correto é 367. Além disso, no item Telefones, não existe valor, sendo que o correto é Cr\$ 200,00 (SÃO PAULO, 1947), o qual, atualizado, corresponderia a R\$ 351,14, aproximadamente (FEE, 2016).

O ano de 1948 marca o ingresso na escola de Pasqualotti (2016, Anexo E20), quando ainda era relativamente jovem:

Comecei estudar na Escola Industrial faz tempo, acho que foi em 1948. Eu era bem nova, com aproximadamente 13 anos. Era uma escola nova.

O ingresso lá acho que ocorreu porque eu perdi o prazo para estudar no Instituto, não foi nada planejado, eu fui a única que estudou aí [**Escola Industrial**], os outros estudaram em outras escolas, meus irmãos. Uma estudou no Colégio São José¹⁸, a outra irmã e o irmão estudaram no Instituto e a outra estudou bastante tempo depois, ela não queria estudar e fez um curso noturno.

Eu, antes de estudar na Industrial, fiz Major Prado, terminei lá o Primário e depois fiz a inscrição aí [**Industrial**] para começar fazer o curso. Eu gostei da escola, mas se gostou ou não gostou tinha que ficar, né, tinha que fazer um curso, pelo menos.

¹⁸ Encerrou suas atividades em 1970 (<http://www.comerciodojahu.com.br/noticia/1195174/Col>).

O curso foi Corte e Costura, mas tinha o básico, que era Português, Matemática, Ciências, Geografia, História, tinha essa parte, e depois disso que vinha corte e costura, o histórico de bordado.

Prosseguindo o levantamento histórico da unidade, destaca-se que o ano de 1949 foi significativo para a história da escola em estudo, uma vez que a Lei n. 373, de 25 de julho de 1949 (SÃO PAULO, 1949a) foi responsável por criar os cursos do ensino industrial básico e do curso de Mestria. Por meio dela, na Escola Industrial “Joaquim Ferreira do Amaral”, de Jaú foram criados no ensino industrial básico os cursos de Alvenaria e revestimentos, Aparelhos elétricos e telecomunicações, Pintura. “[...] Artigo 3º - A instalação dos cursos ora criados será feita a partir de Janeiro de 1950, de acordo com as necessidades do ensino e as dotações orçamentarias” (SÃO PAULO, 1949a, art. 3º).

Ainda no mesmo ano, em 20 de outubro de 1949, a Lei n. 490 (SÃO PAULO, 1949b) criou os cursos de mestria em escolas industriais do Estado, na medida em que, por meio do artigo 1º, observa-se que estas escolas, além do ensino industrial básico, passaram a ministrar, também, o ensino de mestria, visando o atendimento das necessidades regionais em matéria de técnicos mais habilitados. Neste momento se faz pertinente destacar a preocupação de formação do aluno-trabalhador, mencionado pela própria legislação vigente no momento histórico brasileiro.

Por conta disso, a Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral, de Jaú, passou a oferecer os cursos de Mestria de Mecânica de Máquinas, de Máquinas e Instalações Elétricas, de Fundição, de Marcenaria, de Corte e Costura com frequência exclusiva de mulheres.

O ano de 1949 marca na história da escola um fato dos mais gratos para a série de suas atividades e realizações. Escolhida graças à sua localização privilegiada, servindo a uma das mais importantes zonas geoeconômicas do Estado, pela soma de suas atividades agroindustriais, e dispendo de ótimos meios de comunicação ferroviária e rodoviária, a cidade de Jaú é contemplada com a criação de um Curso de Mestria, só existente nesse tempo na Escola Técnica “Getúlio Vargas”.

[...] O Curso de Mestria empolgou os alunos formados pelos cursos básicos e que, por falta de recursos, haviam desistido de estudar, pois não podiam custear seus estudos na Capital paulista. (FERNANDES, 1955, p. 8-9).

O fato foi constado no relato de Anaya (2016, Anexo F24): “Eu comecei estudar na escola em 1949, aí me formei no Ginásio, [...] terminei em 53, depois foi feito Mestria, que foi um ano na escola, depois mais o outro ano que foi o estágio, que fiz em Campinas [**Anexo F17**], e acabei em 55, tem até quadro na escola [**Anexo I6 - 43**]”.

Desta forma, mediante os apontamentos foi possível identificar que a escola em estudo cumpriu na década de 1940 o papel designado desde sua constituição, formando o aluno-trabalhador para uma realidade industrial evidente e retratada nos capítulos anteriores, não somente na cidade de Jaú, mas no contexto nacional. Visando dar andamento à abordagem, o próximo item prossegue a abordagem, analisando, como tal, a realidade da instituição na década de 1950.

5.3 A ESCOLA INDUSTRIAL NA DÉCADA DE 1950

Visando atender aos objetivos propostos na presente pesquisa, o tópico que se segue realiza um levantamento acerca das ocorrências mais significativas da Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral na década de 1950. Sob tal perspectiva é pertinente mencionar que o referido período consolida o papel da instituição no contexto, cumprindo aquilo a que foi criada, especialmente em um cenário em que a indústria de calçado feminino passa a se tornar um importante segmento para a cidade, como abordado no capítulo anterior. A frase de Ferreira (1953, p. 51) marca bem as informações apresentadas: “Aqui está esta Escola. Em 1928, era um gesto. Em 1951, é um monumento”.

A partir do seu início, a escola foi se transformando num polo de cultura e de formação de profissionais qualificados para o trabalho. Na década de 50 foram criados os cursos de Mestria, Mecânica e Corte e Costura, preparando profissionais para a Indústria e para o próprio Ensino Industrial [...]. (VIEIRA, 2010, p. 89).

Além disso, a escola começa a se destacar na cidade pelos artigos que eram produzidos pelos alunos. Como pode ser verificado no relato de Bertrami (2016, Anexo C4): “Todo ano fazíamos uma exposição, com a Mecânica, Desenhos, Bordados, Marcenaria, Fundição, quase todas as seções concorria para que a exposição tivesse êxito [**Anexo A6**]”. O Professor continua: “Nós fazíamos exposições maravilhosas, o povo todo ia para escola, então tinham três, quatro dias de exposição; a seção de Fundição colocava as pecinhas deles lá, a Mecânica fazia alguma máquina e expunha também, bordados, desenho também”.

Segundo Pasqualotti (2016, Anexo E20): “As feiras [...] eram muito importantes, os móveis eram maravilhosos. A escola já era muito conceituada na região, inclusive participava da escolha da princesa entre as escolas da cidade”.

Além das feiras anuais realizadas pela Escola Industrial, havia eventos solicitados pela Prefeitura Municipal, como o ocorrido no 1º Centenário de Jaú [**Anexo A8**]. Na organização de uma das exposições ocorreu algo inusitado, como destaca Bertrami (2016, Anexo C4):

Lembro de uma ocasião em que íamos fazer uma exposição lá embaixo¹⁹ [...], o terreno era declive, o caminhão tombou e derrubou a máquina que íamos fazer a exposição, era um torno, torno mecânico, e depois foi aquela correria, quebrou algumas peças [...], a ponta do barramento do torno bateu na minha testa, abriu um pedacinho, tive que correr na Santa Casa botar um esparadrapo.

No relato de Zafra (2016, Anexo G19) é possível constatar que as alunas, nas aulas, tinham o hábito de confeccionar roupas para uso próprio e para a comunidade:

Na quarta série nós aprendíamos a confeccionar roupas, aliás, na terceira série nós fazíamos também o bordado, as roupas e nós fazíamos roupas para as pessoas, apesar de falarem que nós íamos receber, mas nunca recebemos. No terceiro ano fazíamos roupas íntimas, aqueles jogos de *lingerie*, tudo com aplicação, bordados, tudo mais para as pessoas, a escola que recebia, ou se cobrava também, não sei, porque como a gente era aluno, fazia o que a professora mandava.

Depois na quarta série aprendíamos fazer a parte de roupas, vestidos, casacos, tudo isso daí, então nós fazíamos em papel de ceda, diminuía a escala [**Anexo G12**] e depois fazíamos normal para a gente ou para as pessoas.

A escola também participava frequentemente dos eventos cívicos da cidade, sendo possível observar disputas entre a Industrial e o Instituto:

A gente competia²⁰ nos desfiles, 7 de Setembro [**Anexo A7**], Aniversário da Cidade, um queria fazer mais que o outro, tinha fanfarra lá também; aqui a gente desfilava, nós fazíamos o uniforme para desfilar, ia tudo direitinho, nós mesmos que confeccionávamos, a saia geralmente era preguiada²¹, azul marinho, a blusa era branca, nos desfiles a gente fazia gravata. [...]

Desfile tinha todo ano, desfilava também no aniversário da Industrial, [...]. Eles faziam churrasco que dá certo que o seu Mizael Barbosa tinha fazenda e ele doava o boi, então o churrasco era feito na parte de lá onde era a Fundação, no galpão de lá. (ZAFRA, 2016, Anexo G19)

¹⁹ Realizada atendendo solicitações da Prefeitura Municipal de Jahu, no Paço Municipal.

²⁰ Escola Industrial e Instituto.

²¹ Com pregas.

Dando andamento aos levantamentos de dados é pertinente mencionar que no ano de 1951, em 8 de março, o Decreto n. 20.363 (SÃO PAULO, 1951a) foi responsável por dispor sobre o cancelamento e lotação de cargos, sendo que na Escola Industrial “Joaquim Ferreira do Amaral”, de Jaú, ficou cancelada a lotação de um cargo de Contramestre – QE-PP-II – Padrão “F”, do Curso de Fundição.

Ainda no mesmo ano, em 30 de julho, o Decreto n. 20.655 (SÃO PAULO, 1951b, p. 1, **grifo nosso**) declarou ser “de utilidade pública o imóvel situado no município e comarca de Jaú, [**sendo necessária**] à ampliação da Escola Industrial local”.

Artigo 1º - Fica declarado de utilidade pública, para ser desapropriado oportunamente, o imóvel abaixo caracterizado, destinado à ampliação da Escola Industrial “Joaquim Ferreira do Amaral”, de Jaú, a saber: um terreno com a área de 8.042 mts.², localizado entre as ruas Paisandú, Humaitá, Floriano Peixoto e Dr. João Leite, pertencente à Companhia Agrícola e Predial “P. Carvalho”. Artigo 2º - As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta da verba própria consignada no orçamento da Secretaria da Educação, em vigor na época em que se der a desapropriação. (SÃO PAULO, 1951b, arts. 1º e 2º).

O Decreto mencionado foi extremamente significativo, uma vez que, além de ressaltar a importância da escola, expandiu a possibilidade de atendimento de um maior número de alunos, ampliando, por consequência, a oferta de mão de obra para a indústria da cidade e diversas outras regiões, em acelerado processo de expansão.

A Lei n. 1.546A, de 28 de dezembro de 1951 (SÃO PAULO, 1951c), foi responsável por transformar em Escola Técnica a Escola Industrial “Joaquim Ferreira do Amaral”, de Jaú, atendendo à previsão da Lei Orgânica do Ensino Industrial vigente no período, “continuando a atual escola industrial, ali existente, a constituir o primeiro ciclo da escola técnica ora transformada” (SÃO PAULO, 1951c, art. 1º).

Além disso, por meio do artigo 2º, manteve os cursos extraordinários, industriais e de mestría, passando a oferecer, também, os cursos técnicos de Fiação e Tecelagem, Desenho Técnico, Química Industrial, e Construção de Máquina e Motores. O artigo 3º da referida Lei menciona: “A lei orçamentária do exercício em que se der a instalação da escola referida no artigo 1º consignará dotação adequada para atender às respectivas despesas” (SÃO PAULO, 1951c, art. 3º).

O Curso Técnico, altamente especializado, além dos benefícios inerentes ao curso coloca o aluno em igualdade de condições aos concluintes do ciclo colegial, podendo portanto matricular-se nas escolas superiores.

O aumento das atividades escolares decorrente da benéfica ampliação dos cursos, tornou exíguo o espaço construído, a despeito das suas proporções. Para atender a essa premente necessidade, que denuncia o desenvolvimento do ensino técnico local, cogitou-se muito seriamente do aumento do edifício [...]. (FERNANDES, 1955, p. 37).

As três montagens que seguem, apresentando ângulos diferentes do prédio da Escola Industrial no passado e no presente, permitem verificar a suntuosidade da construção, edificada na área central da cidade, como anteriormente apresentado.



Figura 45: Fachada do “Prédio Velho” na década de 1950 (esquerda); fachada atual em 2016 (direita).
Fonte: Acervo da ETEC Jaú (2016) – esquerda; acervo do autor (2016) – direita.



Figura 46: Entrada lateral esquerda do “Prédio Velho” na década de 1950 (esquerda); entrada atual, em 2016 (direita).

Fonte: Acervo da ETEC Jaú (2016) – esquerda; acervo do autor (2016) – direita.

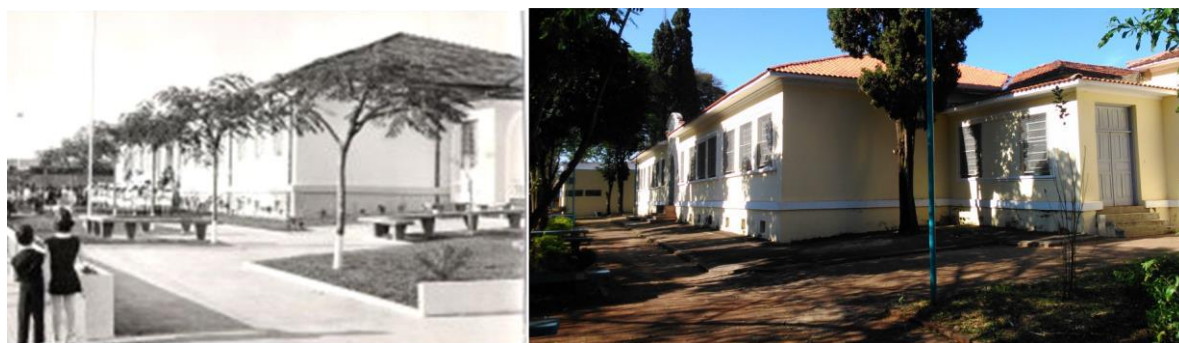


Figura 47: Entrada lateral direita do “Prédio Velho” na década de 1950 (esquerda); entrada atual, em 2016 (direita).

Fonte: Acervo da ETEC Jaú (2016) – esquerda; acervo do autor (2016) – direita.

Como curiosidade, destaca-se que atualmente tal prédio é conhecido como “Prédio Velho”, pois em 1976 um novo edifício foi construído no terreno, local onde as aulas são ministradas no momento.

No ano de 1952, em 21 de fevereiro, o Decreto n. 21.232, (SÃO PAULO, 1952a) foi responsável por dispor a respeito da lotação de cargos que especifica. Por meio desse ficaram lotados nas Escolas Técnicas e Industriais, do Departamento do Ensino Profissional, da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, cargos da Tabela II da Parte Permanente do Quadro do Ensino, criados pela Lei n. 1302, de 21/11/1951, sendo eles 10 (dez) cargos de Professor (Mecânica e Eletrotécnica Aplicadas e Ensaio de Laboratório), Padrão "K", dos quais 1 (um) foi destinado à Escola Técnica “Joaquim Ferreira do Amaral”, de Jaú. Além disso, foram mais 10 (dez) cargos de Professor (Organização do Trabalho e Contabilidade Industrial), Padrão "K", destinando 1 (um) deles também à escola em estudo.

No mesmo ano, em 10 de junho, o Decreto n. 21.473 (SÃO PAULO, 1952b) assim como o anterior, foi responsável pela lotação de cargos, contemplando a Escola Técnica “Joaquim Ferreira do Amaral”, de Jaú: 1 (um) de Professor (Desenho) seção feminina Padrão “K”; 2 (dois) de Mestre, Padrão “K”, sendo eles, 1 (um) de Mecânica de Máquinas e 1 (um) de Corte e Costura.

Tendo por objetivo a ampliação do prédio, como anteriormente apresentado, o Decreto n. 21.708, de 23 de setembro de 1952 (SÃO PAULO, 1952c) foi responsável por modificar o Decreto n. 20.655, de 30 de julho de 1951, dispondo a respeito da desapropriação do imóvel situado em Jaú.

O artigo 1º apresentou que o imóvel declarado de utilidade pública pelo Decreto n. 20.655, de 30 de julho de 1951, situado na cidade, necessário à ampliação da Escola Industrial “Joaquim Ferreira do Amaral”, apresenta área de 8.402 m² (oito mil, quatrocentos e dois metros quadrados), com benfeitorias, e não como constou do mencionado decreto.

A Escola [...], já com capacidade para 2.000 alunos, será uma das maiores, se não a maior de todo o interior do Estado e do país.

Depois de executadas essas construções é que se cuidará de instalar os cursos técnicos de Química Industrial, Desenho Técnico, Fiação e Tecelagem e Mecânica de Motores.

Goza merecidamente a escola de elevado conceito e, marchando num constante ritmo de progresso, leva o nome do estabelecimento e a fama dos seus métodos a todos os recantos do Brasil [...].(FERNANDES, 1955, p. 38).

Por meio da citação acima é possível verificar a representatividade da escola no que concerne à formação do aluno-trabalhador, cuja mão de obra era absorvida não apenas pela indústria jauense, mas em diversas regiões, inclusive na capital do Estado.

Objetivando ilustrar os dados no que se referem à ampliação da escola, as duas montagens seguintes apresentam a vista interna do pavilhão e seu momento atual, assim como uma visão interna da escola, no passado e no presente:



Figura 48: Vista interna do pavilhão em construção na década de 1950 (esquerda); vista atual do pavilhão em 2016 (direita).

Fonte: Acervo da ETEC Jaú (2016) – esquerda; acervo do autor (2016) – direita.



Figura 49: Vista lateral do prédio em 1950 – esquerda; vista atual em 2016 – direita.

Fonte: Acervo da ETEC Jaú (2016) – esquerda; acervo do autor (2016) – direita.

Gradativamente a escola passa a aumentar as ofertas de cursos industriais os quais se direcionavam para o que o mercado de trabalho necessitava, sendo que os de Mecânica de Máquinas e Ajustagem Mecânica se mostravam extremamente promissores, uma vez que no momento em estudo a indústria de calçados femininos passava a se desenvolver na cidade, condição que fez com ela passasse a ser conhecida como “Capital do Calçado Feminino” no contexto atual.

A figura a seguir apresenta um momento de aula do curso de Ajustagem Mecânica, muito procurado, exatamente por ser bem aceito na indústria que se encontrava em pleno desenvolvimento:



Figura 50: Alunos do curso de Ajustagem Mecânica.

Fonte: Ferreira (1953, p. 45).

Prosseguindo no estudo há destaque do Decreto n. 24.835, de 5 de agosto de 1955 (SÃO PAULO, 1955), responsável por lotação de cargos às escolas subordinadas ao Departamento de Ensino Profissional, especificamente 229 (duzentos e vinte e nove) cargos de Mestre - QE-PP-II - Padrão “K”, criados pela Lei n. 1.302 de 21 de novembro de 1951. Especificamente à Escola Técnica “Joaquim Ferreira do Amaral” foram lotados 2 (dois) para Corte e Costura, 2 (dois) para Mecânica de Máquinas, 1 (um) para Fundição e 1 (um) para Marcenaria.

O ano de 1955 marca o ingresso de Zafra (2016, Anexo G19) na escola:

Me formei em 58 e entrei em 55, fiz o curso de manhã, nós tínhamos as aulas normais e depois do almoço era o ensino profissionalizante, bordado, costura, no primeiro ano nós aprendíamos os pontos diferenciais, aprendia costurar e fazia roupa de crianças. [...] no segundo ano também a gente tinha, mas de manhã sempre teve o curso normal, Matemática, Português, mas nós não tínhamos Inglês, nem Francês, nada, nada, naquela época nós não tínhamos. [...] na terceira série era a parte de roupas íntimas, então nós fazíamos os moldes, a professora dava as medidas, nós fazíamos as medidas no caderno, nós desenhávamos e tinha que diminuir, fazer a escala que ela

mandava para pôr no caderno. [...] fazíamos [...] o bordado, as roupas, [...] fazíamos roupas íntimas [...]. Depois na quarta série aprendíamos fazer a parte de roupas, vestidos, casacos [...]

[...] Era para eu fazer Mestria, mas depois prestei concurso na Companhia Telefônica [Anexo G18] e eu passei e depois meu horário não coincidia do trabalho.

A figura a seguir ilustra uma aula de Corte e Costura, ministrada na década de 1950:



Figura 51: Aula de Corte e Costura.

Fonte: Ferreira (1953, p. 43).

Confirmando o caráter disciplinador da instituição quanto à formação do trabalhador, a figura anterior pode ser analisada como uma linha de produção industrial. Além disso, reforçando a ideia do aluno-trabalhador, a formação da mulher para tal fim também era preocupação da escola, pois, como mencionado anteriormente, o curso de Corte e Costura foi um dos primeiros oferecidos.

No ano de 1956, em 10 de agosto, o Decreto n. 26.260 (SÃO PAULO, 1956), dispõe a respeito da relocação de cargo, sendo um (1) cargo de Escriturário, QSE – PP – III - classe “G”, lotado na Escola Técnica “Joaquim Ferreira do Amaral”, de Jaú, provido por Flora de Souza Fonseca.

O Decreto n. 27.285, de 18 de janeiro de 1957 (SÃO PAULO, 1957), por sua vez, nomeia, em caráter excepcional, funcionário para exercer de maneira interina o cargo de

Auxiliar de Ensino, nomeando Maria da Conceição Pinhão para exercer de forma interina o cargo de Auxiliar de Ensino, QE-PP-n – Padrão “F”, na vaga de Octávio Oscar Campelo e Souza, que se aposentou.

O Decreto n. 35.903, de 5 de dezembro de 1959 (SÃO PAULO, 1959) dispôs a respeito da lotação de cargo destinado à disciplina de Mecânica de Máquinas, um (1) cargo de Mestre (Corte e Costura) - QE-PP-II - Padrão “L”.

Necessário mencionar que a apresentação dos Decretos acima visa elaborar uma cronologia histórica do presente tópico, haja vista que os mesmos foram responsáveis por compor o período em estudo da referida escola.

Com o passar dos anos o ensino técnico e industrial foi se estruturando sob a nova égide capitalista, como destacado nos capítulos anteriores, especialmente porque, além da carência de profissional especializado, em muitos momentos a carência de docentes também se evidenciava nestas instituições, incluindo a jauense, condição que foi sendo resolvida, ao longo de sua história, sobretudo a partir de 1959.

Sob tal perspectiva citar Silva (2013) é relevante, na medida em que a autora apresenta que a

[...] tentativa de formação de um grupo de professores que atendesse à demanda da estrutura curricular definida pela Lei Orgânica - Decreto-lei nº 4.073/1942 [...], com os cursos constituídos por matrizes curriculares que incluíam disciplinas de cultura geral e uma diversidade maior de disciplinas de cultura técnica, numa realidade de poucos profissionais habilitados para trabalhar nesse campo de ensino, ajudou a fortalecer a centralidade do poder de indicação na figura do diretor. Por outro lado, atestava a ineficiente política de formação de docentes para o ensino profissional existente no país. Considerando que, até o ano de 1959, foram mantidas, nas escolas industriais e escolas técnicas, as estruturas curriculares definidas pela Lei Orgânica de 1942 - Decreto-lei n. 4.073/1942 [...], tornou-se importante identificar o perfil dos professores. (SILVA, 2013, p. 2-3).

Diante dos dados apresentados nota-se que a industrialização foi extremamente significativa para delinear no novo contexto que se evidenciou no século XX, inclusive na rotina da escola em estudo, na medida em que, compartilhando dos estudos de Marson (2012) constata-se que o setor industrial causou impacto dinâmico sobre os diversos setores da economia, assim como no ambiente social, urbano e institucional.

A indústria mecânica possui uma característica especial, uma vez que seu desenvolvimento dá apoio à expansão de outros setores industriais, ou seja, seus produtos são destinados a aparelhar os outros setores por meio da oferta de máquinas e equipamentos. A forma mais comum de aperfeiçoamento

técnico no processo de industrialização dá-se mediante mudanças tecnológicas, principalmente com o desenvolvimento de máquinas para construir máquinas. Portanto, o desenvolvimento da indústria mecânica é fundamental no processo de industrialização. (MARSON, 2012, p. 13).

A perspectiva destacada quanto ao segmento industrial apresentado foi oportuna para a Escola Industrial, sobretudo no oferecimento do curso de Mecânica, tradicional na instituição e ainda oferecido pela mesma.

Outra condição que influenciou a rotina da escola estudada foi o movimento higienista identificado no contexto abordado, haja vista, inclusive, que para o ingresso aos estudos, exigia-se um atestado de aptidão de saúde, apontando, ainda, a vacinação contra varíola, como verificado nos anexos finais (Anexos D5, G4 e G10). Em Coimbra e Nascimento (2005) constata-se que o movimento higienista extrapolava o meio médico, envolvendo a sociedade brasileira como um todo, incluindo a cidade de Jaú, condição justificada pelo ideário modernizador e urbanístico, como apresentado nos capítulos anteriores.

Desta forma, por meio dos apontamentos discorridos na pesquisa que se finaliza foi possível identificar que a edificação e desenvolvimento da Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral de Jaú ocorrem em um momento extremamente propício da cidade, a qual, articulada com o contexto mais amplo, urbanizou e teve um progresso industrial significativo no Estado, necessitando, como consequência, operários qualificados, técnicos e instruídos para comporem seu quadro social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). (MARX, 2008, p. 80).

O término do presente estudo permitiu identificar a intencionalidade de criação da Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral de Jaú, pois, por meio do referencial teórico, articulado com as fotografias, entrevistas e documentos contidos na instituição, no Centro de Documentação e Museu Municipal da cidade, tornou-se possível analisar a relação criada entre o particular e o universal, ou seja, o sonho, o caráter visionário e a inovação, como verificados na história oficial da escola reforçam o caráter ufânico observado nos diversos meios e levantamentos históricos, os quais, na realidade, associam-se à conjuntura em que ocorrem.

Necessário reforçar, nesse ponto, que o estudo que se finda em momento algum teve por pretensão desconstruir a exaltação oficial, mas abordar e apresentar um olhar, científico, histórico, dialético, criando uma relação direta entre o homem e a sociedade, o homem e a natureza.

Além disso, o resgate histórico e descritivo da referida instituição escolar foi fundamental, haja vista que muito da mesma não era conhecido por grande parte daqueles que fazem ou fizeram parte de sua trajetória, como, por exemplo, o fato de que as atividades se iniciaram no primeiro semestre de 1942 em outro prédio cedido pelo Estado, na Rua Marechal Bitencourt, em Jaú, sendo que a locação em prédio próprio, o qual atualmente é conhecido como “Prédio Velho” ocorreu somente no segundo semestre do mesmo ano, por conta do atraso nas obras.

As entrevistas realizadas com professores, alunos e funcionários da época em estudo também foram de suma importância, tornando-se possível manter viva a memória da instituição, criando documentos e permitindo entender o cenário, reforçando a ideia de que a história é viva, cotidiana e formada por diversos atores.

Outro ponto de destaque quanto ao levantamento de dados concerne à necessidade de preservação de documentos e fotografias, pois esses não relatam apenas a história do local, mas permitem analisar e entender o meio regional e nacional, fortalecendo a percepção da relação entre o particular e o universal.

Sob tal égide, constatou-se que a edificação e a disseminação do conhecimento técnico da Escola Industrial de Jaú se encontrava em sintonia com o que ocorria no cenário mais amplo, nacional, momento este em que o ideário desenvolvimentista, urbano, industrial e capitalista legitimava postura, hábito, costumes, ações.

A cidade de Jaú, desde o início do século XX, apresentava um acelerado processo de modernização e urbanização, como pôde ser constatado nos referenciais teóricos e nas fotografias apresentados no corpo da pesquisa, o que permitiu entender que ela tinha condições de receber uma escola preocupada em formar trabalhadores. Ademais, a formação de uma elite burguesa e dominante, inicialmente dedicada à lavoura cafeeira e posteriormente ligada à industrialização, necessitava de um centro urbano que exaltasse a riqueza do momento, que ostentasse o caráter higienista, que combatesse o ócio, a vadiagem, condições convergentes às propostas capitalistas.

A realidade posta não era exclusividade de Jaú, como destacado, mas paulista e brasileira, cujos cenários se inspiravam, inicialmente, nos moldes europeus e, posteriormente, norte americanos. Na cidade jauense a presença de imigrantes, sobretudo italianos, permitiu a incorporação das propostas, seja no desenvolvimento do comércio, como na arquitetura, nas artes, no modo de vida e no trabalho nas fábricas que estavam em franco desenvolvimento na década de 1940.

Devido a isso, era clara a necessidade de oferecer às classes trabalhadoras formação especializada, conhecimentos pedagógicos e a preparação para o mundo do trabalho em uma realidade em que o acesso à escola era um direito de pouco e a taxa de analfabetismo era alta.

O estudo, ancorado nesta vertente, permite verificar a intenção subjetiva de fundação da escola, assim como entender como um agricultor, ligado à lavoura cafeeira, doou um terreno de quase 8 mil m² em uma área nobre e central da cidade. O projeto, consolidado com a referida doação, em 1928, possibilitou a concretização do ideário de ocupação daqueles

que potencialmente poderiam ingressar como mão de obra nas indústrias em desenvolvimento na cidade, em sintonia com o que ocorria no cenário nacional, como apresentado nos capítulos da pesquisa.

Vale reforçar, também, que a preparação para o ofício foi uma realidade ao longo da história educacional brasileira, inicialmente apresentando caráter assistencialista, para, na década de 1940, assumir o caráter capitalista, por meio da Lei Orgânica do Ensino Industrial de 1942, o que trilhou a realidade da Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral, personificada pelos cursos oferecidos, entre eles Mecânica de Máquinas, Fundição, Marcenaria e Corte e Costura, sendo que o primeiro deles ainda faz parte do quadro de cursos oferecidos pela instituição.

Evidencia-se, desta forma, que o papel da escola, desde seu projeto, foi o formativo do aluno-trabalhador, vindo ao encontro do que acontecia em um cenário mais amplo, cujos materiais levantados e apresentados apontam para tal condição, inclusive sendo percebido por aqueles que conhecem a história da escola, constatado por meio dos jornais e Decretos da época, fotografias apresentadas, assim como através das entrevistas cedidas e de um relato informal, cuja autoria não será revelada por solicitação do relator, que apresentou que a “escola era para formar o filho dos outros”, ou seja, os filhos da elite da época eram preparados para o ensino superior, em instituições na cidade, na capital e até mesmo no exterior, para se tornarem, em sua maioria, médicos e bacharéis de Direito.

Assim, ao término da pesquisa foi possível verificar a intenção e o papel da escola, de sua constituição ao final da década de 1950, reforçando a importância de tais levantamentos, seja para o resgate histórico, como para o entendimento do contexto, na medida em que, diante da relevância, destaca-se que ela não se esgota nesse momento, especialmente porque a pesquisa científica não se finda em um estudo, pois pontos de vista e abordagens permitem novos olhares e novas abordagens, ancorados pelas realidades em que os fatos acontecem, criando relação com as ações do homem sobre o meio.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA PRADO, José Renato de; ALMEIDA PRADO, Léa De Ungaro de. **Terra Roxa: vida e ciência na Estação Experimental de Jaú**. Jaú: Ed. do Autor. 2012.

ALMEIDA PRADO, Monica Faria de. **Conforto térmico nos edifícios das indústrias de calçados de Jaú**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012, 284f.

ARLANCH, Flávia. Jaú: exemplo de urbanização na área cafeeira em São Paulo. **Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH**, Belo Horizonte, set. 1973, Coleção da Revista de História, direção do Professor Eurípedes Simões de Paula, p. 838-850, São Paulo, 1974.

BARRA BONITA TUR. **História de Barra Bonita**. Disponível em: <<http://www.barrabonitatur.com.br/historia-barra-bonita.html>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

BARROS, Amanda Mergulhão Santos. Dispersão e concentração geográfica da indústria paulista do final do século XIX - anos 1970. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 89-103, set./dez. 2013.

BESKOW, Paulo R. Agricultura e política agrícola no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964). **Estudos Sociedade e Agricultura**, 12, p. 56-79, abr. 1999.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JUNIOR, Amarílio. História, epistemologia marxista e pesquisa educacional brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 489-511, maio/ago. 2009.

BOMTEMPO, Denise Cristina. **Dinâmica territorial, atividade industrial e cidade média: as interações espaciais e os circuitos espaciais da produção das indústrias alimentícias de consumo final instaladas na cidade de Marília – SP**. Tese (Doutorado em Geografia – Produção do Espaço Geográfico) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2011, 454f.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **A Escola Profissional de São Carlos**. São Carlos: EdUFSCar, 1998.

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC. **Est. econ.**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 513-538, jul./set. 2009.

CERINI, Fabrício Reinaldo; ROSCANI, Marisa Aparecida. **50 anos Escola Industrial Jaú: a história da ETESG “Joaquim Ferreira do Amaral” de Jaú.** Levantamento de Fontes Históricas, 1992.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** São Paulo: Bertrand Brasil, 1990.

COIMBRA, Cecília M. B.; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? **JOVENes: Revista de Estudos sobre Juventud**, v. 9, n. 22, p. 338-355, 2005.

COLISTETE, Renato Perim. Salários, produtividade e lucros na indústria brasileira, 1945-1978. **Revista de Economia Política**, v. 29, n. 4 (116), p. 386-405, out./dez. 2009.

COMÉRCIO DO JAHU. **História Viva: a Jaú de 1950.** 8 jun. 2014. Disponível em: <http://www.comerciodojahu.com.br/arquivos/auto/noticias/galerias/1303166_140606233739_artepag3a.jpg>. Acesso em: 4 jun. 2016.

_____. **O Grêmio e a rixa entre carvalhistas e vicentistas.** 2006. Disponível em: <<http://www.comerciodojahu.com.br/noticia/1144610/O+Gr%C3%AAmio+e+a+rix+entre+c+arvalhistas+e+vicentistas>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

_____. **Escola Profissional Mixta Secundaria “Joaquim Ferreira do Amaral”.** Ano XXXIV, num. 8344, 22 fev. 1942a.

_____. **Escola Profissional Mixta Secundaria “Joaquim Ferreira do Amaral”:** o funcionamento do Curso Vocacional. Ano XXXIV, num. 8355, 7 mar. 1942b.

CONTADOR JÚNIOR, Osvaldo. **Tecnologia e proteção ambiental nas indústrias do couro e calçados na região de Jaú-SP.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Centro Universitário de Araraquara, UNIARA, Araraquara, 2004, 173f.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 1 (97), p. 94-111, jan./mar. 2005.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FAUSTO, Boris. **Historiografia da imigração para São Paulo.** São Paulo: FAPESP, 1991.

_____. **História concisa do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FEE - Fundação de Economia e Estatística. **Atualização de valores monetários.** Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

FERNANDES, José. **Vultos e fatos da História de Jaú.** Edição conjunta extraordinária do Correio do Noroeste, Correio da Capital e Correio de Garça, comemorativa do Centenário de Jaú, abr. 1955.

FERREIRA, Tito Livio (Org.). **O primeiro século de Jaú.** São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais" Ltda., 1953.

FLORO, Elisângela Ferreira; DAL RI, Neusa Maria. Ensino Superior nos institutos federais: inserção flexibilizada e experiências com a diversificação dos cursos. **Espaço Pedagógico**, v. 22, n. 2, Passo Fundo, p. 302-326, jul./dez. 2015.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986. V. 1.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 1 (89), p. 133-148, jan./mar. 2003.

FUINI, Lucas Labigalini. Território e desenvolvimento em Jaú - São Paulo: arranjo produtivo local, atores e governança. **VI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, UNISC, Santa Cruz do Sul/RS, p. 1-26, 4-6 set. 2013.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Formação econômica do Brasil.** 15. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

GOMES, Angela de Castro. O primeiro governo Vargas: projeto político e educacional. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Claudia; GONDRA, José (Orgs.). **Educação no Brasil: história, cultura e política.** Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** 2. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001, v. 2.

_____. Os indiferentes. **Espaço Acadêmico**, ano 6, n. 64, set. 2006. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/064/64tc_gramsci.htm>. Acesso em: 04 mar. 2017.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tendências demográficas no período de 1940/2000.** censo demográfico. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

JAÚ. **Site oficial da Prefeitura Municipal.** Disponível em: <<http://www.jau.sp.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

JESUS, Antônio Tavares de. **O pensamento e a prática escolar de Gramsci.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

LIMA FILHO, Domingos Leite. Impactos das recentes políticas públicas de educação e formação de trabalhadores: desescolarização e empresariamento da educação profissional. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 269-301, jul./dez. 2002.

LOPES, Luiz Carlos Barreto. **Projeto educacional Asylo de Meninos Desvalidos:** Rio de Janeiro (1875-1894) – uma contribuição à História da Educação no Brasil. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994, 202f.

MACHADO, Maria Teresa Garbin. **O ensino profissional estadual paulista dos anos de 1940 a 1970:** trajetória na cidade de Orlandia. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2014, 267f.

MACHADO, Rosinei Dias Gevezier Turbiani. **Qualidade da Educação:** história e memória do Ginásio Estadual de Jaú (Jaú-SP, 1946-1961). Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008, 115f.

MARIANO, Neusa de Fátima. **Fogão de lenha - chapéu de palha:** jauenses herdeiros da rusticidade no processo da modernização. Dissertação (Mestrado - Programa de Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, 299f.

MARSON, Michel Deliberali. **Origens e evolução da indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo, 1870–1960.** Tese (Pós-graduação em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, 198f.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução Maria Helena Barreiro Alves a partir da edição francesa; revisão de tradução Carlos Roberto F. Nogueira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. 2. reeimp. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene. **A socialização da força do trabalho: instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo (1873 a 1934)**. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

_____. **Escolas Profissionais públicas do Estado de São Paulo: uma história em imagens**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico. Texto elaborado embasado na palestra proferida pelo professor Paolo Nosella, HISTEDBR-20anos, UNICAMP, interligada com o **II Colóquio sobre Pesquisa de Instituições Escolares UNINOVE**, São Paulo, p. 1-15, 24 nov. 2005.

_____. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas: Editora Alínea, 2009.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Betty. A dialética do singular-particular-universal. **V Encontro de Psicologia Social Comunitária: o método materialista histórico-dialético**, Abrapso: Núcleo Bauru, Neppem e Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências/Unesp, Bauru, p. 1-21, 16 - 18 ago. 2001.

OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. Entre o passado e o futuro: impasses de um memorialista. In: FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente (Orgs.). **Letras e identidade: São Paulo no século XX, capital e interior**. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. **Faces da dominação da terra (Jaú 1890-1910)**. Marília: Unesp Marília Publicações; São Paulo: FAPESP, 1999.

_____. Jaú no século passado. **Cadernos da F.F.C.**, Marília, v. 6, n. 1, p. 45-65, 1997.

OLIVEIRA, Maria Waldenez de. **Memorial descritivo: educação popular e saúde processos educativos em práticas sociais.** Memorial (Concurso para Professor Titular) - Departamento de Metodologia de Ensino, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013, 267f.

ORTIZ, Renato. 2001. **A moderna tradição brasileira.** Brasiliense. São Paulo.

PAIVA, Maria Beatriz Vidal de Negreiros. **O projeto urbanístico em Jaú: a ação política e os desdobramentos sócio-culturais. 1890/1920.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - UNESP, Assis, 2001, 275f.

PERES, Fernando Antonio. **Revisitando a trajetória de João Penteados: o discreto transgressor de limites.** São Paulo, 1890-1940. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. 212f.

PERIDES, Paulo Pedro. **Um exemplo de organização territorial: a sub-região de Jaú (1830-1930).** Tese (Doutorado - Departamento de Geografia) - FFLCH/USP. São Paulo, 1980, 362f.

PERISSINOTTO, Renato et al. Elites estatais e industrialização: ensaio de comparação entre Brasil, Argentina e México (1920-1970). **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 3, p. 503-519, 2014.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PRADO, Eliane Mimesse. As Escolas Elementares paulistas e seus alunos estrangeiros na passagem do século XIX para o XX. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 63, p. 259-269, jun. 2015.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Política e poder público na Cidade de São Paulo: 1889-1954. In: PORTA, Paula. **História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX - 1890-1954.** Paz e Terra. São Paulo, 2004.

RODRIGUES, José. Celso Suckow da Fonseca e a sua “História do ensino industrial no Brasil”. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 2, n. 2 (4), p. 47-74, 2012.

SALLE, Coretin de. **A tradição da liberdade: grandes obras do pensamento liberal.** Lisboa: European Liberal Forum, 2010.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura, et al. (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da Educação Profissional. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SÃO PAULO. **Decreto n. 15.084**, de 8 de outubro de 1945. 1945a. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1945/decreto1508408.10.1945.html>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

_____. **Decreto n. 15.519**, de 7 de janeiro de 1946. 1946a. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1946/decreto1551907.01.1946.html>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

_____. **Decreto n. 17.637**, de 25 de outubro de 1947. 1947. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1947/decreto1763725.10.1947.html>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

_____. **Decreto n. 20.363**, de 8 de março de 1951. 1951a. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1951/decreto2036308.03.1951.html>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

_____. **Decreto n. 20.655**, de 30 de julho de 1951. 1951b. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1951/decreto2065530.07.1951.html>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

_____. **Decreto n. 21.232**, de 21 de fevereiro de 1952. 1952a. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1952/decreto2123221.02.1952.html>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

_____. **Decreto n. 21.473**, de 10 de junho de 1952. 1952b. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1952/decreto2147310.06.1952.html>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

_____. **Decreto n. 21.708**, de 23 de setembro de 1952. 1952c. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1952/decreto2170823.09.1952.html>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

_____. **Decreto n. 24.835**, de 5 de agosto de 1955. 1955. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1955/decreto2483505.08.1955.html>>. Acesso em: 4 jul. 2016.

_____. **Decreto n. 26.260**, de 10 de agosto de 1956. 1956. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1956/decreto2626010.08.1956.html>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

_____. **Decreto n. 27.285**, de 18 de janeiro de 1957. 1957. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1957/decreto2728518.01.1957.html>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

_____. **Decreto n. 35.903**, de 5 de dezembro de 1959. 1959. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1959/decreto3590305.12.1959.html>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

_____. **Decreto n. 9.988**, de 7 de fevereiro de 1939. 1939. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1939/decreto998807.02.1939.html>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

_____. **Decreto-Lei n. 15.040**, de 19 de setembro de 1945. 1945b. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1945/decreto.lei1504019.09.1945.html>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

_____. **Decreto-Lei n. 16.199**, de 16 de outubro de 1946. 1946b. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1946/decreto.lei1619916.10.1946.html>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

_____. **Lei n. 1.546A**, de 28 de dezembro de 1951. 1951c. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1951/lei1546A28.12.1951.html>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

_____. **Lei n. 373**, de 25 de julho de 1949. 1949a. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1949/lei37325.07.1949.html>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

_____. **Lei n. 490**, de 20 de outubro de 1949. 1949b. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1949/lei49020.10.1949.html>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria B.; COSTA, Vanda Maria R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SEADE. **População absoluta de Jaú na década de 1940**. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/consulta.php>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

SILVA, Maria da Guia de Sousa. A Escola Industrial de Natal e a constituição do seu quadro docente (1942-1968). **Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação**, SBHE, Cuiabá, v. 1, p. 1-14, 2013.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90**. Campinas/SP: Autores Associados, 2002.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 2000.

TAGLIAVINI, João Virgílio. Educação e condições materiais da existência: uma leitura sociológica da vocação sacerdotal. **Educere et Educare: Revista de Educação**, v. 1, n. 2, p. 33-56, jul./dez. 2006.

TEIXEIRA, Sebastião Meireles (Org.). **O Jahú em 1900: repositório de dados, informações e documentos para a história do Jahú**. Jahú: Correio do Jahú, 1900.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

TRUZZI, Oswaldo. **Café e indústria: São Carlos: 1850-1950**. 3. ed. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. Coleção Nossa História.

VALENTE, Guilherme E. A. Prado de Castro; QUEDA, Oriowaldo. Patrimônio histórico, turismo e educação: Fazendas Mandaguahy e Santo Antonio do Ypês – Jaú – SP. **Fórum Ambiental da Alta Paulista: Patrimônio Histórico, Turismo e o Desenvolvimento Local**, v. 7, n. 1, p. 1284-1299, 2011.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938-1947. 11 v.

VIEIRA, Sebastião Gândara. **A formação de professores do ensino técnico de nível médio estadual e suas relações com o arranjo produtivo local na cidade de Jahu-SP**. Doutorado em Educação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, 2010, 161f.

VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889 – 1945**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 2001.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; COLAU, Cinthia Merlo. Espaço escolar e história das instituições escolares. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 147-163, set./dez. 2007.

ZANLORENSE, Maria Joselia; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SOUSA, Nilvan Laurindo. Contexto e criação das escolas técnicas no Paraná republicano no início do século XX. **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p. 761-775, 31 jul. a 03 ago. 2012.

ANEXOS

ANEXO A – ESCOLA INDUSTRIAL – 1942-1960

Anexo A1 – Antônio José Almeida Queiroz – primeiro diretor – Registro de Títulos, de
26 de janeiro de 1942

af. Queiroz 1

Antonio José Almeida Queiroz. 26-1-42.

O Doutor Fernando Costa, Interventor Federal no Estado de São Paulo, nomeia o Sr. Antonio José de Almeida Queiroz, adjunto do Grupo Escolas de Barra Mansa, em Jau, para exercer, em comissão e com prejuizo dos respectivos vencimentos, o cargo de diretor da Escola Profissional Secundária Mista "Joaquim Ferreira do Amaral", da mesma cidade.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, em 24 de janeiro de 1942. —
J. Rodrigues Alves Sobrinho.
Aluizio Lopes de Oliveira

Por decreto de 24 de janeiro de 1942.
Publicado a 25 de janeiro de 1942.
Assinatura ilegível, Sec. da Educação e Saúde Pública, Diretoria de Pessoal, 29 de janeiro de 1942 — assinatura ilegível. Prestou compromisso em 26 de janeiro de 1942 — assinatura ilegível. Exercício em 26 de janeiro de 1942 — assinatura ilegível.

Carimbo — Superintendência do Ensino Profissional — Secretaria — Registrado sob n.º 3028 a fls. 81 do livro 2 — 6-2-42. — H. Andrade.

Anexo A2 – Benedito Alves Ferreira – diretor a partir de setembro de 1950

Um punhado de boas realizações assinala a administração do Prof. Benedito Alves Ferreira, que iniciou no próprio estabelecimento as suas atividades — A próxima construção de um edifício central com vinte e quatro salas de aula e dez pavilhões para sessenta leitos cada um, elevará a capacidade da Escola que poderá contar com 2.000 alunos e será uma das maiores do interior do país



A partir de setembro de 1950 acha-se à testa dos destinos da Escola Técnica "Joaquim Ferreira do Amaral" o professor Benedito Alves Ferreira, que iniciou no próprio estabelecimento as atividades de sua vida administrativa tendo sido um dos professores que formaram o seu primeiro corpo docente. Pelos seus conhecimentos e esforços chegou ao cargo de vice-diretor e, no último concurso para diretor, obteve promoção e foi nomeado diretor da Escola Industrial de Jaboticabal, que instalou condignamente em apenas dez meses de trabalhos.

Prof. BENEDITO ALVES FERREIRA, remanescente do primeiro corpo de mestres da Escola JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL, que conquistou pelos próprios merecimentos o cargo de diretor do estabelecimento, ao qual imprime a marca da operosidade que o impôs à consideração geral dos meios jauenses e do ensino técnico profissional do Estado

seus 478 alunos atuais, o estabelecimento lotou toda a capacidade que o prédio e instalações comportavam. Durante estes poucos anos de sua gestão, coube-lhe também instalar os cursos extraor-

dinários de Continuação, de Bordados e Roupas Brancas e Alfaiataria, e o curso de preparatórios, gratuito, para exames de admissão. Instalou, ainda, o Conselho Técnico, órgão destinado a estudar democraticamente os problemas gerais do ensino e, em particular, os do estabelecimento, congregando todos os funcionários docentes num programa de compreensão entre os que se batem por uma causa comum. Nesta administração é que a Escola Industrial se transformou na atual Escola Técnica, alcançando o nível mais alto no ensino técnico - profissional.

Figura 52: Benedito Alves Ferreira.

Fonte: Fernandes (1955, p. 7).

Anexo A3 – Maquinários da oficina na década de 1950

Figura 53: Benedito Alves Ferreira (direita) na década de 1950.
Fonte: Acervo da ETEC Jaú (2016).

Anexo A4 – Equipe de direção, professores e mestres em 1951



MESTRE



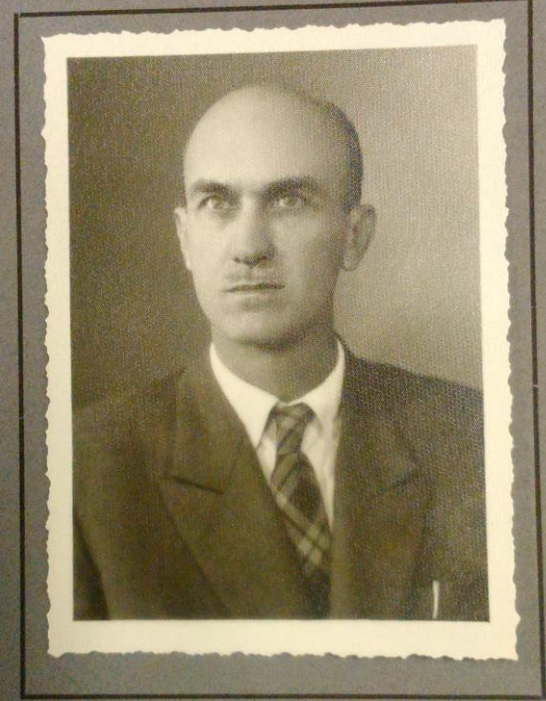
CARUSO BERTRAMI

MESTRE



IRINEU S. O. DÓRIA

PROFESSOR



LUÍS RODRIGUES ALVES

PROFESSOR



FORTUNATO A. N. PIRAGINE

PROFESSORA



MARIA APARECIDA B. ELEUTÉRIO

MESTRE



CARLOS FUJII

MESTRE



EUNICE BARRIOS

PROFESSOR



MÁRIO ROMEU PELEGRINO



Figura 54: Equipe de direção, professores e mestres em 1951.
Fonte: Acervo da ETEC Jaú (2016).

Anexo A5 – Aulas práticas ministradas na década de 1950





Foto Bonardo



FOTO GERNER
ZUSNEGA
SANTO ANTONIO





Figura 55: Aulas práticas ministradas na década de 1950

Fonte: Acervo da ETEC Jaú (2016).

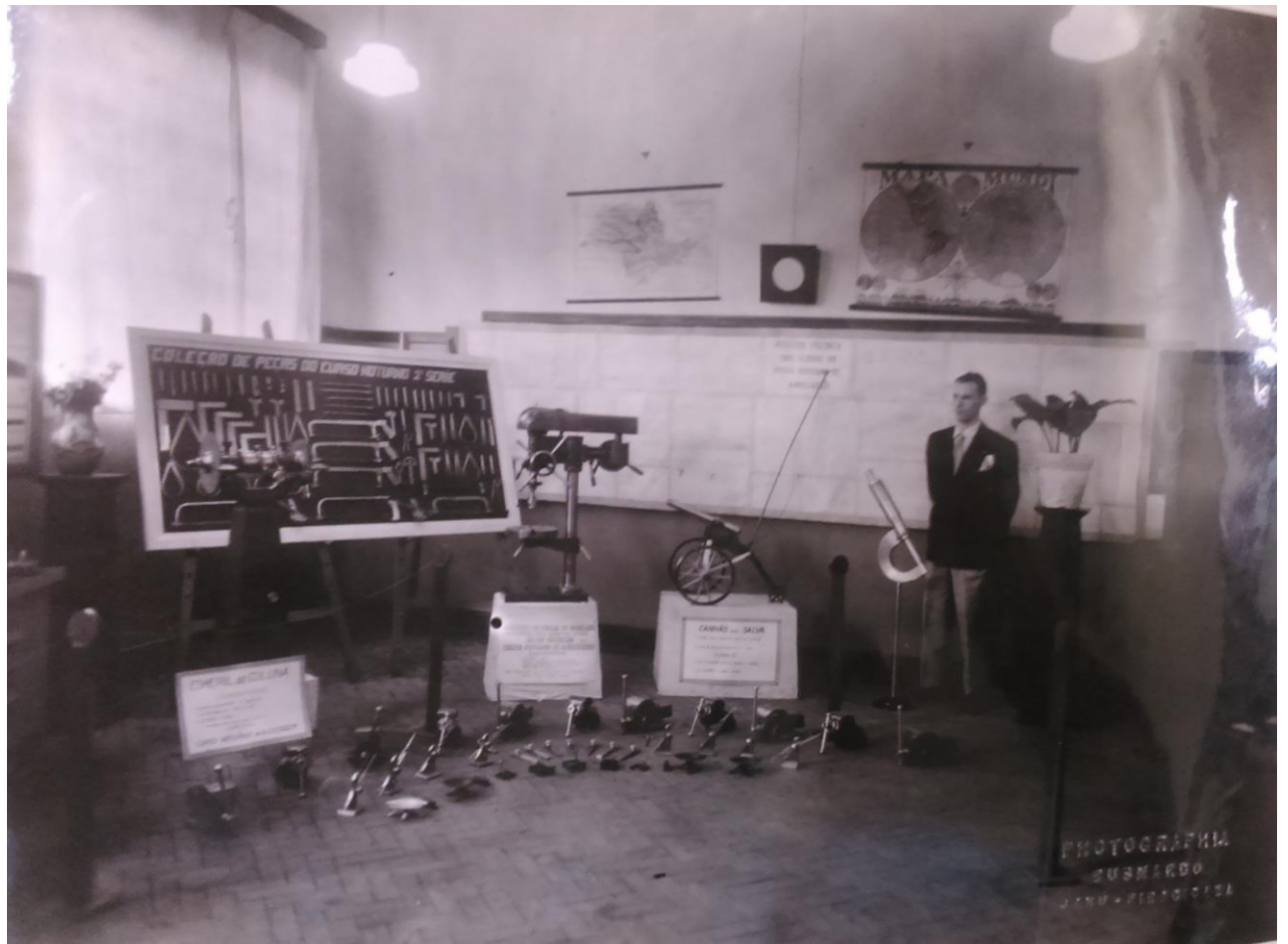
Anexo A6 – Exposição de objetos produzidos na Escola Industrial na década de 1950











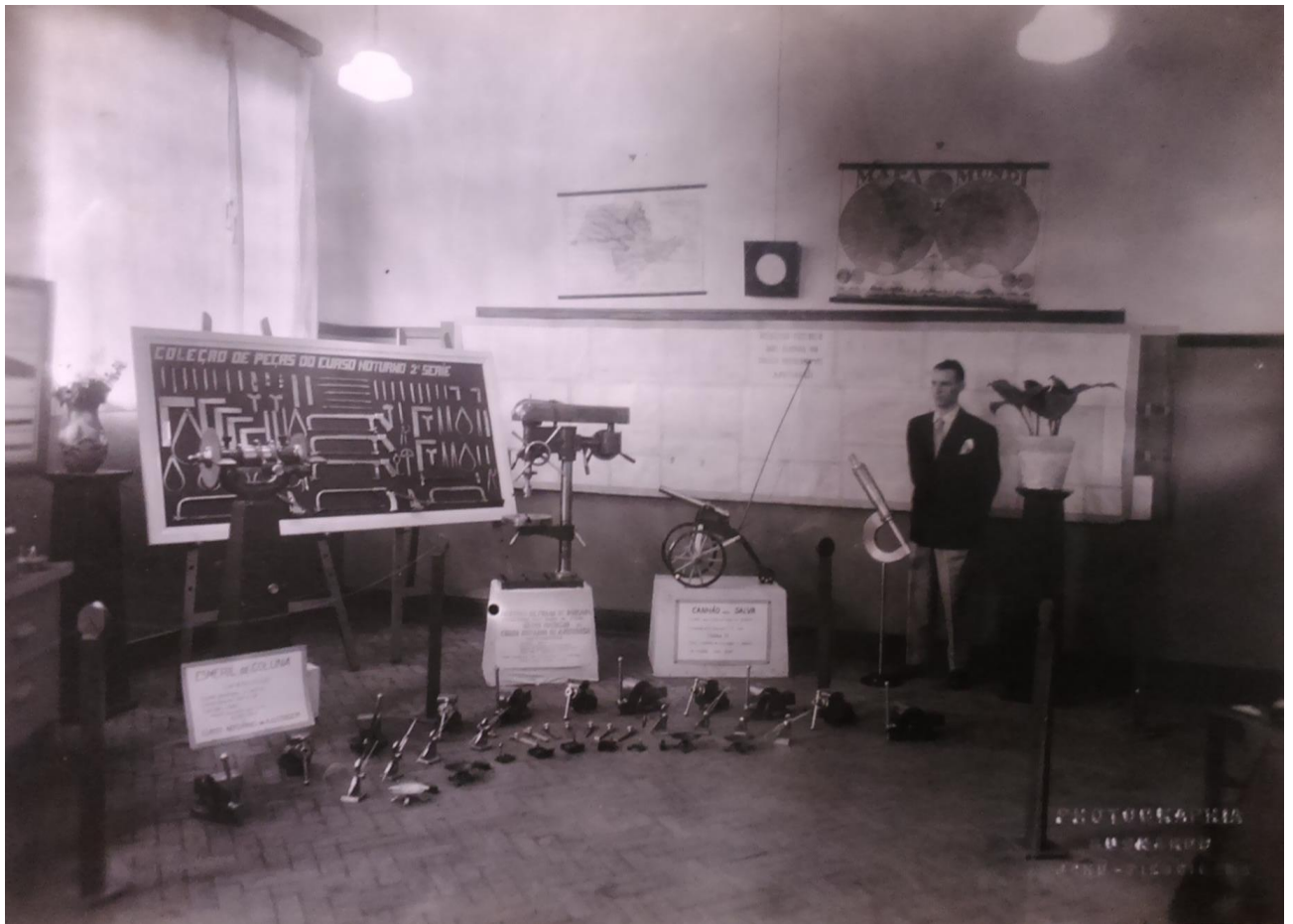






Figura 56: Exposição de objetos produzidos na Escola Industrial na década de 1950
Fonte: Acervo da ETEC Jaú (2016).

Anexo A7 – Desfile cívico de 07 de Setembro de 1953





Figura 57: Desfile cívico de 07 de setembro de 1953.
Fonte: Acervo da ETEC Jaú (2016).

Anexo A8 – Exposição comemorativa do 1º Centenário de Jaú – 27/09/1953



1º Centenário de Jaú
EXPOSIÇÃO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
ESTANDE DA ESCOLA TÉCNICA
"Joaquim Ferreira do Amaral"
27/9/53







Figura 58: Exposição comemorativa do 1º Centenário de Jaú – 27/09/1953.
Fonte: Acervo da ETEC Jaú (2016).

Anexo A9 – Formatura em 1953 - Diplomados do 1º Centenário de Jaú

Figura 59: Formatura em 1953 - Diplomados do 1º Centenário de Jaú.
Fonte: Acervo da ETEC Jaú (2016).

Anexo A10 – Almoço na Escola Industrial – 18/12/1953





Figura 60: Almoço na Escola Industrial – 18/12/1953.

Fonte: Acervo da ETEC Jaú (2016).

ANEXO B – HOMENAGENS A JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL**Anexo B1 – Placa de bronze instalada no “Prédio Velho”**

Figura 61: Placa de bronze instalada em 1951.

Fonte: Acervo do autor (2016).

Anexo B2 – Letra da música ao Centenário do Patrono

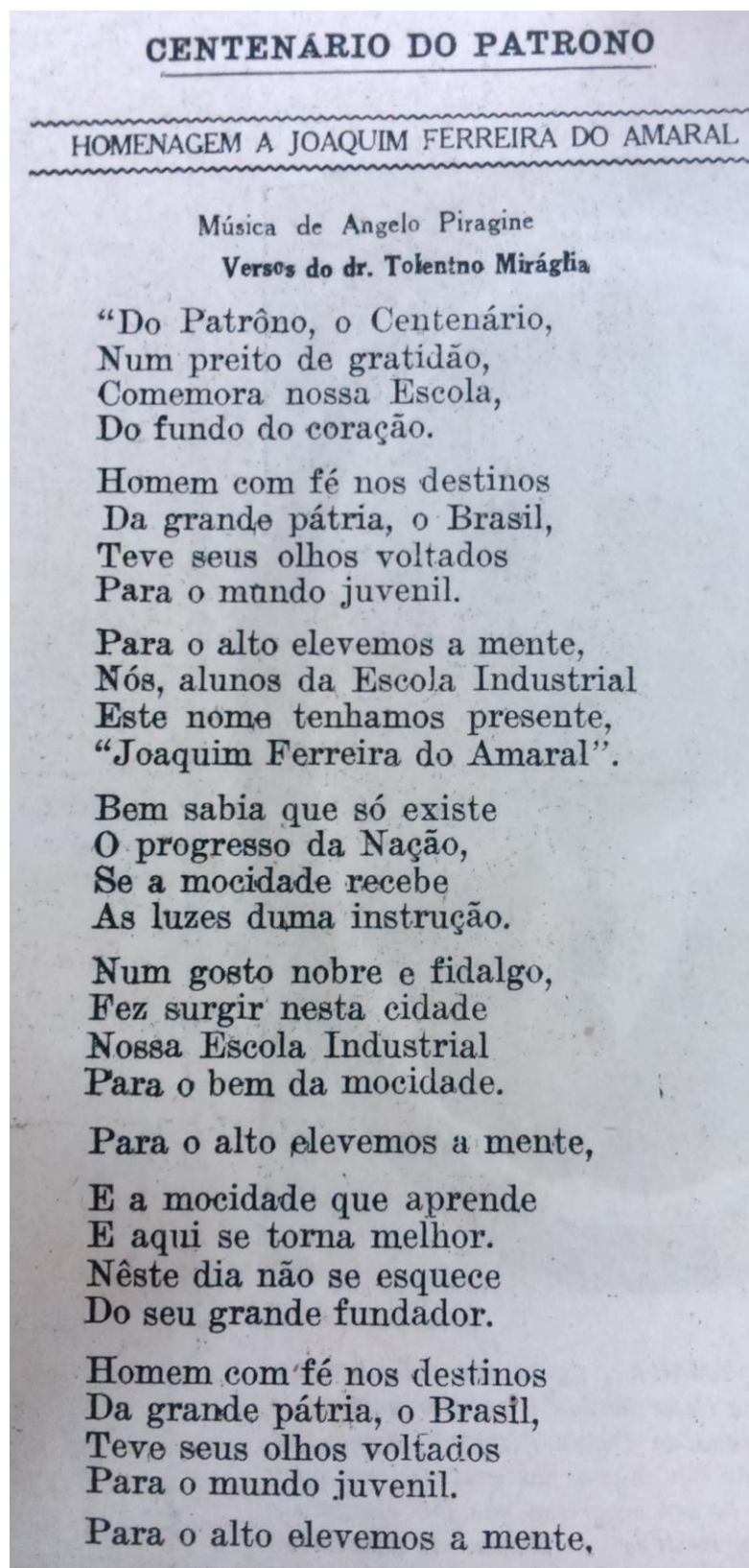


Figura 62: Letra da música em homenagem a Joaquim Ferreira do Amaral.

Fonte: Fernandes (1955, p. 6).

Anexo B3 – Jornais comemorativos do 1º Centenário do Patrono da Escola

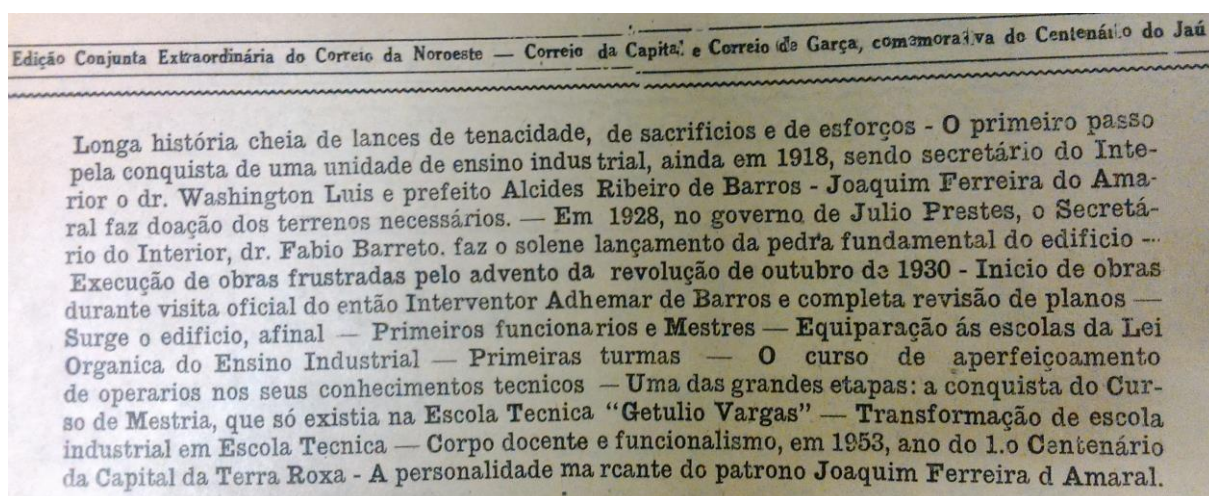


Figura 63: Texto comemorativo do 1º Centenário do Patrono da Escola Industrial de Jaú.

Fonte: Fernandes (1955, p. 4).

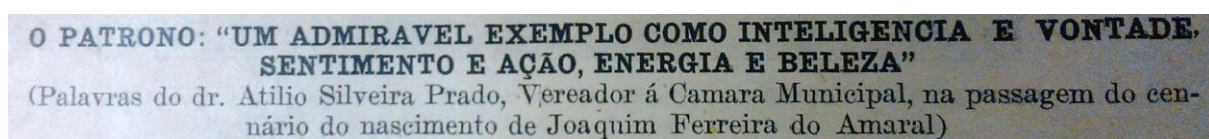


Figura 64: Homenagem ao 1º Centenário do Patrono da Escola Industrial de Jaú.

Fonte: Fernandes (1955, p. 5).

ANEXO C – CARUSO BERTRAMI

Anexo C1 – Registro de Títulos, de 08 de julho de 1942

32
9. liv. 2

Caruso Bertrami

7-42 8-7-42

O Doutor Fernando Costa, Interventor Federal no Estado de São Paulo, contrata, por concurso, nos termos do decreto n.º 6942, de 5 de fevereiro de 1935, o sr. Caruso Bertrami para exercer, a partir de 8 do corrente mês, o cargo de mestre de mecânica da Escola Profissional Secundária Mista "Joaquim Ferreira do Amaral", em Jai.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, em 28 de julho de 1942.

J. Rodrigues Alves Sobrinho
Aluizio Lopes de Oliveira

Verso Por decreto de 28 de julho de 1942. Publicado a 5 de agosto de 1942. Assinatura ilegível do Diretor do Expediente Registrado Secretário da Educação e Saúde Pública, Diretoria de Pessoal, 7 de agosto de 1942. José B. Sant'Anna - Prestou compromisso em 8 de julho de 1942. A. J. Almeida Lúcioz - Exercício em 8 de julho de 1942. A. J. Almeida Lúcioz, diretor da Escola Profissional - Carimbo Superintendência do Ensino Profissional - Secretário Registrado sob n.º 3340, a fl. 91 do livro 2, 19-8-42. R. Andrade - Carimbo Averbe-se - Ago 25 1942 - Diretoria da Geral da Despesa.

Anexo C2 – Registro de Termo de Compromisso, de 08 de julho de 1942

Almeida Queiroz 13

Curso Bertrami – Mestre mecânica.

-7-42

8-7-42.

Aos 8 dias do mês de julho de 1942, em a sala da diretoria da Escola Profissional Secundária Mista "Joaquim Ferreira do Amaral", perante mim, diretor da referida Escola, apresentou-se o sr. Caruso Bertrami, contratado por decreto de 28 de julho de 1942 para exercer o cargo de mestre de mecânica. O sr. Caruso Bertrami prometeu cumprir os deveres do seu cargo e servir fielmente as leis em vigor. Para tudo constar lavrei o presente termo de compromisso que vai assinado por mim e pelo funcionário.

Foi, 8 de julho de 1942.
 a. f. Almeida Queiroz
 diretor
 Caruso Bertrami

Anexo C3 – Caruso Bertrami em 1951

Figura 65: Caruso Bertrami em 1951.
Fonte: Acervo da ETEC Jaú (2016).

Anexo C4 – Entrevista concedida em 21 de novembro de 2016

Fui professor na Escola Industrial quase 35 anos, comecei em 42, no prédio novo. Muitas turmas foram formadas na escola. [**Para dar aula na escola**] eu fiz concurso em São Paulo; fiz um curso de quatro anos em São Paulo e depois trabalhei alguns meses nos Elevadores Atlas. [**Como professor**] apenas quase 35 anos só nessa escola aí, Escola Industrial, uma vida inteira.

Lembro de uma ocasião em que íamos fazer uma exposição lá embaixo²² e o caminhão, o terreno era declive, o caminhão tombou e derrubou a máquina que íamos fazer a exposição, era um torno, torno mecânico, e depois foi aquela correria, quebrou algumas peças do torno, a ponta do barramento do torno bateu na minha testa, abriu um pedacinho, tive que correr na Santa Casa botar um esparadrapo.

Todo ano fazíamos uma exposição, com a Mecânica, Desenhos, Bordados, Marcenaria, Fundição, quase todas as seções concorria para que a exposição tivesse êxito.

Eu sempre morei perto da escola, antes era na casa vizinha, de baixo, porque eu também era músico, tocava na Orquestra Continental, eu viajei uns dez anos com aquela orquestra, e tinha o curso noturno ainda na escola, de forma que ganhei um bom dinheirinho, deu para construir a casa.

Quando eu vim para Jaú, em 42, a escola, o prédio já estava pronto, ainda faltavam várias partes e não tinha máquina nenhuma, de forma que eu entrei no comecinho mesmo, eu e alguns colegas. [**A vinda para Jaú foi para dar aula na escola**] porque eu fiz o concurso em São Paulo e peguei primeiro lugar, eu morava em Tatuí e fui estudar em São Paulo.

O Superintendente [**da Educação Profissional**] estava hospedado no Hotel Ovídio²³, o Professor Rosano Beletti, eu viajei com ele e ele me trouxe aqui [**Jaú**] apresentar para o Diretor e foi aí o comecinho da minha carreira na escola; eu tinha 21 anos²⁴.

Nós fazíamos exposições maravilhosas, o povo todo ia para escola, então tinham três, quatro dias de exposição; a seção de Fundição colocava as pecinhas deles lá, a Mecânica fazia alguma máquina e expunha também, bordados, desenho também.

²² Realizada atendendo solicitações da Prefeitura Municipal de Jahu, no Paço Municipal.

²³ Grande Hotel Ovídio, local que atualmente abriga o Hotel Jahu.

²⁴ Nascido em 1921.

Eu trabalhava com uma turma de quinze a vinte alunos no curso diurno, e a noite tinha outra turma que fazia curso de Ajustagem, havia o Professor Waldomiro de Oliveira²⁵, de forma que quando eu vim para Jaú ele soube que eu era saxofonista, eu tocava sax, clarinete e violino, três instrumentos, e ele me convidou, me levou lá para o ensaio da Orquestra, e aí comecei, fiquei um bom tempo, quase uns dez anos.

Quem dirigia a fanfarra [**da Escola Industrial**] era o Sancinetti²⁶, uma boa fanfarra, eles conseguiram um monte de instrumentos.

Dos professores eu me lembro do Mário Lage, o Professor Waldomiro também trabalhou como ajudante de professor, havia o Menezes²⁷, havia na Marcenaria o Professor Eraldo, das Professoras havia a Dona Nair²⁸, Dona Sofia, havia mais professores, e dos diretores havia o Professor Queiroz²⁹, que veio de um Grupo Escolar de perto, depois havia o Professor Vilela³⁰, depois veio o Professor Benedito Alves Ferreira³¹, ele foi diretor quarenta anos, o Benedito foi também diretor em Jaboticabal, ele fez um ano lá em Jaboticabal, depois veio para cá [**Escola Industrial**]. Era um pessoalzinho bom, colegas bons.

E veio a primeira turma, havia Osmar Vicari³², uma turma pequena, havia uns oito ou dez alunos, eles faziam o curso profissional, de quatro anos, depois de uns oito ou dez anos é que implantaram o curso de Mestria na escola.

Eu formei muitos alunos na escola, um conjunto de mais ou menos 1200 alunos, durante todo o tempo que estive na escola, inclusive o Pedrinho Zafra³³ e o irmão dele, Manoel Zafra³⁴, o Manoel, se não me engano, hoje é diretor de escola.

Houve muitos alunos, muitos professores, mas o que chegou bem longe foi o Osmar Vicari.

²⁵ Antonio Waldomiro de Oliveira, professor da Escola Industrial, era maestro na Orquestra Continental.

²⁶ Romeu Sancinetti.

²⁷ Antonio Ferreira de Menezes.

²⁸ Nair de Oliveira Camargo.

²⁹ Antônio José Almeida Queiroz (Anexo A1).

³⁰ Otacilio Vilela.

³¹ Anexo A2.

³² Aluno formado na Escola Industrial e que se tornou professor na Unidade.

³³ Pedro Zafra Anaya (Anexo F).

³⁴ Manoel Zafra Anaya.

Anexo C5 – Caruso Bertrami em 2016

Figura 66: Caruso Bertrami em 2016.

Fonte: Acervo do autor (2016).

ANEXO D – HONÓRIO SÉRGIO CONTI

Anexo D1 – Capa do prontuário de 1946



Escola Industrial

«Joaquim Ferreira do Amaral» de Jaú

Nome **HONORIO SERGIO CONTE**

N. da matrícula *132.*

Data do nascimento *27 de abril de 1933*

Naturalidade *Jaú*

Filiação *Egydio Conte e d. Antonia Gimenez Conte*

Naturalidade do pai *Italiana*

Profissão do pai *Comerciante*

Residência *Rua Potunduva. 70*

CURSO *Nocturno - ajustagem*


Eliminado em

Conclusão do curso em *31 de dezembro de 1944*

13101955

Anexo D2 – Certidão de nascimento - frente

ESTADO DE SÃO PAULO



Cartório de Paz e Registro Civil
 GUMERCINDO GARCIA FLORET
 OFICIAL MAIOR
 JAU - E. S. Paulo

Distrito de Paz da Cidade, Município e Comarca do Jaú

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Gumercindo da Silva Floret Gumercindo Garcia Floret
ESCRIVÃO DE PAZ E OFICIAL DO REGISTO CIVIL OFICIAL MAIOR

N.º 8334 *Livro 90* *F.º 283*

CERTIFICO que no livro n. *Noventa* _____
 de assentamentos de nascimentos, está registada uma criança do sexo _____
masculino _____, nascida neste distrito do Jaú, no dia _____
vinte e quatro de *abril* _____ de *mil novecentos e trinta* Desta: _____
e tres (1933) _____ às *seis (6)* _____ horas e *oito* C.= 8,00 _____
cinco (5) _____ minutos, em á *rua Amaral Gurgel* B.= 1,00 _____
 _____ n. *cento e trinta quatro* S. 5,00 _____

com o nome de *Honorio Sergio Conti* alt. 24,40 _____
 filho legítimo de *Egydio Conti* _____
 e Dona *Antonia Chimenex Conti* _____
 são avós paternos *Caetano Conti* _____
 e Dona *Rosa Caminho Conti* _____
 avós maternos *Fernando Chimenex* _____
 e Dona *Maroela Chimenex* _____

Registro escriturado no dia *27* de *abril* _____ de 19 *33* _____

Observações : _____

F. R. M. A.
 TABELIAO MONTAGNA
 ROSARIO, 79 - RIO

O referido é verdade e dou fé.


Cartorio de Paz do Distrito do Jaú, *23* de *abril* _____ de 19 *46*.

O Oficial

Gumercindo Garcia Floret

Gumercindo Garcia Floret
Oficial Maior Reg. Civil
 Jaú

Firma no Tabelião **UBALDINO**
 Rua J. Bonifacio, 292 S. Paulo



Anexo D3 – Certidão de nascimento - verso



Anexo D4 – Requerimento de matrícula de 1946

Ilmo. Snr. Diretor da

Escola Industrial "Joaquim Ferreira do Amaral", de Jaú

..... Anorio Sergio Conte, tendo sido aprovado no exame de admissão á 1.ª série do Curso Industrial, vem respeitosamente requerer a V. S. sua matrícula nesse estabelecimento.

P. D.

Jaú, 23 de Abril de 1946.

Anorio Sergio Conte.

Nome do candidato Anorio Sergio Conte.
 FILIAÇÃO { Nome do pai Egislis Conte.
 nome da mãe Antonia Gimenez Conte.
 Natural de Jaú.
 Data do nascimento 27 de Abril de 1933.
 Profissão do pai Comerciante.
 Nacionalidade do pai Italiano.
 Residência Rua Potunduva nº 70.
 É diplomado? sim.
 Por que escola? Grupo Escolar "Major Prado"

DOCUMENTOS EXIGIDOS

1.º) Certidão de idade.

2.º) — Diploma de conclusão de curso primário ou prova de ter recebido educação sistemática pelo espaço de 2 anos.

Art. 31) — Os exames vestibulares poderão ser feitos, a arbitrio do candidato em duas épocas do ano escolar, coincidentes com as épocas dos exames finais.

§ 3.º) — O candidato inhabilitado em exames vestibulares, em 1.ª época, não poderá fazê-lo de novo, em 2.ª, nem o inhabilitado num estabelecimento de ensino poderá repeti-los, na mesma época, em outra.

Anexo D5 – Atestado de aptidão física e psíquica expedido em 1946



DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO ESTADO

 DIRETORIA DO SERVIÇO DO INTERIOR
 N.º 308

CENTRO DE SAÚDE DE JAÚ

Jaú, 22 de abril de 1946

A T E S T A D O

Atésto, para os devidos fins, que HONORIO SERGIO CONTE, de 12 anos de idade, filho de Egidio Conte. foi submetido a inspeção de saúde nesta unidade sanitária, não sofre de moléstia infecto-contagiosa nem repugnante, não possui defeitos físicos ou psíquicos que impossibilitem de exercer as suas funções, e goza atualmente de boa saúde.

O Médico-consultante



Anexo D6 – Atestado de vacinação antivariólica expedido em 1946



SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO ESTADO

Unidade Sanitária: C. S. João

N.º 261

VACINA ANTIVARIÓLICA

Atesto que Maria Sérgio Costa

de 12 anos de idade, natural de João

residente à rua Timoteus n.º 40

filh de Sérgio Costa foi vacinad

contra a variola em 22 de abril de 19 46

12, de abril de 1946

O MÉDICO

[Handwritten Signature]

Anexo D8 – Quadro de notas e faltas – Ajustagem Mecânica, 1ª série, 1947 – frente e verso

Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral
JAÚ

Aluno HONORIO SERGIO CONTI

Matricula N.º 132-Prof. 18A

Secção INDUSTRIA MECÂNICA

Curso NOTURNO - AJUSTAGEM

Série 1ª Ano de 1947

Repetente? sim

Secção MASCULINA

M ou F

QUADRO GERAL DE NOTAS

MÊSES	CULTURA GERAL					CULTURA TÉCNICA				
	Portug.	Matem.	Ciências	Geogr.	Histór.	Classific.	Desenho	Técno.	Oficina	Classific.
Março										
Abril		50						95	70	
Maio		85					60	100	70	
Junho		60					55	85	71,3	
Julho										
Agosto		50					40	100	80	
Setembro		70					60	75	80	
Outubro		80					60	65	80	
Novemb.		80					60	100	80	
Médias		68					56	89	76	74
1.º Exame		40					55	85	71,3	
2.º Exame		35					55	95	60,2	
NOTAS FINAIS		47,6					55,3	89,6	69,1	71,3

MÉDIA ARITMÉTICA

M + 1.º Ex. + 2.º Ex.

3

Resumo das notas globais de

Aprovado

cultura geral:

cultura técnica:

nota final promoção:
(ou conclusão)


QUADRO GERAL DE AULAS, FALTAS E PORCENTAGENS

MÊSES	CULTURA GERAL					CULTURA TÉCNICA			PRÁTICAS EDUCATIVAS					
	Portug.		Matem.		Ciências	Geogr.		Histór.	EDUCAÇÃO					
	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F
Fever.														
Março														
Abril			7	0					3	0	14	0		
Maio			8	0					3	0	5	0	12	1
Junho			7	0					3	0	3	0	13	0
Julho														
Agosto			8	1					4	0	4	1	12	1
Setembro			6	0					3	0	4	0	13	3
Outubro			9	2					4	0	4	0	13	0
Novemb.			8	1					4	1	4	0	11	0
TOTAIS AULAS			53						21	27	88			
TOTAIS FALTAS			4						1	1	5			
Percent. de faltas			8%						5%	4%	6%			

Anexo D9 – Alunos do curso de Ajustagem Mecânica em 1947

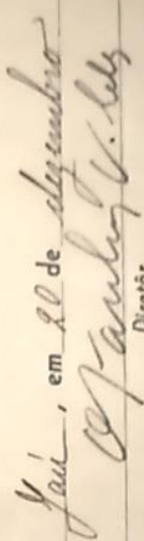
Figura 67: Ajustadores do curso noturno em 1947 – Honório Sérgio Conti na última posição à esquerda.
Fonte: Acervo de Conti (2016).

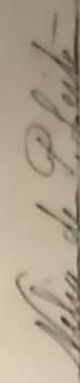
Anexo D10 – Certificado de conclusão expedido em 1947 – frente


 REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

ESCOLA INDUSTRIAL "JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL"
 EQUIPARADA PELO DECRETO N.º 11.305, DE 13 DE JANEIRO DE 1943
 JAÚ == ESTADO DE SÃO PAULO

Eu, Cláudio Filola Diretor da Escola Industrial "Joaquim Ferreira do Amaral" de Jaú,
 declaro que a Honorio Sergio Conti
 nascido em Jaú a 24 de Abril de 1933
 é conferido o **CERTIFICADO** de Artilice em Ajustagem por
 ter concluído o respectivo Curso neste estabelecimento, no ano de 1947, em firmeza do que lhe
 é passado o presente documento, que vai assinado por mim, pelo escrivário e pelo diplomado.

Jaú, em 22 de dezembro de 1947,

 Diretor


 Escrivário

 Diplomado

Anexo D11 – Certificado de conclusão expedido em 1947 – verso

NOTAS OBTIDAS PELO HABILITADO

Média de cultura geral do curso: 67,6

Média de cultura técnica do curso: 71,3

Média final de conclusão do curso: 52,8

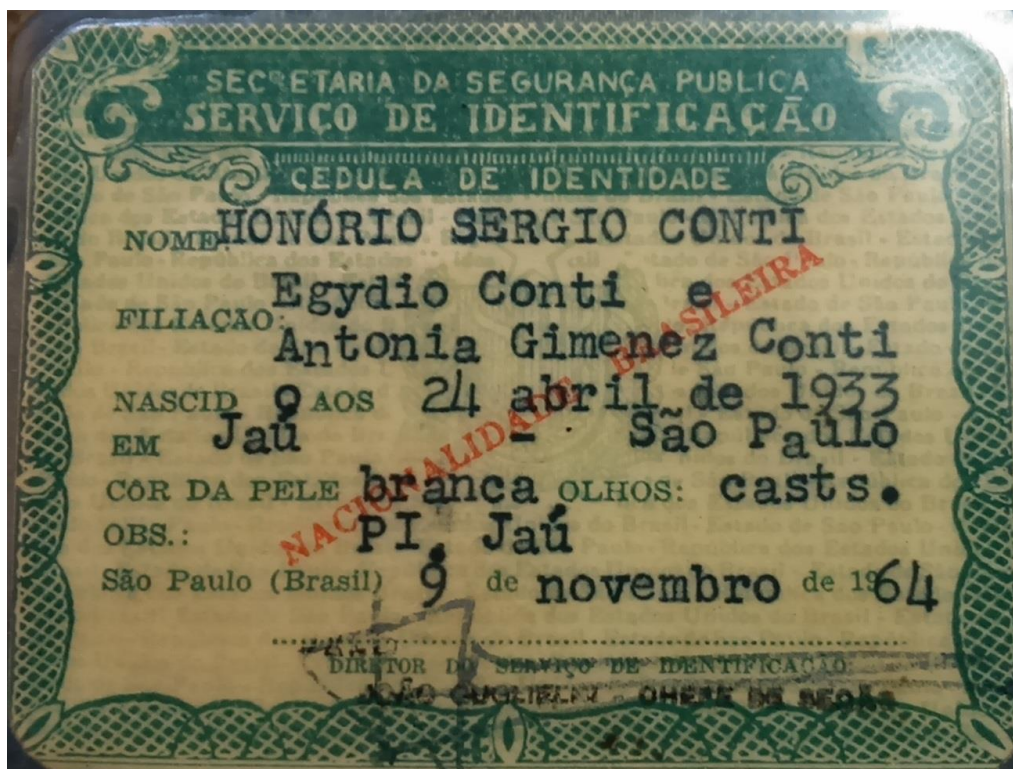
Registrado à fls. 32 v. do livro competente 1

Secretaria da Escola

Jair 21 de dezembro de 1947

O Escrivão Alba de F. Leite

Anexo D12 – Cédula de Identidade expedida em 1964 – frente e verso



Anexo D13 – Entrevista concedida em 02 de novembro de 2016

Eu entrei estudar na Escola Industrial em 1946 e fiquei até 1947 no Curso de Ajustagem.

Naquela época era mais difícil o acesso à Educação, pois não existiam muitas escolas. O meu Primário fiz na Escola Major Prado.

Na Escola Industrial eu entrei com 13 anos e fui estudar lá porque meu pai queria. Antigamente a gente não escolhia, o pai mandava: “você vai estudar lá”, e a gente obedecia, e no fim a gente acabou gostando.

Existiam outras opções na época, como a Academia Horácio Berlinck; eu preferia ir na Academia, mas ele escolheu assim e foi até melhor, porque lá ia se formar para Contador e tinha que pagar; acabei gostando muito da Escola Industrial.

Teve até um caso que eu me lembrei: o professor ficava sempre em cima de mim, porque eu segurava o martelo bem encostado e sobrava aquele pedaço de cabo; ele parou diversas vezes e eu sempre pegava daquele jeito. Ele parou um dia, pegou o martelo, colocou em uma morsa e serrou aquele pedaço para trás; o Waldomiro³⁵ fez isso. Aí eu pensei: “poxa, agora não posso mais ocupar o martelo porque ele serrou o cabo”; ele respondeu: “você não precisava da outra parte, você nunca usou”. Então, foi um caso interessante. Daí ele ficou com dó e me deu um martelo novo; nunca mais, vamos supor, eu peguei o martelo ali, sempre peguei no cabo, aprendi a lição.

Em outra ocasião o professor Waldomiro fez um aparelho, um autofalante, então nesse autofalante ele podia falar e ouvia também. Ele pôs um em cada classe e na diretoria, e conversava, isso era um negócio fora do comum naquela época para nós. Ele falava: “ah vá, isso não é nada, futuramente com um aparelhinho pequeno você vai falar com o mundo”.

O curso que eu fazia era noturno, aí, durante o dia meu pai me colocou para aprender fazer calçado, costura e pesponto, pois Jaú já tinha várias fábricas.

Quanto à construção da escola, eu ainda era muito novo e também não sei por que escolheram Jaú, que eu me lembre não se falava nisso; pode ser que comentou, mas eu não lembro.

³⁵ Antonio Waldomiro de Oliveira.

Eu sou nascido aqui em Jaú e meu pai era italiano e minha mãe espanhola e se encontraram e se casaram aqui em Jaú; ele era administrador de fazenda. Eles tinham 6 ou 7 anos quando vieram para o Brasil com a família para trabalharem na lavoura de café, para substituir os escravos. Eu não sei se meu pai trabalhou para a família do Joaquim Ferreira do Amaral, pois ele trabalhou em diversas fazendas, mas nunca falou disso.

Depois que eu terminei o curso na Escola Industrial não estudei mais, aí foi só trabalhar, sempre com calçado, em fábricas, com pesponto. Diretamente o meu curso não me ajudou profissionalmente, porque ele estava ligado à montagem da máquina. Eu falei para o meu pai: “Pôs na escola, ao invés de me pôr em uma oficina mecânica, me pôs aprender calçado...”; fez coisa errada, e a gente obedecia. Hoje se tem mais liberdade, se chega num acordo, mas naquele tempo não, era lei.

A vida inteira trabalhei ligado com calçado; tivemos fábrica, mas não deu certo, aí voltei trabalhar em banca de calçado. Fiquei pouco tempo com a fábrica, era sociedade.

Agora estou aposentado, estou com 83 anos. Trabalhei até os 60 anos, mais ou menos, e parei por problema na coluna, e depois que operei fiquei bom, mas já tinha me aposentado.

Voltando na época da escola, os professores eram muito bons, tanto o Waldomiro que era nosso professor, como o Caruso³⁶, que era torneiro mecânico.

Meu irmão também estava lá na Industrial, de torneiro mecânico. Estudou eu, meu irmão, como torneiro mecânico, e minhas duas irmãs, que fizeram Corte e Costura. Naquela época os homens procuravam cursos de mecânica e marcenaria, e as mulheres corte e costura. Eles já sabiam o que queriam. Nos outros ambientes da escola homens e mulheres conviviam juntos, não era nada separado; na Escola Major Prado era separado, separado não, era em horário separado; vamos supor, não me lembro direito, mas os meninos eram de manhã e as meninas depois do almoço... eu não acho certo.

Quanto à separação de escola entre ricos e pobres eu percebia, até hoje tem, mas antes era mais. Não me lembro de filhos de ricos estudarem na Industrial, era mais na Academia³⁷, entravam para trabalhar, ser o contador do negócio da família.

Eu me encaixaria na classe média, porque meu pai tinha bar, teve lenhadora, uma chácara, era razoável. Os mais pobres não iam para a escola, apesar de lá [**Industrial**] não pagava nada.

³⁶ Caruso Bertrami (Anexo C).

³⁷ Colégio Academia Horácio Berlinck.

Na época eu morava perto da [Rua] Amaral Gurgel, considerado Centro, perto da própria escola. Dava para perceber a diferença entre Centro e bairros. Eu não fazia nada nos bairros, era tudo no Centro. Tinha a separação entre as pessoas; tinha o Jardim de Cima e o Jardim de Baixo. No Jardim de Cima, os pobres ficavam dando volta na parte de dentro por um lado e as moças pelo outro lado, os pretos ficavam andando por fora e os ricos ficavam em frente ao Turin Hotel³⁸; havia separações mesmo. Todo final de semana ficavam virando, vendo se encontravam uma namorada, isso aconteceu até os meus 18 anos.

Para entrar estudar na Escola não lembro se fiz prova para entrar, sei que matriculamos e começamos estudar, foi como falei, o pai queria e foi lá. Acho que não tinha prova. Eu não lembro de ter feito não, para mim, matriculou e começou, eu acho que foi assim.

Eu estudava a noite, tinha Português, Matemática, as disciplinas básicas e depois as de mecânica, ajustagem. Eu aprendi bem o trabalho de mexer com máquina, podia ter continuado, mas meu pai não deixou; se eu tivesse continuado talvez tinha me dado bem, porque eu me dava bem. Depois que saí da escola fiz estágio no Ciola, na [Rua] Amaral Gurgel, montei máquina, essas de escarnir que usa nas fábricas de calçado.

Muita gente que estudava lá arrumava emprego. Por exemplo: muitos arrumavam emprego fora, como Campinas, Jundiaí, eles vinham [as empresas] e pegavam alunos da Industrial. Fábricas de carros de São Paulo vinham sempre.

A escola era muito boa, mas depois que saí não quis voltar para fazer nenhum outro curso, nem de Mestria, porque já estava entrosado com o calçado, eu acompanhei o desenvolvimento dessa indústria na cidade, o que tinha mais aqui era fábrica de calçado, já nessa época, por isso quando se formava ia para fora e se ficasse a opção era calçado; até hoje.

³⁸ Rua Lourenço Prado, defronte à Praça da Matriz, conhecida como Jardim de Cima.

Anexo D14 – Honório Sérgio Conti em 2016**Figura 68:** Honório Sérgio Conti em 2016.**Fonte:** Acervo do autor (2016).

ANEXO E – MARIA THEREZA PASQUALOTTI

Anexo E1 – Capa do prontuário de 1948



Escola Industrial

«Joaquim Ferreira do Amaral» de Jaú

Nome MARIA TEREZA PASQUALOTTI N. da matrícula 220.-

Data do nascimento 30 de dezembro de 1935

Naturalidade Jaú

Filiação Angelo Pasqualotti e d. Elvira Cotta

Naturalidade do pai italiana

Profissão do pai lavrador

Residência rua Lourenço Prado, 133.

CURSO CORTE E COSTURA

Eliminad em

Conclusão do curso em

Anexo E2 – Certidão de nascimento

ESTADO DE SÃO PAULO



Distrito da Cidade, Município e Comarca do Jaú

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Gumercindo da Silva Floret
TITULAR

Gumercindo Garcia Floret
OFICIAL SUCESSOR

João Pereira Lima
OFICIAL MAIOR

Nº 13.499

Livro 95

Fls. 107

CERTIFICO que no livro n. *noventa e cinco* de assentamentos de nascimentos, está registada uma criança do sexo *feminino*, nascida neste distrito do Jaú, no dia *trinta* (30) - de *Dezembro* de *mil novecentos e trinta e cinco* (1935) - às *doze* horas e *doze* minutos, em á *rua Lourenço Prado* n. *133*

com o nome de *Maria Thereza Pasqualotti* filha de *Angelo Pasqualotti* e Dona *Elvira Cotta* são avós paternos *Jose Pasqualotti* e Dona *Luizina Santi* avós maternos *Therazius Cotta* e Dona *Emma Cotti*

Registo escriturado no dia *13* de *Janeiro* de 19*36*

Observações:

O referido é verdade e dou fé.

Jaú, 27 de *Fevereiro* de 19*48*

O Oficial maior

João Pereira Lima



RECONHECER NO TABELIONATO **VEIGA** Rua S. Bento, 41 - S. Paulo

Firma no Tab. GIUDICE Rio - Rosario, 145 (Adv. Fonseca Hermes)

Dest.: C. B. S. - Cr. S. 2380

Anexo E3 – Exame de admissão emitido em 1948

Maria Thereza Pasqualotti Cópia
Nome do Aluno
 30/12/1935
Data do Nascimento

Jai
Cidade

São Paulo
Estado

Angelo Pasqualotti
Nome do pai

Elvira Cotta
Nome da Mãe

Exame de Admissão

G.I.E. ↑ Joaquim Ferreira de Amaral ↑
Estabelecimento que expediu o certificado

Jai
Cidade

S. Paulo
Estado

RESULTADOS

Português	80,0	Matemática	92,5
Geografia	-	História	-
Média Geral	86,2	Data	20/02/1948

Anexo E4 – Requerimento de matrícula de 1948

Ilmo. Snr. Diretor da

Escola Industrial "Joaquim Ferreira do Amaral", de Jaú

Marina Leiza Pasqualotti, tendo sido aprovada no exame de admissão à 1.ª série do Curso Industrial, vem respeitosamente requerer a V. S. sua matrícula nesse estabelecimento.

P. D.

Jaú, 25 de Fevereiro de 1948

Nome da candidata *Marina Leiza Pasqualotti*
 FILIAÇÃO { Nome do pai *Angelo Pasqualotti*
 nome da mãe *Elvira Costa*
 Natural de *Jaú*
 Data do nascimento *25 de Dezembro* de 19*35*
 Profissão do pai *lavrador*
 Nacionalidade do pai *italiano*
 Residência *Rua Laureano Prado 133*
 É diplomada? *sim*
 Por que escola? *J. B. Major Pincho*

DOCUMENTOS EXIGIDOS

1.º) Certidão de idade.

2.º) — Diploma de conclusão de curso primário ou prova de ter recebido educação sistemática pelo espaço de 2 anos.

Art. 31) — Os exames vestibulares poderão ser feitos, a arbítrio do candidato em duas épocas do ano escolar, coincidentes com as épocas dos exames finais.

§ 3.º) — O candidato inhabilitado em exames vestibulares, em 1.ª época, não poderá fazê-lo de novo, em 2.ª, nem o inhabilitado num estabelecimento de ensino poderá repeti-los, na mesma época, em outra.

Cultrizo: Angelo Pasqualotti.

Anexo E5 – Cartão de notas – Ciclo Básico

Observações:

Dobre aqui

1.º CICLO

	Português	Matemát.	História	Geografia	Ciências	Inglês	Desenho	Tecnologia E-M-C	Oficina O-S-P	Ed. Artística	Art. Ind. Ec. Domést.	Prat. Prof. Ec. Domést.	Educ. Musical	Educ. Física	Nota Global
5.a Série	83,2	59,8	-	71,1	71,1	-	82,5	-	65,9	-	-	95%	100%	98%	Apr.
G.I.E. J. J. do Amaral - Jai															
Nome do Estabelecimento															
Benedicto A. Ferreira															
Diretor															
1948															
ano															
6.a Série	62,9	55,2	-	69,3	61,2	-	66,9	76,7	72,8	-	-	100%	100%	100%	Apr.
G.I.E. J. J. do Amaral - Jai															
Nome do Estabelecimento															
Benedicto A. Ferreira															
1949															
ano															
7.a Série	64,0	46,0	54,0	-	73,0	-	72,0	56,0	69,0	-	-	99%	100%	100%	Apr.
G.I.E. J. J. do Amaral - Jai															
Nome do Estabelecimento															
Benedicto A. Ferreira															
1950															
ano															
8.a Série	66,0	45,0	57,0	-	69,0	-	71,0	50,0	50,0	-	-	99%	97%	97%	Apr.
G.I.E. J. J. do Amaral - Jai															
Nome do Estabelecimento															
Benedicto A. Ferreira															
1951															
ano															

Diretor

Escriturário

Anexo E6 – Quadro de notas e faltas – Corte e Costura, 1ª série, 1948 – frente e verso

Escola Industrial de Jaboatão

Aluno: MARIA TEREZA PASQUALOTTI Residência: LOURENÇO PRADO, 133 Matrícula N.: 21
 Secção: ARTES INDUSTRIAIS Curso: CORTE E COSTURA
 Série: 1ª Ano de 1948 Repetente: não Secção: FEMININA M ou F

QUADRO GERAL DE NOTAS

Mês	CULTURA GERAL						CULTURA TÉCNICA			
	Português	Matemática	Ciências	Geografia	História	Classificação	Desenho	Tecnologia	Oficina	Classificação
Março	95	70	80	70			80	65	65	
Abril	65	90	90	90			75	80	60	
Maio	90	80	70	70			100	70	75	
Junho	55	70	60	60	30		85	80	65	
Agosto	95	50	85	75	65	40	55	55	80	
Setembro	80	45	85	60	65	65	85	45	40	
Outubro	90	45	80	60	70	70	90	60	80	
Novemb.	95	45	85	70	75	65	90	75	80	
Médias	83,1	69,4	79,4	69,4			82,5	70,0	71,9	
1.º Exame	55	65	40	60			90	60	65	
Méd. Cond.	69,05	67,2	59,7	64,7		65,16	86,25	65	66,15	72,56
2.º Exame	95	55	70	90	68		75		65	
Ex. Oral	100	50	95	65						
Méd. Final										
Nota Final	83,2	59,8	71,1	71,1		71,2	82,5		65,9	74,2

Nota final de { Cultura geral: 71,2
 Cultura técnica: 74,2

Nota final de { Promoção: 72,7
 Conclusão: 72,7

OBSERVAÇÃO:
 A média condicional = Média de aprov.º + 1.º Exame + 2.º Exame + A média final
 A média final = A nota do 2.º exame + A nota do 1.º Exame + A média final
 A nota final = A média de aprov.º + A nota do 1.º Exame + A média de
 Média do 2.º exame prático de oficina. A Nota final de oficina = A média de
 aprov.º + A nota do 1.º Exame + A nota do Exame Final + 3

Quadro geral de aulas, faltas e porcentagens

MÊSES	CULTURA GERAL						CULT. TÉCNICA						PRÁTICAS EDUCATIVAS											
	Português		Matem.		Ciências		Geog.		História		Desenho		Técnol.		Oficina		Ed. Física		Canto		Ed. Domést.			
	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F		
Março	14	0	11	0	8	0	8	0			22	0	2	0	21	0	4	0						
Abril	9	0	13	0	7	0	8	0			22	0	4	0	21	0	13	0						
Maio	9	0	10	0	8	0	8	2			24	0	4	0	19	0	13	0				6	0	
Junho	18	0	12	0	6	0	9	0			12	0	4	0	21	0	13	0				4	2	
Agosto	14	0	10	0	7	0	9	0			21	0	4	0	22	0	12	2	8	0	8	0		
Setembro	16	0	12	0	7	0	7	0			21	0	5	0	21	0	13	0	9	0	6	0		
Outubro	14	0	12	0	7	0	9	0			21	0	4	0	19	0	14	0	8	0	8	0		
Novemb.	15	0	12	0	7	0	8	0			18	0	4	0	19	0	12	0	8	0	6	0		
TOTAIS A e F	103	0	92	0	57	0	66	2			161	0	31	0	163	0	97	2	33	0	38	2		
PERCENT. DE FALTAS		0		0		0		3,0				0		0		0		2,0		0		5,2		

98,1 100 94,8

Anexo E7 – Quadro de notas e faltas – Corte e Costura, 2ª série, 1949 – frente e verso

Escola Industrial de Jaú

Aluno MARIA THERESA PASQUALOTTI Residência LOURENÇO PRADO, 133. Matrícula N. 220 - Ref. 200c.Secção ARTES INDUSTRIAIS Curso CORTE E COSTURASérie 2ª Ano de 194 9 Repetente NÃO Secção FEMININA

M ou F

QUADRO GERAL DE NOTAS

Mês	CULTURA GERAL					CULTURA TÉCNICA				
	Português	Matemática	Ciências	Geografia	História	Classificação	Desenho	Tecnologia	Oficina	Classificação
Março	85	65	45	80			55	85	60	
Abril	50	70	75	75			45	65	80	
Mai	60	30	75	80			65	55	75	
Junho	90	50	55	70			65	70	75	
Agosto	65	40	65	80			60	35	65	
Setembro	80	100	75	80			80	70	70	
Outubro	45	95	90	80			60	40	70	
Novemb.	75	95	90	80			60	40	70	
Médias	71,2	68,1	71,2	78,1			61,2	54,5	70,6	
1.º Exame	60	45	55	60			75	85	75	
Méd. Cond.	65,60	56,55	63,10	69,05		63,54	68,10	71,25	72,80	40,41
2.º Exame	75	65	65	70			70	75	72,4	
Ex. Oral	70	40	50	70			45	100		
Méd. Final	67,5	52,5	57,5	70			64,4	84,5		
Nota Final	62,9	55,2	61,2	69,3		62,1	66,9	76,4	72,8	72,1

Nota final de { Cultura geral 62,1
Cultura técnica 72,1Nota final de { Promoção 67,1
Conclusão 72,1

OBSERVAÇÃO:

1 - Média de aproveit.º = Média de aproveit.º
 2 - Média final = Média final
 3 - Média final = Média final
 4 - Média final = Média final
 5 - Média final = Média final
 6 - Média final = Média final
 7 - Média final = Média final
 8 - Média final = Média final
 9 - Média final = Média final
 10 - Média final = Média final
 11 - Média final = Média final
 12 - Média final = Média final
 13 - Média final = Média final
 14 - Média final = Média final
 15 - Média final = Média final
 16 - Média final = Média final
 17 - Média final = Média final
 18 - Média final = Média final
 19 - Média final = Média final
 20 - Média final = Média final
 21 - Média final = Média final
 22 - Média final = Média final
 23 - Média final = Média final
 24 - Média final = Média final
 25 - Média final = Média final
 26 - Média final = Média final
 27 - Média final = Média final
 28 - Média final = Média final
 29 - Média final = Média final
 30 - Média final = Média final
 31 - Média final = Média final
 32 - Média final = Média final
 33 - Média final = Média final
 34 - Média final = Média final
 35 - Média final = Média final
 36 - Média final = Média final
 37 - Média final = Média final
 38 - Média final = Média final
 39 - Média final = Média final
 40 - Média final = Média final
 41 - Média final = Média final
 42 - Média final = Média final
 43 - Média final = Média final
 44 - Média final = Média final
 45 - Média final = Média final
 46 - Média final = Média final
 47 - Média final = Média final
 48 - Média final = Média final
 49 - Média final = Média final
 50 - Média final = Média final
 51 - Média final = Média final
 52 - Média final = Média final
 53 - Média final = Média final
 54 - Média final = Média final
 55 - Média final = Média final
 56 - Média final = Média final
 57 - Média final = Média final
 58 - Média final = Média final
 59 - Média final = Média final
 60 - Média final = Média final
 61 - Média final = Média final
 62 - Média final = Média final
 63 - Média final = Média final
 64 - Média final = Média final
 65 - Média final = Média final
 66 - Média final = Média final
 67 - Média final = Média final
 68 - Média final = Média final
 69 - Média final = Média final
 70 - Média final = Média final
 71 - Média final = Média final
 72 - Média final = Média final
 73 - Média final = Média final
 74 - Média final = Média final
 75 - Média final = Média final
 76 - Média final = Média final
 77 - Média final = Média final
 78 - Média final = Média final
 79 - Média final = Média final
 80 - Média final = Média final
 81 - Média final = Média final
 82 - Média final = Média final
 83 - Média final = Média final
 84 - Média final = Média final
 85 - Média final = Média final
 86 - Média final = Média final
 87 - Média final = Média final
 88 - Média final = Média final
 89 - Média final = Média final
 90 - Média final = Média final
 91 - Média final = Média final
 92 - Média final = Média final
 93 - Média final = Média final
 94 - Média final = Média final
 95 - Média final = Média final
 96 - Média final = Média final
 97 - Média final = Média final
 98 - Média final = Média final
 99 - Média final = Média final
 100 - Média final = Média final

Quadro geral de aulas, faltas e porcentagens

MÊSES	CULTURA GERAL										CULT. TÉCNICA						PRATICAS EDUCATIVAS							
	Português		Matem.		Ciências		Geog.		História		Desenho		Técno.		Oficina		Ed. Física		Cento		Ed. Domést.			
	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F		
Março	4	0	12	0	8	0	9	0	-	-	26	0	3	0	22	0	13	0	4	0	4	0		
Abril	12	0	12	0	8	0	8	0			22	0	4	0	19	0	13	0	8	0	9	0		
Mai	12	0	10	0	9	0	8	0			26	0	4	0	21	0	12	0	9	0	6	0		
Junho	6	0	13	0	8	0	9	0			28	0	2	0	20	0	7	0	3	0	5	0		
Agosto	11	0	13	0	9	0	9	0			26	0	4	0	23	0			8	0	6	0		
Setembro	11	0	13	0	9	0	8	0			26	0	5	0	21	1			8	0	8	0		
Outubro	14	0	13	0	8	0	8	0			26	0	4	0	21	0			9	0	8	0		
Novemb.	13	0	5	0	7	0	8	0			14	0	4	0	21	0			9	0	2	0		
TOTAIS A e F	86	0	89	0	66	0	67	0			194	0	30	0	169	1			45	0	58	0	51	0
PERCENT. DE FALTAS		0		0		0		0				0		0	0,5					0		0	0	

Anexo E8 – Quadro de notas e faltas – Corte e Costura, 3ª série, 1950 – frente e verso

ESCOLA INDUSTRIAL «JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL», DE JAÚ

ALUNO MARIA TEREZA PASQUALOTTI RESIDENCIA R. Lourenço Prado, 133 MATRÍCULA N. 220 - Ref. 16Cc.SEÇÃO ARTES INDUSTRIAIS CURSO CORTE E COSTURASÉRIE 3ª ANO DE 1950 REPETENTE não SEÇÃO FEMININA
M ou F

QUADRO GERAL DE NOTAS

Mês	CULTURA GERAL					CULT. TÉCNICA			Práticas Educativas		
	Português	Matem.	Ciências	Geog.	História	Desenho	Tecnologia	Oficina	Ed. Física	Canto	Ed. Domést.
Março	50	55	65		70	80	60	55		40	40
Abril	65	95	65		75	70	75	65		50	60
Maio	45	45	95		50	80	90	40		60	20
Junho	60	55	75		45	85	90	55		70	65
Agosto	50	20	90		55	70	60	50		50	60
Setembro	45	40	55		55	70	55	55		60	80
Outubro	45	40	90		55	75	60	75		70	70
Novemb.	55	55	90		70	65	65	75		70	80
Médias	59,4	54,4	78,1		59,4	74,4	69,4	68	62	59	59,4
1.º Exame	60	55	75		45	85	50	55		70	65
Méd. Cond.	58,1	47,4	71		55	80	56,4	67,3		73	68,1
2.º Exame	55	15	60		60	40	50	45		90	81
Ex. Oral	80	60	80		50	50	55	84,9		70	70
Méd. Final	64	46	73		54	72	56	69		72	69
Nota Final											

NOTA FINAL DE { Cultura Geral 59,2
Cultura técnica 65,5NOTA FINAL DE { Promoção 62,4
Conclusão —

QUADRO GERAL DE AULAS, FALTAS E PORCENTAGENS

Mês	CULTURA GERAL										CULT. TÉCNICA						Práticas Educativas							
	Português		Matem.		Ciências		Geog.		História		Desenho		Tecnologia		Oficina		Ed. Física		Canto		Ed. Domést.			
	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F		
Março	11	0	13	0	9	0			9	0	25	0	9	0	23	0			5	0	9	0		
Abril	11	-	10	1	6	-			8	-	22	-	8	-	20	-			4	-	7	-		
Maio	12	0	12	0	8	0			8	0	22	0	9	0	22	0			5	0	8	0		
Junho	13	0	13	0	7	0			9	0	24	0	9	0	22	0			4	0	8	0		
Agosto	13	0	13	0	9	0			8	0	26	0	9	0	23	0			5	0	7	0		
Setembro	13	3	13	3	7	1			9	0	24	0	9	0	20	0			4	0	6	1		
Outubro	13	0	13	-	10	-			9	-	24	-	8	-	22	-	9	0	3	-	8	-		
Novemb.	12	0	11	-	9	0			8	0	24	0	4	0	21	0	3	0	5	0	8	0		
TOTAIS A e F	98	3	98	4	65	1			68	0	191	0	65	0	143	0	13	0	35	0	61	1		
PORCENT. DE FALTAS		3,0		4,0		1,5				0		0		0		0				0		1,6		

MÉDIAS

CULTURA GERAL

M. Aproveit.

1.º exame :

2.º exame :

÷ 3 = M. Condicional

CULTURA TÉCNICA

M. Aproveit.

1.º exame :

2.º exame :

Exame Final

÷ 3 = M. Final

Anexo E9 – Quadro de notas e faltas – Corte e Costura, 4ª série, 1951 – frente e verso

ESCOLA INDUSTRIAL «JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL», DE JAÚ

ALUNO MARIA T. PASQUALOTTI RESIDENCIA _____ MATRÍCULA N. 220 Ref. 110c
 SEÇÃO ARTES INDUSTRIAIS CURSO CORTE E COSTURA
 SÉRIE 4ª ANO DE 1951 REPETENTE não SEÇÃO FEMININA
 M ou F

QUADRO GERAL DE NOTAS

Mês	CULTURA GERAL					CULT. TÉCNICA			Práticas Educativas		
	Português	Matem.	Ciências	Geog.	História	Desenho	Tecnologia	Oficina	Ed. Física	Canto	Ed. Domést.
Março	50	50	50		40	65	40	60	40	50	45
Abril	35	25	45		30	90	40	40	60	60	65
Maio	40	30	40		55	55	40	45	85	40	60
Junho	45	35	55		65	40	50	45	85	80	60
Agosto	45	40	65		40	60	50	45	95	40	55
Setembro	65	55	90		40	65	30	50	95	60	90
Outubro	40	20	45		50	40	50	50	95	40	95
Novemb.	40	20	45		50	40	50	50	95	40	95
Médias	60	34	69		54	68	48	63	85	63	74
1.º Exame	80	35	55		65	55	60	40		80	50
Méd. Cond.	62	30	71		60	74	49	56		68	56
2.º Exame	45	20	90		60	100	40	35		60	45
Ex. Oral	40	60	60		50	60	50	30		80	100
Nota Final	66	45	69		54	71	50	50		71	78

NOTA FINAL DE { Cultura Geral 59
Cultura técnica 54 } NOTA FINAL DE { Promoção 58
Conclusão _____ }

QUADRO GERAL DE AULAS, FALTAS E PORCENTAGENS

Mês	CULTURA GERAL										CULT. TÉCNICA						Práticas Educativas					
	Português		Matem.		Ciências		Geog.		História		Desenho		Tecnologia		Oficina		Ed. Física		Canto		Ed. Domést.	
	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F
Março	12	1	9	0	8	0			9	0	26	0	4	0	20	1	6	1	4	0	8	0
Abril	13	1	13	0	8	0			8	1	24	0	8	0	21	0	12	1	4	0	9	0
Maio	13	-	13	-	9	-			9	-	22	2	6	-	22	1	12	-	4	-	4	-
Junho	13	-	10	-	8	-			8	-	26	-	5	-	21	-	4	-	5	-	8	-
Agosto	14	-	10	-	8	-			9	-	26	-	9	-	23	-	10	-	5	1	5	-
Setembro	12	1	11	1	4	1			8	1	26	6	8	-	19	2	11	-	3	-	5	-
Outubro	14	-	13	-	9	-			9	-	26	4	4	-	22	-	8	-	4	-	29	1
Novemb.	13	2	11	-	4	-			8	1	22	-	8	1	21	1	-	-	4	-	13	-
TOTAL A e F	104	3	90	1	64	1			66	3	198	12	58	1	169	5	63	2	23	1	75	1
PORCENT. DE FALTAS	-	-	-	-	-	-			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

MÉDIAS

CULTURA GERAL						CULTURA TÉCNICA					
M. Aproveit.	M. Aproveit.	M. Aproveit.						
1.º exame:	1.º exame:	1.º exame:						
2.º exame:	2.º exame:	Exame Final						
÷ 3 = M. Condicional	Exame Oral ÷ 4 = M. Final	÷ 3 = M. Final						

96,9 97,0 98,7

Anexo E10 – Quadro de notas e faltas – Mestria, 1ª série, 1953 – frente e verso

REF. CC

ESCOLA TÉCNICA «JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL» DE JAÚ

Aluno Maria Tereza Pasqualotti Residência Matricula N. 310
 Secção Feminina Curso Corte e Costura
 Série 1ª Ano de 1953 Repetente Não

CURSO DE MESTRIA
QUADRO GERAL DE NOTAS

MÊSES	CULTURA GERAL		CULTURA TÉCNICA										PRÁTICAS EDUCATIVAS		
	Português	Matemática	Contabilidade Industrial	Desenho Técnico	Organização do Trabalho	Higiene Industrial	OFICINA					Tecnologia	Canto	Educação Física	Ed. Comest.
							Corte	Costura	Cost. Res. Técnico	Plastina	Cost. Industrial				
Março	60	30	60	65	40	60	70	-	-	50	-	45	70	-	40
Abril	60	40	90	70	55	80	80	80	-	65	-	45	60	-	65
Maio	50	80	65	50	90	60	75	-	85	35	-	65	70	-	60
Junho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agosto	75	80	55	80	70	0	75	85	-	40	70	85	-	-	55
Setembro	55	70	70	80	75	30	50	-	85	60	-	100	-	-	65
Outubro	10	20	75	70	75	60	75	-	-	25	90	90	-	-	85
Novembro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MÉDIAS	50	48	69	69	69	48	71	83	85	46	80	72	-	-	62
1.º Exame	55	40	40	70	65	45	68	71	86	60	67	75	-	-	35
2.º Exame	90	75	65	55	60	85	70	68	62	75	57	95	-	-	50
Média Condicional															
Exame Final	45	10	60	-	60	50	-	-	-	65	-	65	-	-	35
Nota Final	60	43	59	65	64	57	70	74	78	62	68	77	-	-	46

NOTA FINAL: CULTURA GERAL 58
 CULTURA TÉCNICA 67
 PRAT. EDUCAT. 40

Média Final de Conclusão 60

QUADRO GERAL DE FALTAS, E PORCENTAGENS

MÊSES	CULTURA GERAL		CULTURA TÉCNICA										PRÁT. EDUCATIVAS												
	Português		Matemática		Contabilidade Industrial		Desenho Técnico		Organização do Trabalho		Higiene Industrial		H.I.N.D.	Educação Sonoro-tátil		Tecnologia		Oficina		Canto		Educação Física			
	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F		A	F	A	F	A	F	A	F	A	F		
Março	3	0	3	0	2	0	8	2	2	0	3	0	2	0	2	0	8	0	1	0	3	0			
Abril	6	0	7	0	9	0	18	0	5	0	4	0	3	0	3	1	3	0	2	1	0	3	1	7	2
Maio	7	0	7	0	8	0	18	0	4	0	4	2	4	0	3	1	4	0	2	0	4	0	7	0	
Junho	8	0	7	0	9	0	18	0	4	0	4	4	3	0	5	0	4	0	2	0	4	1	6	3	
Agosto	8	0	9	0	9	0	10	0	4	0	4	0	3	0	4	0	4	0	2	1	0	3	0	8	0
Setembro	9	0	6	0	7	0	16	0	4	0	3	0	5	0	4	0	3	0	2	1	0	2	0	9	0
Outubro	7	0	7	0	9	0	18	0	5	0	2	1	4	0	4	0	4	0	2	2	0	4	0	7	1
Novembro	8	0	9	0	8	0	16	0	4	0	4	0	2	0	2	0	5	0	2	2	0	4	0	7	0
Totais A F	56	0	54	0	61	0	122	2	32	0	28	4	29	1	28	2	29	0	185	0	25	2	57	6	
Porcentagens das Faltas																									

MÉDIAS: 93%
92% 91%

CULTURA GERAL CULTURA TÉCNICA

M. Aproveit. M. Aproveit. M. Aproveit.
 1.º exame: 1.º exame: 1.º exame:
 2.º exame: 2.º exame: Exame Final:
 ÷ 3 = N. Condicional Exame Oral ÷ 4 = N. Final ÷ 3 = N. Final

Anexo E11 – Requerimento de solicitação de Histórico Escolar

Ilmo. Sr. Diretor da Escola
Industrial Joaquim F. do Amaral

Maria Theresa Pasqualotti, brasileira, maior, solteira,
tendo concluído o 1º grau nesse
estabelecimento de ensino,
no ano de 1954, vem
por meio deste solicitar o
histórico escolar do 1º ciclo
(ficha modelo 18), para fins
de matrícula em escola su-
perior.

Nestes termos
pede deferimento

Jair, 25 de janeiro de 1978

Pasqualotti

Tronçencio
monteiro

Anexo E12 – Histórico Escolar

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Coordenadoria do Ensino Básico e Normal
DRE

Delegacia: de Jaú

Estabelecimento: CEI. "Joaquim Ferreira do Amaral" Localidade: Jaú

HISTÓRICO ESCOLAR

CERTIFICAMOS que MARIA THEREZA PASQUALOTTI
filh(a) de Angelo Pasqualotti e Elvira Cotta
natural de Jaú Estado de São Paulo
nascid(a) no dia 30 de dezembro de 1935 tem os seguintes resultados, de acordo com os documentos arquivados neste estabelecimento de ensino:

SÉRIE	Exame Admissão	1.º GRAU				2.º GRAU			
		5.a	6.a	7.a	8.a	1.a	2.a	3.a	4.a
ANO		1948	1949	1950	1951				
Português		83,2	62,9	64,0	66,0				
Matemática		59,8	55,2	46,0	45,0				
História		-	-	54,0	57,0				
Geografia		71,1	69,3	-	-				
Ciências		71,1	61,2	73,0	69,0				
Inglês		-	-	-	-				
Desenho		82,5	69,9	72,0	71,0				
Tecnologia		-	78,7	56,0	50,0				
Oficina		65,9	72,8	69,0	50,0				
Ed. Artística		-	-	-	-				
MÉDIA GERAL		APROV	APROV	APROV	APROV				

“ESTA FICHA NÃO CONTEM EMENDAS NEM RASURAS”

Prestou exames de admissão no CEI. "Joaquim F. do Amaral" Localidade Jaú

Cursou a 4.a série - 1.º grau no " " " " " » Jaú

» 5.a série - » » " " " " " » Jaú

» 6.a série - » » " " " " " » Jaú

» 7.a série - » » " " " " " » Jaú

» 8.a série - » » " " " " " » Jaú

Cursou a 1.a série - 2.º grau no " " " " " »

» 2.a série - » » " " " " " »

» 3.a série - » » " " " " " »

» 4.a série - » » " " " " " »

Observações: Esta ficha substitui a(s) mod. 18 e 19.

Jaú 26 / 12 / 19 78

Secretário

Anexo E14 – Ficha de Estágio

ESCOLA INDUSTRIAL "JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL" DE JAU

FICHA DE ESTÁGIO
(CURSO DE MESTRIA)

ALUNO : *Mania Tenza Pasqualoti*
CURSO : *Corte e Costura*
ESTÁGIO NA : *própria escola*
DATA DO INÍCIO : *3-Março 1954*

IDADE :

QUALIDADES E APTIDÕES

É pontual ? Sim Não
É atencioso ? Sim Não
É servicial ? Sim Não
Interessa-se pelo trabalho ? Sim Não
Aprende rapidamente ? Sim Não
Possue os conhecimentos básicos ? Sim Não
Faz bem a leitura de um desenho ? Sim Não
Esta leitura é interpretada em seus mínimos detalhes ? Sim Não
Esboça um desenho com a técnica necessária ? Sim Não
Executa o trabalho com rapidez ? Sim Não
Executa o trabalho com precisão ? Sim Não
Tem iniciativa ? Sim Não
Necessita sempre auxílio* e explicações na execução do serviço ?
Sim Não - *Alguns*
Cansa-se facilmente ? Sim Não
É PERSEVERANTE ? Sim Não
Conversa muito com os companheiros ? Sim Não
Adaptou-se bem ao ambiente de trabalho ? Sim Não
Possue as capacidades exigidas pelo trabalho ? Sim Não
Terá qualidades para ser um bom mestre ? Sim Não
Qual a sua opinião a respeito do aluno ? Muito boa - Boa -
Regular - Sofrível - Ma'
Por que tem essa opinião ?
Por suas qualidades pessoais
e profissionais

Assinatura do responsável

Evelta Zilda Ciavercan
Jau, 21 de junho de 1954

ESCOLA INDUSTRIAL DE JAU

DIRETOR

Anexo E15 – Recibo de entrega do Diploma de Mestre

Recibo

Recebi diretamente da Secretaria da Escola
Industrial "Joaquim Ferreira do Amara" em Jaú o meu Diploma
de Mestre devidamente registrado no D.E.I

Jaú, de de 1955

Marcia Theresza Pasqualotti


Anexo E16 – Solicitação de fornecimento de Ficha Modelo 18

Ilmo. Sr.

Diretor da Escola Industrial "Joaquim Ferreira do Amaral"
Jaú

Maria Thereza Pasqualotti, tendo concluído a 8ª série do 1º Grau e o Curso de Mestria nesse Estabelecimento de Ensino no ano de 1954, solicita de V.S. a gentileza de fornecer as fichas modelo 18 e 19.

Jaú, 31 de Janeiro de 1.975.


-assinatura-

*Resposta:
referido
J. Amaral
03.02.75*

*Provid.
mgzen
5/2/75*

Anexo E17 – Requerimento de Atestado de Boa Conduta

Ilmo. Sr.

Diretor da Escola Industrial "Joaquim Ferreira do Amaral"

Jauí

Maria Thereza Pasqualotti vem mui respeitosamente requerer de V.S. um atestado de Boa Conduta para fins escolares.

Esperando ser atendida, antecipadamente agradece.

Jau, 31 de Janeiro de 1.975.

*Despacho
referido
A secretaria providenciado
03.02.75*

Maria Thereza Pasqualotti
=assinatura=

*Provid.
mrgzen.
5/2/75*

Anexo E18 – Certidão de Tempo de Serviço

Senhor Diretor da EMSG "Joaquim Ferreira do Amaral"

Jaú

MARIA TEREZA PASQUALOTTI....., brasileiro, RG 3.692.662,
 CIC nº 250.870.028/20 nascido em 30/12/1935..., na cidade de
 Jaú..... Estado de São Paulo....., filho de
 ANGELO PASQUALOTTI..... e ELVIRA COTTA.....
 residente e domiciliado a rua Floriano Peixoto.....
 nº 252....., na cidade de Jaú..... Est. São Paulo.....
 vem mui respeitosamente requerer, na forma da Lei nº 6226/75, -
 com as alterações da Lei nº 6864/80, seja expedida Certidão de
 Tempo de Serviço, relativo aos períodos constantes dos registros
 escolares em que estudei nessa unidade escolar.

Restos Termos

F. Deferimento

Jaú, 10 de outubro..... de 1983.

Protocolado sob nº 68/83 fls. 7

Em, 13 / 10 / 83

por:

Cunha

DEFERIDO EM 08 / 03 / 84

[Assinatura]
 Diretor



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR
DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE BAURU

RUA 1.º DE AGOSTO, 4-47 - FONE: PABX 22-7745
DELEGACIA DE ENSINO DE JAÚ
EESG "JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL", EM JAÚ
RUA HUMAITÁ, 1090 - TEL.: 22-3566

CERTIDÃO

PARA OS EFEITOS DA LEI FEDERAL N.º 6.226/75, COM
AS ALTERAÇÕES DA LEI FEDERAL N.º 6.864/80

NÚMERO

PROCESSO

ÓRGÃO EXPEDIDOR

ESCOLA: EESG "JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL"

NOME DO FUNCIONÁRIO OU SERVIDOR

ALUNO: MARIA THEREZA PASQUALOTTI

R.G.

3.692.662

CARCO OU FUNÇÃO

CURSO DE: Aluno aprendiz do Curso Industrial Básico de Corte e Costura

PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO

De 01 de março de 1948 a 15 de dezembro de 1951

FREQÜÊNCIA (EM DIAS)

ANO	TEMPO BRUTO	DEDUÇÕES					TEMPO LÍQUIDO
		FALTAS	LICENÇAS	SUSPENSÃO	OUTRAS	SOMA	
1948	366	-	-	-	-	-	306
1949	365	-	-	-	-	-	365
1950	365	-	-	-	-	-	365
1951	365	-	-	-	-	-	349

Obs.: Não constam registros de ter havido remuneração por conta do Orçamento da União.

(fonte do informante: REGISTRO DE FREQUÊNCIA) **SOMA DO TEMPO LÍQUIDO** 1385

CERTIDÃO

CERTIFICO que, no período acima referido, o interessado conta, o tempo líquido de 1385 dias, ou 03 (treis) anos, 09 (nove) meses e 20 (vinte) dias.

CERTIFICO que a Lei Complementar n.º 269, de 3 de dezembro de 1981, assegura aos funcionários e servidores da Administração Centralizada e Autarquias do Estado, aposentadoria voluntária ou por tempo de serviço e compulsória, com aproveitamento de tempo de serviço prestado em atividade vinculada à Lei Federal n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, e legislação subsequente.

Lavrei a Certidão que não contém emendas nem rasuras

Jaú, em 02 / 03 / 84

Localidade

Secretário da Escola

Adm. Nancy Zanetto Silva

Visto do Dirigente do Órgão

Em 08 / 03 / 84

Diretor da Escola

Adm. José Carlos

= CERTIDÃO =

O Diretor da EESP "Joaquim Ferreira do Amaral",
em Jaú, certifica que nesta data foi fornecido ao portador desta, -
MARIA THEREZA PASQUALOTTI, RG. 3.692.662,
para os efeitos da Lei nº 6.226, de 14/07/75, com as alterações da
Lei nº 6.854, de 01/12/80, Certidão na qualidade de aluno de Curso
de Industrial Básico de Corte e Costura,
consignando o tempo líquido de 1385 dias, correspondendo a 03
anos, 09 meses e 20 dias, abrangendo o período de
01/03/48 a 15/12/51.

Jaú, 02 de março de 1.984.



Ademir José Ventura
DIRETOR DE ESCOLA
RG 4.473.387



COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR
DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE BAURU

RUA 1.º DE AGOSTO, 4-47 — FONE: PABX 22-7745

DELEGACIA DE ENSINO DE JAÚ

EESG "JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL", EM JAÚ

RUA HUMAITÁ, 1090 — TEL.: 22-3566

CERTIDÃO

NÚMERO

PROCESSO

PARA OS EFEITOS DA LEI FEDERAL N.º 6.226/75, COM
 AS ALTERAÇÕES DA LEI FEDERAL N.º 6.864/80

ÓRGÃO EXPEDIDOR

ESCOLA: EESG "JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL"

NOME DO FUNCIONÁRIO OU SERVIDOR

ALUNO: MARIA THEREZA PASQUALOTTI

R.G.

3.692.662

CARCO OU FUNÇÃO

CURSO DE: Mestria de Corte e Costura

PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO

De 01 de março de 19 53 a 30 de novembro de 19 54

FREQUÊNCIA (EM DIAS)

ANO	TEMPO BRUTO	DEDUÇÕES				SOMA	TEMPO LÍQUIDO
		FALTAS	LICENÇAS	SUSPENSÃO	OUTRAS		
1953	365	-	-	-	-	-	306
1954	365	-	-	-	-	-	334
Obs.: Não constam registros de ter havido remuneração por conta do Orçamento da União.							
(fonte do informante: REGISTRO DE FREQUÊNCIA)						SOMA DO TEMPO LÍQUIDO	640

CERTIDÃO

CERTIFICO que, no período acima referido, o interessado conta, o tempo líquido de 640 dias, ou 01 (um) anos, 09 (nove) meses e 05 (cinco) dias.

CERTIFICO que a Lei Complementar n.º 269, de 3 de dezembro de 1981, assegura aos funcionários e servidores da Administração Centralizada e Autarquias do Estado, aposentadoria voluntária ou por tempo de serviço e compulsória, com aproveitamento de tempo de serviço prestado em atividade vinculada à Lei Federal n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, e legislação subsequente.

Lavrei a Certidão que não contém emendas nem rasuras

Jaú, em 02 / 03 / 84

Localidade

Secretário da Escola

Nancy Zanatto Silva

Visto do Dirigente do Órgão

Em 08 / 03 / 84

Ademir José Couture

DIRETOR DE ESCOLA

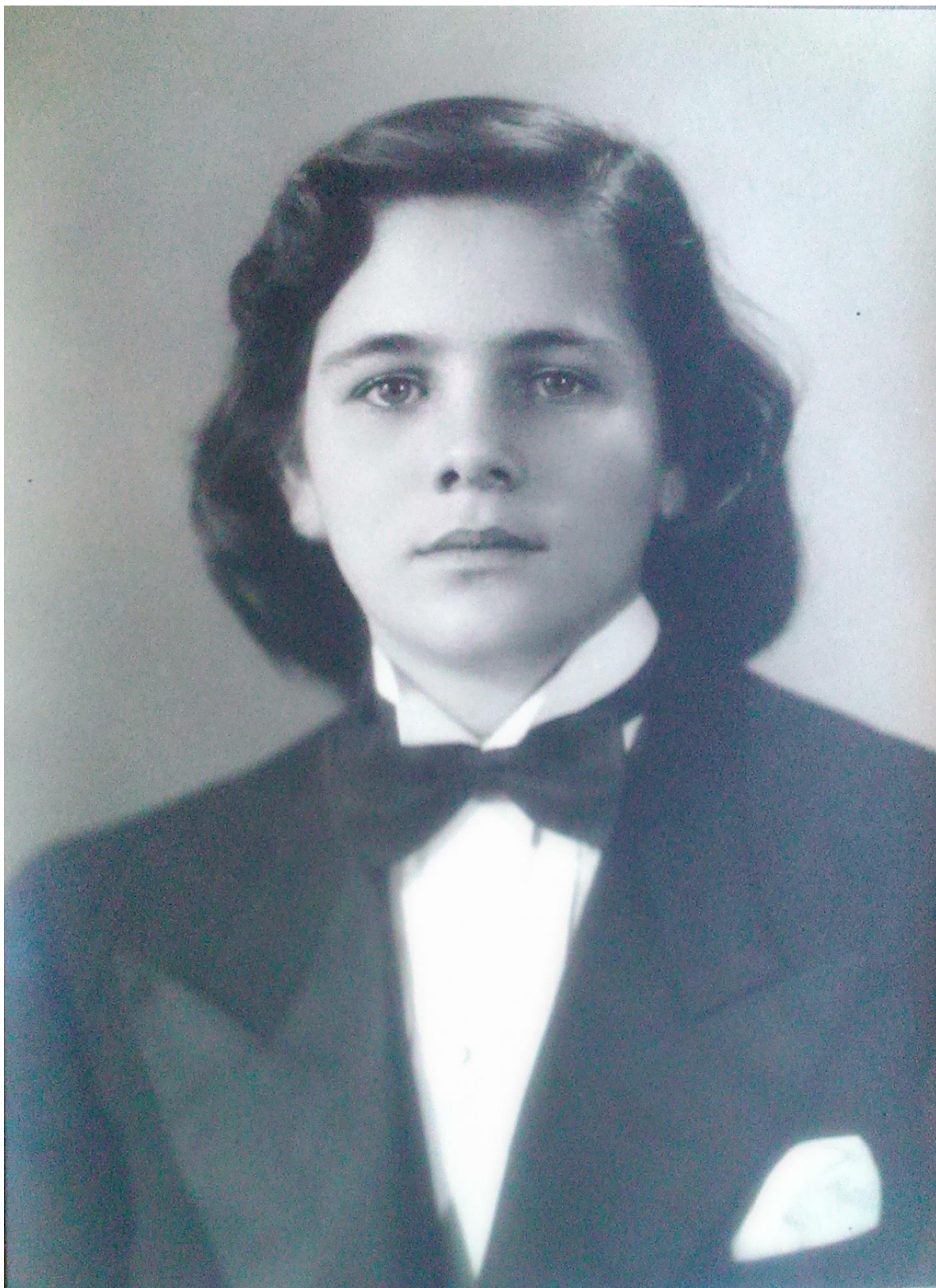
R.G. 4.473.387

= CERTIDÃO =

O Diretor da EESC "Joaquim Ferreira do Amaral",
em Jab., certifica que nesta data foi fornecido ao portador desta, --
MARIA THEREZA PASQUALOTTI, RG. 3.692.662,
para os efeitos da Lei nº 6.226, de 14/07/75, com as alterações da
Lei nº 6.864, de 01/12/80, Certidão na qualidade de aluno de Curso
de Mestria de Corte e Costura
consignando o tempo líquido de 640 dias, correspondendo a 01
anos, 09 meses e 05 dias, abrangendo o período de
01/03/53 a 30/11/54.

Jab., 02 de março de 1.984.


Ademir José Ventura
DIRETOR DE ESCOLA
RG 4.473.387

Anexo E19 – Maria Thereza Pasqualotti em 1951**Figura 69:** Maria Thereza Pasqualotti em 1951.**Fonte:** Acervo de Pasqualotti (2016).

Anexo E20 – Entrevista concedida em 22 de novembro de 2016

Comecei estudar na Escola Industrial faz tempo, acho que foi em 1948. Eu era bem nova, com aproximadamente 13 anos. Era uma escola nova.

O ingresso lá acho que ocorreu porque eu perdi o prazo para estudar no Instituto³⁹, não foi nada planejado, eu fui a única que estudou aí [**Escola Industrial**], os outros estudaram em outras escolas, meus irmãos. Uma estudou no Colégio São José⁴⁰, a outra irmã e o irmão estudaram no Instituto e a outra estudou bastante tempo depois, ela não queria estudar e fez um curso noturno.

Eu, antes de estudar na Industrial, fiz Major Prado, terminei lá o Primário e depois fiz a inscrição aí [**Industrial**] para começar fazer o curso. Eu gostei da escola, mas se gostou ou não gostou tinha que ficar, né, tinha que fazer um curso, pelo menos.

O curso foi Corte e Costura, mas tinha o básico, que era Português, Matemática, Ciências, Geografia, História, tinha essa parte, e depois disso que vinha corte e costura, o histórico de bordado. O Curso de Mestria fiz porque já era uma continuidade, mas nunca lecionei, pois era mais complicado naquela época para ser admitida como professora, tinha que fazer um concurso em São Paulo, era tudo mais difícil e eu nunca quis dar aula.

Profissionalmente depois eu trabalhei em um escritório e passei em um concurso e comecei a trabalhar no INPS⁴¹, atual INSS⁴², e me aposentei lá como funcionária pública, bem melhor do que a CLT⁴³.

O curso que fiz na Industrial nunca exerci profissionalmente. Algumas que estudaram, sim, foram professoras; minha vizinha, a Virginia⁴⁴, que já faleceu, a Zelia⁴⁵, que morou perto de casa, acho que se aposentou e também já faleceu. Elas são conhecidas porque moraram aqui por perto. Tem também a Elda Protestan, que morava aqui perto, depois ela foi para São Paulo, lecionou lá, dava aula lá, depois veio para cá.

Quanto ao meu curso, nem como *hobby* eu costuro, porque depois entrei como funcionária e não dava tempo. Depois que eu entrei no INSS ainda fiz curso de Contabilidade,

³⁹ Escola Estadual Caetano Lourenco de Camargo.

⁴⁰ Encerrou suas atividades em 1970 (<http://www.comerciodojahu.com.br/noticia/1195174/Col>).

⁴¹ Instituto Nacional de Previdência Social.

⁴² Instituto Nacional do Seguro Social.

⁴³ Consolidação das Leis do Trabalho.

⁴⁴ Virginia Aparecida Beber.

⁴⁵ Zelia Castan.

depois fiz Administração; o primeiro na Academia⁴⁶ e o outro na Fundação⁴⁷, sendo que esse foi curso Superior em Administração.

Quando estudava na Escola Industrial morava em Jaú mesmo, perto, sempre morei nessa área central.

Em relação às diferenças entre homens e mulheres na época, não sei se podia ou não mulher ou homem fazer um curso mais voltado a um público, mas acho que não, ninguém se interessou, sem proibição. A gente nunca pensou em fazer Mecânica.

No convívio cotidiano não havia diferenças entre homens e mulheres, o convívio era comum, com ambientes compartilhados. Também não me lembro se a entrada para o início das aulas era específica por gênero.

Tinha a porta grande e tinha no portão do lado à entrada, aí tinha um pátio grande, depois a parte de Marcenaria, Mecânica, cozinha, refeitório, as salas de aula. O refeitório servia alimentação para os alunos que vinham de fora, de outra cidade, vinha gente de vários lugares, pois era uma chance de desenvolver um ofício, ingressar no trabalho.

As feiras também eram muito importantes, os móveis eram maravilhosos. A escola já era muito conceituada na região, inclusive participava da escolha da princesa entre as escolas da cidade.

Apesar de toda importância [**da Industrial**] se percebia uma diferença entre os alunos da Industrial e de outras escolas. O meu professor de Matemática dava aula aqui e no Instituto; lá ele era bem remunerado. A Industrial era uma escola mais para trabalhador, mas para gente não tinha muita diferença.

⁴⁶ Colégio Academia Horácio Berlinck.

⁴⁷ Fundação Educacional “Dr. Raul Bauab”.

Anexo E21 – Maria Thereza Pasqualotti em 2016

Figura 70: Maria Thereza Pasqualotti em 2016.
Fonte: Acervo do autor (2016).

ANEXO F – PEDRO ZAFRA ANAYA

Anexo F1 – Capa do prontuário de 1950



30/6

ESCOLA INDUSTRIAL" JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL " DE JAÚ

NOME - Pedro Zafra Anaya.....Nº de matric.292
 DATA DO NASCIMENTO - 9 de dezembro de 1937.....
 NATURALIDADE - Jaú.....
 FILIAÇÃO - Caetano Zafra Sanches.....
 NATURALIDADE DO PAI - Espanhol.....
 PROFISSÃO DO PAI - Comerciante.....
 RESIDÊNCIA - Rua Humaytá - 1290.....

Matriculado em Março de 1950


CURSO - *Mecânica*

ELIMINADO EM

CONCLUSÃO DO CURSO EM

Anexo F2 – Certidão de nascimento

ESTADO DE SÃO PAULO



JOÃO PEREIRA LIMA
OFICIAL MAIOR
JAÚ - Est. S. Paulo

Comarca, município e distrito de Jaú

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Gumercindo da Silva Floret Gumercindo Garcia Floret João Pereira Lima
TITULAR OFICIAL SUCESSOR OFICIAL MAIOR


N.º 16.603 : - Livro 97 : - Fls. 286 : -

CERTIFICO que no livro n.º noventa e sete : -
de assentos de nascimentos, está registada uma criança do sexo masculino : -
nascida neste distrito do Jaú, no dia nove (9) : - de Dezembro
de mil novecentos e trinta e sete : - (1937)
às 19 : - horas e 30 : - minutos, em a rua Saldanha Maranhão n.º _____
com o nome de Pedro Zapra Anaya : -
filho de Caetano Zapra Sanchez : -
e Dona Maria Anaya nuñez : -
são avós paternos Manoel Zapra : -
e Dona Maria Sanchez : -
avós maternos Vicente Anaya : -
e Dona Mercedes nuñez : -
Registro escriturado no dia 11 de Dezembro de 19 37 .

Observações : _____

O referido é verdade e dou fé
Jaú, 23 de Fevereiro de 19 50 .

O Oficial maior
João Pereira Lima



JOÃO PEREIRA LIMA
OFICIAL MAIOR
JAÚ - Est. S. Paulo

Anexo F3 – Certificado de Alistamento Militar



Escola Industrial «Joaquim Ferreira do Amaral» de Jaú

Certificado de Alistamento Militar

Nº 346190 - Série B.

2º R. M. - 11-9-1954 - 14ª e B

Est. de São Paulo - Município de Jaú

Pedro Zafra Anaya

Anexo F4 – Requerimento de matrícula de 1950

Ilmo. Sr. Diretor da

Escola Industrial "Joaquim Ferreira do Amaral", de Jaú

..... Pedro Zafra Anaya, tendo sido aprovad.a... no exame de admissão à 1.a série do Curso Industrial, (Noturno.....), vem respeitosamente requerer a V. S. sua matrícula nesse estabelecimento.

P. D.

Jaú, 25 de Fevereiro de 19 50

Nome d.o. candidato..... Pedro Zafra Anaya

Filiação { Nome do pai..... Caetano Zafra Sanches

Nome da mãe..... Maria Anaya Nunês

Natural de..... Jaú Estado da São Paulo

Data do nascimento..... 9 de Dezembro de 19 37

Profissão do pai..... Ambulante

Nacionalidade do pai..... Espanhol

Residência..... Rua humaytá Nº 1.290

É diplomad.o? Sim

Por que escola?..... Grupo Escolar Major Prado

Documentos exigidos

1.º) - Certidão de idade.

2.º) - Diploma de conclusão de curso primário ou prova de ter recebido educação sistemática pelo espaço de 2 anos.

Art. 31) - Os exames vestibulares poderão ser feitos, a arbitrio do candidato em duas épocas do ano escolar, coincidentes com as épocas dos exames finais.

Anexo F5 – Quadro de notas e faltas – Mecânica, 1ª série, 1950 – frente e verso

ESCOLA INDUSTRIAL «JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL», DE JAÚ

ALUNO: PEDRO ZAFRA ANAYA RESIDENCIA: RUA HUMAYTÁ, 1.290.- MATRÍCULA N. 292 - Ref.
 SECCÃO: CURSOS: Mecânica
 SÉRIE: 1ª ANO DE 1950 REPETENTE: não SECCÃO: MASCULINA M ou F

QUADRO GERAL DE NOTAS

Mês	CULTURA GERAL					CULT. TÉCNICA			Práticas Educativas		
	Português	Matem.	Ciências	Geog.	História	Desenho	Tecnologia	Oficina	Ed. Física	Canto	Ed. Domést.
Março	45	30	55	40		55				60	
Abril	45	25	60	60		50				50	
Maio	40	35	30	50		55				80	
Junho	25	40	60	50		60				70	
Agosto	35	40	50	55		50		80		70	
Setembro	40	35	55	55		55		65		60	
Outubro	50	50	65	45		45		60		80	
Novemb.	60	50	65	70		50		65		70	
Médias	43	38,1	55	61		53		67,5		68	
1.º Exame	25	25	60	50		55				70	
Méd. Cond.	34,3	31	55	54	54,1	54,2		70		73	
2.º Exame	30	95	50	50		55		72		80	
Ex. Oral	50	100	65	50		60		58		70	
Méd. Final	42	65	58	53		56		66		72	
Nota Final											

NOTA FINAL DE { Cultura Geral: 54,5
Cultura técnica: 61

NOTA FINAL DE { Promoção: 58,7
Conclusão:

QUADRO GERAL DE AULAS, FALTAS E PORCENTAGENS

Mês	CULTURA GERAL										CULT. TÉCNICA						Práticas Educativas					
	Português		Matem.		Ciências		Geog.		História		Desenho		Tecnologia		Oficina		Ed. Física		Canto		Ed. Domést.	
	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F
Março	16	0	12	0	10	0	9	0			26	0			23	-			10	0		
Abril	15	-	11	-	6	-	8	-			22	-			20	-			7	-		
Maio	16	0	11	0	8	0	9	0			26	0			22	-			7	0		
Junho	9	0	12	0	9	0	9	0			26	0			22	-			9	0		
Agosto	18	0	13	0	9	0	9	0			26	0			23	0			9	0		
Setembro	16	0	11	0	9	0	7	0			24	0			20	0			7	0		
Outubro	18	0	12	1	8	0	8	0			24	1			22	0			8	0		
Novemb.	15	0	12	0	8	0	9	0			22	0			21	0			9	0		
TOTAIS A e F	121	0	94	1	67	0	68	0			196	1			173	0			67	0		
PORCENT. DE FALTAS		0		1,0		0		0				0,5				0					0	

MÉDIAS

CULTURA GERAL

M. Aproveit..... M. Aproveit.....
 1.º exame:..... 1.º exame:.....
 2.º exame:..... 2.º exame:.....
 ÷ 3 = M. Condicional..... Exame Oral..... ÷ 4 = M. Final.....

CULTURA TÉCNICA

M. Aproveit..... M. Aproveit.....
 1.º exame:..... 1.º exame:.....
 Exame Final..... Exame Final.....
 ÷ 3 = M. Final.....

100%

Anexo F6 – Quadro de notas e faltas – Mecânica, 2ª série, 1951 – frente e verso

ESCOLA INDUSTRIAL «JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL», DE JAÚ

ALUNO PEDRO ZAFRA ANAYA RESIDENCIA MATRÍCULA N. 292 Ref. 6MM
 SECCÃO ARTES INDUSTRIAIS CURSO MECÂNICA
 SÉRIE 2ª ANO DE 1951 REPETENTE não SECCÃO Masculina
 M ou F

QUADRO GERAL DE NOTAS

Mês	CULTURA GERAL					CULT. TÉCNICA			Práticas Educativas		
	Português	Matem.	Ciências	Geog.	História	Desenho	Tecnologia	Oficina	Ed. Física	Canto	Ed. Domést.
Março	40	80	55	45		70	75	70	30	50	
Abril	35	60	45	60		50	80	70	60	40	
Maio	40	60	55	65	0	70	70	50	50	50	
Junho	40	55	40	55		40	75	60	50	40	
Agosto	50	55	65	80		60	45	65	50	50	
Setembro	50	40	50	55		40	65	40	55	60	
Outubro	60	45	70	60		70	60	45	50	70	
Novemb.	60	75	70	60		70	60	75	50	70	
Médias	47	63	56	60		63	66	67	49	54	
1.º Exame	40	60	40	45		40	73	56	50	50	
Méd. Cond.	51	58	50	52		58	75			51	
2.º Exame	65	50	55	50		70	85	63		50	
Ex. Oral	50	40	50	60		80	65	63		80	
Nota Final	51	61	50	54		63	72	62		59	

NOTA FINAL DE { Cultura Geral 54 53 } NOTA FINAL DE { Promoção 60 }
 { Cultura técnica 66 } { Conclusão }

QUADRO GERAL DE AULAS, FALTAS E PORCENTAGENS

Mês	CULTURA GERAL										CULT. TÉCNICA						Práticas Educativas					
	Português		Matem.		Ciências		Geog.		História		Desenho		Tecnologia		Oficina		Ed. Física		Canto		Ed. Domést.	
	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F
Março	12	1	11	1	8	1	7	1			14	2	6	-	20	2	6	3	8	-		
Abril	11	-	11	-	9	-	8	-			14	-	8	-	21	-	10	-	8	-		
Maio	13	-	13	-	8	-	9	-			14	-	7	-	21	-	12	1	8	-		
Junho	14	-	12	-	8	-	8	-			16	-	4	-	21	-	4	-	10	-		
Agosto	14	-	11	-	8	-	9	-			22	-	4	-	23	1	10	2	9	-		
Setembro	15	1	13	-	8	-	8	-			20	-	4	-	19	-	11	1	8	-		
Outubro	13	-	13	-	9	-	9	-			20	-	4	-	22	-	4	-	8	-		
Novemb.	11	-	11	-	8	-	8	-			18	-	5	-	21	-	-	-	9	-		
TOTAL A e F	103	2	95	1	66	1	66	1			138	2	42	0	168	3	60	7	68	0		
PORCENT. DE FALTAS		19		10		15		15				14				17		16				

MÉDIAS

CULTURA GERAL
 M. Aproveit.
 1.º exame:
 2.º exame:
 ÷ 3 = M. Condicional Exame Oral ÷ 4 = M. Final

CULTURA TÉCNICA
 M. Aproveit.
 1.º exame:
 Exame Final
 ÷ 3 = M. Final

88% 100%

Anexo F7 – Quadro de notas e faltas – Mecânica, 3ª série, 1952 – frente e verso

3ª Serie mista

Da época em Matemática e Tecnologia

ESCOLA INDUSTRIAL «JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL», DE JAÚ

ALUNO PEDRO ZAFRA ANAYA RESIDENCIA _____ MATRÍCULA N. 49- MM

SEÇÃO Artes Industriais CURSO Mecânica de Maquinas

SÉRIE 3º ANO DE 1952 REPETENTE Não SEÇÃO Masculina M ou F

QUADRO GERAL DE NOTAS

Mês	CULTURA GERAL					CULT. TÉCNICA			Práticas Educativas		
	Português	Matem.	Ciências	Geog.	História	Desenho	Tecnologia	Oficina	Ed. Física	Canto	Ed. Domést.
Março		37,5	75		60	60	65	55		20	
Abril	50	65	45		50	50	50	50		20	
Mai	55	25	90		25	70	50	65	45	50	
Junho											
Agosto	60	10	80		70	80	40	40	50	60	
Setembro	65	75	80		65	55	40	50	55	50	
Outubro	85	20	90	60	50	70	60	30	60	60	55
Novemb.											
Médias	63	39	77		58	63	46			44	
1º Exame	60	20	50	78	78	55	70	30	78		78
Méd. Cond.	66	34	64		47						
2º Exame	76	35	65	84	40	30	55	38			56
Ex. Oral	50	20	65		50		42	58		70	
Méd. Final	62	30	64	74	56	48	63	43	78	52	61
Nota Final		50,58									

Dependente em Matemática

93 Ems - 53 758

NOTA FINAL DE { Cultura Geral: 53 758 } Promocão 57 60

{ Cultura técnica: 61 } CONCLUSÃO

93 Ems { Matemática: 50 } 58

QUADRO GERAL DE AULAS, FALTAS E PORCENTAGENS

Mês	CULTURA GERAL								CULT. TÉCNICA						Práticas Educativas							
	Português		Matem.		Ciências		Ceog.		História		Desenho		Tecnologia		Oficina		Ed. Física		Canto		Ed. Domést.	
	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F
Março			11	0	7	0			8	0	24	0	8	0	21	0	12	0	4	0		
Abril	6	0	22	0	10	0			8	0	19	0	7	0	79	0	9	1	4	0		
Mai	11	0	12	0	8	0			8	0	26	0	7	0	21	0	9	1	5	0		
Junho	14	0	12	0	8	0			8	0	21	0	8	0	21	4	3	0	5	1		
Agosto	12	-	9	-	8	-			8	-	22	-	5	-	20	-	11	1	5	-		
Setembro	12	-	10	-	8	-			8	-	20	-	9	-	22	-	9	1	4	-		
Outubro	12	-	12	-	8	-			9	-	22	-	7	-	20	1	11	1	5	-		
Novemb.	12	-	12	-	7	-			9	-	12	-	4	-	20	-	12	-	5	-		
TOTAIS A e F	79	-	100	-	64	-			66	-	166	-	56	-	169	2	76	5	37	1		
PORCENT. DE FALTAS																	4%		3%			

Dependente da matemática - Fará depend. MÉDIAS 1953

1º exame - 50

2º exame - 55

Ex. oral - 60

77,5 ÷ 3 = M. Condicional

53

CULTURA GERAL

M. Aproveit.

1.º exame:

2.º exame:

Exame Oral ÷ 4 = M. Final

CULTURA TÉCNICA

M. Aproveit.

1.º exame:

2.º exame:

Exame Final ÷ 3 = M. Final

93% 97%

Anexo F8 – Quadro de notas e faltas – Mecânica, 4ª série, 1953 – frente e verso

ESCOLA TÉCNICA «JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL», DE JAÚ

ALUNO Pedro Zafra Anaya RESIDENCIA _____ MATRÍCULA N. 49 MM
 SEÇÃO Artes Industriais CURSO Mecânica de Máquinas
 SÉRIE 1ª ANO DE 195 3 REPETENTE Não SEÇÃO Masculina M ou F _____

QUADRO GERAL DE NOTAS

Mês	CULTURA GERAL							CULTURA TÉCNICA							Prát. Educativas		
	Português	Matem.	Ciências	Geog.	História	Desenho	Tecnologia	OFICINA							Ed. Física	Canto	Ed. Domést.
								Ajust	Mao	Ferr.	Con	M	==	---			
Março	50	60	75	-	65	70	40	-	40	-	-	-	-	-	-	-	50
Abril	50	40	75	-	65	50	60	40	50	30	-	-	-	-	-	-	60
Mai	35	55	65	-	50	65	90	-	50	40	-	-	-	-	-	-	60
Junho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agosto	60	60	65	-	60	80	65	-	50	-	-	-	-	-	-	-	-
Setembro	35	25	35	-	65	65	70	60	50	55	60	-	-	-	-	-	-
Outubro	60	70	60	-	35	60	55	-	55	-	60	-	-	-	-	-	-
Novemb.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Médias	48	52	63	-	57	65	63	33	49	42	60	-	-	-	-	-	-
1.º Exame	55	90	65	-	35	60	70	63	60	60	65	-	-	-	-	-	-
Méd. Cond.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.º Exame	40	35	55	-	40	25	75	41	57	48	54	-	-	-	-	-	-
Ex. Oral	70	40	60	-	55	-	58	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nota Final	53	54	61	-	47	50	67	46	56	47	56	-	-	-	-	-	-

NOTA FINAL DE { Cultura Geral 635 - 54 } NOTA FINAL DE { Promoção 54 }
 { Cultura Técnica 54 } { Conclusão _____ }
 Oficina = 51

QUADRO GERAL DE AULAS, FALTAS E PORCENTAGENS

Mês	CULTURA GERAL										CULTURA TÉCNICA								Práticas Educativas					
	Português		Matem.		Ciências		Geog.		História		Desenho		Tecnologia		OFICINA				Ed. Física		Canto		Ed. Domést.	
	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F
Março	6	0	3	0	3	0	-	-	2	0	10	0	3	0	7	0	4	0	2	0	-	-	-	-
Abril	13	0	12	0	8	0	-	-	8	0	10	0	8	0	21	0	9	1	7	0	-	-	-	-
Mai	12	0	12	0	7	0	-	-	8	0	22	0	8	0	20	0	10	2	4	0	-	-	-	-
Junho	12	0	12	0	7	0	-	-	8	0	20	0	9	0	23	0	8	2	5	0	-	-	-	-
Agosto	12	0	10	0	8	0	-	-	8	0	26	0	8	0	21	0	10	5	2	0	-	-	-	-
Setemb.	13	0	10	0	8	0	-	-	8	0	20	0	8	0	21	0	9	2	4	0	-	-	-	-
Outubro	13	0	12	0	8	0	-	-	9	0	22	0	8	0	22	1	10	1	2	1	-	-	-	-
Novemb.	13	0	12	0	8	0	-	-	9	0	26	0	8	0	21	0	11	0	4	0	-	-	-	-
TOTAL A e F	94	0	83	0	57	0	-	-	60	0	156	0	60	0	153	1	71	13	27	1	-	-	-	-
PORCENT. DE FALTAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

MÉDIAS

CULTURA GERAL				CULTURA TÉCNICA			
M. Aproveit.....	M. Aproveit.....	M. Aproveit.....	M. Aproveit.....	M. Aproveit.....	M. Aproveit.....	M. Aproveit.....	M. Aproveit.....
1.º exame:.....	1.º exame:.....	1.º exame:.....	1.º exame:.....	1.º exame:.....	1.º exame:.....	1.º exame:.....	1.º exame:.....
2.º exame:.....	2.º exame:.....	2.º exame:.....	2.º exame:.....	2.º exame:.....	2.º exame:.....	2.º exame:.....	2.º exame:.....
÷ 3 = M. Condicional.....	Exame Oral.....	÷ 4 = M. Final.....	Exame Oral.....	÷ 3 = M. Final.....	Exame Final.....	÷ 3 = M. Final.....	Exame Final.....

Anexo F9 – Quadro de notas e faltas – Mestria, 1ª série, 1954 – frente e verso

10

ESCOLA TÉCNICA «JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL» DE JAU

REF. MM

Aluno Pedro Zafra Anaya Residência _____ Matricula N. 19
 Secção Masculina Curso Mecânica de Máquinas
 Série 1ª Ano de 1954 CURSO DE MESTRIA Repetente Não

QUADRO GERAL DE NOTAS

MÊSES	CULTURA GERAL		CULTURA TÉCNICA										PRÁTICAS EDUCATIVAS		
	Português	Matemática	Contabilidade Industrial	Desenho Técnico	Organização do Trabalho	Higiene Industrial	OFICINA					Tecnologia	Canto	Educação Física	Ed. Domest.
							C. Máq.	E. Máq.	N. Mec.	N. Et.	E. F. M.				
Março	100	50	70	50	50	50	50	70	75	75	80	15			
Abril	60	40	55	30	65	55	40	60	50	75	80	40			
Maió	60	55	65	50	60	70	40	75	90	75	80	50			
Junho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—			
Agosto	60	10	70	55	65	55	60	85	80	65	75	70			
Setembro	55	60	30	70	80	70	60	75	40	60	70	60			
Outubro	60	60	55	65	30	70	50	65	75	80	75	80			
Novembro	395	275	345	320	350	370	300	430	410	430	460	315			
MÉDIAS	66	46	58	53	58	62	50	72	68	72	77	53			
1.º Exame	65	40	55	55	70	45	50	65	75	65	90	60			
2.º Exame	60	55	50	55	45	40	50	70	80	65	65	70			
Média Condicional															
Exame Final	65	55	65		65	40		85	100	80	90	60			
Nota Final	64	49	57	54	60	47	50	73	81	71	81	61			

NOTA FINAL: CULTURA GERAL 56,5
 CULTURA TÉCNICA 63,5
 PRÁT. EDUCAT. _____
 Média Final de Conclusão 60,0

QUADRO GERAL DE FALTAS, E PORCENTAGENS

MÊSES	CULTURA GERAL		CULTURA TÉCNICA										PRÁT. EDUCATIVAS																
	Português		Matemática		Contabilidade Industrial		Desenho Técnico		Organização do Trabalho		Higiene Industrial		OFICINA		Tecnologia		Oficina		Canto		Educação Física								
	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F							
Março	8	0	6	0	9	0	22	0	5	0	3	0	8	0	4	0	4	0	4	0	5	0	22	0	0	0	9	0	
Abril	8	0	7	0	9	0	12	2	4	0	3	0	9	0	5	0	5	0	5	0	4	0	21	1	3	0	8	0	
Maió	7	1	6	1	8	1	18	2	4	0	3	0	9	0	4	0	4	0	4	0	4	0	21	1	4	0	11	2	
Junho	8	0	7	0	9	0	18	0	5	0	4	0	3	0	2	0	2	0	2	0	4	0	20	0	5	0	11	0	
Agosto	9	1	5	0	9	1	16	0	5	0	4	0	9	0	4	0	4	0	4	0	4	0	21	0	1	0	10	0	
Setembro	6	0	8	0	9	0	16	2	4	0	4	0	8	1	4	0	4	0	4	0	4	0	21	0	1	0	12	1	
Outubro	7	2	7	0	9	0	24	1	4	0	4	0	9	1	5	0	5	0	5	0	4	0	21	0	4	0	11	0	
Novembro	8	0	8	0	9	0	22	0	5	0	4	0	9	0	4	0	4	1	4	1	4	0	20	0	3	0	12	0	
Totais A F	4	1			2	7			0	0			2	0	1	1	0	2	22	1	8	4	3						
Porcentagens das Faltas																													

MÉDIAS

CULTURA GERAL: M. Aproveit. _____
 1.º exame: _____
 2.º exame: _____
 ÷ 3 = N. Condicional _____

CULTURA TÉCNICA: M. Aproveit. _____
 1.º exame: _____
 2.º exame: _____
 Exame Oral: _____ ÷ 4 = N. Final _____

PRÁTICAS EDUCATIVAS: M. Aproveit. _____
 1.º exame: _____
 Exame Final: _____
 ÷ 3 = N. Final _____

Anexo F10 – Requerimento de Exames em Segunda Época

ILMO. SR. DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA «J. FERREIRA DO AMARAL», DE JAÚ

Eu Pedro Zafra Anaya abaixo assinado,
aluno da 3ª Série de Mec. Mag. do Curso Industrial,
dessa escola, inabilitado em 1.ª época dos exames finais, das disci-
plinas de Cultura GERAL Matemática - Tecnologia
TÉCNICA,
vem, mui respeitosamente, requerer a Vossa Senhoria a prestação dos
referidos exames em SEGUNDA ÉPOCA.

Nestes termos

P. Deferimento

Jaú, 20 de fevereiro de 1953Pedro Zafra Anaya

Anexo F11 – Quadro geral de notas – 1950 - 1953

NOTAS

DISCIPLINAS DE CULTURA GERAL	SÉRIES				OBSERVAÇÕES
	1ª 1950	2ª 1951	3ª 1952	4ª 1953	
Português	42,0	51,0	62,0	53,0	
Matemática	65,0	61,0	58,0	54,0	
Ciências Físicas e Nat.	58,0	50,0	54,0	61,0	
Geografia do Brasil	53,0	54,0	---	---	
História do Brasil	---	---	48,0	47,0	

PERCENTAGEM DE FREQUÊNCIA

PRÁTICAS EDUCATIVAS	SÉRIES				OBSERVAÇÕES
	1ª 1950	2ª 1951	3ª 1952	4ª 1953	
Educação Física	---	88%	93%	82%	
Canto Orfeônico	100%	100%	97%	96%	

NOTAS

DISCIPLINAS DE CULTURA TÉCNICA	SÉRIES				OBSERVAÇÕES
	1ª 1950	2ª 1951	3ª 1952	4ª 1953	
Desenho Técnico	56,0	63,0	63,0	50,0	
Tecnologia	---	72,0	41,0	67,0	
Fundição	60,0	64,0	---	---	
Fôrja	72,0	60,0	---	---	
Serralheria	56,0	52,0	---	---	
Ajustagem	76,0	72,0	74,0	46,0	
Inst. Maquinas Operai	---	62,0	63,0	56,0	
Ferramentaria	---	---	56,0	47,0	
Const. Mont. de Maquinas	---	---	66,0	56,0	

Registrado à pagina n.º 113 sob o
n.º 180 do livro de registro de
diplomas n.º 2
Secretaria da Escola Industrial "Joa-
quim Ferreira do Amaral", em J.ú., aos
de de 1954.
O Secretario

reconhecido em
retiro em dívida
10/15 de Fevereiro de 1954
Em test. da verdade



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS
DIRETORIA DE ENSINO INDUSTRIAL
Registrado a fls. 39
do livro 50
Em 2/4/54
M. Baeta Neves
ENCARREGADO

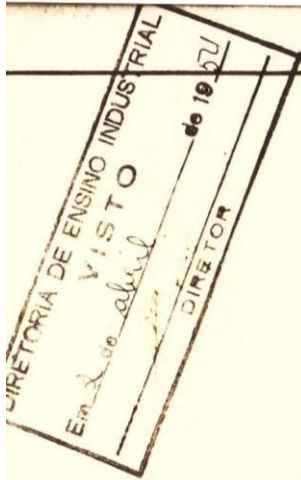
Anexo F12 – Alunos do curso de Mecânica de Máquinas – década de 1950

Figura 71: Alunos do curso de Mecânica de Máquinas – década de 1950.

Pedro Zafra Anaya: Foto 01: terceiro abaixado; Foto 02: primeiro à direita em pé; Foto 03: primeiro, na aula prática.

Fonte: Acervo de Anaya (2016).

Anexo F13 – Certificado de conclusão expedido em 1953



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ESCOLA Industrial Joaquim Ferreira de Amaral

O Diretor da Escola *Benedito Alves Ferreira*, de acôrdo com os preceitos legais e tendo presentes os termos de aprovação em tôdas as matérias do curso *Mecânica de Máquinas*, concluído no ano letivo de 1953, pelo Sr. *Pedro Zafra Anaya*, filho de *Caetano Zafra Sanchez*, natural do Estado *São Paulo*, municipio de *Jai*, nascido em *9* de *Dezembro* de 1937, confere ao mesmo o diploma de *Artífice*, de que trata a legislação vigente do ensino industrial, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas concedidas a este título pelas leis do país.

São Paulo, *10* de *abril* de 1953

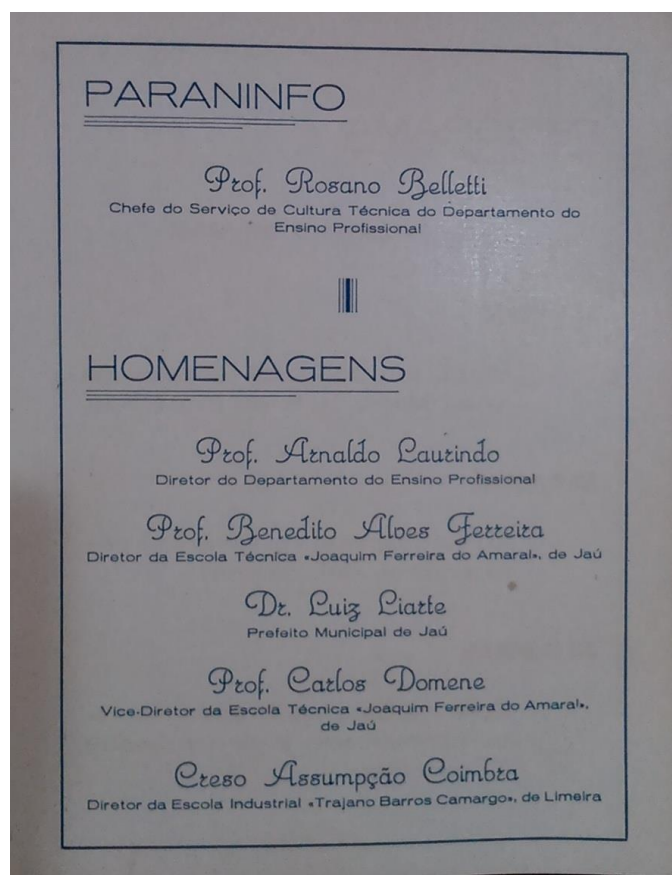
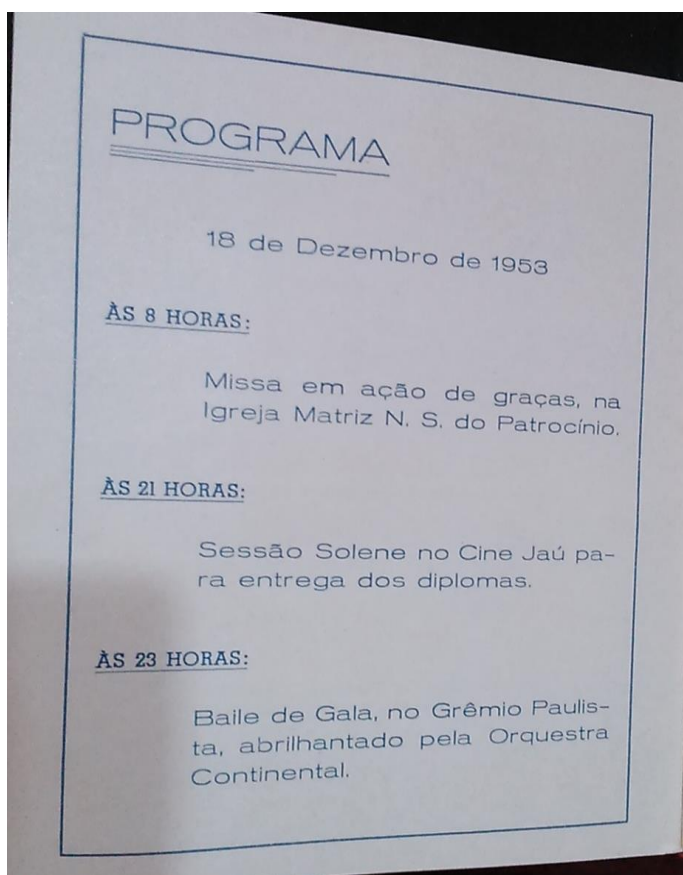
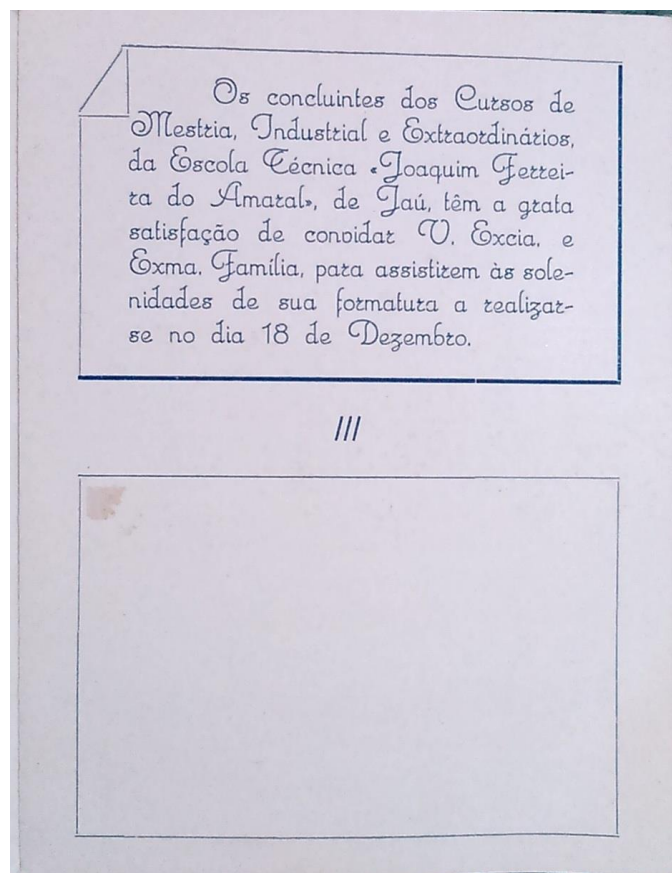
Reconhecido

Benedito Alves Ferreira
Diretor da Escola

Pedro Zafra Anaya
Diplomado

Juditha G. M. P.
Secretário

Anexo F14 – Convite de Formatura – Ciclo Básico, 1953



ORADOR:

Plínio Botelho

GRATIDÃO

Aos ditetotes, pela devoção e incentivo; aos professores e mestres que, com carinho e dedicação cuidaram de nossa formação técnico-profissional e cultural; aos queridos pais, pelo diploma.

A todos, o tributo de impetecioel amizade e o sincero reconhecimento dos diplomandos de 1953.

DIPLOMANDOS

CURSO DE MESTRIA:

Angelo Torres
 José Simão Alves
 Plínio Botelho
 Antônio Cleuber Zorzella
 Paulo Sérgio da Cruz Bueno
 Euclides Canêo
 Walter Gonçalves
 José Milton Hernandez
 Arlindo Sinésio Nunes
 Romeu Tomaz Gaido
 Tomaz Assis Bueno
 Alice Rayes
 Chuvi Salete Henrique
 Rute Aparecida Munerato
 Maria Leny Trementócio
 Odette Bertoti
 Maria Vilma Rodrigues
 Terezinha Aparecida Sanches
 Aparecida Nancy Zanato
 Maria Aparecida A. Campos
 Shirley Aparecida Amaro

DIPLOMANDOS

CURSO DE DEZENHO ARQUITETÔNICO:

Antônio Piessigilli
 Camel Razuk
 Emil Adib Razuk.
 José Rafael Toscano
 Miguel Sancinetti
 Romildo Rafani
 Naby Massude Nacheff

CURSO TORNEIRO MECÂNICO:

Antônio Carrazza
 Antônio Oderige Dario
 Celso Sancinetti
 Paulo Domingos Pinto
 Walter Sancinetti

CURSO DE COSTUREIRA:

Helena Nunes Avoleta
 Terezinha de Jesus N. Wasconcelos
 Maria Terezinha Bergamo
 Rute Simão
 Maria Catarina Garrido
 Umelinda Serzedello

DIPLOMANDOS

CURSO INDUSTRIAL BÁSICO:

Aparecida Argma Fantin
 Dalva da Silva Nunes
 Léa Araujo Mello
 Maria Patrocínia Gonçalves
 Marlene Terezinha I. Gasparoto
 Norma Tereza Bernardi
 Terezinha da Silva Caires
 Carlos de Oliveira Filho
 Darcy Soffner
 Alfeu Rodrigues
 Denis de Oliveira
 Hélio Geraldo Dias Freitas
 José Norberto Toledo Veneziani
 Mamede Borelli
 Pedro Zafra Anaya
 Wladimir Assis Janouseck

HOMENAGEM

Dos diplomandos de
1953 da Escola Técnica «Joa-
quim Ferreira do Amaral», ao
Primeiro Centenário de Jaiú.

COMISSÃO DE FESTA:

Plínio Botelho
Antonio Cleuber Zorzalla
José Norberto J. Veneziani
Matia Leny Clementício
Shirley Apatecida Amato
Marlene Cerezinha J. Gaspatollo
José Rafael Coscano
Maria Catarina Gazzido

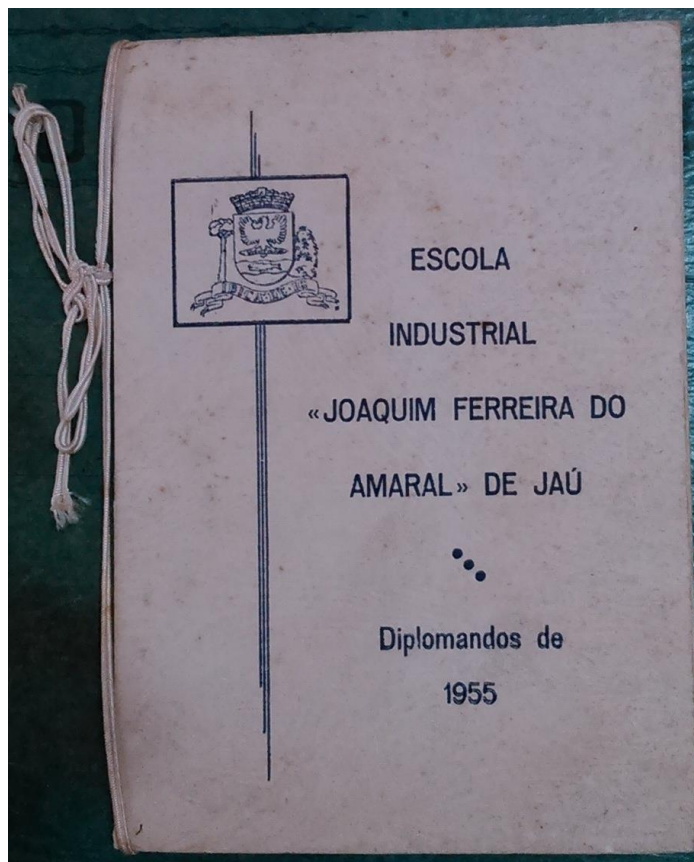
○ Diplomando:

Pedro Zafra Anaya

JURAMENTO:

«EU, DIPLOMANDO PELO CURSO DE MESTRIA,
JURO, POR MINHA HONRA E DIGNIDADE,
RESPEITAR MEU DIPLOMA, JUSTIFICAR MI-
NHA FORMAÇÃO TÉCNICA, SERVIR, HO-
NESTA E DEDICADAMENTE, À COLETIVI-
DADE, DENTRO DE MEUS CONHECIMENTOS
PROFISSIONAIS, EM HOLOCAUSTO AO MEU
AMADO BRASIL».

Anexo F15 – Convite de Formatura – Mestria, 1955

CONVITE

Os diplomandos de 1955, pela Escola Industrial «Joaquim Ferreira do Amaral» de Jaú, sentir-se-ão sumamente honrados com a presença de V. S. e Exma. Família às festividades que farão realizar no dia 16 de dezembro do corrente ano, em regosijo pela sua formatura.

Pelos Diplomandos

A Comissão:

*Antonio Gianini Neto
Benedita Creusa Alves de Lima
Dora Nazareth da Silva
Maria Aparecida Vicentini*

HOMENAGEADOS:

PARANINFO

Oswaldo do Amaral Carvalho

o

PROFESSOR

Arnaldo Laurindo

Diretor do Departamento do Ensino Profissional

o

DIRETOR

Prof. Benedito Alves Ferreira

o

Aos professores e Mestres, guias seguros de nossos passos nos caminhos da vida, nosso respeito e gratidão profunda.

o

A todos aqueles que lutam em nossa Escola, promovendo os meios para nossa formação, os agradecimentos sinceros.

DIPLOMANDOS

Curso de Mestría - Mecânica de Máquinas

Alfeu Rodrigues
 Celso Pedroso do Amaral
 João Antonio Lucketa
 João Amaury Grizzo
 Odivaldo Bagaiolo
 Pedro Zafra Anaya ←
 Wilson Criscuolo

Curso de Mestría - Marcenaria

Armando Inocência Guidon

Curso de Mestría - Córte e Costura

Aparecida Argma Fantin
 Benedita Creusa Alves de Lima
 Dalva da Silva Nunes
 Dora Nazareth da Silva
 Norma Thereza Bernardi
 Zilda Joaninha do Amaral Soriani

Curso Básico - Mecânica de Máquinas

Adriano Alves de Lima
 Antonio Benedito Ezequiel
 Elizeu Avoleta
 Jonas Donzella
 João José Bertoti
 Roberto Antonio da Silva

Curso Básico - Marcenaria

Antonio Gianini Neto
 Antonio Quaglia
 Gilberto Yamato

Curso Básico - Córte e Costura

Catarina Mancera
 Cleide Migliorini
 Eunice Grizzo
 Maria Dinah Motti
 Maria do Carmo D'Angio
 Maria Janete Gonzales
 Nair Sgarbi
 Neide Garcia Rodrigues
 Neusa Garcia Camargo

Cursos Extraordinários - Complementar Desenhos de Plantas para Construções

Euclides Piva
 José Ferro
 Sidney Molan

Ajustadores Mecânicos

Eduardo Gigliotti
 José Antonio Bressan

Torneiros Mecânicos

Roberto Surian

Costureiras

Clarice Pereira da Silva
 Maria Aparecida Vicentini
 Maria Ruth de A. Bernardi
 Ruth Lopes
 Shirley Gonçalves
 Tereza Baldivia

Bordadeiras

Jdalice Sagioro
 Neire Boesso

★

Homenagem Póstuma

João Conte de Oliveira

★

Oradora:

Aparecida Argma Fantin

Comissão de Festas:

Antonio Gianini Neto
 Benedita Creusa Alves de Lima
 Dora Nazareth da Silva
 Maria Aparecida Vicentini

Programa

Dia 16 de dezembro

Às 8 horas - Missa em ação de graças na
 Igreja Matriz Nossa Senhora
 do Patrocinio.

Às 21 horas - Cerimônia da entrega de di-
 ploma, no Cine Jará.

O Diplomando:

Pedro Lopes Souza

Endereço: Rua Humaitá, n. 1301

Anexo F16 – Baile de Formatura – Ciclo Básico, 1953

Figura 72: Baile de Formatura – Ciclo Básico, 1953 - Pedro Zafra Anaya.
Fonte: Acervo de Anaya (2016).

Anexo F17 – Fichas de acompanhamento de Estágio de Mestria - 1955

FICHA DE ESTÁGIO DO CURSO DE MESTRIA

RELATÓRIO MENSAL DE 17-3 de 1955 - ALUNO Pedro Tofa Suaya
 Local do estágio _____

1-Quais os trabalhos que executou ?
 Resp:- Plainei, retifiquei, frezei, ajustei, otoneitei matrizes etc...

2-Que ferramentas e máquinas usou ?
 Resp:- Fragadora, plaina de mesa, retifica; ferramentas: ~~forças~~ limas, e muito instrumentos de precisão como micrometros e

3-Como executou o trabalho ?
 Resp:- Estimamente, bem.

4-Executou o trabalho sózinho ?
 Resp:- Sim

5-Se foi auxiliado pelo enc^o, quais as explicações ou sugestões recebidas ?
 Resp:- Auxiliado não mas algumas pequenas explicações sim

6-Terminou o serviço depressa ? Qual o tempo ?
 Resp:- Regular

7-O trabalho saiu bem feito ?
 Resp:- Sim

8-O que disse o empregador sobre o seu trabalho ?
 Resp:- Dize que estava bem.

9-Que dificuldades encontrou devido a falta de aprendizado escolar ?
 Resp:- Não encontrei dificuldades alguma.

10-Sugestões para correção de defeitos que tenha observado na organização da oficina ou fábrica. Outras sugestões.
A industria é bem organizada, sobre isso nada
tenho a comentar, porue boa condição de higienia,
e é tudo muito limpo.

ASSINATURA: Pedro Tofa Suaya
 ALUNO

MESTRE DE OFICINA

VISTO: Benedito Alves Ferreira
 BENEDITO ALVES FERREIRA
 DIRETOR.

RELATORIO GERAL

OBSERVAÇÕES FEITAS PELOS ALUNOS COM RESPEITO A INDUSTRIA

Nome da industria : *Companhia Industrial Palmeiras - Maquinas e Moveis*
 Localidade : *Bairro do Vira Copas - Campinas*
 Secções em que estagiaram : *Ferramentaria*.

Data dos estágios : *17-3-55*

- 1- Qual a natureza dos trabalhos dessa industria ? *Fazer Maquinas de costura Singer.*
 - 2- Possui boas condições de higiene ? *Sim*
 - 3- Dispõe de assistência aos operários ? de que espécie ? *Sim - de Enfermaria completa.*
 - 4- Os operários possuem conhecimentos técnicos ? *Partes de operarios possuem conhecimentos tecnicos, assim como : chefes e supervisores*
 - 5- Ensina-se ao operário o melhor modo de trabalhar ? *Sim*
 - 6- Fiscaliz-se o operário para assegurar-se de que o trabalho está sendo feito conforme as regras estabelecidas ? *Sim*
 - 7- Os operários são especializados nas respectivas funções ? *Sim.*
 - 8- A disciplina da fabrica é boa ? *Sim.*
 - 9- Os operários são assíduos ? *Sim.*
 - 10- A industria possui muitos operários ? Quantos mais ou menos ?
no momento possui mais ou menos uns 1.200 operarios.
 - 11- Os trabalhos são feitos com rapidez, com perfeição ou com rapidez e perfeição ao mesmo tempo ?
Os trabalhos são feitos com rapidez e perfeição ao mesmo tempo.
 - 12- Quais as mais importantes maquinas e ferramentas existentes na fabrica ? *As mais importantes maquinas sao: Fregadoras, retificas, plainas de mesa, plainas verticais, plainas limadoras, tornos, e muitas outras maquinas modernas, as quais são utilizadas nas construções das maquinas Singer*
- Outras observações :

FICHA DE ESTÁGIO DO CURSO DE MESTRIA

RELATÓRIO MENSAL DE Abril de 1955 - ALUNO Pedro Lapa DuayaLocal do estágio Ferramentaria

1-Quais os trabalhos que executou ?

Resp:- Executei muitos trabalhos principalmente em reparos de matrizes, e trabalhos em máquinas em geral

2-Que ferramentas e máquinas usou ?

Resp:- Simas, chavetas, bedames, micrometro etc. as máquinas fogadores, plainas, retifica e muitas ferramentas de precisão

3-Como executou o trabalho ?

Resp:- Da maneira mais simples e eficiente.

4-Executou o trabalho sózinho ?

Resp:- Sim5-Se foi auxiliado pelo enc^o, quais as explicações ou sugestões recebidas ?Resp:- Não fui auxiliado

6-Terminou o serviço depressa ? Qual o tempo ?

Resp:- Regular

7-O trabalho saiu bem feito ?

Resp:- Sim

8-O que disse o empregador sobre o seu trabalho ?

Resp:- Disse que estava bem

9-Que dificuldades encontrou devido a falta de aprendizado escolar ?

Resp:- Encontrei dificuldade somente em trabalhar com o micrometro

10-Sugestões para correção de defeitos que tenha observado na organização da oficina ou fábrica. Outras sugestões.

Não há correção de defeitos.ASSINATURA: Pedro Lapa Duaya

ALUNO

MESTRE DE OFICINA

VISTO: Benedito Alves Ferreira

BENEDITO ALVES FERREIRA

DIRETOR.

DEPARTAMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL

ESCOLA TÉCNICA " JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL"

FICHA DE ESTÁGIO

Nome do aluno estagiário Pedro Lobra Anaya
Curso de Mestria de Mecânica de Máquinas
Nome da Industria COMPANHIA INDUSTRIAL PALMEIRAS
Data de inicio Admissões em 17/3/1955

QUALIDADE E APTIDÕES

Table with 3 columns: Question, Answer (Sim/Regular/Não), and a secondary column. Rows include questions like 'É pontual e assíduo?', 'É disciplinado?', 'É produtivo?', etc.

QUAL A SUA IMPRESSÃO A RESPEITO DO ALUNO?

É um trabalhador

- (Ótimo)
(Bom)
(Regular)
(Fraco)

Porque tem essa opinião? ... por observações pessoais

Qual o tipo de trabalho que executa melhor?

OBSERVAÇÕES : Esta ficha deverá ser preenchida pelo encarregado de cada secção. As perguntas deverão ser respondidas sublinhando em caso afirmativo a palavra SIM e em caso contrário a palavra NÃO ou REGULAR.

Número de conhecimentos faltas... Retiradas cedo ou entradas tarde

Campinas, 2 de maio de 1955
Assinatura do responsável

DEPARTAMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL

ESCOLA TÉCNICA " JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL "

FICHA DE ESTÁGIO

Nome do aluno estagiário Pedro Zaka Anaya
 Curso de Mestria de Mecânica de Máquinas
 Nome da Industria COMPANHIA INDUSTRIAL PALMEIRAS
 Data de inicio Admissão em 17-3-1955

QUALIDADE E APTIDÕES

É pontual e assíduo?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>
É disciplinado?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>
É produtivo?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>
Aprende rapidamente as novas tarefas?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>
Possue os conhecimentos básicos?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>
Faz bem a leitura de um desenho?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>
Esta leitura é interpretada nos seus mínimos detalhes?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>
Esboça um desenho com técnica necessária?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>
Executa o trabalho com rapidez?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>
Executa o trabalho com perfeição?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>
É capaz de trabalhar em tolerancias mais finas?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>
Necessita sempre de auxilio na execução do serviço?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>
Cansa-se facilmente?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>
É perseverante?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>
Tem iniciativa?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>
Conversa muito com os companheiros?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>
Adaptou-se bem no ambiente do trabalho?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>
Possue as capacidades físicas e mentais exigidas pelo trabalho?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>
Sabe utilizar-se de maquinaria com eficiência?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>
Terá qualidades pessoais para ser um bom mestre?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>

QUAL A SUA IMPRESSÃO A RESPEITO DO ALUNO?

É um trabalhador (Ótimo)
 (Bom)
 (Regular)
 (Fraco)

Porque tem essa opinião? Por OBSERVAÇÃO

Qual o tipo de trabalho que executa melhor? N.A.S. MÁQUINAS

OBSERVAÇÕES : Esta ficha deverá ser preenchida pelo encarregado de cada secção. As perguntas deverão ser respondidas sublinhando em caso afirmativo a palavra SIM e em caso contrario a palavra NÃO ou REGULAR. A impressão sobre o aluno deverá observar as suas qualidades pessoais de caráter - Inteligência etc. O encarregado sublinhará a que estiver de acôrdo com a sua opinião e dará as razões, escrevendo nas linhas pontilhadas.

Número de conhecimentos faltas Retiradas cedo ou entrada das tarde

Jaú, 13 de Março de 1955

J. Simpson
 (assinatura do responsável)

FICHA DE ESTÁGIO DO CURSO DE MESTRIA

RELATÓRIO MENSAL DE junho de 1955 - ALUNO Pedro Tafa SuayaLocal do estágio ferramentaria

1-Quais os trabalhos que executou ?

Resp:- Consertos de matrizes, peças de alta precisão para este, mesma, peças para a máquina de fazer agulhas etc.

2-Que ferramentas e máquinas usou ?

Resp:- Plano de mesa, fresadora, retífica, torno, ferramentas: fozas, limas, bedas, facedores, e muitos instrumentos de

3-Como executou o trabalho ?

Resp:- Da maneira mais fácil e bem feita.

4-Executou o trabalho sózinho ?

Resp:- sim5-Se foi auxiliado pelo enc^o, quais as explicações ou sugestões recebidasResp:- Não fui auxiliado.

6-Terminou o serviço depressa ? Qual o tempo ?

Resp:- Terminei o serviço no tempo suficiente.

7-O trabalho saiu bem feito ?

Resp:- Sim

8-O que disse o empregador sobre o seu trabalho ?

Resp:- Dizem que estava bem

9-Que dificuldades encontrou devido a falta de aprendizado escolar ?

Resp:- Não encontrei dificuldades

10-Sugestões para correção de defeitos que tenha observado na organização da oficina ou fábrica. Outras sugestões.

apesar da fabrica ser nova, estar começando agora a dar uma boa produção, ela é bem organizada, porque é dirigida por técnicos capacitadosASSINATURA: Pedro Tafa Suaya

ALUNO

MESTRE DE OFICINA

VISTO: B. A. Ferreira

BENEDITO ALVES FERREIRA

DIRETOR.

DEPARTAMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL

ESCOLA TÉCNICA " JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL "

FICHA DE ESTÁGIO

Nome do aluno estagiário *Pedro Lobo Nova*.....
 Curso de Mestria de *Mecânica de Máquinas*.....
 Nome da Industria *Companhia Industrial Palmeiras*.....
 Data de inicio *reputa-se ao mes de maio*.....

QUALIDADE E APTIDÕES

É pontual e assíduo?	<u>Sim</u>	Regular	Não
É disciplinado?	<u>Sim</u>	Regular	Não
É produtivo?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Aprende rapidamente as novas tarefas?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Possue os conhecimentos básicos?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Faz bem a leitura de um desenho?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Esta leitura é interpretada nos seus mínimos detalhes?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Esboça um desenho com técnica necessária?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Executa o trabalho com rapidez?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Executa o trabalho com perfeição?	<u>Sim</u>	Regular	Não
É capaz de trabalhar em tolerancias mais finas?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Necessita sempre de auxilio na execução do serviço?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Cansa-se facilmente?	<u>Sim</u>	Regular	Não
É perseverante?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Tem iniciativa?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Conversa muito com os companheiros?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Adaptou-se bem no ambiente do trabalho?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Possue as capacidades físicas e mentais exigidas pelo trabalho?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Sabe utilizar-se de maquinaria com eficiencia?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Terá qualidades pessoais para ser um bom mestre?	<u>Sim</u>	Regular	Não

QUAL A SUA IMPRESSÃO A RESPEITO DO ALUNO?

É um trabalhador (Ótimo
 (Bom
 (Regular
 (Fraco

Porque tem essa opinião? *Na OBSERVAÇÃO*.....

Qual o tipo de trabalho que executa melhor? *MACHINISTA*.....

OBSERVAÇÕES : Esta ficha deverá ser preenchida pelo encarregado de cada secção. As perguntas deverão ser respondidas sublinhando em caso afirmativo a palavra SIM e em caso contrario a palavra NÃO ou REGULAR. A impressão sobre o aluno deverá observar as suas qualidades pessoais de caráter - Inteligência etc. O encarregado sublinhará a que estiver de acordo com a sua opinião e dará as razões, escrevendo nas linhas pontilhadas.

Número de conhecimentos faltas..... Retiradas cedo ou entrada tarde

Jau. 15 de JUNHO de 1955.

COMPANHIA INDUSTRIAL PALMEIRAS

MAQUINAS E MÓVEIS

(assinatura do responsável)

[Assinatura]

FICHA DE ESTÁGIO DO CURSO DE MESTRIA

RELATÓRIO MENSAL DE Julho de 1955 - ALUNO Pedro LaparadnyaLocal do estágio Ferramentaria

1-Quais os trabalhos que executou ?

Resp:- Peças em matrizes, peças para a mesma e para outros fins. Peças de alta precisão etc.

2-Que ferramentas e máquinas usou ?

Resp:- As máquinas foram: torno, plaina, retífica, freza etc. Ferramentas: as ferramentas de ajustagem, de plaina de freza, torno etc.

3-Como executou o trabalho ?

Resp:- Executei o trabalho da melhor maneira possível.

4-Executou o trabalho sózinho ?

Resp:- Sim5-Se foi auxiliado pelo enc^o, quais as explicações ou sugestões recebidas ?Resp:- Não fui auxiliado

6-Terminou o serviço depressa ? Qual o tempo ?

Resp:- Em tempo necessário.

7-O trabalho saiu bem feito ?

Resp:- Sim

8-O que disse o empregador sobre o seu trabalho ?

Resp:- Disse que estava bom

9-Que dificuldades encontrou devido a falta de aprendizado escolar ?

Resp:- Não encontrei dificuldade

10-Sugestões para correção de defeitos que tenha observado na organização da oficina ou fábrica. Outras sugestões.

A indústria é dirigida por pessoas competentes, e não há defeitos.ASSINATURA: Pedro Laparadnya

ALUNO

MESTRE DE OFICINA

VISTO: Benedito Alves Ferreira

BENEDITO ALVES FERREIRA

DIRETOR.

DEPARTAMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL

ESCOLA TÉCNICA " JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL "

FICHA DE ESTÁGIO

Nome do aluno estagiário .. Pedro Lapa Amora

Curso de Mestria de .. Mecânica de Máquinas

Nome da Industria .. COMPANHIA INDUSTRIAL PALMEIRAS

Data de inicio

QUALIDADE E APTIDÕES

É pontual e assíduo?	<u>Sim</u>	Regular	Não
É disciplinado?	<u>Sim</u>	Regular	Não
É produtivo?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Aprende rapidamente as novas tarefas?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Possue os conhecimentos básicos?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Faz bem a leitura de um desenho?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Esta leitura é interpretada nos seus mínimos detalhes?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Esboça um desenho com técnica necessária?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Executa o trabalho com rapidez?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Executa o trabalho com perfeição?	<u>Sim</u>	Regular	Não
É capaz de trabalhar em tolerancias mais finas?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Necessita sempre de auxilio na execução do serviço?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Cansa-se facilmente?	<u>Sim</u>	Regular	Não
É perseverante?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Tem iniciativa?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Conversa muito com os companheiros?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Adaptou-se bem no ambiente do trabalho?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Possue as capacidades físicas e mentais exigidas pelo trabalho?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Sabe utilizar-se de maquinaria com eficiencia?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Terá qualidades pessoais para ser um bom mestre?	<u>Sim</u>	Regular	Não

QUAL A SUA IMPRESSÃO A RESPEITO DO ALUNO?

É um trabalhador

(Ótimo)

(Bom)

(Regular)

(Fraco)

Porque tem essa opinião? Por Observação

Qual o tipo de trabalho que executa melhor? Serviço em Máquinas

OBSERVAÇÕES : Esta ficha deverá ser preenchida pelo encarregado de cada secção. As perguntas deverão ser respondidas sublinhando em caso afirmativo a palavra SIM e em caso contrario a palavra NÃO ou REGULAR. A impressão sobre o aluno deverá observar as suas qualidades pessoais de caráter - Inteligência etc. O encarregado sublinhará a que estiver de acôrdo com a sua opinião e dará as razões, escrevendo nas linhas pontilhadas.

Número de conhecimentos faltas Retiradas cedo ou entra das tarde

Jau, ... 19 de JULHO de 1955

COMPANHIA INDUSTRIAL PALMEIRAS

(assinatura do responsável)

FICHA DE ESTÁGIO DO CURSO DE MESTRIA

RELATÓRIO MENSAL DE Agosto de 1955 - ALUNO Pedro Teófilo Buaya
Local do estágio _____

1-Quais os trabalhos que executou ?

Resp:- Executei varios trabalhos: peças para matrizes,
e para ~~os~~ diversas máquinas

2-Que ferramentas e máquinas usou ?

Resp:- A máquina usada foi o torno, e as ferramentas
foram as do torno,

3-Como executou o trabalho ?

Resp:- Executei o trabalho da melhor maneira
possível

4-Executou o trabalho sózinho ?

Resp:- Sim.

5-Se foi auxiliado pelo enc^o, quais as explicações ou sugestões recebidas ?

Resp:- Não fui auxiliado

6-Terminou o serviço depressa ? Qual o tempo ?

Resp:- Terminei o serviço no tempo regular

7-O trabalho saiu bem feito ?

Resp:- Sim.

8-O que disse o empregador sobre o seu trabalho ?

Resp:- Disse que estava ótimo.

9-Que dificuldades encontrou devido a falta de aprendizado escolar ?

Resp:- Não encontrei dificuldade.

10-Sugestões para correção de defeitos que tenha observado na organização da oficina ou fábrica. Outras sugestões.

A industria não há correções de defeitos porque
ela é bem organizada e é dirigida por
técnicos competentes.

ASSINATURA: Pedro Teófilo Buaya
ALUNO

J. Simões
MESTRE DE OFICINA

VISTO: Benedito Alves Ferreira
BENEDITO ALVES FERREIRA
DIRETOR.

DEPARTAMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL

ESCOLA TÉCNICA " JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL"

FICHA DE ESTÁGIO

Nome do aluno estagiário Leopoldo Tabata Anaya
 Curso de Mestria de Mecânica de Maquinarias
 Nome da Industria COMPANHIA INDUSTRIAL PALMEIRAS
 Data de inicio

QUALIDADE E APTIDÕES

É pontual e assíduo?	<u>Sim</u>	Regular	Não
É disciplinado?	<u>Sim</u>	Regular	Não
É produtivo?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Aprende rapidamente as novas tarefas?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Possue os conhecimentos básicos?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Faz bem a leitura de um desenho?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Esta leitura é interpretada nos seus mínimos detalhes?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Esboça um desenho com técnica necessária?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Executa o trabalho com rapidez?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Executa o trabalho com perfeição?	<u>Sim</u>	Regular	Não
É capaz de trabalhar em tolerancias mais finas?	<u>Sim</u>	<u>Regular</u>	Não
Necessita sempre de auxilio na execução do serviço?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>
Cansa-se facilmente?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>
É perseverante?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Tem iniciativa?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Conversa muito com os companheiros?	<u>Sim</u>	Regular	<u>Não</u>
Adaptou-se bem no ambiente do trabalho?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Possue as capacidades físicas e mentais exigidas pelo trabalho?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Sabe utilizar-se de maquinaria com eficiencia?	<u>Sim</u>	Regular	Não
Tera qualidades pessoais para ser um bom mestre?	<u>Sim</u>	Regular	Não

QUAL A SUA IMPRESSÃO A RESPEITO DO ALUNO?

É um trabalhador (Ótimo)
 (Bom)
 (Regular)
 (Fraco)

Porque tem essa opinião? NA... OBSERVAÇÃO
 Qual o tipo de trabalho que executa melhor?
 NA... MAQUINARIA

OBSERVAÇÕES : Esta ficha deverá ser preenchida pelo encarregado de cada secção. As perguntas deverão ser respondidas sublinhando em caso afirmativo a palavra SIM e em caso contrario a palavra NÃO ou REGULAR. A impressão sobre o aluno deverá observar as suas qualidades pessoais de caráter - Inteligência etc. O encarregado sublinhará a que estiver de acordo com a sua opinião e dará as razões, escrevendo nas linhas pontilhadas.

Número de conhecimentos faltas..... Retiradas cedo ou entra das tarde

Jau, 25th de... AGOSTO de 1955.

COMPANHIA INDUSTRIAL PALMEIRAS

(assinatura do responsavel)

RELATÓRIO MENSAL DE Setembro de 1955 - ALUNO Pedro Tafra Anaya
Local do estágio _____

1-Quais os trabalhos que executou ?

Resp:- Executei varios trabalhos, tanto de matrizes
como de máquinas.

2-Que ferramentas e máquinas usou ?

Resp:- As máquinas foram: torno e retifica
e as ferramentas necessarias.

3-Como executou o trabalho ?

Resp:- Executei o trabalho bem

4-Executou o trabalho sózinho ?

Resp:- Sim

5-Se foi auxiliado pelo enc^o, quais as explicações ou sugestões recebidas ?

Resp:- Não fui auxiliado.

6-Terminou o serviço depressa ? Qual o tempo ?

Resp:- Terminei o serviço no tempo que a peça necessitou

7-O trabalho saiu bem feito ?

Resp:- Sim

8-O que disse o empregador sobre o seu trabalho ?

Resp:- Dize que estava bem.

9-Que dificuldades encontrou devido a falta de aprendizado escolar ?

Resp:- Não encontrei dificuldade.

10-Sugestões para correção de defeitos que tenha observado na organização da oficina ou fábrica. Outras sugestões.

Não há sugestões para correção de defeitos, porque não
há e nem pode existir defeitos, ela é bem
dirigida por técnicos capacitados.

ASSINATURA: _____

ALUNO

MESTRE DE OFICINA

VISTO: _____

BENEDITO ALVES FERREIRA

DIRETOR.

FICHA DE ESTÁGIO DO CURSO DE MESTRIA

RELATÓRIO MENSAL DE outubro de 1955 - ALUNO Pedro Lapa Anaya
Local do estágio _____

1-Quais os trabalhos que executou ?

Resp:- Executi muito serviço (to); confção de matrizes, de máquinas operadoras etc.

2-Que ferramentas e máquinas usou ?

Resp:- A máquina foi o torn, e as ferramentas foram as que o torn necessita.

3-Como executou o trabalho ?

Resp:- Executi o trabalho de acordo com a necessidade da peça.

4-Executou o trabalho sozinho ?

Resp:- Sim

5-Se foi auxiliado pelo enq, quais as explicações ou sugestões recebidas ?

Resp:- Não fui auxiliado

6-Terminou o serviço depressa ? Qual o tempo ?

Resp:- O tempo foi regular.

7-O trabalho saiu bem feito ?

Resp:- Sim

8-O que disse o empregador sobre o seu trabalho ?

Resp:- Dize que estava bom.

9-Que dificuldades encontrou devido a falta de aprendizado escolar ?

Resp:- Não encontrei dificuldade, porque a minha capacidade estava à altura do serviço.

10-Sugestões para correção de defeitos que tenha observado na organização da oficina ou fábrica. Outras sugestões.

Não há defeitos nessa industria, porque ela é dirigida por pessoas competentes.

ASSINATURA:

Pedro Lapa Anaya
ALUNO

g. S. S. S.
MESTRE DE OFICINA

VISTO:

Benedito Alves Ferreira
BENEDITO ALVES FERREIRA
DIRETOR.

FICHA DE ESTÁGIO DO CURSO DE MESTRIA

RELATÓRIO MENSAL DE Novembro de 1955 - ALUNO Leandro Fajalça Amaro

Local do estágio _____

1-Quais os trabalhos que executou ?

Resp:- Executei varios trabalhos: tais como peças de matrizes, peças para as máquinas operadoras, montagem de motores etc.

2-Que ferramentas e máquinas usou ?

Resp:- As máquinas foram: planas, retificador etc. e as ferramentas foram as da plana, umi micrômetro calibre etc.

3-Como executou o trabalho ?

Resp:- Estimamente

4-Executou o trabalho sózinho ?

Resp:- Sim5-Se foi auxiliado pelo enc^o, quais as explicações ou sugestões recebidas ?Resp:- Não fui auxiliado

6-Terminou o serviço de praxa ? Qual o tempo ?

Resp:- Terminei no tempo regular

7-O trabalho saiu bem feito ?

Resp:- _____

8-O que disse o empregador sobre o seu trabalho ?

Resp:- Disse que estava bem.

9-Que dificuldades encontrou devido a falta do aprendizado escolar ?

Resp:- Não encontrei dificuldade.

10-Sugestões para correção de defeitos que tenha observado na organização da oficina ou fábrica. Outras sugestões.

A Indústria não há erro; possui boas condições de higiene e é dirigida por pessoas de capacidade elevada

ASSINATURA: _____

Leandro Fajalça Amaro
ALUNOFlamper
MESTRE DE OFICINA

VISTO: _____

Benedito Alves Ferreira
BENEDITO ALVES FERREIRA
DIRETOR.



Escola Industrial "Joaquim Ferreira do Amaral" de Jaú

COMPANHIA INDUSTRIAL PALMEIRAS

MAQUINAS E MOVEIS

Caixa Postal, 776

Campinas.S.P.Brasil

Ref: 10-B/4184

25 de novembro de 1955

À

Escola Industrial "Joaquim Ferreira do Amaral"
Jaú - SP.

Prezados Senhores:

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins que, o senhor Pedro Zafra Anaya, aluno do 2º ano do curso mestria, mecânica de máquinas, da Escola Industrial "Joaquim Ferreira do Amaral", da cidade de Jaú, realizou nas oficinas desta industria, no período de março de 1955, até a presente data, o estágio correspondente ao curso.

COMPANHIA INDUSTRIAL PALMEIRAS

MÁQUINAS E MÓVEIS

As) ilegível

25 de 11

de 1955

Firma reconhecida

Campinas 26 de Novembro de 1955

Anexo F18 – Professores da Escola Industrial – década de 1950.

Figura 73: Professores da Escola Industrial – década de 1950.

Pedro Zafra Anaya: Foto 01: terceiro da direita para a esquerda; Foto 02: primeiro abaixado; Foto 03: terceiro da esquerda para a direita; Foto 04: segundo da esquerda para a direita.

Fonte: Acervo de Anaya (2016).

Anexo F19 – Contagem de Tempo de Serviço - Pedro Zafra Anaya – 1950-1955

Ilmo Sr. Diretor da E.E.S.G. "Joaquim Ferreira deo Amarel " Jaú

Pedro Zafra Anaya, RG 2.248.716, brasileiro, casado, residente e domiciliado à rua Humayta nº 1.301 nesta cidade , E.S. Paulo , vem ~~mui~~ muito respeitosamente requerer a V.S. uma certidão de / tempo de estudo em que frequentou nesse estabelecimento de ensi no os Cursos de Mecânica de Máquinas , realizados no período de 1950 a 1955 .

Nestes Termos
P. Deferimento

Jaú, 30 junho de 1.983




30/06/13

CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

(Para fins da Lei nº 6226/75, com as alterações da Lei nº 6864/80 e Decreto nº 85859/81)

Orgão Expedidor: EESG. "JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL"							
Nome do Aluno: PEDRO ZAFRA ANAYA - RG. 2.248.716							
Curso (s): Industrial Básico de Mecânica de Máquinas Curso de Mestría de Mecânica de Máquinas							
Período compreendido nesta Certidão: 01 / 03 / 1950 a 30 / 11 / 1955							
Fonte de Informação: Livro de Matrícula e Prontuário da então Escola Industrial "Joaquim Ferreira do Amaral"							
F R E Q U Ê N C I A							
Ano	Tempo Bruto	DÉBITOS					Tempo Líquido
		Faltas	Licenças	Suspens.	Outras	Abonos	
1950	365	-	-	-	-	-	306
1951	365	-	-	-	-	-	365
1952	366	-	-	-	-	-	366
1953	365	-	-	-	-	-	365
1954	365	-	-	-	-	-	365
1955	365	-	-	-	-	-	334
SOMA TEMPO LÍQUIDO:							2101

OBSERVAÇÕES: 1. Os cursos industriais básicos eram cursos profissionalizantes, por força da Lei, com quatro anos de duração, com jornada de oito horas diárias, com disciplinas de Cultura Geral e disciplinas de Cultura Técnica, inserindo-se nestas as práticas em oficinas e ou laboratórios (Decreto-Lei Federal 4073 de 30/01/42, artigos 3º, 9º § 1º e 16; Artigos 10 e 15 do Decreto-Lei Estadual 13125 de 15/12/42 e Artigo 738 do Decreto Estadual 17698 de 26/11/47). 2. O curso de Mestría, ordem de ensino do 1º ciclo (artigo 23 § único do Decreto-Lei Federal 4073 e artigo 730 do Decreto Estadual 11698/47) tinha duração de dois anos, reservando-se "metade do Tempo para estágio" (artigo 21 do Decreto-Lei Estadual nº 13125/42, artigo 2º, item 2). 3. O curso constava de disciplinas de Cultura Geral e Cultura Técnica, inserindo-se nestas aulas práticas de oficinas e ou laboratórios. 4. O ano escolar dividia-se em dois períodos letivos: dez meses letivos e período de férias de dois meses, Decreto Lei Estadual 13125/42). A Escola foi equiparada pelo Governo Federal dentro do Plano da Lei Orgânica do Ensino Industrial pelo Decreto-Lei nº 11305 de 13/01/43 -- Cadastro Ministerial de Educação e Cultura - Divisão Ensino Industrial nº 51.

CERTIDÃO

Eu, BENEDITO ALVES FERREIRA, para fins de averbação de Tempo de Serviço, atendendo ao Despacho do senhor Diretor exarado no requerimento protocolado sob nº 39 / 83, fls. 06, que nos registros escolares da Escola Estadual de Segundo Grau "Joaquim Ferreira do Amaral", em Jaú, consta haver PEDRO ZAFRA ANAYA -
RG. 2.248.716, frequentando este estabelecimento de ensino no período compreendido entre 01 / 03 / 1950 a 30 / 11 / 1955, tendo frequência de 2.101 dias assim discriminados: 1ª série 306 dias; 2ª série 365 dias; 3ª série 366 dias; 4ª série 365 dias, 1ª série do curso de Mestría 365 dias e 2ª série 334 dias.

Totalizando 2.101 (dois mil, cento e um) dias.

Toda mais sendo requerido, eu Aparecida Nancy Zanatto da Silva, passei a presente Certidão que vai por mim assinada e pelo senhor Diretor Professor Benedito Alves Ferreira.

Jaú, 23 de setembro de 1983.

Certidão

O Diretor da EESE "Joaquim F. do Amaral", em juízo, certifica que nesta data foi fornecido ao portador desta, Pedro Zafra Anaya, RG. 2.248.716, para efeito das leis nº 6.226 de 14/07/75, com as alterações da lei nº 6.864 de 01/12/80, Certidão e tempo de serviço consignando o tempo líquido de efetivo exercício de 2101 dias, correspondente a: 5 (cinco) anos, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias.

abrangendo o período de 1950 a 1955

2101 365
 276 9 5
 0 6

fui _____, _____, _____

carimbo
 Nancy

carimbo
 Diretor

CERTIDÃO

CERTIFICO, para fins de averbação de Tempo de Serviço, atendida ao Despacho do senhor Diretor exarado no requerimento protocolado sob nº 39/83, fls. 6, que nos registros escolares da Escola Estadual de Segundo Grau "Joaquim Ferreira do Amaral", em Jaú, consta haver Recho Zafra Amaya RG. 2.248.716, frequentado este estabelecimento de ensino no período compreendido entre 01/03/50 a 30/11/55, tendo frequência de 2101 dias assim discriminados: 1ª ser. 306 d. 2ª ser. 365 d. 3ª ser. 366 d. 4ª ser. 365 d. 1ª ser. do curso de Mestrado 365 e 2ª ser. 334 d.

Totalizando 2101 (dois, cento e um) dias

Nada mais sendo requerido, eu Aparecida Nancy Zanatta da Silva passei a presente Certidão que vai por mim assinada e pelo senhor Diretor Professor Benedito Alves Ferreira.

Jaú, _____ de _____ de 19____

CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

(Para fins da Lei nº 6226/75, com as alterações da Lei nº 6864/80 e Decreto nº 85850/81)

Orgão Expedidor:

Nome do Aluno: Pedro Zafra Anaya R.G. 2.248.716

Curso (s): Industrial Básico de Mecânica de maq. mestria de " " " "

Período compreendido nesta Certidão: 01/03/50 a 30/11/55

Fonte de Informação:

FREQÜÊNCIA

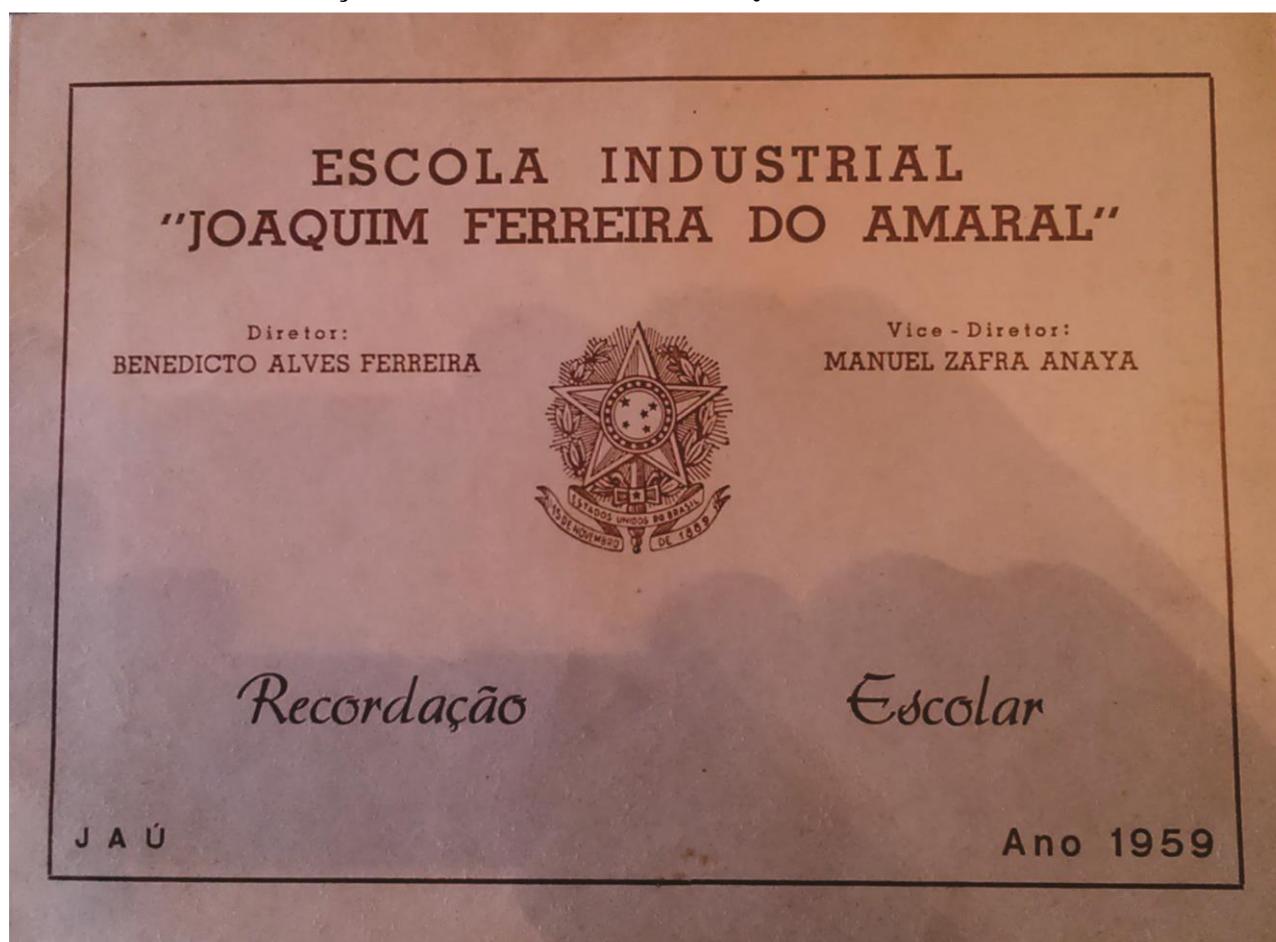
Ano	Tempo Bruto	DEDUÇÕES					Tempo Líquido
		Faltas	Licenças	Suspens.	Outras	Abonos	
1ª 1950	365						306
2ª 1951	365						365
3ª 1952	366						366
4ª 1953	365						365
1ª 1954	365						365
2ª 1955	365						334
SOMA TEMPO LÍQUIDO:							2101

OBSERVAÇÕES: 1- Os cursos industriais básicos e os cursos profissi-
onalizantes, por força de Lei, com quatro anos de duração, com jor-
nada de oito horas diárias, com disciplinas de Cultura Geral e dis-
ciplinas de Cultura Técnica, inserindo-se nestas as práticas em
oficinas e ou laboratórios. (Decreto Lei Federal 4073 de 30/01/42,
artigos 3º, 9º § 1º e 16; Artigos 10 e 15 do Decreto-Lei Estad. -
13125 de 15/12/42 e Artigo 738 do Decreto Estadual 17698 de 26/
11/47). 2- O ano escolar dividia-se em dois períodos letivos: -
dez meses letivos e período de férias de 2 meses. Decreto Lei Es-
tadual 13125/42. A Escola foi equiparada pelo Governo Federal den-
tro de Plano da Lei Orgânica do Ensino Industrial pelo Decreto
Lei nº 11305 de 13/01/43. Cadastro Ministerial de Educação e Cul-
tura - Divisão Ensino Industrial nº 51.

Anexo F20 – Pedro Zafra Anaya em diversos momentos – década de 1950

Figura 74: Pedro Zafra Anaya em diversos momentos – década de 1950.
Fonte: Acervo de Anaya (2016).

Anexo F21 – Recordação Escolar - Pedro Zafra Anaya – 1959



Anexo F22 – Objetos produzidos por alunos na Escola Industrial na década de 1950

Figura 75: Pedro Zafra Anaya e Therezinha Grossi Zafra (esposa) com objetos produzidos na década de 1950.

Fonte: Acervo de Anaya (2016).

Anexo F23 – Ferramentas e moldes da Escola Industrial na década de 1950

Figura 76: Ferramentas e moldes da década de 1950.
Fonte: Acervo de Anaya (2016).

Anexo F24 – Entrevista concedida em 05 de novembro de 2016

Eu comecei estudar na escola em 1949, aí me formei no Ginásio, que era Ginásio Industrial, terminei em 53, depois foi feito Mestria, que foi um ano na escola, depois mais o outro ano que foi o estágio, que fiz em Campinas, e acabei em 55, tem até quadro na escola.

Naquela época que a gente estudava o curso era mais intensivo, estudava em um período só aula teórica e no outro período era só aula prática, então os alunos tinham muita aula de prática. Eu fiz Mecânica de Máquinas.

A gente, quando estudava tinha Fundação, Mecânica, Marcenaria, então os alunos passam por todas essas áreas e no próximo ano que ele ia escolher qual área que se interessava mais. Na fundição fundia as peças, a mecânica fazia a parte de trabalho na própria parte fundida.

Meu irmão²² estudava na escola e acho que uma coisa puxa outra, inclusive ele foi assistente de diretor e a gente seguiu mais ou menos a mesma linha. Eu fui fazendo o curso e fui gostando porque aprendia de tudo; os meus filhos, depois que cresceram, foram para lá também, eles sabem fazer de tudo. A gente aprendia de tudo, tanto que muita coisa que a gente faz em casa aprendeu naquela época; não é como hoje, não aprende muita coisa, é mais teórico.

Quando terminei o Mestria tinha uns dezesseis ou dezessete anos, era menor de idade e fazia estágio em Campinas.

Quando entrei na escola ela tinha somente 7 anos de funcionamento, o pessoal fazia a Industrial para aprender um ofício, porque tinha a outra escola, Caetano Lourenço²³, que era para quem ia fazer outros tipos de curso, e aqui [**na Industrial**] realmente ia sair profissional, para aprender um ofício, e falavam “vou na Industrial porque lá aprende uma profissão”.

Para ingressar eu não me lembro se fiz uma prova para ingressar, porque saía, por exemplo, da outra escola, da escola comum, que falava grupo, e vinha para a Industrial; não me lembro mesmo se tinha prova ou se era automático. O grupo eu fiz no Magalhães²⁴, era aqui pertinho [**na área central da cidade**], perto da Industrial.

²² Manoel Zafra Anaya.

²³ Escola Estadual Caetano Lourenço de Camargo, conhecida como Instituto.

²⁴ Escola Estadual Dr. Domingos de Magalhães.

O pessoal que frequentava o Instituto parecia que tinha outra cabeça, não era cabeça de profissionalização, trabalhar mesmo; o pessoal que vinha na Industrial era mais para aprender trabalhar. No Instituto era pensando na Faculdade, um curso mais elite, tanto é que tinha certa rivalidade quando tinha festividade, jogos, entre Instituto e Escola Industrial, época de desfile, 7 de Setembro, Aniversário da Cidade, então tinha essa rivalidade. O Colégio Academia era mais a parte de Contabilidade e não tinha rivalidade [**com a Escola Industrial**].

Quando terminei o estágio, vim para Jaú, ainda não estava com muita prática, trabalhei em outras indústrias, como Masiero²⁵, e depois começou surgir algumas aulas na escola, porque faltava um professor e faltava outro, e meu irmão que já era assistente na época falou assim: “então, pega umas aulinhas só para substituir”, eu comecei assim, substituindo um professor e outro, aí foi tomando corpo a coisa e fui dando aula e fazendo outros cursos; nós fomos fazer o Esquema II²⁶, um aperfeiçoamento, pois, como era o Mestria, não tinha a Licenciatura, foi na UFSCar [**em 1977**], em um ano e meio para ter a Licenciatura.

Eu lecionei aí [**Escola Industrial**] trinta e cinco anos e mais o tempo que eu fui estudante, então para mim foi quase uma vida ali dentro da escola, então a gente conhecia quase tudo lá. Eu sempre gostei de lecionar, inclusive a gente sempre bolava serviço, desenhava, inclusive tenho muitas coisas que a gente fazia na época, pegava com os alunos e fazia, principalmente na parte de fundição, fundia, depois ia na oficina e plainava, ia montando, eu gostava de inventar coisas. Inclusive nós fizemos máquinas também, máquina de furar, fizemos máquina de serrar, chegamos até em conjunto com outro professor fazer fresadora, e estão na escola ainda essas máquinas²⁷; eu gostava daquilo que fazia.

²⁵ Masiero Industrial S. A., atua em Jaú desde 1924.

²⁶ Curso de Formação de Professores.

²⁷ Está sendo realizado levantamento das máquinas citadas para que essas façam parte do Centro de Memórias que se encontra em desenvolvimento.

Anexo F25 – Pedro Zafra Anaya em 2016

Figura 77: Pedro Zafra Anaya em 2016.
Fonte: Acervo do autor (2016).

ANEXO G – THEREZINHA GROSSI ZAFRA
Anexo G1 – Capa do prontuário de 1955



73/02502

COLA INDUSTRIAL "JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL" DE JAU

MATRICULA N. 310

REFERÊNCIA 37-Ce.

FICHA DE MATRICULA E NOTAS

Aluna: Therezinha Grossi de Jau Matricula em 19 / 3 / 19 55
de Jau Nascido em 24 de Maio de 19 42

Pai José Grossi Pai Brasileiro
Mãe Francisca Canossa Mãe
Nacionalidade

Religião


Cidade Jau Fone :

Endereço: Rua Machuelo nº 166 de Grupo Escolar Dr. Padua Sales

Observações:

Anexo G2 – Certidão de nascimento

ESTADO DE SÃO PAULO



CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
Gumercindo Garcia Floret
SUCESSOR
JAÚ - E. S. Paulo

COMARCA **MUNICIPIO**
E DISTRITO DE JAÚ

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Gumercindo Garcia Floret João Pereira Lima
OFICIAL SUCESSOR OFICIAL MAIOR

N.º 23.915 Livro: 103 Fls.: 269v.

CERTIFICO que no livro n.º cento e tres

de assentos de nascimentos, está registrada uma criança do sexo feminino

nascida neste distrito de Jaú, no dia vinte e quatro de Maio

de mil novecentos e quarenta e dois (1942)

às uma horas cinco minutos, em a Bairro

de Anhumas n.º _____

com nome de Therézinha Grossi

filho de José Grossi

e Dona Francisca Bauessa

são avós paternos Domingos Grossi

e Dona Rosa Fátima

são avós maternos Pedro Bauessa

e Dona Luzia Blasieli

Registro escriturado no dia 27 de Maio de 1942.

Observações: _____

O referido é verdade e dou fé.


Jaú, 27 de Fevereiro de 1955

O oficial
Gumercindo Garcia Floret

Destá: C. B. S. Ap. Crs. 24.160

Firma no TABELIAO LUI BERATO
Rua S. Bento, 406 - Favela Martimelli
SÃO PAULO

Firma no Tab. LUI SIMES LOPES
R. S. A. R. P. 156 - RIO



Anexo G3 – Requerimento de matrícula

Ilmo. Sr. Diretor da

ESCOLA INDUSTRIAL " JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL" DE JAÚ.


.....Therezinha... Grossi....., tendo sido aprovad..
no exame de admissão à 1ª série do Curso Industrial, (~~Noturno~~.....
vem respeitosamente réquerer a V. S. sua matrícula nesse estabelecimento.


P.D.

Jaú, 24...de...Fevereiro.....de 1955

Nome da candidata...Therezinha...Grossi.....
FILIAÇÃO Nome do pai ...José...Grossi.....
Nome da mãe ...Francisca...Canossa.....
Natural de ...Jaú.....
Data do nascimento .24...de...Maio.....de 19...42.....
Profissão do pai ...Industrial.....
Nacionalidade do pai ...Brasileiro.....
Residência ...Rua Riachuelo...nº 166.....
É diplomad...? ...sim.....
Por que escola? ...Grupo...Escolar...Dr. Pádua...Sales.....

Anexo G4 – Atestado de aptidão física e psíquica expedido em 1955


SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
 DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO ESTADO
 DIVISÃO DO SERVIÇO DO INTERIOR




364
A TESTADO

Atesto que o Roberto Grossi
 com 12 de idade, filho de João Grossi

acha-se em estado aparente de integridade física e mental, não sofre de doença contagiosa ou repugnante e foi nesta data 12 vacinado contra a variola, nada havendo, portanto, que o impossibilite de matricular-se na Escola Industrial

Jau, 23 de Fevereiro de 1955

Jau, 23 de Fevereiro de 1955
J. Abílio Grossi



Mod. 151 - A 89
 1668 - 9.58

Anexo G5 – Quadro de notas e faltas – Corte e Costura, 1ª série, 1955 – frente e verso

17

MATRÍCULA N.º

ESCOLA TÉCNICA «JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL», DE JAÚ

ALUNO Therezinha Grossi IDADE 12 RESIDÊNCIA Riachuelo 166

SECCÃO Industrial CURSO Corte e Costura

SÉRIE 1.ª ANO DE 195 5 REPETENTE não SECCÃO Feminina

QUADRO GERAL DE NOTAS

Meses	CULTURA GERAL					CULTURA TÉCNICA							Prát. Educativas		
	Português	Matem.	Ciências	Geografia	Desenho	Tecnologia	OFICINA				Ed. Física	Canto	Ed. Domést.		
							CostuRe	BorC	RouBr						
Março	95	70	20	45	-	70	-	50	-	-	-	-	-	-	
Abril	95	55	30	45	-	65	-	-	70	-	-	-	-	-	
Maio	100	85	45	50	55	85	75	65	-	-	-	-	-	-	
Agosto	75	70	25	55	-	80	-	-	80	70	-	-	-	-	
Setembro	70	55	65	65	-	65	-	50	-	-	-	-	-	-	
Outubro	75/75	80/60	65/65	65/65	-	75/75	-	-	90	80	-	-	-	-	
Médias	85,00	68,12	48,12	59,37	-	73,75	-	55,00	80,00	75,00	-	-	-	-	
1.º Exame	95	100	75	50	-	95	-	43	46	53	-	-	-	70	
2.º Exame	85	40	45	55	-	40	-	31	60	55	-	-	-	-	
Méd. Cond.															
Ex. Oral	40	80	45	75											
2.ª Época															
Nota Final	84	42	53	60		70		43	62	61					

NOTA FINAL DE { Cultura Geral 67
Cultura Técnica 59

NOTA FINAL DE { Promoção 63
Conclusão

QUADRO GERAL DE AULAS, FALTAS E PORCENTAGENS

Meses	CULTURA GERAL										CULTURA TÉCNICA								Práticas Educativas					
	Português		Matem.		Ciências		Geog.		História		Desenho		Tecnologia		OFICINA				Ed. Física		Canto		Ed. Domést.	
	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F
Março	15	-	13	-	8	-	8	-	-	-	26	2	-	-	23	2	5	1	6	-	8	-	-	-
Abril	15	1	12	2	8	2	8	2	-	-	18	-	-	-	20	3	8	1	8	-	8	-	8	-
Maio	17	1	13	1	9	-	9	1	-	-	24	-	-	-	22	-	8	1	9	9	9	-	-	-
Junho	17	-	13	4	8	-	9	-	-	-	26	-	-	-	22	-	2	-	8	-	8	-	8	-
Agosto	17	-	12	-	9	-	9	1	-	-	24	-	-	-	23	2	9	-	9	1	9	-	-	-
Setemb.	16	-	13	1	7	-	8	-	-	-	25	-	-	-	20	-	8	-	8	-	8	-	8	-
Outubro	16	-	11	1	8	1	8	-	-	-	24	-	-	-	20	-	4	-	8	-	8	-	8	-
Novemb.	16	-	11	-	8	-	8	-	-	-	24	-	-	-	20	-	4	-	8	-	8	-	8	-
TOTAL A e F	129	2	98	5	65	3	68	4			191	2			170	7	48	3	64	10	66	-	-	-
PORCENT. DE FALTAS																	94%		97%		100%			

MÉDIAS

CULTURA GERAL

M. Aproveit.

1.º Exame

2.º Exame

+ 3 = M. Condicional..... Exame Oral.....

CULTURA TÉCNICA

M. Aproveit.

1.º Exame

2.º Exame

+ 3 = M. Final.....

Anexo G6 – Quadro de notas e faltas – Corte e Costura, 2ª série, 1956 – frente e verso

ESCOLA TÉCNICA «JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL», DE JAÚ

MATRÍCULA N.º 310

ALUNO THEREZINHA GROSSI

IDADE RESIDÊNCIA

SEÇÃO INDUSTRIAL

CURSO CORTE E COSTURA

SÉRIE 2ª ANO DE 1956

REPETENTE SEÇÃO FEMININA

QUADRO GERAL DE NOTAS

MÊSES	CULTURA GERAL					CULTURA TÉCNICA										Prát. Educativas		
	Português	Matem.	Ciências	GEOGRAF.	História	Desenho	Tecnologia	OFICINA						Ed. Física	Canto	Ed. Domést.		
								Corte	Costura	Resd. Bord.	Resd. Bord. e Lap. e San.	—	—				—	—
Março	90	60	25	60	—	60	45	50	50	—	—	—	—	—	—	90	80	
Abril	75	30	65	65	—	60	45	50	—	45	50	—	—	—	—	75	85	
Maio	85	40	30	55	—	55	60	60	60	—	—	—	—	—	—	90	85	
Junho	80	30	45	60	—	65	65	50	—	50	40	—	—	—	—	90	80	
Agosto	90	50	60	60	—	65	35	40	—	60	50	—	—	—	—	70	70	
Setembro	70	30	60	75	—	55	90	65	65	—	—	—	—	—	—	80	80	
Outubro	80	45	80	70	—	75	65	85	—	80	60	—	—	—	—	80	95	
Novembro	80	70	45	90	—	80	65	60	60	—	—	—	—	—	—	100	100	
Médias	81	44	55	64	—	64	59	58	59	59	50	—	—	—	—	84	84	
1.º Exame	80	70	45	50	—	70	65	41	42	52	52	—	—	—	—	—	57	
2.º Exame	80	85	70	65	—	55	40	59	44	32	37	—	—	—	—	—	—	
Méd. Cond.	80	66	53	67	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Ex. Oral	80	20	45	60	—	—	60	—	—	—	—	—	—	—	—	—	40	
2.ª Época	321	229	215	242	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Nota Final	80	57	54	61	—	63	56	53	48	48	46	—	—	—	—	—	—	

NOTA FINAL DE Cultura Geral 6,3
Cultura Técnica 52,3

NOTA FINAL DE Promoção 57,6
Conclusão

QUADRO GERAL DE AULAS, FALTAS E PORCENTAGENS

Mês	CULTURA GERAL										CULTURA TÉCNICA										Práticas Educativas					
	Português		Matem.		Ciências		Geog.		História		Desenho		Tecnologia		OFICINA						Ed. Física		Canto		Ed. Domést.	
	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F	A	F		
Março	13	0	12	0	8	0	8	0	—	—	22	0	4	0	22	0	5	0	8	0	7	0	—	—	—	—
Abril	13	0	12	0	7	0	8	0	—	—	26	0	4	0	21	1	6	0	7	0	8	0	—	—	—	—
Maio	14	0	11	0	8	0	9	1	—	—	26	0	5	0	22	0	5	1	8	0	4	0	—	—	—	—
Junho	13	0	12	0	9	0	8	0	—	—	12	0	4	0	20	0	6	0	9	0	8	0	—	—	—	—
Agosto	13	0	13	0	8	0	9	0	—	—	26	0	5	0	22	0	9	1	7	1	10	0	—	—	—	—
Setemb.	12	0	11	0	7	0	7	0	—	—	22	0	3	0	19	0	8	0	7	0	7	0	—	—	—	—
Outub.	13	0	13	0	8	0	9	0	—	—	26	0	5	0	23	1	8	0	9	0	8	0	—	—	—	—
Novemb.	14	0	11	0	8	0	7	0	—	—	22	0	4	0	21	0	7	0	8	0	7	0	—	—	—	—
TOTAL A e F																	48	2	63	1	62	0	—	—	—	—
PORCENT. DE FALTAS																	96%		98,4%		100%					

MÉDIAS

CULTURA GERAL

M. Aprov.

1.º Exame

2.º Exame

3 = M. Condicional Exame Oral

CULTURA TÉCNICA

M. Aprov.

1.º Exame

2.º Exame

3 = M. Final

Anexo G7 – Requerimento de matrícula

EXMO. SR. DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA «JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL»

filha de Therezinha Grossi e de
José Grossi
Francisca Camessa Grossi, nascido no dia 24 de
Maio de 1942, residente em Jaú à rua
Pródromo n.º 166 Telefone —, tendo sido
 aprovada na 2ª Série do Curso Industrial Básico
 vem mui respeitosamente requerer a V. S. sua matrícula na 3ª Série do referido curso.

Nestes termos

P. Deferimento

Jaú, 21 de Janeiro de 1957.

Therezinha Grossi
 Assinatura do candidato

José Grossi
 Assinatura do pai ou responsável

Anexo G8 – Requerimento de exame em segunda época

ILMO. SR. DIRETOR DA

ESCOLA INDUSTRIAL "JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL", DE JAÚ

.....*Chuzinha Gossi*.....abaixo assinado,
 aluno da *4ª*.....Série de *Corte e Costura*..... do Curso *Básico*.....
Industrial....., dessa escola, inabilitado em 1ª época dos exa-
 mes finais, das disciplinas de Cultura *(geral)*.....*Matemática*.....
vem, mui respeitosamente, requerer a V.
 S., a prestação dos referidos exames em SEGUNDA ÉPOCA.

Nestes termos

P. Deferimento

Jaú, ..*2*... de *Setembro*.....19*59*

.....*Chuzinha Gossi*.....

A.

Anexo G9 – Requerimento de inscrição para ingresso no Curso de Mestria

Ilmo. Sr. Diretor da Escola "INDUSTRIAL"

"JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL"

Nesta

Therezinha Grossi filha de José Grossi, e de dona Francisca Canossa, nascida aos 24 de Maio de 1942, residente nesta cidade, à Rua Riachuelo, 166, vem mui respeitosa e requerer a V.Sa sua inscrição entre as candidatas ao Exame Vestibular do Curso de Mestria de Corte e Costura, anexo a essa Escola .

Nestes Termos

P. Deferimento

Jahu, 17 de Fevereiro de 1959

Therezinha Grossi
a/ Therezinha Grossi



Reconheço a Therezinha Grossi
Jahu, 17 de Fevereiro de 1959
[Signature]



Anexo G10 – Atestado de aptidão física e psíquica expedido em 1959

SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO ESTADO
DIVISÃO DO SERVIÇO DO INTERIOR

471

A T E S T A D O

Atesto que o Therézinha Grossi
com 16 de idade, filha de José Grossi
acha-se em estado aparente de integridade física e mental, não sofre de doença contagiosa ou repugnante e foi nesta data 14 vacinado contra a variola, nada havendo, portanto, que o impossibilite de trabalho e estudos
não é portador de sífilis
ou de outras doenças
José, 16 de fevereiro de 1959 de 19... 59

BRASIL
IMPOSTO DO SELO
3
CRUZEIROS
DE 1959

SECRETARIA DA FAZENDA DO EST. DE SÃO PAULO
APOSENTADORIA DE SERVIDORES DA JUSTIÇA
10
CENTAVOS
DE 1959

SECRETARIA DA FAZENDA DO EST. DE SÃO PAULO
APOSENTADORIA DE SERVIDORES DA JUSTIÇA
20
CENTAVOS
DE 1959

SECRETARIA DA FAZENDA DO EST. DE SÃO PAULO
APOSENTADORIA DE SERVIDORES DA JUSTIÇA
20
CENTAVOS
DE 1959

Cartório do 1.º Ofício - JAU - EST. S. PAULO
Escritório habilitado
Jornal Anual de Baixos

Assistência aos Médicos
1
CRUZEIRO
DE 1959

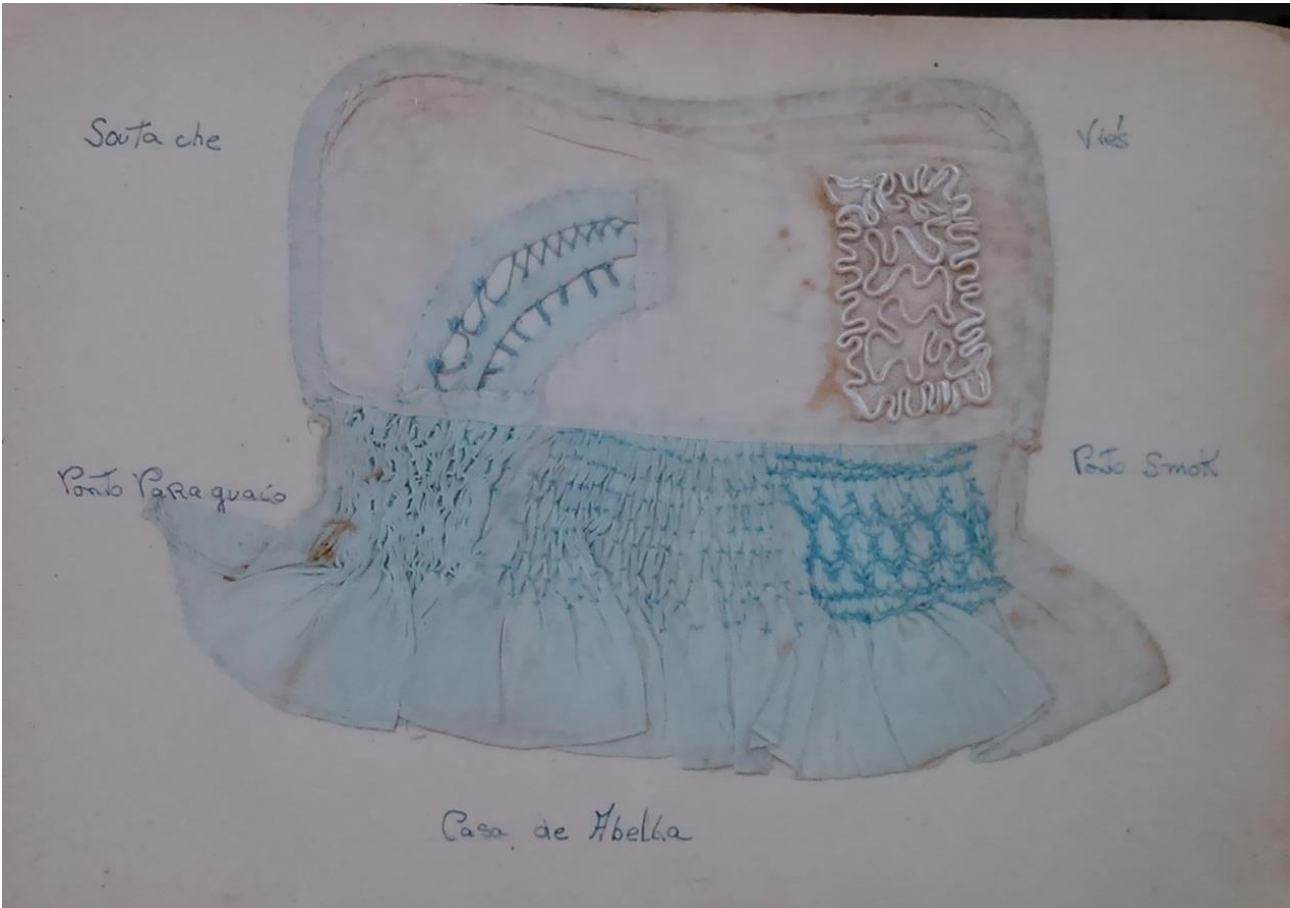
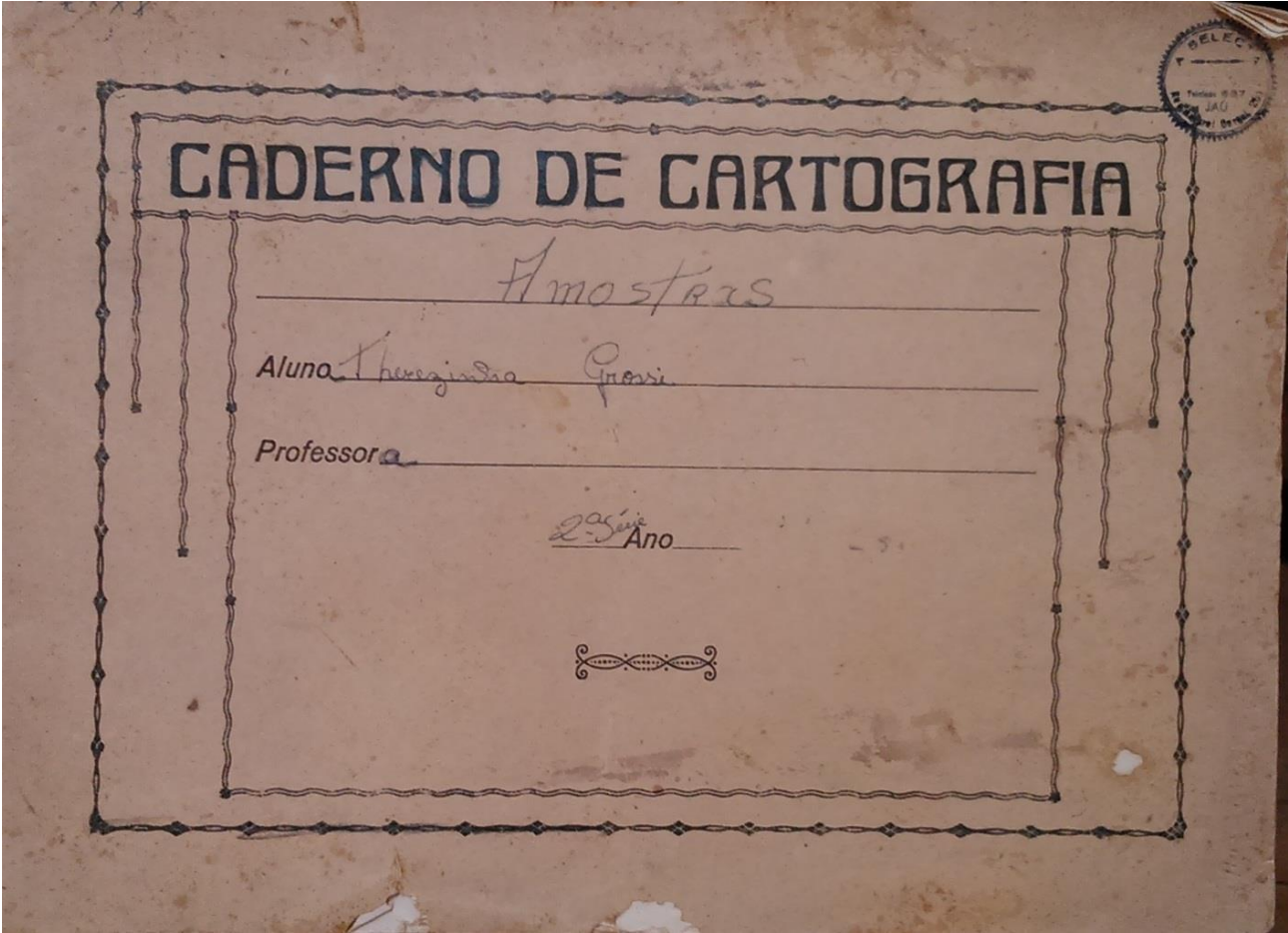
Reconheço a assinatura
[assinatura]
Jau, 14 de fevereiro de 1959
Em test. [assinatura] (da verdade)

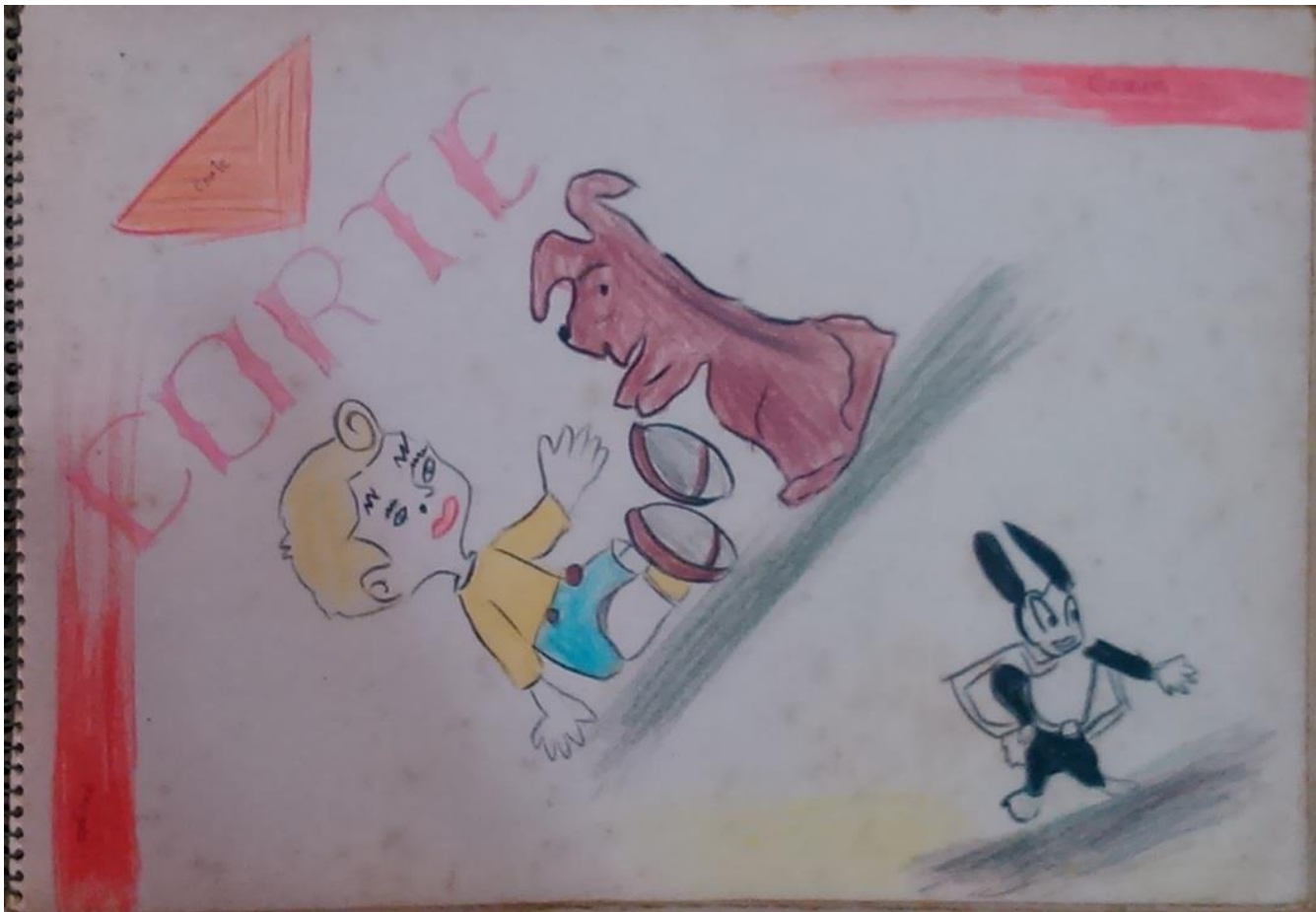
Mod. DSI - A-80
1.500,000 - 9 - 80

Anexo G11 – Professoras e alunas da Escola Industrial de Jaú na década de 1950

Figura 78: Professoras e alunas da Escola Industrial de Jaú na década de 1950.
Fonte: Acervo de Zafra (2016).

Anexo G12 – Cadernos de atividades





CALÇA

1- Traca-se um angulo reto
2- No canto do angulo coloca-se a letra A
3- $AB = \frac{1}{2}$ da medida dos cadentes + duas alturas
4- Liga-se a linha B
5- $BE = G = +$ uma altura
6- Busca-se a altura encontrar a linha B
7- $EP =$ duas alturas
8- $DE = \frac{1}{2}$ da medida de AB
9- EG ligase a ponto G no P
10- $PE =$ medida de entre pernas
11- $IJ = 3$ alturas
12- Liga-se FAD e JAA
13- Liga-se GAX com uma linha curva
14- Mede-se o quiceto tem de XaG e coloca-se XaG
15- $AG =$ medida de comprimento
16- Busca-se o retangulo e desce-se a linha do ponto J
17- $KAL =$ uma altura
18- Liga-se JAL e IAA
19- $NMLK$ e $FOD =$ uma altura
20- Liga-se Oax

DESCRIPÇÃO DA GOLA

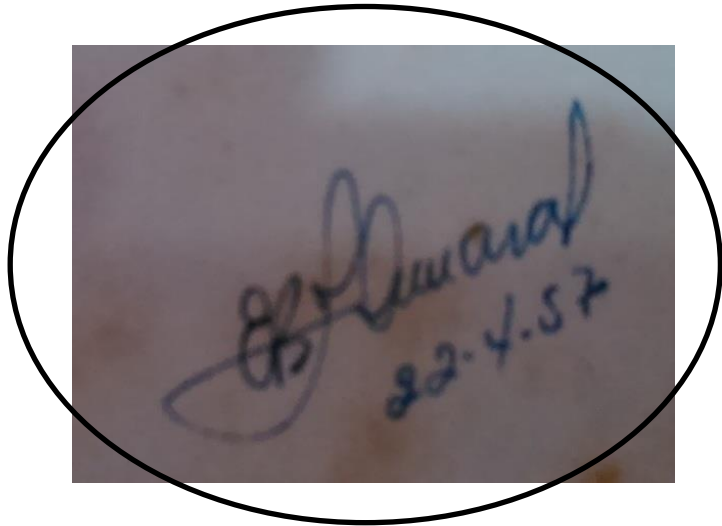
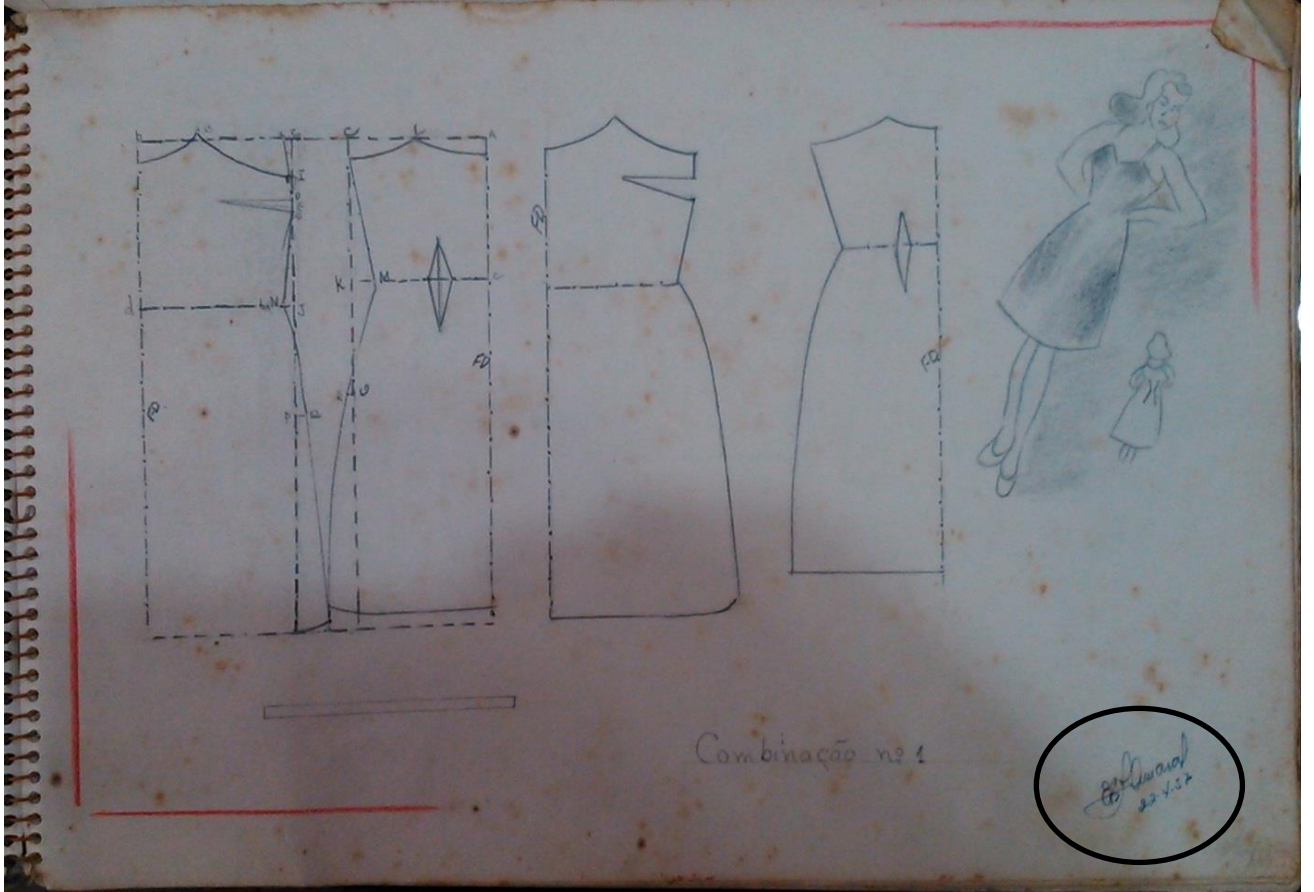
- 1- Traca-se um retangulo $ABCD$
- 2- $AB =$ metade da medida do decote
- 3- $BC = AD =$ largura da gola
- 4- arredonda-se o angulo A
- 5- $BE = \frac{1}{2}$ cm (mais cm)
- 6- $CF = 2$ cm
- 7- Liga-se com uma linha curva com a curva FAD e BAA

CAMISOLA

SAIA

BOLSA

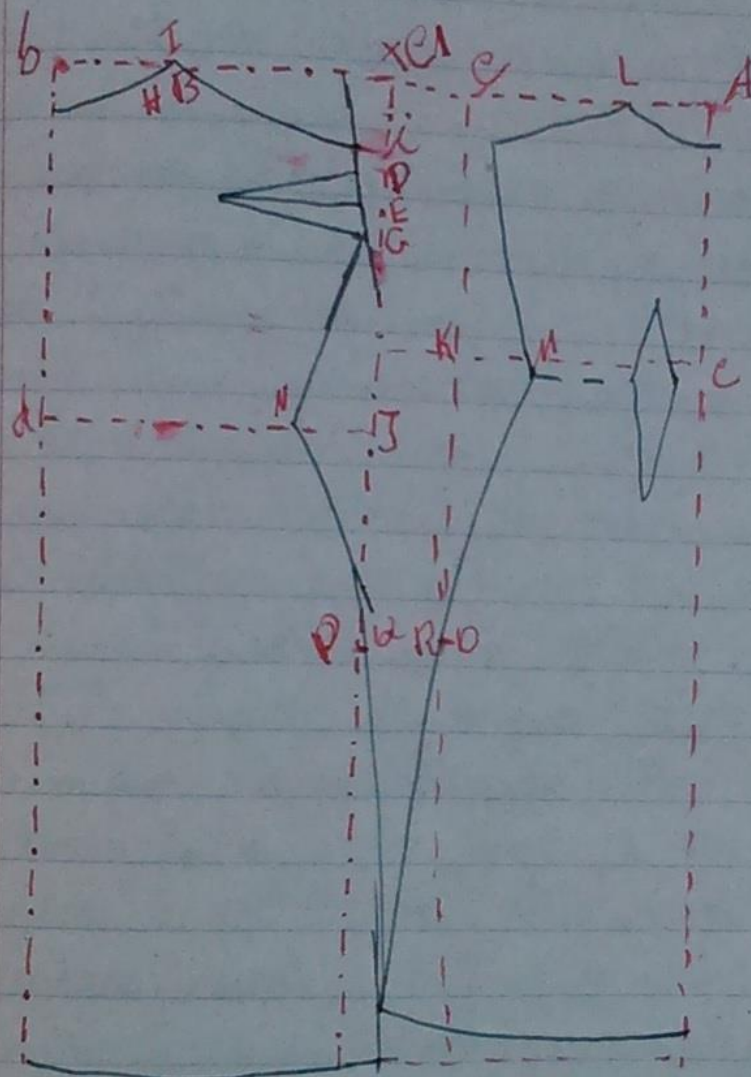




Tecnologia
Therézinha Grossi

3^a Série

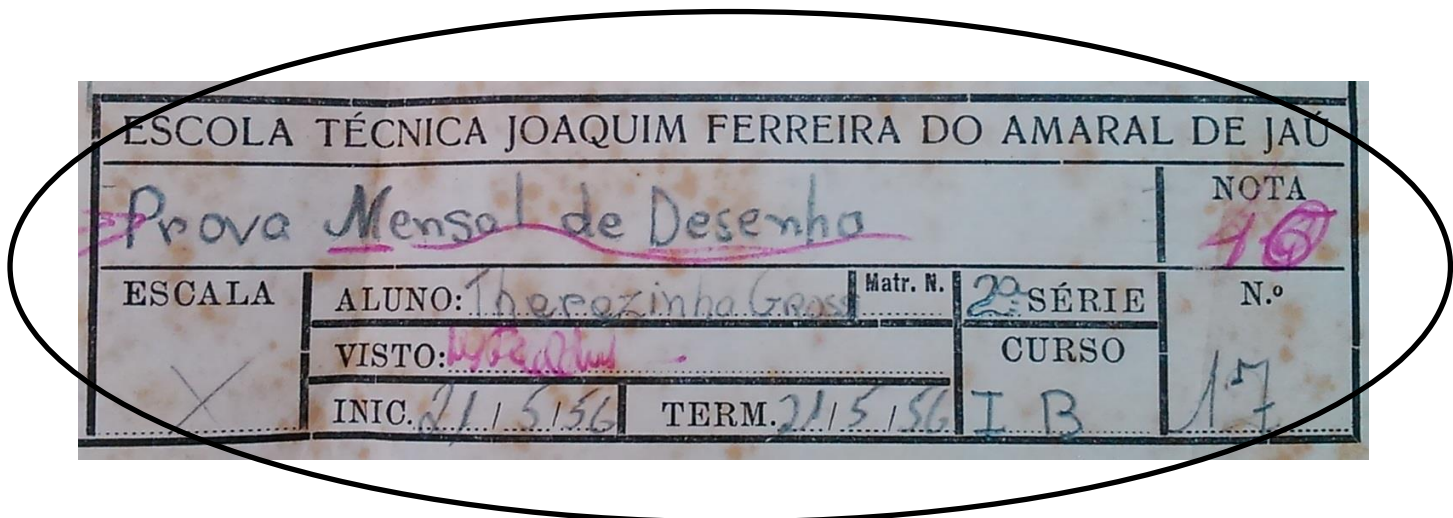
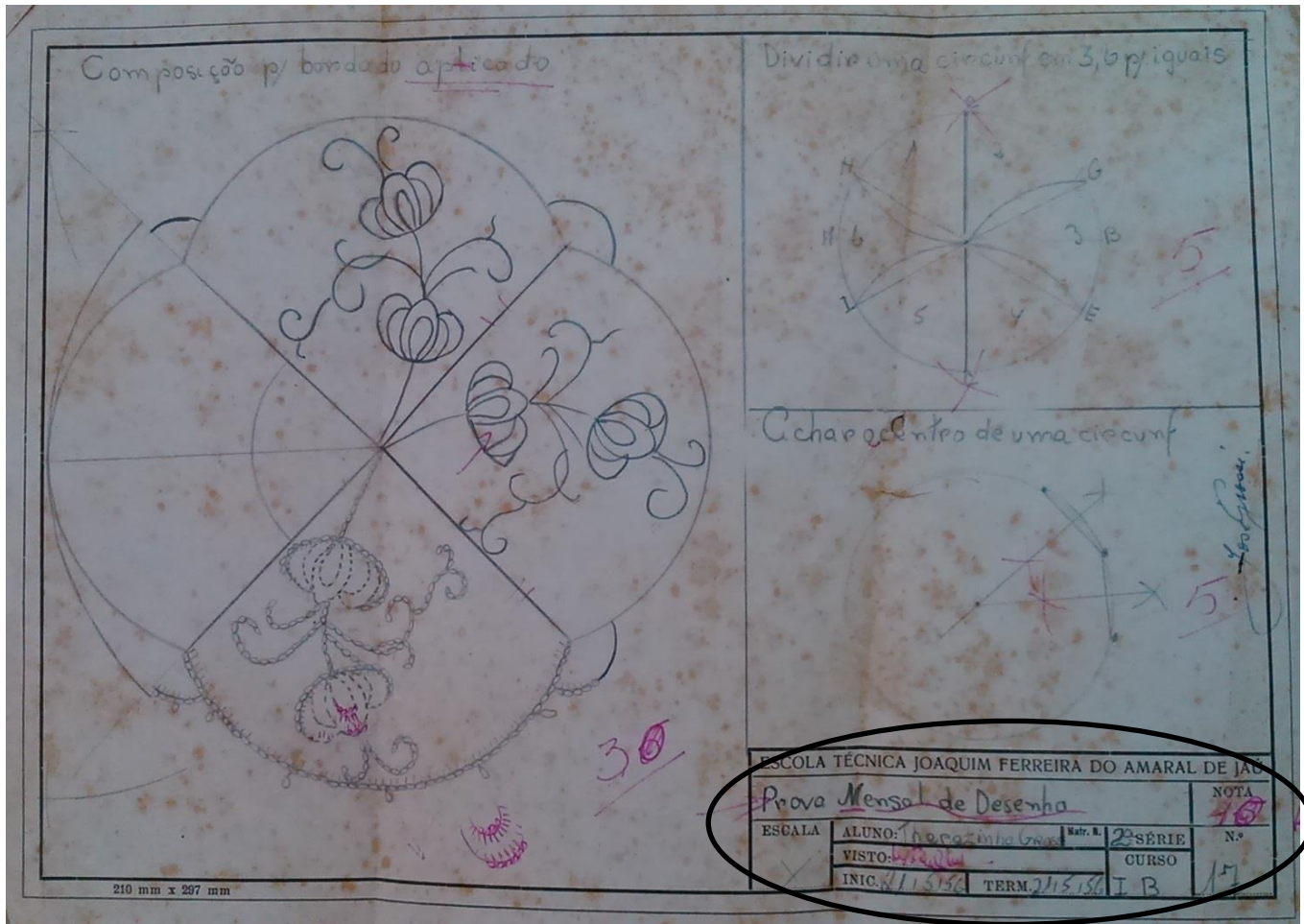
Descrição da Combinação



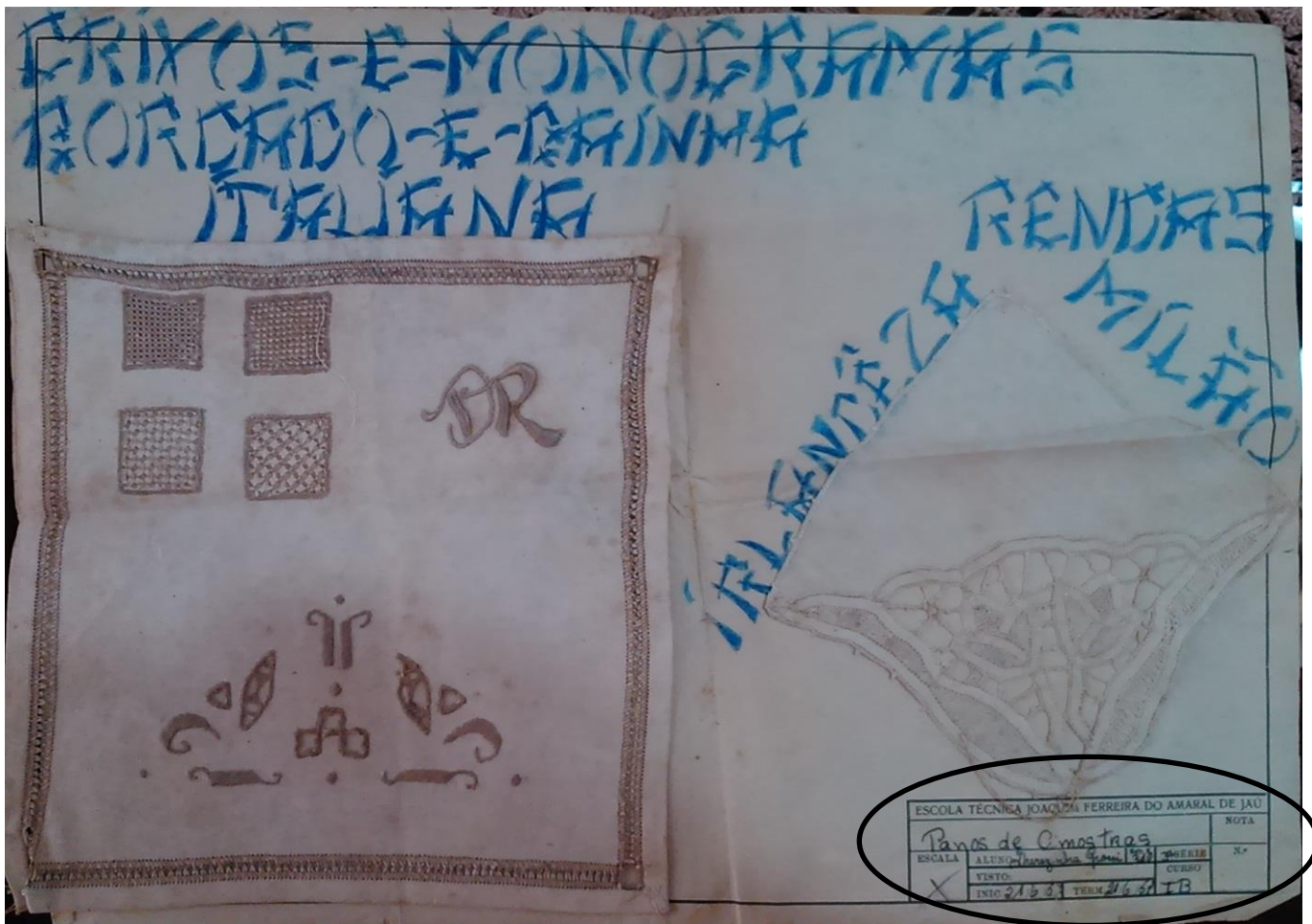
11-4-57
 P. 2 R=0

Trace-se o diagrama da combinação da seguinte
 forma $AB =$ metade da medida do tubo Bb aumentada
 se 10 cms - $AC =$ metade de AB menos a medida da
 peneira
 $CI = Bb$ e $CI D = 6 a 8 \text{ cms}$
 A partir de D coloca-se a medida da peneira

Anexo G13 – Avaliação realizada em 1956



Anexo G14 – Panos de amostras, atividade realizada em 1957



ESCOLA TÉCNICA JOAQUIM FERREIRA DO AMARAL DE JAU				NOTA
Panos de Amostras				
ESCALA	ALUNO	Matr. N.	SÉRIE	N.º
X	Therézinha Goni	310	3ª	
VISTO:			CURSO	
INIC. 21/6/57			TERM. 21/6/57 IB	

Anexo G15 – Cerimônia de Formatura realizada em 1958

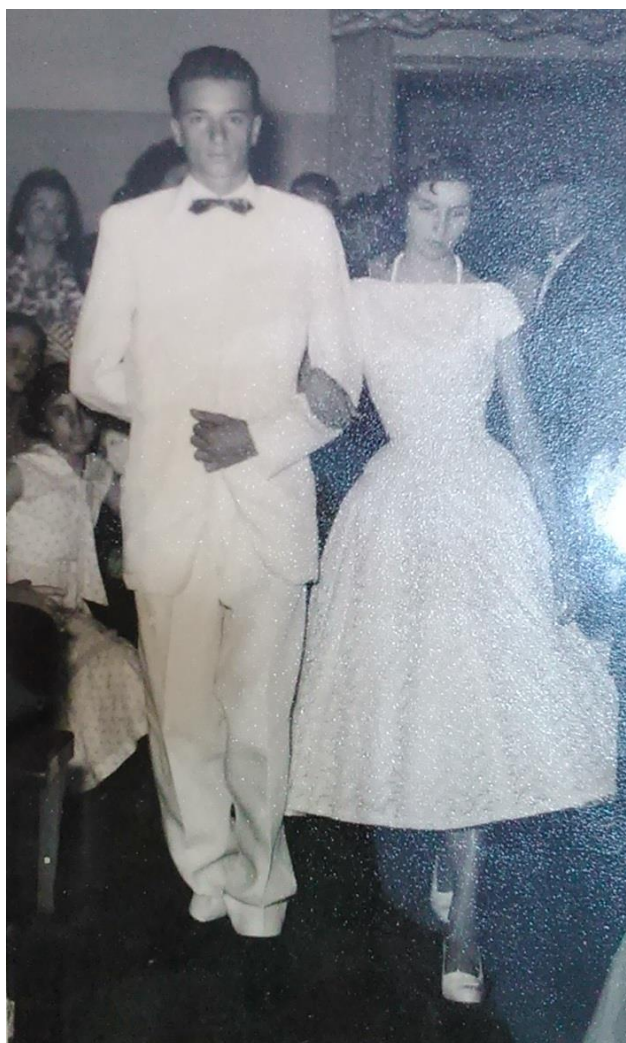


Figura 79: Cerimônia de Formatura de Therezinha Grossi Zafra, realizada em 1958.
Fonte: Acervo de Zafra (2016).

Anexo G16 – Therezinha Grossi Zafra na infância e em 1960

Figura 80: Therezinha Grossi Zafra na infância e em 1960.
Fonte: Acervo de Zafra (2016).

Anexo G17 – Boletim do Grupo Escolar Dr. Pádua Salles, 1953

**GRUPO ESCOLAR
DR. PÁDUA SALLES**
— JAU —
(Denominação do Estabelecimento)

BOLETIM
da
Aluna Lerejinha Grossi

matriculada sob n.º *276* no *4.º* ano, em
19.53

Eliminad... em... de... de 19...

Motivo.....

Significação das notas

0 — Nula	50 — Para Regular
10 — Péssima	60 — Regular
20 — Má	70 — Para boa
30 — Menos que sofrível	80 — Boa
40 — Sofrível	90 — Para ótima
100 — Ótima	

O presente boletim, depois de assinado pelo pai ou responsável, deverá ser imediatamente devolvido.

Mesmo nos casos de eliminação definitiva, o boletim deverá ser entregue a...alun... com a declaração do motivo.

Mod. 24 - Diretoria do Material

**GRUPO ESCOLAR
DR. PÁDUA SALLES**
— JAU —
(Denominação do Estabelecimento)

Aluna Lerejinha Grossi

MESES	Comportamento	Aplicação	Complementos	Faltas	ASSINATURA DO PAI OU RESPONSÁVEL
Fevereiro	90	75	10	0	<i>Jose Grossi</i>
Março	90	80	25	1	<i>Jose Grossi</i>
Abril	90	85	22	0	<i>Jose Grossi</i>
Maio	80	90	24	0	<i>Jose Grossi</i>
Junho	90	90	24	0	<i>Jose Grossi</i>
Julho	—	—	—	—	—
Agosto	100	90	24	1	<i>Jose Grossi</i>
Setembro	100	90	22	1	<i>Jose Grossi</i>
Outubro	100	85	26	0	<i>Jose Grossi</i>
Novembro	90	90	23	2	<i>Jose Grossi</i>
Dezembro	100	90	11	0	<i>Jose Grossi</i>

Professora Conselita Paiz Barrientos

aprovaada com a média *83*, no corrente
lar-se no *quinta* ano, do curso primário, mediante a
Just. 14 de Dezembro

Jose Grossi
(Assinatura de autoridade que presidiu aos exames)

GRUPO ESCOLAR Dr. Pádua Salles
— JAU —
(Denominação do Estabelecimento)

Contribuições nos termos do art. 130 da CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA

Mês	Import.	Assinatura do Professor
Fevereiro	Cr. \$ 3,00	<i>l. Barrientos</i>
Março	1,00	<i>l. Barrientos</i>
Abril	1,00	<i>l. Barrientos</i>
Maio	1,00	<i>l. Barrientos</i>
Junho	1,00	<i>l. Barrientos</i>
Julho	—	—
Agosto	1,00	<i>l. Barrientos</i>
Setemb.	1,00	<i>l. Barrientos</i>
Outub.	1,00	<i>l. Barrientos</i>
Novemb.	1,00	<i>l. Barrientos</i>
TOTAL	—	—

Anexo G18 – Therezinha Grossi Zafra na Companhia Telefônica – década de 1960

Figura 81: Therezinha Grossi Zafra e colegas de trabalho na Companhia Telefônica – década de 1960.
Fonte: Acervo de Zafra (2016).

Anexo G19 – Entrevista concedida em 27 de dezembro de 2016

Me formei em 58 e entrei em 55, fiz o curso de manhã, nós tínhamos as aulas normais e depois do almoço era o ensino profissionalizante, bordado, costura, no primeiro ano nós aprendíamos os pontos diferenciais, aprendia costurar e fazia roupa de crianças. Depois, no segundo ano também a gente tinha, mas de manhã sempre teve o curso normal, Matemática, Português, mas nós não tínhamos Inglês, nem Francês, nada, nada, naquela época nós não tínhamos.

Depois, na terceira série era a parte de roupas íntimas, então nós fazíamos os moldes, a professora dava as medidas, nós fazíamos as medidas no caderno, nós desenhávamos e tinha que diminuir, fazer a escala que ela mandava para pôr no caderno.

Na quarta série nós aprendíamos a confeccionar roupas, aliás, na terceira série nós fazíamos também o bordado, as roupas e nós fazíamos roupas para as pessoas, apesar de falarem que nós íamos receber, mas nunca recebemos. No terceiro ano fazíamos roupas íntimas, aqueles jogos de *lingerie*, tudo com aplicação, bordados, tudo mais para as pessoas, a escola que recebia, ou se cobrava também, não sei, porque como a gente era aluno, fazia o que a professora mandava.

Depois na quarta série aprendíamos fazer a parte de roupas, vestidos, casacos, tudo isso daí, então nós fazíamos em papel de ceda, diminuía a escala e depois fazíamos normal para a gente ou para as pessoas.

Era para eu fazer Mestria, mas depois prestei concurso na Companhia Telefônica e eu passei e depois meu horário não coincidia do trabalho. Fiquei trabalhando até um mês antes de casar [**na Companhia Telefônica**] e ele²⁸ não quis mais que eu trabalhasse, eu me casei em 65, trabalhei 5 anos; eu trabalhava como telefonista. Naquela época era multinacional, era empresa americana. Chamava Companhia Telefônica Brasileira, mas só que ela era empresa americana, tinha que fazer concurso, era Matemática, Português e o estudo ajudou [**da Escola Industrial**], porque nós tínhamos Matemática, nós tínhamos Português, então, quer dizer que influenciou, tínhamos que fazer redação e a caligrafia era importante, na Companhia Telefônica tinha que ser bem legível e o que uma escrevia as outras tinham que saber ler, tinha dia que eu trabalhava de manhã, tinha dia que trabalhava a tarde, tinha dia que trabalhava a noite. No começo a gente começava trabalhar quatro horas,

²⁸ Casou-se com Pedro Zafra Anaya (Anexo F).

tinha o descanso e depois mais quatro, depois veio aderir as seis horas, então eram seis horas e quinze minutos, porque eles não davam os quinze minutos de folga para a gente, porque você tinha que tomar um lanche, você não ia ficar seis horas sem se levantar da cadeira.

Eu fiz o Primário no Grupo Escolar Dr. Pádua Salles, eu morava a dois quarteirões para lá, então eu pertencia ao Pádua Salles. **[Para o Secundário]**, naquele tempo tinha curso de admissão, mas deu certo que aqui **[Escola Industrial]** passei primeiro e eu fiquei aqui, eu vim porque quis, não fui obrigada. Eu vim para cá porque eu morava a dois quarteirões da Matriz²⁹, então quer dizer que eu quase nem conhecia para cá. Eu pensei, vou prestar o curso de admissão em um lugar e outro, e onde eu passar primeiro eu vou, o outro foi no Instituto de Educação³⁰. Aqui na Industrial foi importante porque eu aprendi muita coisa e depois ajudei minha irmã, dois anos mais nova; depois que eu comecei trabalhar ela começou estudar, ela é formada no Instituto de Educação, formada professora, mas ela lecionou um certo tempo, depois ela casou com um rico, mas ela não tinha a parte prática de nada, de costura, eu que fazia tudo para mim e para ela.

Depois, deu certo que eu trabalhava, então eu ajudava ela para poder comprar os livros, essas coisas, meus irmãos mais velhos eram casados, e eu tinha mais três irmãos menores, porque naquela época a gente trabalhava de sábado, domingo, feriado, você ganhava em dobro, e era uma maneira de aumentar um pouco mais meu ordenado. Como as outras que trabalhavam já eram casadas ou tinham namorado então ela queriam o domingo, e eu preferia ficar de domingo e feriado, eu ganhava mais.

[Quando estudei na Industrial, meu marido, Pedro Zafra Anaya] era aluno **[na escola]** e naquela época nós já paquerávamos, quando éramos alunos, a minha sala ficava quase perto da dele, naquela época ele tinha pedido para me namorar, conheci ele na escola, deu certo que depois ele me pediu para namorar, eu era nova, cheguei a pedir para meus pais e eles disseram: “Você é muito nova ainda”; a gente obedecia aos pais, respeitava; ele namorou outras pessoas, foi noivo, e não deu certo; depois de um tempo, em 64 ele veio pedir de novo para me namorar, em 10 meses namoramos, noivamos e casamos.

[Em relação às classes sociais], o pessoal de lá **[Escola Instituto]** era uma classe, com um nível monetário um pouco mais, mas eu não me arrependo nem um pouco de estudar aqui **[Industrial]**, eu não me sentia diminuída. Tiveram pessoas de famílias mais abastadas que estudaram aqui e não foram diminuídas.

²⁹ Igreja Matriz Nossa Senhora do Patrocínio de Jaú.

³⁰ Escola Estadual Caetano Lourenço de Camargo.

A gente competia [**Escola Industrial e Instituto**] nos desfiles, 7 de Setembro³¹, Aniversário da Cidade, um queria fazer mais que o outro, tinha fanfarra lá também; aqui a gente desfilava, nós fazíamos o uniforme para desfilar, ia tudo direitinho, nós mesmos que confeccionávamos, a saia geralmente era preguiada³², azul marinho, a blusa era branca, nos desfiles a gente fazia gravata. Eu usei na minha vida o que eu aprendi.

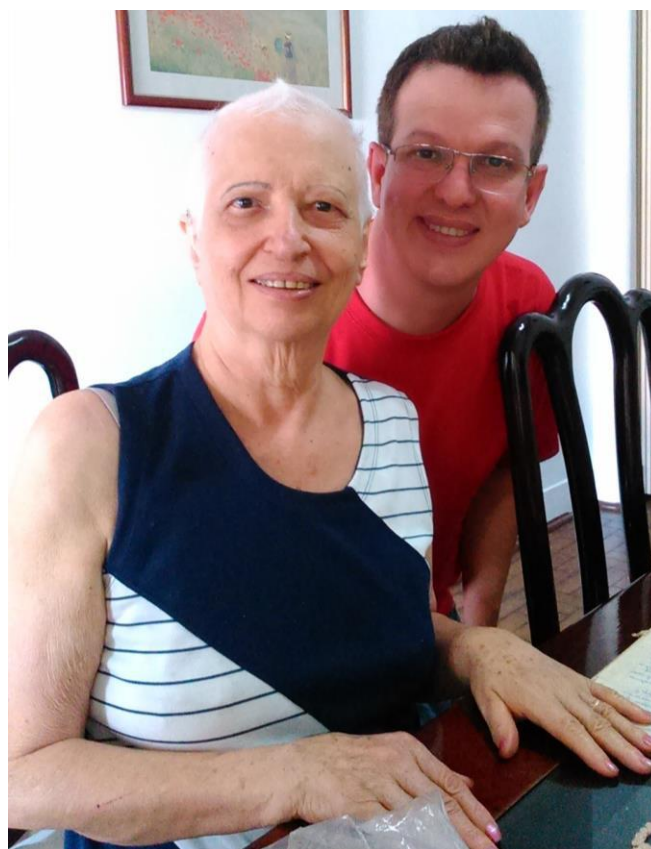
Desfile tinha todo ano, desfilava também no aniversário da Industrial, 8 de junho. Eles faziam churrasco que dá certo que o seu Mizael Barbosa tinha fazenda e ele doava o boi, então o churrasco era feito na parte de lá onde era a Fundação, no galpão de lá.

Eunice Ferraz do Amaral era professora da 3ª série, da 1ª série foi Julieta Ricci Pucca, na 2ª série também foi ela, Julieta Ricci Pucca com uma outra também, na 3ª série foi a Eunice, que era de Bauru, viajava de trem, era trem de luxo, almoçava ali na escola e depois aula, ela dava aula depois do almoço, nós fazíamos roupas íntimas. Agora da 4ª série eu não lembro se era a Nair, ela era de Bariri, morava em Bariri, ela era de Campinas, mas o marido dela tinha sido removido para Bariri, então ela veio lecionar aqui na Industrial; ela também viajava todo dia de Bariri para Jaú.

[**O marido da Eunice**] era importante, não sei o cargo que tinha, mas a da 4ª série também, parece que ele era advogado.

³¹ Anexo A7.

³² Com pregas.

Anexo G20 – Therezinha Grossi Zafra em 2016**Figura 82:** Therezinha Grossi Zafra em 2016.**Fonte:** Acervo do autor (2016).

ANEXO H - JULIÃO PERIANEZ


Anexo H1 - Registro de Termo de Compromisso, de 10 de outubro de 1963

Julião Perianez

Dos dois dias do mês de outubro de 1963, em a sala da Diretoria da Escola Industrial "Joaquim Ferreira do Amaral", de Jari, apresentou-se perante mim Diretor Substituto da referida Escola, o sr. Julião Perianez, admitido nos termos do artigo 9º da L.C.E., para exercer as Funções de Guarda-Escola, extraordinário mensalista referência "197", conforme Decreto de 20/9, publicado no Diário Oficial de 25/9/63, retificado em 26/9/63.

O sr. Julião Perianez, prometeu cumprir os deveres de suas funções e servir fielmente as leis em vigor. Para tudo constar, lavrei o presente termo de compromisso que vai assinado por mim e pelo funcionário

Jari, 10 de outubro de 1963

Diretor Substit. 

Funcionário Julião Perianez

Título de Eleitor nº 7.258. de 18.12.57-63º Z.

Certificado de Reservista de 3ª categoria nº 71909, de 8/11/54

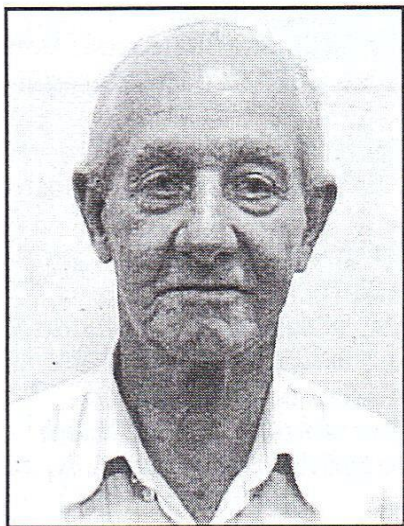
Boa Médica nº 235.265, exped. em 7.10.63 pelo D.M.S.C.E

Anexo H2 – Homenagem a Julião Perianez, 2º semestre de 2005

INTERVALO

Ano 5 - nº 12 - Jornal da ETE Joaquim Ferreira do Amaral - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - 2º Semestre de 2005

Anos de dedicação



Nós, alunos do Ensino Médio, dedicamos este espaço em homenagem ao senhor Julião Perianez, mais conhecido como "Seu Júlio".

Este simpático senhor de 75 anos, que nasceu no dia 20 de Agosto de 1930, trabalha na nossa escola há nada mais, nada menos que 42 anos, desde 10 de Outubro de 1963.

Seu Júlio exerce a função de vigia e porteiro, além de estar sempre disposto a ajudar no

que e quando necessário.

Antes de trabalhar na ETE Joaquim Ferreira do Amaral, Seu Júlio trabalhava no Mazieiro, e atualmente, além de vigia da escola, exerce também a função de garçom em algumas festas... Que disposição!!!

Fica aqui a nossa humilde homenagem e sinceros agradecimentos ao querido senhor Júlio.

Ariane, 05; Mariane, 20; Odair, 25; Rafael, 26; William, 28; - 3ª EM.

Figura 83: Homenagem a Julião Perianez, 2º semestre de 2005.

Fonte: Acervo da ETEC Jaú (2016).

Anexo H3 – Entrevista concedida em 12 de setembro de 2014

Nasci em 20 de agosto de 1930³³ e trabalho na ETEC há quase 52 anos³⁴, em 10 de outubro faz 52 anos.

Na época os alunos que eram muito procurados eram da Mecânica, tinha fila para pegar aluno quando se formava, empresas de São Paulo, Ford, General Motors vinham já em dezembro buscar os alunos.

Para mulher tinham os cursos específicos, mas não tinham separação no convívio, no pátio, somente na entrada, homens entravam por um lado e mulher pelo outro, pela frente eram professores e funcionários, depois na escola se encontravam. Os alunos entravam e iam para o galpão ou para a sala de aula.

Eu trabalhava no noturno e só entrava com uniforme, tinha que ter camiseta, senão não entrava, se entrasse na sala o professor chamava o inspetor e avisava que estava sem uniforme.

Tinha a molecada de 15 anos, eles eram bem levados.

No Ginásio tinha merenda na escola para quem era de fora. Agora, a escola sempre foi para a classe pobre; eu trabalhei 40 anos de garçom e trabalhava para tudo que era escola nas formaturas, quando era para a Academia³⁵ todo mundo queria trabalhar, sempre dava muito dinheiro, mas quando era para Industrial não; na Academia sempre as festas eram boas.

Aqui sempre foi para trabalhador, no Instituto era para os mais ricos. Aqui era uma escola que vinha mais pobre.

Quando eu entrei aqui não tinha nada disso³⁶, conheci o Benedito em festa, sempre estava em festas, ele foi diretor 40 anos, ele pegou a direção em 50 e ficou até 80, ele dava aula de Educação Física, era professor, depois pegou a direção e foi até aposentar.

Desde o início vinham alunos de toda a região, de Brotas vinha gente de trem, já de manhazinha, já abria o portão as 5:30 da manhã, a escola estava sempre cheia.

Foi uma vida inteira aqui [**Escola Industrial**], três filhos meus estudaram aqui.

³³ Faleceu em 26 de julho de 2016, aos 85 anos.

³⁴ Entrevista concedida em 2014.

³⁵ Colégio Academia Horácio Berlinck.

³⁶ “Prédio Novo”, parte inaugurada em 1976.

Anexo H4 – Julião Perianez em 2014

Figura 84: Julião Perianez em 2014.

Fonte: Acervo do autor (2014).



Anexo I3 – Ano de 1951 – vista geral

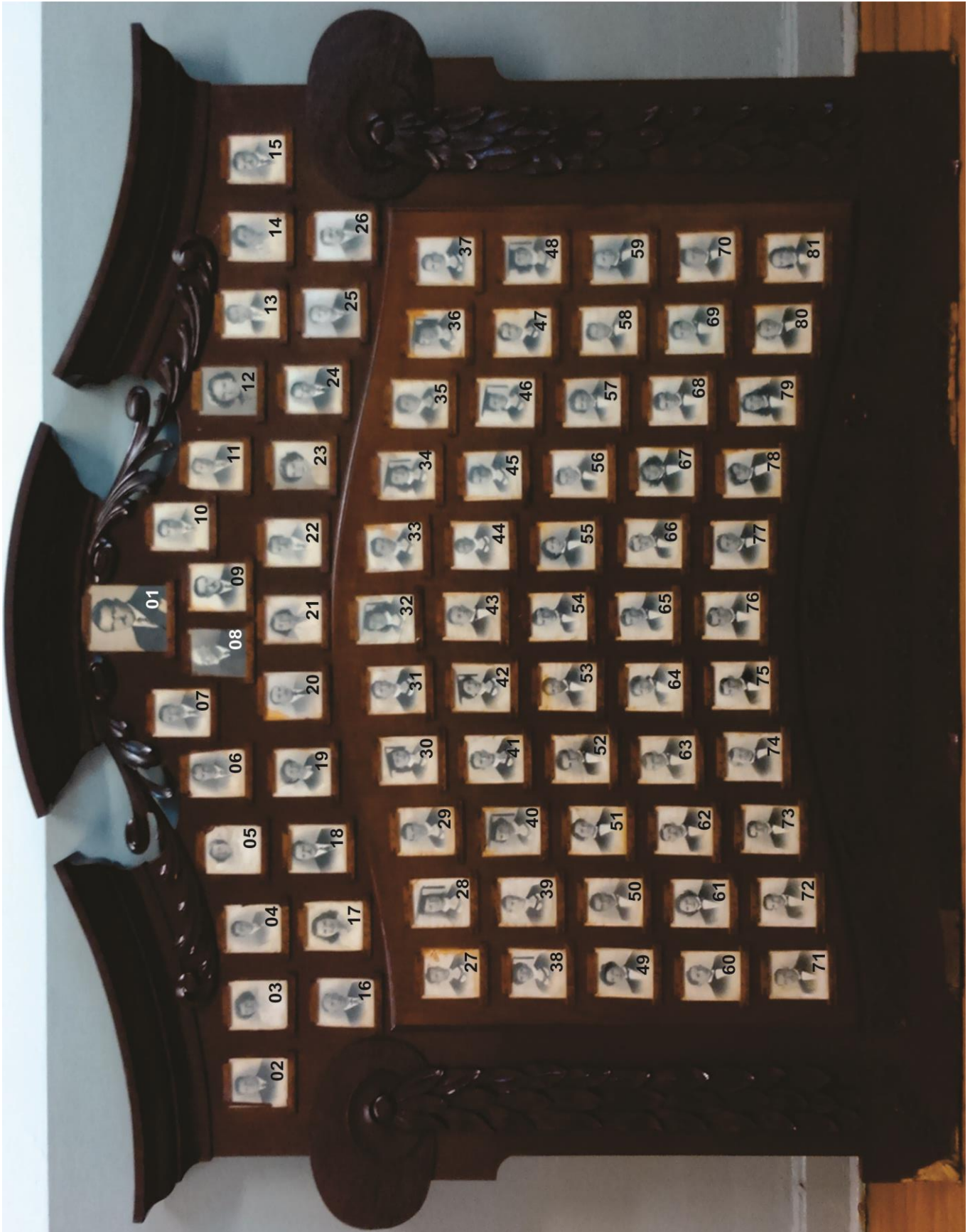


Anexo I4 – Ano de 1951 – detalhe dos professores, equipe de gestão e alunos





Anexo I5 – Ano de 1953 – vista geral



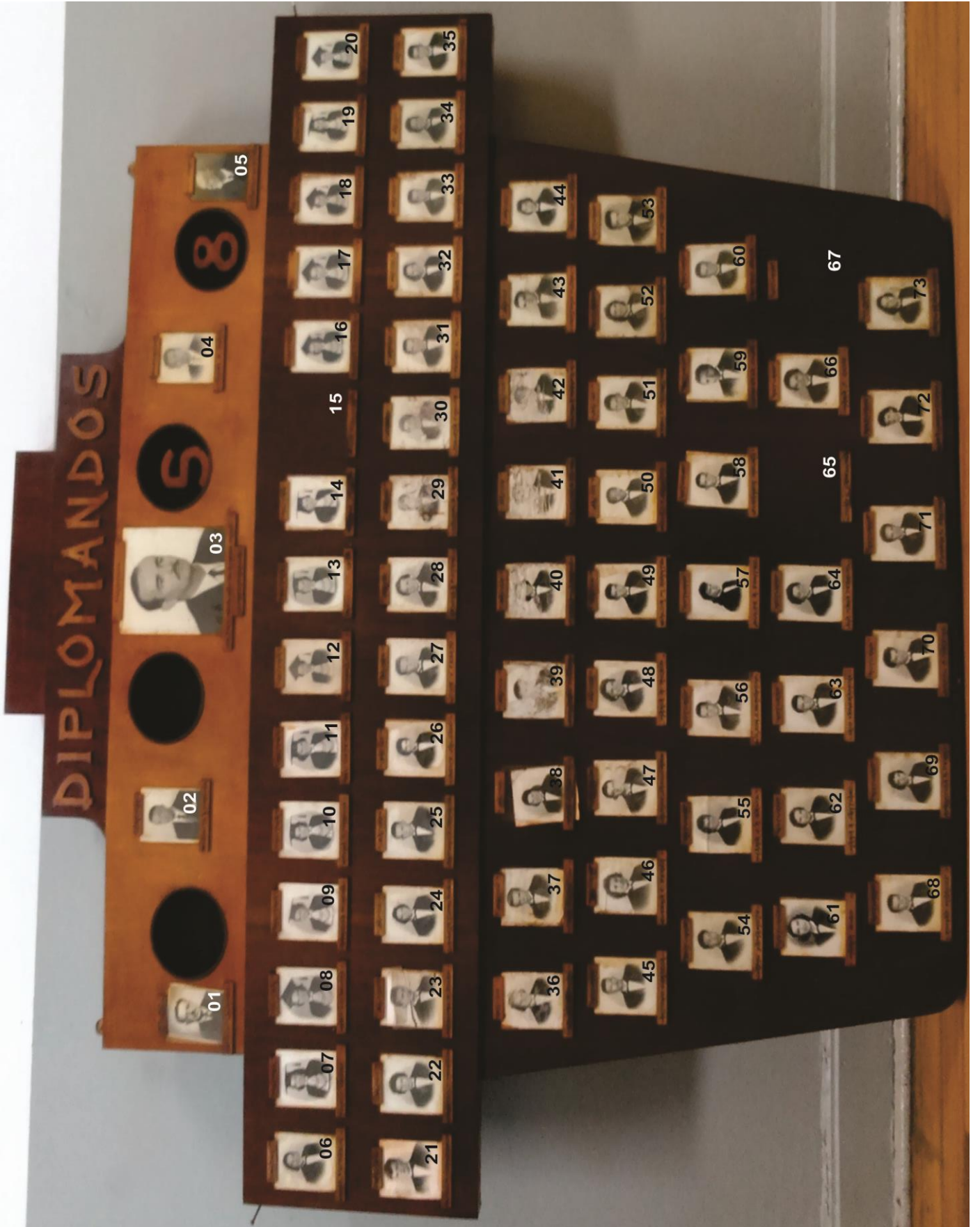
Anexo I6 – Ano de 1953 – detalhe dos professores, equipe de gestão e alunos



<i>Mestria</i>  31 <i>Angelo Torres</i>	<i>Mestria</i>  32 <i>Maria Lúcia Trementozzi</i>	<i>Mestria</i>  33 <i>José Simão Alves</i>	<i>Mestria</i>  34 <i>Rute Ap. Munerato</i>	<i>Mestria</i>  35 <i>Plínio Botelho</i>
<i>Mestria</i>  36 <i>Aparecida N. Zanata</i>	<i>Mestria</i>  37 <i>Euclides Canêo</i>	<i>Mestria</i>  38 <i>Maria Vilma Rodrigues</i>	<i>Mestria</i>  39 <i>Walter Gonçalves</i>	<i>Mestria</i>  40 <i>Shirley Ap. Amaro</i>
<i>Mestria</i>  41 <i>Arlindo S. Nunes</i>	<i>Mestria</i>  42 <i>Alice Rayes</i>	<i>Básico</i>  43 <i>Pedro Zafra Anaya</i>	<i>Mestria</i>  44 <i>Fomaz Assis Bueno</i>	<i>Mestria</i>  45 <i>Paulo T. Gaido</i>
<i>Mestria</i>  46 <i>Maria Ap. A. Campos</i>	<i>Mestria</i>  47 <i>José M. Hernandez</i>	<i>Mestria</i>  48 <i>Ferezinha A. Sanchez</i>	<i>Básico</i>  49 <i>Aparecida A. Fontin</i>	<i>Básico</i>  50 <i>Carlos de Oliveira Filho</i>
<i>Básico</i>  51 <i>Dolva da Silva Nunes</i>	<i>Básico</i>  52 <i>Darcy Soffner</i>	<i>Básico</i>  53 <i>Leo Araujo Mello</i>	<i>Torn. Mecânico</i>  54 <i>Celso Sancinetti</i>	<i>Básico</i>  55 <i>Maria P. Gonçalves</i>
<i>Básico</i>  56 <i>Alfeu Rodrigues</i>	<i>Básico</i>  57 <i>Marlene T. Gasparotto</i>	<i>Básico</i>  58 <i>Denis de Oliveira</i>	<i>Básico</i>  59 <i>Norma T. Bernardi</i>	<i>Básico</i>  60 <i>Helio Geraldo D. Freitas</i>



Anexo I7 – Ano de 1958 – vista geral



Anexo I8 – Ano de 1958 – detalhe dos professores, equipe de gestão e alunos



<p>• BÁSICO •</p>  <p>31</p> <p>PEDRO C. FILHO</p>	<p>• BÁSICO •</p>  <p>32</p> <p>MARIA A. CESCAFO</p>	<p>• BÁSICO •</p>  <p>33</p> <p>ADHEMAR AUGUSTO</p>	<p>• BÁSICO •</p>  <p>34</p> <p>NICÉA O. FERRAZ</p>	<p>• BÁSICO •</p>  <p>35</p> <p>ANTONIO F. FRACASSI</p>
<p>• BÁSICO •</p>  <p>36</p> <p>NELSON</p>	<p>• BÁSICO •</p>  <p>37</p> <p>JOSÉ C. SANTILLI</p>	<p>• BÁSICO •</p>  <p>38</p> <p>MARIA S. FANTIN</p>	<p>• BÁSICO •</p>  <p>39</p> <p>BERNARDO CHACON</p>	<p>• BÁSICO •</p>  <p>40</p> <p>THEREZINHA GROSSI</p>
<p>• BÁSICO •</p>  <p>41</p> <p>FERNANDO</p>	<p>• BÁSICO •</p>  <p>42</p> <p>OLINDA MANFRIN</p>	<p>• BÁSICO •</p>  <p>43</p> <p>SEPTIMIO FLORES</p>	<p>• BÁSICO •</p>  <p>44</p> <p>MARLENE MENDES</p>	<p>• NOTURNO •</p>  <p>45</p> <p>ANTONIO CORAZZA</p>
<p>• NOTURNO •</p>  <p>46</p> <p>EUGENIA C. PERÊA</p>	<p>• NOTURNO •</p>  <p>47</p> <p>AUREO SAGGIO</p>	<p>• BÁSICO •</p>  <p>48</p> <p>MARIA A. RUBIO</p>	<p>• BÁSICO •</p>  <p>49</p> <p>DALCIR M. AVANTE</p>	<p>• BÁSICO •</p>  <p>50</p> <p>MARIA J. P. BARBOZA</p>
<p>• BÁSICO •</p>  <p>51</p> <p>EGIDIO C. MASSINATORE</p>	<p>• NOTURNO •</p>  <p>52</p> <p>CLÁUBETE ROBERTO</p>	<p>• NOTURNO •</p>  <p>53</p> <p>JOSÉ JOÃO NETO</p>	<p>• NOTURNO •</p>  <p>54</p> <p>ISAMU YAMAMOTO</p>	<p>• NOTURNO •</p>  <p>55</p> <p>MARIA S. A. DAVID</p>
<p>• NOTURNO •</p>  <p>56</p> <p>WILSON S. BERGAMINI</p>	<p>• NOTURNO •</p>  <p>57</p> <p>DULCE A. FONTES</p>	<p>• NOTURNO •</p>  <p>58</p> <p>JURANDIR MOURA</p>	<p>• NOTURNO •</p>  <p>59</p> <p>TEREZA DA SILVA</p>	<p>• NOTURNO •</p>  <p>60</p> <p>ANTONIO BARRA</p>

